



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA
OLINTO SILVEIRA ALVES FILHO**

**A ERÍSTICA DA MOEDA E A CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO E
MONETÁRIO INTERNACIONAL**

São Cristóvão – Sergipe

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

OLINTO SILVEIRA ALVES FILHO

**A ERÍSTICA DA MOEDA E A CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO E
MONETÁRIO INTERNACIONAL**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) como pré-requisito para obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Antony Peter Mueller

São Cristóvão – Sergipe

2016

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Alves Filho, Olinto Silveira

A474e A erística da moeda e a crise do sistema financeiro e monetário internacional / Olinto Silveira Alves Filho ; orientador Antony Peter Mueller. – São Cristóvão, 2016.

297 f.

Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2016.

1. Sociologia – Aspectos econômicos. 2. Moeda. 3. Ciclos econômicos. 4. Crises financeiras – Aspectos sócio-econômicos. 5. Finanças internacionais. I. Mueller, Antony Peter, orient. II. Título.

CDU 316.334.2:336.7

OLINTO SILVEIRA ALVES FILHO

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor, sob a orientação do Professor Dr. Antony Peter Mueller, com o título: *A ERÍSTICA DA MOEDA E A CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO E MONETÁRIO INTERNACIONAL*

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antony Peter Mueller (Presidente – PPGS/UFS)

Prof. Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves (PPGS/UFS)

Prof. Dra. Tânia Elias Magno da Silva (PPGS/UFS)

Prof. Dr. Tácito Augusto Farias (DEE/UFS)

Prof. Dr. Eduardo Costa Pinto (Diretoria de Pesquisa IE/CCJE – UFRJ)

São Cristóvão, 18 de novembro de 2016

AGRADECIMENTOS

A meu orientador, Professor Dr. Antony Peter Mueller, pela dedicação, disponibilidade, atenção, amizade e paciência demonstradas durante a elaboração desta tese.

A todos os professores do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, especialmente aos professores: Prof. Dr. Antony Peter Mueller, Prof. Dr. Franz Josef Brüseke, Prof. Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves, Prof. Dr. Rogério Proença Leite, Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira e a simpaticíssima Prof. Dra. Tânia Elias Magno da Silva.

Aos colegas do Doutorado: Allan Rafael Veiga Feitosa, Daniela Moura Bezerra, Júlio César Rocha da Silva, Marcos Antônio Rodrigues Vasconcelos Filho, Maria Erica Santana de Souza, Mario Cesar Pereira Oliveira e Thiago Paulino da Silva, especialmente ao meu grande amigo Sérgio Lima dos Santos.

Aos funcionários da Secretaria do PPGS: Dayanne Santos Silva e Jonatas Barbosa Machado Aguiar, pela presteza e amizade.

A todos os funcionários e professores do Departamento de Economia, especialmente Maria Elisabeth Daltro, e aos professores Airton de Paula Souza, Christiane Senhorinha Soares Campos, César Bolaño, Elmer Nascimento Mato, Rosalvo Ferreira Santos e Tácito Augusto Farias.

Aos amigos, colegas e militantes do movimento estudantil da UEFS, especialmente a Marcos Antônio Tavares e a André Pomponet que, de uma forma ou de outra, muito contribuíram durante toda essa jornada.

Por fim, aos meus pais pela educação recebida, apoio e incentivo em todos os momentos de minha vida, especialmente à minha querida mãe Guilhermina Aguiar Alves, que nunca deixou de acreditar em mim, mesmo nos momentos mais difíceis; a todas as minhas irmãs: Fátima, Marizete, Eugenia, Margarida, Ivone e Vânia.

Aos meus cunhados Antônio Assis, Joaquim Galvão e João Dílson. A todos os meus sobrinhos: Danniell, Carol, Haynna, Juliana, Maria Clara, Mariana, Priscila, Thais, Thiago e Victor; e aos sobrinhos netos: Beatriz, Filipe, Maria Luiza e Marcelinha, pelo simples fato de vocês existirem.

Por fim, e mais importante, esta tese é preferencialmente dedicada à minha companheira de todas as jornadas, uma entre as “jóias brilhantes” que compõem a incomensurável rede celeste do deus Indra, intersecção infinitamente singular entre todas elas, sempre presente, mesmo quando fisicamente distante, meu amorzinho Cintia Falcão Brito.

Eu não direi que o ardor me estimulou, nem que me apressei em cometer tamanha loucura! Muitas vezes, em pensamento, hesitante parei, a fim de refletir, e me contornei, disposto a desistir. Meu “espírito” a mim mesmo dizia: “Por que queres, desgraçado, expor-te ao sacrifício?” Ou então: “Fugas, infeliz, da ciência, este duplo entrelaçado de fogo que queima a alma e fende o crânio! Tu não es capaz de almejar algo mais dócil?”

Vi-me, assim, num estado de eterna introspecção e questionamentos! Resolvi, por fim, inscrever-me no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), na Linha de Sociologia da Economia, do Desenvolvimento e da Técnica, animado, como estou, pela esperança de ser acolhido de forma amistosa e inteligente pelas Ciências Sociais e tornar-me Doutor em Sociologia!

RESUMO

Neste trabalho de doutorado foram evidenciadas algumas questões sobre o fenômeno aqui denominado de erística monetária, notadamente aquelas relacionadas à natureza e à forma do dinheiro, sua origem, suas funções etc., mas também aquelas relacionadas com a dinâmica e o desenvolvimento do capitalismo no contexto da crise do sistema financeiro e monetário internacional (e sua unidade monetária dominante, o dólar americano), de maneira que seu objetivo é compreender em que medida as controvérsias teóricas sobre a moeda têm corroborado a antiga tese keynesiana sobre a criação de uma moeda internacional. A análise se concentrou em uma forma muito particular de erística monetária, explicitada na seguinte pergunta: como a atual crise do sistema financeiro e monetário internacional, nos últimos 16 anos (2000 a 2015), tem motivado as controvérsias teóricas sobre a moeda e ressuscitado os debates sobre a antiga tese keynesiana de criação de uma moeda internacional? Para pensar sobre o problema, serviu-se de uma investigação exploratória, recorrendo-se à pesquisa bibliográfica e documental, razão pela qual, entre as peças documentais aqui analisadas, estão os *Proceedings and Documents of the United Nations Monetary and Financial Conference – Bretton Woods, New Hampshire, July 1-22*. O dinheiro é, de fato, uma relação social e na sociedade capitalista moderna é plasmado ideologicamente enquanto expectativa de riqueza, sendo, portanto, expressão material e simbólica dos processos de acumulação de capital e ocultação das relações de exploração e poder da classe burguesa dominante. No final do século XX, foi consolidada a tríade composta pela reestruturação produtiva, pelo neoliberalismo e pela globalização financeira que moldou a nova fase da geopolítica mundial. Esta, por sua vez, gestou a primeira, inacabada e monumental crise do modo de produção capitalista deste século (nascida no mercado mobiliário americano, *subprime*, em 2008). De sorte que tal crise, por sua própria natureza e dinâmica, motivada mesmo pela necessidade de encontrar alternativas para sua solução, colocou no centro dos debates teóricos as controvérsias sobre o dólar americano (crise de legitimidade e confiança), fazendo emergir, como uma entre muitas alternativas possíveis, a antiga tese keynesiana de criação de uma moeda internacional.

Palavras-chave: **Erística Monetária; Controvérsias Sociológicas; Bretton Woods; Crise do Sistema Financeiro e Monetário Internacional.**

ABSTRACT

In this doctoral work were shown some questions about the phenomenon here called monetary eristic, notably those related to the nature and form of money, its origin, its functions etc., but also those related to the dynamics and the development of capitalism in the context the crisis of the financial system and the international monetary (and its dominant currency, the US dollar), so that your goal is to understand to what extent the theoretical controversies about the currency have borne out the old Keynesian thesis on the creation of an international currency. The analysis focused on a very particular form of monetary eristic, explained the following question: how the current crisis of the financial system and the international monetary, in the last 16 years (2000-2015), has motivated the theoretical controversies about the currency and raised the debates on the old Keynesian thesis of creating an international currency? To think about the problem, served up an exploratory research, resorting to bibliographic and documentary research, which is why, among the documentary pieces here analyzed are the Proceedings and Documents of the United Nations Monetary and Financial Conference - Bretton Woods, New Hampshire, July 1-22. Money is, in fact, a social relationship and modern capitalist society is molded ideologically as expected wealth and, therefore, material expression and symbolic of capital accumulation processes and concealment of the exploitative relations and power of the ruling bourgeois class. In the late twentieth century it was consolidated the triad composed of the restructuring process, by neoliberalism and the financial globalization that has shaped the new phase of global geopolitics. This, in turn nurtured the unfinished and monumental first crisis of the capitalist mode of production of this century (born in the American furniture market, subprime in 2008). So that such a crisis, by its nature and dynamic, motivated even by the need to find alternatives for their solution, placed in the center of theoretical debates, controversies about the US dollar (legitimacy and confidence crisis), giving rise, as one of many possible alternatives, the old Keynesian thesis of creating an international currency.

Keywords: Eristic Monetary; Sociological Controversies; Bretton Woods; Crisis of the International Financial and Monetary System.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Relação Dólar/Real: Taxas de Câmbio de Mercado e Taxa de Câmbio “Correto” (jun/1994 a mai/2015)	162
Gráfico 2 – Balança das transações correntes dos EUA (1969 a 2013)	261
Gráfico 3 – Balança das transações correntes dos EUA (2013 a 2015)	262
Gráfico 4 – Taxa de câmbio efetiva dos EUA (1973 a 2015)	263
Gráfico 5 – Taxas de juros americanos (1970 a 2016)	264
Gráfico 6 – US dólar / Euro exchange rate (2000 a 2016)	265

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formações sociais diferenciadas	103
Quadro 2 – Tendência à crise do capitalismo.....	116
Quadro 3 – Tendência à crise do sistema de capitalismo tardio e proposta de explicação	120
Quadro 4 – Banco do Sul: composição do capital aportado (países fundadores).....	234

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produto Interno Bruto e Taxa de Crescimento Anual (2000-2015)	219
Tabela 2 – Taxa de desemprego (Alemanha e Grécia: 2000-2015)	220
Tabela 3 – Relação Dívida Pública/PIB (Alemanha e Grécia: 2000-2015)	221
Tabela 4 – Preços do petróleo bruto no mercado internacional (2000-2016)	271
Tabela 5 – Preços do ouro no mercado americano (2008-2016).....	272
Tabela 6 – Reserva de ouro da Rússia (2013-2016).....	274
Tabela 7 – Reserva de ouro da China (2013-2016).....	275
Tabela 8 – Reserva de ouro da África do Sul (2013-2016)	276

LISTA DE SIGLAS

ABCP – Asset-backed Commercial paper

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AIG – American International Group

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração

ALALC – Aliança Latino-Americana de Livre Comércio

ALBA – Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América

BACEN – Banco Central do Brasil

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BIS – Banco de Compensação Internacional

BP – Balança de Pagamentos

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CBS – Mortgage-Backed Security

CDO – Collateralized-Debt Obligations

CDS – Credit Default Swaps

CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CELAC – Comunidade dos Estados Latino-Americano e Caribenho

CEOS – Chief-Executive-Officers

CFLN – Comitê Francês de Libertação Nacional

CIT – Tecnologias da Informação e Comunicação

CMC – Concelho do Mercosul

DES – Direitos Especiais de Saque

DIDE – Departamento de Investimento Direto no Estrangeiro

ESF – Exchange Stabilization Fund

FANNIE MAE – Federal National Mortgage Association

FEC – Fundo de Estabilização de Câmbio

FGT – Subgrupo de Trabalho

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRE – Fundo de Reserva Europeu

FREDDIE MAC – Federal Home Loan Mortgage Company

GCAR – Grupo de Controle, Automação e Robótica

GMC – Grupo do Mercado Comum

IED – Investimentos Externos Diretos

IEF – Imposto de Equalização dos Juros

MTC – Mecanismo de Taxas Cambiais

MBS – Mortgage-Backed Securities

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

NBD – Novo Banco de Desenvolvimento

OMC – Organização Mundial do Comércio

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PCC – Partido Comunista Chinês

PIB – Produto Interno Bruto

PVRCE – Programa Voluntário de Restrição ao Crédito Exterior

SEBC – Sistema Europeu de Bancos Comerciais

SDR – Special Drawing Rights

SIV – Special Investment Vehicles

SML – Sistema de Pagamentos em Moedas Locais

SME – Sistema Monetário Europeu

SUCRE – Sistema Único de Compensação Regional de Pagamentos

TEC – Tarifa Externa Comum

TQM – Teoria Quantitativa da Moeda

UNASUL – União de Nações Sul-Americanas

UME – Unidade Monetária Europeia

UNRRA – Administração das Nações Unidas para Auxílio e Reabilitação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
1.1 Prelúdio	18
1.2 Construção do objeto: tema, objetivos, problemas e hipóteses	24
1.3 Arcabouço teórico/metodológico e estrutura da tese	29
 2. A MOEDA INTERNACIONAL, UMA ABORDAGEM SOCIOECONÔMICA E POLÍTICA DO DINHEIRO	37
2.1 Dinheiro: surgimento, conceitos, propriedades e funções	37
2.2 A erística monetária e a Teoria Quantitativa da Moeda	40
2.2.1 Conceitos da economia política sobre riqueza e valor	46
2.2.1.1 Mercantilismo	46
2.2.1.2 Fisiocracia	49
2.2.1.3 Liberalismo	50
2.2.1.4 Marxismo	54
2.2.1.5 Neoclassicismo	58
2.2.2 Crítica à Teoria Quantitativa da Moeda	60
2.3 A filosofia e a sociologia do dinheiro do mercado	62
2.4 Dinheiro, Estado e Sistema Social	68
2.4.1 Dinheiro e as teorias dos sistemas sociais	70
2.4.1.1 Habermas	71
2.4.1.2 Bruno Latour	74
2.5 Conclusão	83
 3. CARACTERIZAÇÃO DE CRISE NAS ABORDAGENS DE MARX, HARVEY E HABERMAS	86
3.1 A concepção de crise no arcabouço de Karl Marx e David Harvey	86
3.2 O conceito de crise no capitalismo tardio de Jürgen Habermas	96
3.2.1 Mundo do sistema e mundo da vida	97
3.2.2 Alguns aspectos constitutivos dos sistemas sociais	101
3.2.3 Os princípios de organização da sociedade	102

3.2.3.1 A formação social anterior às altas culturas.....	103
3.2.3.2 A formação social tradicional	104
3.2.3.3 A formação social do capitalismo liberal.....	104
3.2.4. Crise cíclica e sistêmica no capitalismo liberal	107
3.2.5 O capitalismo tardio	113
3.2.6 Algumas tendências à crise.....	116
3.2.6.1 Tendência à crise econômica	116
3.2.6.2 Tendência à crise política	117
3.2.6.3 Tendência à crise sociocultural.....	119
3.2.6.4 Tendência à crise de motivação	121
3.3 Conclusão	123

4. ORIGEM, DESENVOLVIMENTO E CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO EMONETÁRIO INTERNACIONAL

4.1 A gênese do sistema financeiro e monetário internacional	126
4.2 Bretton Woods e o sistema monetário internacional norte-americano.....	137
4.3 Primeiros indícios da crise do sistema financeiro e monetário internacional.....	141
4.4 O dilema americano e a sinuca de bico de Richard Nixon.....	145
4.5 A astúcia da política do dólar forte.....	151
4.6 A crise do sistema financeiro e monetário internacional de 2008	155
4.7 Os discursos e as ações em busca da solução para a crise.....	162
4.7.1 O comportamento do dólar no contexto da crise	163
4.8 Conclusão	165

5. CONTROVÉRSIAS SOBRE A CRIAÇÃO DA MOEDA INTERNACIONAL NA CONFERÊNCIA DE BRETTON WOODS.....

5.1 O contexto da convocação e instalação da Conferência de Bretton Woods.....	169
5.2 Abertura da “Segunda Comissão”: com a palavra, John Maynard Keynes.....	177
5.3 Abertura de Harry Dexter White na primeira reunião da Comissão Sobre o Fundo Monetário Internacional	181
5.4 Relatório do Comitê de Coordenação.....	184
5.4.1 Fundo Monetário Internacional	184
5.4.2 Banco para Reconstrução e Desenvolvimento.....	185
5.5 O Plano Keynes e a <i>International Clearing Union</i>	187

5.5.1 As disposições do plano.....	192
5.6 Conclusão	201
 6. A CRIAÇÃO DE UMA MOEDA ÚNICA COMO FATOR CRUCIAL PARA INTEGRAÇÃO REGIONAL: OS CASOS DA UNIÃO EUROPEIA E DO MERCOSUL	
.....	207
6.1 Integração econômica e a teoria da área monetária ótima.....	207
6.2 Emergência da União Europeia	212
6.3 As reações dos países latino-americanos e emergentes frente ao dólar	224
6.4 Articulações alternativas ocorridas no MERCOSUL.....	226
6.5 Da integração à nova arquitetura monetária regional.....	231
6.6 Os emergentes e ação dos BRICS	237
6.7 Conclusão	238
 7. DECADÊNCIA E DESLEGITIMAÇÃO DA MOEDA AMERICANA	242
7.1 A conjunção triádica da erística monetária.....	242
7.2 Regime de acumulação financeirizado	250
7.3 A estranheza nas transações internacionais	260
7.4 A gaiola dourada, resposta da Rússia e da China aos EUA	265
7.5 A ascensão do padrão monetário chinês.....	276
7.6 Conclusão	279
 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	282
 REFERÊNCIAS	290

1. INTRODUÇÃO

1.1 Prelúdio

A palavra erística deriva do nome de uma deusa da mitologia grega, Éris (deusa da discórdia). Segundo Hesíodo (2003), em sua obra clássica, *Teogonia: a origem dos deuses*, Éris é filha da Noite e seus descendentes mais próximos são: Mentiras, Falas, Disputas, Desordem e Juramento. Por outro lado, do ponto de vista filosófico – ou, mais especificadamente, da filosofia clássica grega –, o termo erística significa a arte da argumentação persuasiva, ou retórica. Essa arte era praticada, principalmente, nos debates públicos da antiga Grécia, nos quais eram discutidas e deliberadas as ideias e propostas dos cidadãos da Pólis, cujo palco privilegiado era quase sempre a Àgora.

Os discursos eram construídos de forma rebuscada, através de raciocínios complexos, baseados em habilidades verbais e eloquentes sutilezas argumentativas, próprias dos grandes oradores. De acordo com Alves (2005), a teoria da argumentação, desde seus primórdios, foi gestada por meio dos estudos de retórica e poesia, entendidas como, respectivamente, a arte da boa fala e da boa escrita, tendo como fonte de inspiração as Musas.

A erística discursiva era mais frequentemente utilizada pelos filósofos sofistas, os quais inauguraram processos diferenciados de articulações retóricas ao desenvolver formas alternativas de racionalidades. Os sofistas mais famosos foram: Protágoras, Górgias, Hípias, Licofron e Pródico – este último, inclusive, teria sido o mestre de Sócrates. Desse modo, os sofistas quase sempre se viam travando lendárias controvérsias com os discípulos de Platão (quando não com o próprio filósofo ateniense), ou mesmo com os seguidores de Aristóteles, que os acusavam de mercenários, ilusionistas e falaciosos.

Investigando sobre a compreensão filosófica aristotélica da palavra razão, Alves (2005) chegou à conclusão de que a erística nada mais é do que a falsificação da dialética e da retórica, uma vez que tem como esteio as opiniões que só aparentemente são prováveis, pois, quando contrastadas com a realidade, se mostram incorretas e falaciosas. Os pressupostos erísticos fundamentam-se na pura contestação (*eris*, segundo o citado autor, significa litígio, refutação), expressando formas argumentativas que partem de premissas confusas, muitas vezes falsas, com o propósito de fazer com que a plateia acredite que suas conclusões são verdadeiras. O objetivo do discurso erístico é o sucesso na discussão, independentemente dos meios utilizados para tal fim.

Além de tudo isso, Éris era uma deusa encenqueira, pois, sendo filha diletta da Noite, adorava colocar as coisas pelo avesso: embarçar a vida dos mortais (e, por vezes, dos deuses olímpicos) para contrariar e gerar conflitos entre eles era seu esporte preferido. Gostava mesmo de separar o inseparável, transformando tudo em coisas fluidas e sem formas definidas, evidenciando o seu caráter irreconciliável e contestatório.

Sendo assim, todo lugar em que a deusa Éris chegava, seja no Olimpo (morada dos deuses), seja na Terra (morada dos mortais), logo provocava grandes desavenças e uma parafernália de controvérsias e confusões, razão pela qual se justifica seu apelido de deusa da discórdia. Em um dos mitos de versão homérica (sobre as causas da lendária Guerra de Troia) em que Éris aparece como figurante de certa relevância, conta-se que Ela, contrariada por não ter sido convidada para participar do casamento do mortal Peleu (rei de Ftia) com a deusa Tétis (uma das titânicas deusas do mar), compareceu dissimulada aos festejos de casamento e colocou, entre os presentes da noiva, o “pomo da discórdia”, uma maçã de ouro com a inscrição: “para a mais bela”.

Esteve presente à festança de casamento, além de algumas lindas mulheres mortais, todo o panteão de deusas e deuses do Olimpo. Quando Tétis foi abrir seus presentes de casamento, deparou-se com o excelente prêmio. Daí por diante, começou uma olimpiana e inesgotável controvérsia, pois todas queriam ser “a mais bela” (claro que as pedestres mulheres mortais saíram logo da disputa). Três divinas candidatas configuraram-se como as mais fortes finalistas; eram elas: Hera (rainha do Olimpo), Afrodite (deusa do amor) e Atena (deusa da sabedoria). Foi assim, então, que Éris conseguiu o seu único e verdadeiro propósito: estragar a festa de casamento da pobre Tétis.

Inicialmente, nesta tese de doutoramento, a palavra erística toma a conotação de controvérsias, entre os agentes sociais que atuam no campo econômico e político, sobre a moeda (erísticas monetárias), no sentido de esclarecer algumas das seguintes indagações: o que se compreende por moeda? Qual o entendimento que se tem a respeito da diferença entre moeda e dinheiro? A moeda é uma relação social (representação simbólica) ou um simples objeto facilitador das trocas de mercadorias? A moeda é imanente às trocas ou consequência delas? O dinheiro sempre existirá na sociedade? A emissão e o controle do dinheiro devem ser feitos pelo Estado ou pelo mercado (através dos agentes privados)? Que papel a moeda exerce na economia e qual é sua importância na contemporaneidade?

Como será explicitado na seção seguinte, o eixo deste trabalho acadêmico está voltado para a análise de uma forma específica de erística monetária, gestada na atual crise do sistema financeiro e monetário internacional, envolvendo as controvérsias teóricas e sociológicas

sobre a moeda de referência internacional (o dólar americano) e o debate sobre a antiga tese keynesiana de criação de uma moeda internacional.

Neste pequeno prelúdio sobre a erística monetária, já se pode antecipar o necessário esclarecimento sobre a diferença entre dinheiro e moeda. Na verdade, essa distinção envolve uma velha controvérsia que separa, de um lado, economistas (genericamente falando) e, de outro, sociólogos e antropólogos. Antes, porém, é importante buscar a origem e a evolução das palavras moeda e dinheiro.

De acordo com Weatherford (1999), o vocábulo “moeda” tem origem na mitologia romana, ou, mais precisamente, deriva do lugar, na cidade de Roma, onde se cunhavam os intermediários na compra e venda de mercadorias (meios de troca). Esse sítio se localizava próximo ao templo da deusa Juno, irmã-esposa de Júpiter¹. Sendo assim, como existiam vários gansos que viviam ao lado do templo da deusa, seus grasnados advertiam aos romanos da presença de estranhos ou inimigos (advertir vem do latim *monere*); por conta disso, a deusa ficou mais conhecida como Juno Moneta (WEATHERFORD, 1999), e os meios de troca ali produzidos passaram a ser chamados de moeda. Nesse aspecto, pode-se também deduzir outra característica interessante do dinheiro, derivado da época: seu íntimo relacionamento com as divindades (*numes* tutelares) e com o gênero feminino.

Ainda de acordo com o citado autor, a moeda que era produzida naquele período (durante o império romano) era o *denarius*, denário, ou seja, uma pequena moeda toda de prata, e tinha o formato quase de um círculo, ou, mais precisamente, de uma elipse – essa moeda trazia a imagem da deusa Juno e seu sobrenome, Moneta. Foi do denário que se originou o termo dinheiro. Ao longo dos tempos, outras derivações surgiram em muitos e diversificados lugares, por exemplo: o *denier* era a moeda que circulava na França; o *denaro*, na Itália; tem-se também o *dinar*, dos árabes; o *dinero* espanhol; e, finalmente, o nosso conhecido *dinheiro* português.

Ainda sobre a questão da diferença entre dinheiro e moeda, o economista francês Ould-Ahmed (2008), informa-nos que os antropólogos e os sociólogos, em seus livros e trabalhos acadêmicos, frequentemente usam a palavra “dinheiro” (Mauss, Durkheim, Malinowski, Lévi-Strauss), enquanto que os economistas, em geral, usam a palavra “moeda”. Sendo assim, a pergunta que se apresenta é: dinheiro é a mesma coisa que moeda? Para o citado autor, a princípio não, uma vez que não há uma diferença conceitual entre a moeda dos

¹Juno era a deusa protetora do lar, do casamento e das mulheres casadas.

economistas e o dinheiro dos antropólogos e sociólogos – o que existe é uma diferença de nível de análise sobre um mesmo objeto.

A moeda estaria voltada para algo que é utilizado para a contabilização de bens e serviços, ou para liquidação de dívidas, ou ainda para recebimento de direitos, de maneira que a moeda exerce a função de unidade de conta (medida de valor) e liquidação de transações (meios de pagamento). Por sua vez, o dinheiro remete a algo que pode ser acumulado, motivo pelo qual é utilizado como reserva de valor (entesouramento).

Nessa linha de raciocínio, tanto antropólogos e sociólogos quanto economistas estão de acordo com a ideia de que a moeda corresponde a um fluxo de riquezas (meios de circulação) e o dinheiro a um estoque – quanto a isso geralmente não existe controvérsia. Todavia, seus olhares se distanciam no fato de que os antropólogos e os sociólogos concebem a moeda como um componente constitutivo de uma categoria mais ampla que é o dinheiro, enquanto que os economistas, inversamente, apreendem o dinheiro como um componente específico da moeda (a moeda seria composta pelo próprio dinheiro e por outros ativos). Essa distinção, de acordo Ould-Ahmed (2008), não é de conteúdo, mas de posição.

No campo específico das ciências econômicas, têm-se duas diferenciadas abordagens sobre moeda e dinheiro: a ortodoxa e a heterodoxa. De acordo com Campos (1992), os economistas filiados à ortodoxia econômica consideram a moeda (ou o dinheiro – eles não fazem distinção de natureza) como um bem qualquer, servindo como um simples facilitador das transações comerciais, ou seja, um mero instrumento funcional de trocas, sem nenhuma especificidade que a diferencie de outros ativos.

Sendo assim, a moeda serve, no mercado, como um dispositivo para avaliação dos preços das mercadorias, funcionando como unidade de conta (medida de valor). Na medida em que a moeda tem aceitação geral, ela confere, a seu detentor, o direito de obtenção dos bens e serviços produzidos na comunidade, quando levados ao mercado. Outro aspecto característico da moeda na abordagem monetária dessa corrente do pensamento econômico é sua neutralidade, no sentido de que a moeda não joga nenhum papel na economia real. Portanto, a moeda não exerce qualquer tipo de influência na produção de bens e serviços, na geração de emprego e renda, nos investimentos etc.; além disso, qualquer variação na sua quantidade altera apenas e tão somente seu poder de compra, gerando inflação (ou deflação).

Por sua vez, a abordagem econômica heterodoxa sobre a moeda reserva-lhe um papel fundamental na economia, pois, segundo essa corrente, o dinheiro interfere na produção nacional, na geração de emprego e de renda, dentre outros, sendo necessária, portanto, a distinção entre dinheiro (capital produtivo) e moeda (capital financeiro).

Entrementes, do ponto de vista dos economistas filiados à abordagem heterodoxa marxista, a simples equiparação desses dois termos expressa pouco rigor teórico, uma vez que dinheiro e moeda representam categorias diferenciadas. Motivo pelo qual, a moeda, seja na forma metálica ou na forma de cédula de papel (ou de cheque, ou de cartão eletrônico etc.), é uma determinação abstrata do dinheiro (símbolo de valor), quando este executa sua função de meio de circulação no processo de circulação de mercadorias. Em outras palavras, a forma de moeda assumida pelo dinheiro decorre de sua função de meio de circulação.

De acordo com Marx (1985), é somente na condição da circulação das mercadorias que a função do dinheiro como meio circulante faz surgir a figura da moeda. Sendo assim, a fração de peso de ouro representada pelo preço (ou unidade monetária das mercadorias) tem de se confrontar com “estas na circulação sob a forma de uma peça de ouro de igual denominação ou moeda” (MARX, 1985, p.107). No processo de circulação, o dinheiro, mercadoria ouro, em sua função de moeda, perde sua substância material, desnudando-se de sua roupagem metálicamente dourada, sendo substituído por meros símbolos, da seguinte forma:

Se o próprio curso do dinheiro dissocia o conteúdo real do conteúdo nominal da moeda, sua existência metálica de sua existência funcional, ele já contém latentemente a possibilidade de substituir o dinheiro metálico em sua função de moeda por senhas de outro material ou por símbolos [...]. O conteúdo metálico das senhas de prata e de cobre é determinado de forma arbitrária pela lei [...]. E, portanto, sua função monetária torna-se, de fato, totalmente independente de seu peso, isto é, de todo valor. A existência do ouro como moeda dissocia-se radicalmente de sua substância de valor. Coisas relativamente sem valor, bilhetes de papel, podem portanto funcionar, em seu lugar, como moeda (MARX, 1985, p.108).

Portanto, sob a perspectiva marxiana, dinheiro e moeda não são coisas semelhantes, pois ambos assumem formas e funções diferenciadas no processo de produção e circulação de mercadorias na sociedade capitalista.

Dentre os muitos elementos correlacionados com a crística monetária, um dos mais relevantes é o fato de que os fenômenos monetários são, geralmente, vistos como coisas enigmáticas pela grande maioria dos indivíduos. Na verdade, o próprio dinheiro (a moeda), que age dissimuladamente (em associação, como um actante), é formatado por finíssimas e misteriosas teias, de sorte que sua investigação teórica, assim como sua manipulação técnica, é assimilada como algo que está muito além da compreensão das pessoas comuns, em sintonia com o processo de naturalização e reificação do mesmo.

Com efeito, tem-se, de um lado, o dinheiro como a construção social que mais subjetivamente afeta as relações interpessoais, uma espécie de agenciador não humano que

atua sobre as pessoas, provocando mudanças e transformações comportamentais, causando frustrações e vazios existenciais, pois é capaz de destruir os mais sólidos empreendimentos, os mais fortes laços de parentescos e as mais duradouras amizades. De outro, objetivamente, tem-se as comodidades tecnológicas no uso, na criação, na obtenção e na gestão do dinheiro, possibilitadas pela existência das quase-moedas (cartões de crédito, cheques etc.), dos caixas eletrônicos e das liquidações de transações através da rede mundial de computadores (internet), com o uso de celulares, *smarthphones*, *iPads*, entre outros. Dessa forma, todas as parafernalias tecnológicas modernas transformam o dinheiro em algo muito próximo de nós (quase que pertencente ao nosso corpo), objetivando-o de tal maneira que sua existência se torna quase natural e infinitamente desejável, passando, segundo Simmel (2004), de um genuíno meio para se atingir um fim, para um fim em si mesmo, pois, acima de tudo, possibilita a obtenção de riquezas e prazeres inestimáveis.

No campo das ciências econômicas, existe uma conhecida erística que se expressa na falsa dicotomia entre os fenômenos reais e monetários (erística da moeda) que foi fortemente discutida durante quase todo o século XX, mas com fracas reverberações teóricas nos dias de hoje, uma vez que se tem avançado muito a seu respeito.

Tem-se, assim, em um polo, a teoria que procura explicar o lado real da economia através da determinação dos preços relativos das mercadorias, analisando o comportamento de suas respectivas ofertas e demandas (seus defensores são filiados à economia neoclássica). Para essa vertente teórica ortodoxa, a moeda é concebida como uma ferramenta transitória e neutra, funcionando como uma espécie de “véu”, ou seja, uma simples intermediária nos processos de trocas, tornando-os potencialmente mais eficientes. Ainda de acordo com essa perspectiva de investigação, a moeda é considerada como exógena, não sendo criada pela dinâmica interna dos processos econômicos, de maneira que sua oferta é externamente disponibilizada pela autoridade monetária do país – no nosso caso, pelo Banco Central do Brasil. Em outras palavras, a moeda não afeta as variáveis agregadas reais da economia, tais como, produção, investimento, emprego, renda etc.

No polo oposto estão os assim chamados economistas heterodoxos (marxistas, keynesianos, kaleckianos, institucionalistas etc.), que defendem que a moeda é não neutra e endógena, pois concebem o dinheiro como um elemento imanente aos processos socioeconômicos, o qual é determinado pelas variáveis reais da economia, através das inter-relações dos agentes econômicos. Tais agentes operam, concomitantemente, em um tempo não lógico (ou seja, histórico) e unidimensional. Por conta disso, esses agentes pautam suas

ações em ambientes macroeconômicos quase sempre eivados de incertezas não probabilísticas.

Todavia, a erística monetária em economia não se esgota aqui, pois existem linhas mais radicais do racionalismo onipresente e maximizador que são vertentes da escola econômica conhecida como novos clássicos. Eles partem do pressuposto de que os agentes conhecem perfeitamente o sistema econômico; por isso, são capazes de antecipar todas as ações e relações que tenham caráter sistemático, de tal forma que os instrumentos de políticas monetárias são inócuos do ponto de vista das intenções das autoridades monetárias (ou seja, a moeda é neutra). Sendo assim, segundo os novos clássicos (Robert Lucas, Thomas Sargent, Robert Barro, entre outros), os citados instrumentos são anulados pelas ações contrárias perpetradas pelos agentes, exceto aquelas ações e relações que tenham algum caráter estocástico (aleatório), de acordo com as quais a moeda pode provocar algum tipo de efeito no curto prazo.

1.2 Construção do objeto: tema, objetivos, problemas e hipóteses

Inicialmente, além de sua importância e atualidade, o motivo que me levou ao estudo das controvérsias sobre a moeda foi a oportunidade de, outrora, já ter trabalhado em minha dissertação monográfica (no curso de Graduação em Economia da Universidade Estadual de Feira de Santana, na Bahia) com as polêmicas existentes nas ciências econômicas no que diz respeito à categoria dinheiro, analisando, entre outras coisas, as posições dos defensores das abordagens ortodoxas e heterodoxas sobre o papel da moeda na economia. Portanto, não se configura como mera coincidência que o título da minha monografia, à época, tenha sido *A erística da moeda*.

Posteriormente, a partir dos meus estudos e reflexões socioeconômicos sobre o dinheiro e o seu papel na sociedade, por volta de 2010-2012, em uma conjuntura de crise da moeda de referência mundial (o dólar americano), com sua potencial perda de legitimidade e quebra de confiança – que produzia uma onda depreciativa do seu valor, empurrando para a berlinda todo o sistema financeiro e monetário internacional –, a temática ganhou interesse inestimável para esta minha investigação acadêmica.

Na verdade, a unidade monetária americana, em seu papel de moeda de referência para as transações do comércio mundial, estabelecida nos Acordos de Bretton Woods, em 1944, começou a ser mais frequentemente colocada em xeque a partir dos problemas da balança de

pagamentos dos Estados Unidos (que já vinha se acumulando desde a década de 1960), no contexto das intermináveis dificuldades energéticas da década de 1970 (por exemplo, os dois choques do petróleo) e da decisão unilateral de seu governo de não mais garantir a conversão do dólar em ouro, ao preço pactualmente fixado nos citados Acordos.

Não obstante, os questionamentos sobre a legitimidade e a real perda de confiança da moeda americana ganharam enormes projeções na primeira década do século XXI, com a instalação de uma das maiores crises do sistema capitalista, a partir de 2007, gestada no mercado imobiliário americano (mercado de *subprime*), cujo ápice se deu no mês de setembro de 2008, motivo pelo qual o sistema financeiro e monetário internacional entrou em estado de potencial desestruturação. Ainda nos dias de hoje, oito anos depois, nada se pode afirmar a respeito das consequências desta última crise, se já foram ou não plenamente esgotadas.

Assim sendo, uma diversidade de controversos e apaixonados debates sobre a moeda de referência das relações internacionais – tanto no que se refere à sua confiança quanto à sua legitimidade – ganhou espaço na agenda de discussão teórica. Dentro dessa discussão, emergiu e teve grande repercussão midiática e acadêmica o antigo debate sobre a tese keynesiana da criação de uma moeda internacional e a institucionalização de um Banco de Compensação Internacional (*International Clearing Union*).

A temática da crise do sistema capitalista esteve presente mais fortemente nas abordagens teóricas e nas discussões políticas de militantes e acadêmicos de viés marxista, como por exemplo: Nikolai Kondratiev, economista russo, que tem uma teoria sobre as ondas longas dos ciclos econômicos, datada de 1926; Jürgen Habermas, da Escola de Frankfurt, em sua obra *Problemas de legitimação no capitalismo tardio*, escrita em 1973; Ernest Mandel, dirigente trotskista, que também tem uma discussão sobre a questão do capitalismo tardio, iniciada em 1985; e David Harvey, um dos geógrafos mais citados em livros e artigos do mundo, com sua obra *O enigma do capital: as crises do capitalismo* de (2011). Entretanto, de acordo com Netto (2015), os marxianos defendem a tese de que, sob diferentes perspectivas, o modo de produção capitalista foi estruturalmente formatado, desde seu nascedouro, por meio de processos contraditórios e antagônicos de tal forma que a crise econômica e social se configura como algo imanente à sua forma de ser e de existir.

Focando a realidade empírica, a crise se expressa, algumas vezes, sob a forma de crise de acumulação de capital; em outras, sob a forma de crise sistêmica e de legitimação, potencializando, frequentemente, fenômenos como desemprego, queda na renda e perturbações políticas. Desse modo, busquei acolhimento teórico e metodológico no arcabouço marxiano da economia política, no que se refere à análise da categoria crise,

servindo-me também das caracterizações e problematizações levantadas por David Harvey na obra supracitada, em plena efervescência da crise *subprime* entre os anos de 2008 e 2009, que me deram suporte para o estudo e a compreensão da erística monetária. De forma complementar, discuto a categoria crise de legitimação, analisada e desenvolvida por Habermas, justamente no contexto dos transtornos socioeconômicos da década de 1970, caracterizado como a primeira grande recessão do sistema capitalista ocorrida após a Segunda Guerra Mundial.

Entretanto, conforme defendido aqui, nesta tese, as raízes mais profundas da atual crise do sistema financeiro e monetário internacional, que eclodiu nos Estados Unidos em 2008, podem ser encontradas no processo de desregulamentação e liberalização dos fluxos internacionais de capitais, iniciados no fim dos anos de 1970 e início dos anos 1980, a partir do desmonte do sistema Bretton Woods e da remoção das normas e regras dos mercados internacionais.

A estrutura especulativa imobiliária americana surgiu e ganhou projeção no âmbito da crescente inadimplência e desvalorização dos imóveis e dos ativos financeiros hipotecários de alto risco (*subprime*), cujo ápice se deu em 2008. Contudo, ela começou a ser construída a partir do ano de 2000, no contexto da bolha da internet, conhecida como crise das empresas *pontocom*.

Com efeito, as empresas de altas tecnologias vivenciaram um processo virtuoso, no final da década de 1990, quando um rápido crescimento dos preços de suas ações alimentou as expectativas de lucros e a especulação dos agentes que atuavam nesse campo. No caso do mercado americano, tal fenômeno se deu por conta da política governamental que criou as condições e as facilidades para o financiamento dessas empresas, com amplas disponibilidades de crédito e afrouxamento das regras para o seu acesso, além de estímulo ao consumo.

A bolha da internet veio a estourar em março de 2000, o que fez com que as autoridades monetárias americanas tomassem a decisão de baixar fortemente os juros básicos de sua economia, no sentido de recuperar o mercado e livrar o país da recessão econômica. Nesse contexto, o afrouxamento da política monetária fez com que os especuladores deixassem o mercado de alta tecnologia, desembarcando para o mercado imobiliário.

Num espaço de mais ou menos cinco anos, as autoridades americanas começaram a identificar certos sinais de recuperação econômica e, dessa forma, voltaram a restringir sua política monetária, aumentando a taxa básica de juros. As consequências dessa política não tardaram a chegar, principalmente no mercado imobiliário, de forma que os preços dos

imóveis desceram ladeira abaixo, provocando sérios problemas para o refinanciamento das dívidas dos clientes de créditos arriscados, *subprime*, razão pela qual as inadimplências cresceram vertiginosamente e os títulos derivativos perderam a capacidade de serem negociados. Nesse contexto, o sistema bancário americano e o estrangeiro iniciaram, a partir do segundo semestre de 2007, um processo crescente de desestabilização.

Portanto, essa crise do sistema financeiro e monetário internacional, com severas repercussões na esfera da economia real (a economia da produção industrial, do comércio e dos serviços não financeiros), veio sendo crescentemente gestada desde o início do século XXI, até alcançar seu marco histórico em 14 de setembro de 2008, com a falência do Lehman Brothers, que se transformou no referencial simbólico da crise do *subprime*, uma vez que este era um dos maiores bancos de investimento e provedores de serviços financeiros do mundo.

A agonia do Lehman foi acompanhada de perto pelo governo americano, o qual se negou a canalizar dinheiro público para salvar o banco da falência, por dois principais motivos: o primeiro foi a crença de que as forças de mercado encontrariam, por si mesmas, uma forma de resolver o problema; o outro foi o fato de que os contribuintes americanos se recusavam a aceitar a injeção de recursos públicos do Tesouro para o setor financeiro bancário. Diante desse embaraço, o Lehman de fato foi à bancarrota. Essa crise, portanto, provocou de forma sequencial uma cadeia de quebraadeiras, dizimando centenas de instituições bancárias e não bancárias pelo mundo afora.

Analisando esse complexo cenário de perturbação econômica e financeira mundial, desencadeado a partir do mercado imobiliário americano, em 2008, apresento, neste meu trabalho acadêmico, a seguinte problemática: como a atual crise do sistema financeiro e monetário internacional, nos últimos 16 anos (2000 a 2015), tem motivado as controvérsias teóricas sobre a moeda e ressuscitado os debates sobre a antiga tese keynesiana de criação de uma moeda internacional?

Subjacente a essa indagação, algumas questões complementares serviram como reflexão para uma possível elucidação da problemática anteriormente pautada: no contexto da crise do sistema financeiro e monetário internacional, quais interesses e ideologias estão ocultos nas controvérsias em torno da moeda? Que outras controvérsias sobre a moeda têm sido estimuladas pela crise monetária internacional dos últimos 16 anos? Nesse longo contexto de gradativa e sinuosa perda de confiança e legitimidade da moeda americana, que alternativas operacionais os países estão utilizando para a substituição do dólar em suas transações internacionais?

Em outras palavras, realizei uma investigação sobre a crise do sistema financeiro e monetário internacional, a partir de uma abordagem socioeconômica e política do dinheiro, investigando, entre outras questões, a seguinte: como a referida crise tem, nos últimos 16 anos, incentivado as controvérsias teóricas sobre a moeda internacional, trazendo para o centro do debate as discussões a respeito da criação de uma moeda internacional? Sendo assim, esta investigação tem por objeto as controvérsias teóricas sobre a moeda de referência mundial no contexto da crise do sistema financeiro e monetário internacional.

Sabendo-se que, desde o desmantelamento do sistema Bretton Woods, nos anos 1970, estava em curso uma longa e sinuosa trajetória de desvalorização da moeda americana, levanto, em relação à principal problemática, a seguinte hipótese: a crise de 2008 reacendeu, na comunidade internacional, um comportamento de desconfiança e questionamento sobre a legitimidade da moeda de referência (o dólar americano) para as transações do comércio mundial, razão pela qual trouxe, para a agenda de discussão, os debates sobre a antiga tese keynesiana de criação de uma moeda internacional.

Sinalizado pela delimitação do tema, cheguei ao seguinte objetivo geral: compreender em que medida as controvérsias teóricas sobre a moeda têm corroborado a antiga tese keynesiana sobre a criação de uma moeda internacional, no contexto da crise do sistema financeiro e monetário internacional de 2000 a 2015. Na medida em que ficou claro quais eram o tema e o objetivo geral, foi possível delinear os objetivos específicos, que são os seguintes:

- (a) Explorar e analisar o surgimento, as representações, as concepções teóricas, sociológicas e filosóficas da moeda e seu papel nas relações do comércio internacional;
- (b) Discorrer sobre o conceito de crise nas formações sociais;
- (c) Compreender a crise do sistema financeiro e monetário internacional dos últimos 16 anos;
- (d) Investigar as configurações conceituais sobre a moeda internacional defendida por Keynes na Conferência de Bretton Woods de 1944;
- (e) Trabalhar as abordagens teóricas sobre o processo de criação de uma moeda única para a integração regional, tendo como referências a União Europeia e o MERCOSUL;
- (f) Discutir e avaliar a trajetória de decadência e deslegitimação da moeda americana.

1.3 Arcabouço teórico/metodológico e estrutura da tese

No que tange à investigação, trata-se de um estudo de natureza qualitativa de tipo exploratória. Por conta disso, compartilho o pressuposto de que a pesquisa qualitativa é capaz de responder a questões muito específicas, apreendendo esferas da realidade que não podem ser quantificadas. Assim, esse tipo de pesquisa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos, dos fenômenos” (MINAYO, 1994, p. 21-22) que não se prestam a serem empacotados por meio de modelos analíticos. Nessa perspectiva, optei, como procedimento metodológico, pela análise documental e bibliográfica, pois procuro abranger parte significativa das teorias que trazem contribuições relevantes para a elucidação do tema, cujas fontes são livros, teses, dissertações, artigos, revistas, jornais e tantos outros documentos científicos que se fizerem necessários. Sendo assim, para o campo empírico desta pesquisa, são analisados os documentos que foram catalogados e sistematizados numa coleção chamada *Proceedings and Documents of the United Nations Monetary and Financial Conference, Bretton Woods, New Hampshire, July 1-22, 1944*².

Essa coletânea de dois volumes é composta por atas, relatórios, artigos de jornais, agendas e outros, e pertence ao conjunto de documentos publicados pelo *Federal Reserve Archival System for Economic Research* (FRASER), cuja sistematização contou com a colaboração do Departamento de Estado dos Estados Unidos, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), principalmente na coleta e no arranjo dos materiais, mas também no partilhamento dos custos iniciais de publicação.

De posse dessa coletânea, obtida através do endereço eletrônico disponibilizado pelo FRASER, selecionei, inicialmente, os documentos que tivessem alguma relação com a minha temática, utilizando como critério aqueles que guardassem informações relevantes que me ajudassem elucidar o problema levantado nesta tese, em especial àqueles que faziam referência às intervenções de Keynes e White (e seus respectivos planos) durante a Conferência, buscando coletar elementos teóricos a respeito da tese de Keynes da criação de uma moeda internacional, o *bancor*, e da institucionalização da União de Compensação Internacional (*Clearing International Union*).

²Disponível em: <<https://fraser.stlouisfed.org/title/?id=430>>. Acesso em: 2 nov. 2014.

Nesse sentido, trabalhei os documentos que me ajudaram a fazer uma contextualização da convocação e do processo de instalação da Conferência de Bretton Woods e especifiquei nomeadamente as delegações participantes encontradas no Documento nº 6 do primeiro volume da coletânea (UNITED STATES, 1948).

Recolhi e analisei os materiais sobre a Agenda da Conferência e suas diretrizes gerais que formaram a base a partir da qual foram criadas três Comissões Técnicas: Comissão I (Fundo Monetário Internacional), Comissão II (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e Comissão III (Outros Meios de Cooperação Financeira Internacional). Tais informações estão expressas no Documento nº 7. Outras informações que dizem respeito à designação, pelo presidente dos Estados Unidos, do presidente temporário e do secretário geral da Conferência, são encontradas no Documento nº 34. Quanto às informações referentes à mensagem do presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, lida pelo secretário Morgenthau e analisada aqui, estão disponíveis no Documento nº 40 (UNITED STATES, 1948).

Foram também trabalhados os materiais referentes aos discursos dos presidentes das delegações da China (Hsiang-Hsi Kung), do México (Eduardo Suarez) e do Brasil (Arthur de Souza Costa), além do discurso do presidente permanente da Conferência, Henry Morgenthau Junior, presentes no Documento nº 40 (UNITED STATES, 1948).

Descrevi e analisei o Documento nº 509, que registrou o encontro do Comitê de Coordenação, ocorrido em 21 de julho de 1944, onde foi apresentado, aprovado e posteriormente enviado para submissão da Conferência. Examinei, também, o Relatório do Comitê de Subscrição da Comissão II, disponível no Documento nº 511, que aprovou o montante de subscrição de cada país-membro para o Banco (UNITED STATES, 1948).

Trabalhei adicionalmente o Apêndice IV do segundo volume, a partir da página 1548 (*International Clearing Union: text of a paper containing proposal by british experts for an International Clearing Union*), na qual é apresentada a proposta dos especialistas britânicos para a criação da União de Compensação Internacional. Dessa forma, foram transcritos e analisados os documentos intitulados “Linhas de abordagens para a criação do *International Clearing Union*”, “As disposições do plano”, “Que passivos deverão compor o plano?”, “A gestão diária do câmbio no âmbito do plano” e “O controle do movimento de capital”. Antes, porém, analisei o discurso do chanceler britânico na Câmara dos Comuns, exposto na apresentação do referido apêndice (UNITED STATES, 1948).

No campo da literatura especializada sobre o tema, os trabalhos produzidos até a década de 1990 se tornaram clássicos para a investigação sobre o dinheiro, de maneira que, para

traçar esta trajetória investigativa, foram inicialmente selecionados os seguintes teóricos: Karl Marx, Georg Simmel, Robert Triffin, John Kenneth Galbraith, Max Weber e Michael Moffitt. Todavia, nos últimos 25 anos têm surgido muitos outros autores, com suas respectivas obras, igualmente importantes, alguns abordando de forma genérica a questão da moeda ou, de forma específica, a sociologia do dinheiro, mas também tiveram aqueles cujas abordagens dizem respeito à crise do sistema financeiro e monetário internacional, conectado ao dólar americano, os quais serão apresentados gradativamente mais à frente.

Além da categoria erística (no sentido de controvérsia), já amplamente explicitada no prelúdio desta tese, duas outras categorias teóricas configuram-se como centrais: o conceito de crise e a noção de actante. O vocábulo crise pode ser apreendido sob duas ópticas que lhes são complementares: uma é a de crise estrutural, imanente ao modo de produção capitalista, desenvolvida por Marx (1969, 1983, 1985, 1988), e a outra foi elaborada por Habermas (1973), a já citada crise de legitimação. A noção de actante foi sistematizada, entre outros teóricos, por Bruno Latour em sua obra *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede* (2012).

De acordo com Latour, existem dois tipos de atores (actantes), o humano e o não humano. No caso, o dinheiro seria um actante não humano, ou seja, uma espécie de agenciador/mediador que age sobre as pessoas, influenciando seus comportamentos. Na verdade, quem age não é a coisa (não humano) ou a pessoa (humano), mas a associação específica entre pessoa (sujeito) e coisa (dinheiro) é que decide e se posiciona, atuando de tal forma que promove algum tipo de transformação.

Amparada pelas abordagens teóricas acima explicitadas, esta tese se apresenta como uma pesquisa que busca produzir novos conhecimentos, a partir do conjunto daqueles até então existentes, a respeito das controvérsias sobre a moeda de referência internacional e sobre a atual crise do sistema financeiro e monetário mundial, sem guardar preocupação quanto à sua aplicação prática. Desse modo, não se trata apenas de descrever a trajetória histórica da moeda e do seu surgimento como elemento fundante de novas relações sociais, mas também de investigar e analisar a dinâmica de seu processo de desenvolvimento nos vários contextos em que se apresentou como combustível para as monumentais crises das arquiteturas financeiras e monetárias mundiais, até sua configuração atual.

Nesse sentido, optei, para este estudo, pelo método histórico-dialético, executando uma criteriosa investigação que abarcasse a macroestrutura dos fenômenos monetários, objetivando compreender a natureza e importância da moeda para a sociedade contemporânea, uma vez que tanto a moeda como a gênese e o desenvolvimento histórico do

sistema capitalista mundial (e do subsistema financeiro e monetário internacional) se configuram na realidade como processos complexos e dinâmicos, cuja contradição entre seus elementos constitutivos emerge de tal maneira que produz novas sínteses, as quais, por sua vez, são também nutridas por renovadas contradições.

Anexo a essa perspectiva, embora consciente da importância das associações e do papel do sujeito na co-participação dos fenômenos sociais, nomeadamente os monetários – daí a importância da dimensão sociológica e política dos fenômenos econômicos, que permite navegar nas ondas quânticas intermediárias entre o subjetivo micromundo do indivíduo e sua estratosfera coletivo-institucional –, farei uma abordagem estrutural e sistêmica, nutrida pela ótica da interdisciplinaridade (economia, sociologia, política e história).

Essa escolha é explicitada na preferência pela análise da macroabordagem de Marx (o dinheiro enquanto expectativa de riqueza e expressão material e simbólica dos processos de acumulação de capital e ocultação das relações de exploração e poder da classe burguesa dominante) e nas teorias de sistema de Habermas (o dinheiro enquanto o cerne da colonização do mundo da vida) e Nigel Dodd (enquanto elemento de referência, o dinheiro é galvanizador de uma enorme e coesa rede de transações, compondo complexas cadeias de determinações sociopolíticas e econômico-financeiras), procurando construir uma síntese das investigações sobre os aspectos monetários desenvolvidos por esses três teóricos, não sem antes fazer emergir como contrapontos algumas das abordagens interacionistas fundamentadas no individualismo metodológico (Weber e Hayek) e no relativismo de Simmel.

De forma complementar, novamente ponho em tela a reflexão da Teoria do Ator-Rede, de Latour (2012) – o dinheiro enquanto actante (mediador) nas heterogêneas associações ocorridas no campo das relações sociais e das transações no mercado internacional –, no sentido de compreender a complexidade sistêmica da rede macropolítica/financeira internacional, composta pelos sistemas monetários nacionais dos países que participam do comércio internacional com seus atores institucionais (Bancos Centrais, Bolsas de Valores, FMI, Banco Mundial, OMC, Agências de Riscos etc.), seus atores tecnológicos (computadores, *tablets*, *iPads*, internet etc.) e seu principal ator não humano, a moeda de referência mundial, o dólar americano.

Muitas das questões estruturais, culturais e epistemológicas da sociologia contemporânea estão de alguma forma conectadas com a investigação da natureza do dinheiro, seu papel social, político e cultural. Nesse sentido, os motivos que levam uma pessoa a demandar dinheiro (transação, precaução e especulação), sua forma de percepção e uso estão intimamente correlacionados à sociologia relacional. No entanto, apesar dos grandes

clássicos da sociologia, ou mesmo os sociólogos contemporâneos, sempre terem algo a dizer sobre o dinheiro, como Durkheim, Weber, Giddens, Habermas, Bourdieu etc., são raros os estudos e pesquisas específicos no campo da sociologia do dinheiro, exceção de George Simmel e Nigel Dodd.

A escola de regulamentação francesa (ou institucionalista) tem produzido muito sobre o tema e tem buscado ampliar suas investigações sobre o dinheiro através de uma abordagem interdisciplinar que vai além dos limites da ciência econômica, embora seus principais teóricos advenham deste campo. De certa forma, acolhemos uma das principais teses de Bruno Théret (2008), eminente representante desta escola, de acordo com a qual o dinheiro, enquanto operador de classe social, é um sofisticado catalisador do processo de naturalização das relações sociais do sistema capitalista, ocultando a dimensão distributiva do regime de moedagem e os conflitos de classe.

No contexto de crise do sistema financeiro e monetário internacional, cujo epicentro se localiza simbolicamente na unidade monetária de referência internacional, o dólar americano, penso que a grande contribuição desta tese é ter colocado no centro das preocupações da sociologia econômica a categoria dinheiro: por um lado, fazendo emergir um corpo de ideias e conceitos que surgiram no contexto da Conferência de Bretton Woods, ocorrida em 1944, em particular a tese keynesiana da criação de uma moeda verdadeiramente internacional, e seu correspondente Banco de Compensação Internacional; por outro, a construção de um conceito de moeda que seja alternativo e equidistante à concepção de moeda sedimentada por meio da racionalidade instrumental (da economia ortodoxa) e da abordagem antropológica do dinheiro, enquanto elo substancializado das relações sociais que se expressa na teia que resulta das transferências de propriedade de bens reais ou simbólicos, trocados entre humanos ou entre humanos e divindades.

Por fim, sob a perspectiva da erística monetária, este trabalho acadêmico sugere uma questão que fica aberta para futuras investigações: como e por que (qual o sentido e que relações sociais de produção lhe dá significado e existência), apesar de todo o avanço tecnológico da modernidade, o dinheiro (enquanto expressão do inconsciente coletivo, sedimentado nas expectativas dos períodos tempestuosos e caóticos da atual crise do sistema financeiro e monetário internacional), embora fiduciário, em última instância, reivindica para sua existência, confiança e legitimidade, um lastro substancial, nomeadamente, a velha mercadoria brilhante, o ouro?

Na estrutura dos capítulos serão agregadas e comentadas outras abordagens teóricas e metodológicas, com seus respectivos autores, que também incorporam o leque de referenciais teóricos desta produção acadêmica.

Sendo assim, o corpo deste trabalho está estruturado em oito capítulos, incluindo esta introdução e as considerações finais. Dessa forma, no segundo capítulo, faço uma exposição analítica das principais abordagens históricas e sociológicas sobre o dinheiro, realçando conceitos, propriedades e funções da moeda de referência internacional, levando em consideração as contribuições de Weber, Théret e Dodd. Adicionalmente, são aqui trabalhadas as teorias da economia política sobre o dinheiro, tendo como catalisadoras as categorias riqueza e valor, bem como o problema sociológico fundamental do fato monetário moderno: a estrutura do poder de Estado, simbolizado e sedimentado no dinheiro (em particular, a dimensão fiduciária subjacente às transações monetárias), bem como a relação entre o dinheiro e a teoria dos sistemas sociais, através das contribuições de Latour e Habermas.

No terceiro capítulo, faço algumas reflexões sobre a categoria crise, levando em conta seus aspectos sociológicos, econômicos e políticos. Entretanto, essas considerações não são demasiadamente extensas, restringindo-me a algumas das tipificações da categoria crise, tendo como esteio as abordagens de Karl Marx, David Harvey e Jürgen Habermas. Tal propósito se justifica na medida em que me instrumentaliza teoricamente para as descrições e análises do objeto desta tese, de forma que deve ficar claro para o leitor que tipo de crise aqui está sendo trabalhada. Não obstante, essa categoria perpassa todo o desenvolvimento deste trabalho; portanto, estarei a cada momento adicionando novas análises e abordagens teóricas sobre esse fenômeno nos vários capítulos desta obra.

No quarto capítulo, investigo o sistema financeiro e monetário internacional, desde sua gênese, passando pelo desenvolvimento e chegando à crise atual, razão pela qual a investigação é configurada a partir do processo de gestação do primeiro sistema financeiro e monetário internacional, o britânico. A partir de então, procuro compreender e analisar os principais eventos que demarcaram não só a origem do sistema financeiro e monetário mundial, mas também a dinâmica de seu desenvolvimento e as crises que o assolaram durante todo o seu percurso.

No quinto capítulo, a partir das análises documentais, estabeleço um leque de distinção entre as argumentações conceituais e políticas sobre o dinheiro e o sistema monetário internacional nascente. Com efeito, foram analisados alguns dos documentos e atas da Conferência Financeira e Monetária das Nações Unidas. Especificamente, analiso algumas

das unidades documentais da anteriormente citada coletânea, *Proceedings and Documents of the United Nations Monetary and Financial Conference, Bretton Woods, New Hampshire, July 1-22, 1944*. Dessa forma, procuro examinar as motivações e os interesses do próprio Keynes no tocante à defesa da sua tese sobre a necessidade de criação de uma moeda internacional e de um Banco de Compensação Internacional, contrastando as argumentações do plano White. Ainda neste capítulo, faço uso dos estudos de autores mais recentes para responder à problemática levantada nesta pesquisa, qual seja: como a atual crise do sistema financeiro e monetário internacional, nos últimos 16 anos (2000 a 2015), tem motivado as controvérsias teóricas sobre a moeda e ressuscitado os debates sobre a antiga tese keynesiana de criação de uma moeda internacional?

No sexto capítulo, analiso as experiências de criação de uma moeda única regional como condição necessária e indispensável ao processo de instituição e consolidação de um conjunto de países localizados em uma determinada área geográfica (integração regional), a fim de compreender esse fenômeno. Complementarmente, avalio, por um lado, as justificativas que as respaldam e, por outro, as ponderações que levantam contrapontos e discordâncias em relação às teorias sobre a integração econômica, dentre as quais a teoria da área monetária ótima, focando nas experiências de constituição e consolidação da União Europeia e, no caso da América Latina, do MERCOSUL.

De forma análoga, ainda no capítulo seis, analiso as ações dos países latino-americanos e caribenhos no que diz respeito à cooperação financeira e monetária, e, em particular, examino as gestões coletivas desses países para criarem as condições para a formação de uma Nova Arquitetura Monetária Regional, por meio da institucionalização de um Banco de Desenvolvimento Regional e do estabelecimento de uma Unidade Monetária Comum para a região. Por fim, apresento e examino as movimentações dos países de mercados emergentes, particularmente aqueles que compõem o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e suas articulações, no sentido de reconfigurar as instituições do sistema financeiro e monetário internacional, reivindicando poder de intervenção nos processos de decisões de cúpula das instituições multilaterais, bem como ações para a criação de uma unidade monetária internacional, a qual, em substituição ao dólar americano, funcionaria como moeda de reserva mundial.

No sétimo capítulo, esboço, a partir da conjunção triádica da erística monetária (reestruturação produtiva, neoliberalismo e globalização financeira), o longo, sinuoso e intermitente processo de desgaste e deslegitimação da moeda de reserva internacional, o dólar americano, colocando em proeminência o papel da Rússia e da China no contexto da atual

crise do sistema financeiro e monetário internacional e a (já em curso) emergência do sistema monetário chinês. Antes, porém, faço uma análise de uma formulação teórica proposta pela Escola de Regulação Francesa: trata-se do conceito de Regime de Acumulação, vital para a compreensão referida crise.

No oitavo e último capítulo, explico as considerações finais, de maneira que são amadurecidas e expostas as principais conclusões sobre as questões desenvolvidas nos capítulos anteriores relacionadas à erística monetária; à natureza econômica, política, filosófica e sociológica do dinheiro; à dinâmica e o desenvolvimento do modo de produção capitalista no contexto da crise do sistema financeiro e monetário internacional (e sua unidade monetária dominante, o dólar americano), onde apresento uma resposta sobre a problemática norteadora desta tese.

2. A MOEDA INTERNACIONAL, UMA ABORDAGEM SOCIOECONÔMICA E POLÍTICA DO DINHEIRO

Neste capítulo serão expostas e analisadas algumas das principais abordagens históricas e socioeconômicas do dinheiro (investigando muitos dos seus conceitos, sua natureza, suas propriedades e funções), levando em consideração as contribuições de Max Weber, Bruno Latour, Bruno Théret e Nigel Dodd, entre outros. Também serão trabalhadas, aqui, as teorias da economia política sobre dinheiro, tendo como sinalizadoras as categorias riqueza e valor e o problema sociológico fundamental do fato monetário moderno: a estrutura do poder de Estado, simbolizado e sedimentado no dinheiro (em particular, sua dimensão fiduciária, subjacente às transações monetárias), buscando colher elementos teóricos e metodológicos para compreender até que ponto a crise do sistema financeiro e monetário internacional, nos últimos 16 anos (2000 a 2015), tem trazido para o centro da discussão acadêmico e midiático as controvérsias sobre a antiga tese keynesiana de criação de uma moeda internacional.

2.1 Dinheiro: surgimento, conceitos, propriedades e funções

O grande dilema para a construção do conceito socioeconômico e político do dinheiro, que atenda e reflita a dinâmica do modo de produção capitalista dos nossos dias e nos auxiliem na compreensão da atual crise do seu sistema financeiro e monetário é conseguir externalizar sua invisível essencialidade (ou seja, no seu estado não manifesto), expressa no seu poder de naturalização das relações sociais de produção – ocultando a exploração, a perversa assimetria distributiva e os conflitos de classe.

Sob a óptica dos processos de evolução histórica, Weber (2006) concebe o aparecimento do dinheiro simultâneo à criação da propriedade privada individual. Desse modo, o dinheiro, materializado em algum tipo de objeto, representa o estabelecimento de relações sociais segundo as quais as forças produtivas alcançam o estatuto de criação e apropriação individual, mesmo que ainda relativamente precário. Assim, “A propriedade individual mais antiga consiste de objetos elaborados pelo próprio indivíduo: armas e utensílios, em se tratando do homem, ornamentos, ao se tratar do homem ou da mulher” (WEBER, 2006, p. 226).

O mesmo autor, ao analisar as funções do dinheiro (quais sejam: meios de pagamento, meios de troca e entesouramento), afirma que a função de “meios de pagamento” se deu primeiramente e, por conseguinte, é muito mais antiga do que a função de “meios de troca”; de maneira que a função de meios de pagamento é o resultado de uma economia sem troca. “Nesta fase, o dinheiro nada mais tem a ver com a troca. A aquisição desta sua peculiaridade se tornou possível desde o momento em que uma economia sem troca conheceu também prestações econômicas”, cuja liquidação se dava por intermédio de um meio de pagamento: “tributo, presentes aos chefes, preço da noiva, dotes, multas, castigos etc.” (WEBER, 2006, p. 226). Sendo assim, pode-se concluir que, diferentemente da grande maioria dos teóricos que de alguma forma estudam o dinheiro, Weber defende a tese de que o dinheiro é anterior aos processos de troca.

Faz-se necessário lembrar que por “meio de pagamento” Weber concebia um objeto específico, entregue a outrem como “cumprimento de determinadas obrigações, pactuadas ou impostas”, cuja validade é “convencional ou juridicamente garantida” (WEBER, 2006, p. 45). Nesse sentido, o meio de pagamento como definido por Weber não seria dinheiro, posto que não se paga por quilo que é tomado de forma violenta, ou que é compulsoriamente obrigado entregar ao grupo (ou a tribo, ou a comuna, ou ao Estado – ainda que moral ou juridicamente justificado). Mesmo os espólios ou tributos de guerra (riquezas, pessoas, multas, castigos etc.) que uma nação deve repassar à sua rival, vencedora, podem ser considerados como dinheiro.

O processo de troca é algo que exige uma contraprestação: João entrega uma coisa, **A** (real ou abstrata – tangível ou intangível), para Pedro e recebe dele outra coisa, **B** (real ou abstrata – tangível ou intangível). Nesse sentido, a coisa **A** é trocada pela coisa **B**. João, ao entregar **A** para Pedro, recebe, do mesmo, **B** como contraprestação. Portanto, se João toma de Pedro **B** (sem lhe oferecer nenhuma contraprestação), isso não se configura como troca, mas como subtração, violência ou roubo. Nessa linha de raciocínio, o dinheiro, enquanto meio de pagamento, é gestado na e pela troca como um intermediário.

Em sua obra *História geral da economia* (2006), nascida das aulas que Weber ministrava num curso na Universidade de Munique entre 1919 e 1920, de acordo com Swedberg (2005), é encontrada a definição de dinheiro que nos leva a concluir que ele (o dinheiro) só surge de fato na sociedade a partir da “economia lucrativa”: “O *dinheiro* é um meio de pagamento que, ao mesmo tempo, se utiliza como meio de troca, num determinado círculo de pessoas, e ‘valor nominal’, através da cunhagem, está em condições de servir, também, como unidade de conta” (WEBER, 2006, p. 13).

Portanto, depois de um longo processo de desenvolvimento histórico, o dinheiro, em Weber, alcança a sua forma mais acabada, ou seja, munida de suas principais funções (meio de pagamentos, unidade de conta e reserva de valor), na sociedade capitalista moderna.

Na contramão da concepção weberiana de dinheiro, Mauss (1914) defende que, sob o aspecto de sua natureza e seu aparecimento, o dinheiro se apresenta como uma relação social e surge desde os primórdios da sociedade humana, de modo que a concepção de dinheiro enquanto um simples objeto material (uma coisa qualquer, socialmente referendada como tal) é extremamente limitado. Sendo assim, de acordo com este antropólogo, o dinheiro é, em sua essência, um “fato social”. Por conseguinte, o valor do dinheiro (enquanto poder de aquisição de bens e serviços produzidos pela sociedade) resulta de um atributo precípua da convivência social, a confiança.

De fato, conforme Théret (2008), o dinheiro passou a ser criado desde os tempos em que a humanidade deixou de ser nômade. Consequentemente, as sociedades de caçadores e colhedores, que viviam sempre em trânsito à procura de locais com abundância de água e alimentos (enfrentando as intempéries ambientais e frequentemente seguindo as trilhas de suas caças), eram sociedades que não conheceram nenhum tipo de dinheiro.

Ainda assim, diferentemente de Weber, Théret (2008) assevera que, no percurso de toda sua trajetória histórica, o dinheiro foi sendo forjado através de complexos processos de trocas, ou, mais especificamente, de “transferência de posse e/ou propriedade sobre bens reais ou simbólicos” (THÉRET, 2008, p. 3). Por isso, deixando de lado a natureza do dinheiro, bem como suas diversificadas origens, o referido autor chega ao entendimento de que toda sociedade que faz uso de dinheiro se apresenta historicamente como um conjunto de vínculos sociais que se expressa através das relações entre “dívidas e créditos”. Nesse caso, o dinheiro é o objeto que possibilita a intermediação dessas relações: rituais mágicos e/ou religiosos (origens e desaparecimentos de pessoas e coisas), iniciações, casamentos, funerais etc. Dessa maneira, os referidos nexos entre dívidas e créditos se manifestam não somente por meio de transações de bens e valores entre humanos, mas também entre os humanos e as entidades ou poderes sobrenaturais.

Nos últimos estágios dos “primitivos” processos de trocas “comunais” (ou “pré-capitalistas”, como defende Weber) ocorreu a transição entre o escambo e o pós-escambo, ou seja: uma sociedade que saiu da condição do processo de troca de mercadoria por mercadoria ($M - M$, escambo), sem intermediação, para a condição do processo de troca de mercadoria por dinheiro e dinheiro por mercadoria ($M - D - M'$, pós-escambo), com intermediação. Nesse contexto, diversos e inusitados objetos serviram como intermediários nas trocas (quer

dizer, como “dinheiro”): objetos ornamentais, conchas, utensílios domésticos e armas pessoais; assim como, também, elementos perecíveis: trigo, gado, açúcar, sal etc. Entre o amálgama de coisas que historicamente funcionaram como intermediárias das trocas, vão surgir e se consolidar aquelas formadas pelos metais preciosos – prata, ouro etc. Assim, as características físicas desses objetos (componente material, tamanho, volume e formato) determinaram a escolha daquele que melhor atendesse às especificidades e funcionalidades do dinheiro, dentre as quais a de atender às sofisticadas exigências do comércio mundial.

A propósito, Smith (1988), em *A riqueza das nações*, salienta que:

Entretanto, ao que parece, em todos os países as pessoas acabaram sendo levadas por motivos irresistíveis a atribuir essa função de instrumento de troca preferivelmente aos metais, acima de qualquer outra mercadoria, por ser difícil encontrar outra que seja menos perecível; não somente isto, mas podem ser divididos, sem perda alguma, em qualquer número de partes, já que eventuais fragmentos perdidos podem ser novamente recuperados pela fusão – uma característica que nenhuma outra mercadoria de durabilidade igual possui, e que, mais do que qualquer outra, torna os metais aptos como instrumentos para o comércio e a circulação. (SMITH, 1988, p. 32).

Nesse sentido, Jevons (1875) enumerou as seguintes propriedades para que um determinado objeto funcionasse como dinheiro: portabilidade, indestrutibilidade, homogeneidade, divisibilidade e cognoscibilidade. No transcurso temporal, além da intermediação das trocas, outras duas funções deveriam ser incorporadas ao dinheiro: unidade de conta e reserva de valor (entesouramento). Contudo, essa realidade material e funcional, explicitada por Jevons, não é suficiente para uma conceitualização plena das funções monetárias, pois coloca ao largo toda uma entrelaçada rede de conexão sociocultural e simbólica, subjacente à existência do próprio dinheiro, mesmo naqueles primeiros contextos da sociedade humana, conforme vimos acima com a concepção de dinheiro de Théret (2008). Adicionalmente, de acordo com Dodd (1997), não existe uma conexão necessária e imediata entre as características físicas e simbólicas do dinheiro, tanto nas sociedades pré-capitalistas quanto nas sociedades modernas.

2.2 A erística monetária e a Teoria Quantitativa da Moeda

Antes de falarmos sobre a erística monetária e a teoria quantitativa da moeda, ambas relacionadas com a polêmica entre Malestroit e Jean Bodin, vamos apresentar uma

informação no mínimo curiosa para os amantes da física e da astronomia: Nicolau Copérnico, nas horas de folga, era também economista.

Copérnico é bem conhecido e lembrado por ter desafiado o sistema ptolomaico que consagrava ao planeta Terra o centro do Universo, motivo pelo qual todos os corpos celestes giravam em seu entorno, inclusive o Sol. Segundo Mason (1962), no sistema de Copérnico, era a Terra (como os demais planetas) que girava em torno do Sol, de tal forma que a Terra realizava três movimentos: rotação diária sobre seu eixo, translação anual ao redor do Sol e um movimento de oscilação de seu eixo (para explicar o movimento de precessão dos equinócios).

O sistema de Copérnico era mais simples e belo que o de Ptolomeu. Este atribuía aos corpos celestes movimentos em direção Leste-Oeste e rotações em sentido inverso. Copérnico fazia girar a Terra e todos os planetas ao redor do Sol, na mesma direção e com velocidades que decresciam em razão direta das distâncias que os separavam destes; o Sol, ao centro, e as estrelas fixas, na periferia, eram imóveis. Chegava-se então a compreender por que os planetas pareciam aproximar-se e afastar-se da Terra: em certa época, achavam-se eles do mesmo lado do Sol em que estava a Terra, e em outra, do lado oposto. Por uma engenhosa combinação de epiciclos, Copérnico explicava o fato de o diâmetro aparente da Lua não variar muito, ao passo que os epiciclos adotados por Ptolomeu exigiam variasse esse diâmetro aparente, na razão de 1 para 4. (MASON, 1962, p. 102).

Entrementes, segundo Bassalo (2016), Copérnico começou sua carreira científica estudando medicina na Universidade de Pádua – cidade que se encontrava sob os domínios de Veneza, por volta dos anos de 1501. Foi nesse contexto acadêmico que Copérnico teve oportunidade de ler os clássicos gregos, dos quais Plutarco era o seu preferido, de maneira que foi nas obras deste que ele veio a conhecer o sistema geocêntrico ptolomaico. Após ter se doutorado em medicina, em 1503, Copérnico foi para o Bispado de Warmia, região pertencente ao nordeste da Polônia, para assumir o cargo de secretário e médico de seu tio e protetor, o bispo polonês Lucas Watzenrode.

Aconteceu que, na cidade de Warmia, de acordo com Bassalo (2016), as transações comerciais e financeiras eram feitas através de moeda cunhada por ligas de cobre e prata, uma vez que não existia papel-moeda na Polônia (e nem nos territórios prussianos vizinhos) à época, ou seja, nas primeiras décadas de 1500. Entretanto,

[...] como essas moedas eram cunhadas pelas casas da moeda de diferentes regiões polonesas e vizinhas, elas sofriam flutuações e perda de valor, pois elas eram refundidas com uma quantidade cada vez menor de prata. Em vista disso, havia uma maior quantidade de moedas em circulação, com menor valor (“moeda podre”), ocasionando inflação, pois os poloneses começaram a poupá-las (e gastá-las) sem saber que ela estava minando a “moeda boa” (com maior teor de prata). (BASSALO, 2016).

Foi aí então que nasceu o economista Copérnico, uma vez que nosso astrônomo resolveu se interessar em solucionar o problema – para tanto, foi estudar o processo de cunhagem de moedas. De suas pesquisas e estudos resultaram vários trabalhos, alguns dos quais foram publicados naquele contexto, dentre eles o artigo intitulado *Moneto cudente ratio* (“Sobre a maneira de cunhar moedas”), publicado em 1528. Ainda de acordo com Bassalo (2016), Copérnico apresentou, nessa obra, algumas sugestões, dentre as quais destacamos a instituição de uma única Casa da Moeda e a unificação do sistema de moeda existente em toda a Polônia.

Finalmente, lembra o autor, conforme citação abaixo, o conhecido princípio econômico segundo o qual a moeda forte expulsa a moeda fraca (lei de Gresham), foi, originariamente, criado por Copérnico.

Aliás, é oportuno observar que o princípio formulado por Copérnico, qual seja, *As moedas ruins (podres) contaminam as moedas boas*, foi “redescoberto” pelo financista inglês Sir Thomas Gresham (1519-1579) – o criador da *Bolsa de Londres* – que o formulou, em 1558, conhecida como Lei de Gresham, a partir de 1858, quando recebeu esse nome dado pelo economista escocês Henry Dunning Macleod (1821-1902). (BASSALO, 2016).

Avançando um pouco no tempo e deslocando nosso olhar para o Ocidente europeu, mais precisamente por volta de 1570, século XVI, na França, surge uma famosa erística monetária, relacionada às causas do aumento descontrolado e intermitente dos preços dos bens e serviços de um país (inflação). De acordo com Simonsen (1995), essa controvérsia se deu entre duas figuras de notável renome da época, o jurista e filósofo francês Jean Bodin e o conselheiro do Rei Carlos IX, o Sr. Jehan Cherruyt Malestroit. O primeiro defendia que os aumentos de preços das mercadorias estavam relacionados à quantidade de ouro em circulação no país; por sua vez, o segundo (que acreditava que a riqueza e o poder de uma nação são dados pela quantidade de ouro que ela possui) dizia que a alta de preços se dava pela baixa quantidade de teor metálico da moeda. Dessa erística vai surgir a base propulsora de toda fundamentação do monetarismo moderno, qual seja, a ideia de que o aumento da quantidade de moeda em circulação na economia é a causadora, em última instância, dos processos inflacionários.

Dois séculos mais tarde, ainda no território europeu, porém agora em outro país, a Inglaterra, surgirá uma nova erística monetária, semelhante à francesa, conhecida como controvérsia bulionista, ocorrida por volta do ano de 1797. Sua causa principal se deu por conta do abandono do padrão ouro pela Grã-Bretanha e a implantação do papel moeda

inconvertível. Com efeito, os gastos militares na Inglaterra (para financiar a guerra contra a França de Luís XIV) e as importações de trigo, à época, causaram enormes saídas de ouro, exaurindo as reservas do metal e forçando a suspensão dos pagamentos em espécie, de maneira que as notas bancárias inglesas não mais eram convertíveis em ouro. Em primeiro lugar, a suspensão dos pagamentos em espécie provocou o aumento do preço do ouro, do câmbio externo e dos bens e serviços em termos do papel moeda em circulação. Portanto, foi instalado um processo de descontrole dos preços das mercadorias no país da Rainha.

Sendo assim, no período em que ocorreu a inconvertibilidade, 1797 a 1821, assistiu-se à ocorrência de dois fenômenos econômico-monetários completamente assimétricos. Por um lado, entre 1797 e 1814, ocorreram aumentos descontrolados e intermitentes dos preços (inflação); por outro, entre 1814 e 1821, houve queda de preços (deflação) acompanhada de falências bancárias e a consequente destruição de suas notas.

Foram essas as condições que fizeram emergir a erística monetária na Inglaterra: moeda (cunhada em ouro) *versus* os títulos emitidos pelo Banco da Inglaterra (moeda de papel), de maneira que, em um polo, estavam os bulionistas, que defendiam a convertibilidade e criticavam o Banco da Inglaterra, argumentando que a depreciação da libra esterlina se devia ao aumento de emissão de notas por parte do mesmo (inclusive, segundo esta escola, o Banco Inglês era também responsável pelo *déficit* comercial e da saída de ouro). Sendo assim, explicavam que o excesso de emissão causava o declínio dos termos de trocas (relação entre os preços das exportações e os preços das importações) e a majoração do preço do ouro (face ao papel-moeda emitido, provocando aumento dos preços internos – inflação). Nesse caso, os bulionistas defendiam a redução das notas circulantes e também a restauração do padrão-ouro, a partir da cotação antiga da libra, a fim de restabelecer o equilíbrio da balança comercial e a estabilidade dos preços.

No outro polo estavam os anti-bulionistas, para quem os aumentos dos preços e a depreciação da libra tinham causas outras que não o grande número de emissões de notas: os gastos militares, a queda de safras e as importações de alimentos (fatores reais da economia) eram as verdadeiras causas da majoração dos preços internos e da depreciação dos termos de trocas, motivo pelo qual causavam o *déficit* da balança de pagamentos na Grã-Bretanha. Sendo assim, eles não aceitavam que uma simples contração da emissão de notas seria suficiente para restaurar a conversibilidade da libra e retornar as antigas regras do padrão ouro.

Uma interessante sistematização do pensamento monetário do início século XIX pode ser encontrada no site *Economic Theories*³, nas análises do Relatório Bullion elaborado no Parlamento Inglês em 1810:

[...] a mudança para um papel-moeda inconvertível provocou apenas um ligeiro aumento na circulação das notas do banco britânico e uma pequena variação nas taxas de câmbio. Todavia, a partir de 1808, o aumento da emissão dessas notas fez-se perceptível, na medida em que os preços subiram de forma constante e as taxas de câmbio caíram. Certos setores do público expressaram sua preocupação, e, no início em 1810, Francis Horner, um membro do Parlamento Inglês, propôs para a Câmara dos Comuns a nomeação de uma comissão para investigar as causas do aumento do preço do ouro. Algumas testemunhas foram chamadas para depor, após o qual foi elaborado um relatório (faziam parte da Comissão que elaborou o relatório Horner, William Huskisson e Henry Thornton) que foi entregue à Câmara em junho [...]. Este relatório foi o primeiro argumento oficial contra a política monetária discricionária. Sustentou que uma quantidade excessiva de emissão de notas influenciava o valor do dinheiro de papel e atribuiu o alto preço do lingote (inflação) a esta causa. Um tanto paradoxalmente, o relatório afirmava que os atuais problemas monetários britânicos não foram ocasionados pela falta de confiança do público no papel-moeda, embora esta fosse uma crença amplamente difundida entre o público [...]. A posição da comissão a este respeito pode ter sido circunscrito por Thornton, que tomou uma posição similar em seu livro publicado em 1802, “Um inquérito sobre a natureza e os efeitos do Crédito de Papel da Grã-Bretanha”. No momento em que chegaram ao final do relatório, no entanto, a Comissão tinha praticamente mudado sua posição, por isso concluiu que o retorno à convertibilidade era a única maneira de restaurar efetivamente a confiança geral no valor do meio circulante do reino. (ECONOMIC THEORIES, 2016).

Sendo assim, os anti-bullionistas, baseados na doutrina do *real bills*, construíram suas críticas ao Banco da Inglaterra, defendendo a posição de que este deveria circunscrever suas atividades de empréstimos apenas balizados em garantias de títulos comerciais, com as devidas qualidades, sacados para financiar bens no curso da produção e distribuição, de maneira a mitigar todas as possibilidades de que suas notas ultrapassassem a efetiva necessidade e, portanto, sem causar aumento de preços.

O esclarecimento das controvérsias entre a escola monetária e a bancária e seu papel para a análise monetária foi resumido por Schumpeter através dos seguintes termos:

A controvérsia que tanto contribuiu para a análise monetária foi simplesmente uma controvérsia entre escritores que pretendiam provar e denunciar a inflação e atribuir ao Banco da Inglaterra a responsabilidade pela mesma, e outros escritores procuravam negar a presença da inflação, ou justificá-la, e atribuir a responsabilidade pelos preços crescentes e pelas taxas de câmbio desfavoráveis a circunstâncias outras que não o procedimento bancário. (SCHUMPETER, 1964, p. 338).

³Disponível em: <<http://www.economictheories.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

A partir dessas históricas erísticas monetárias, principalmente a da França, será gestada, segundo Simonsen (1995), uma das primeiras e mais polêmicas abordagens sobre o papel da moeda (do dinheiro) na economia, a Teoria Quantitativa da Moeda (TQM). De acordo com Dodd (1997), essa teoria mostra que existe uma relação direta entre a moeda (seu volume) e os preços dos bens e serviços gerados em um determinado país. A tese principal da TQM é de que as variações no valor da moeda têm como causa predominante as variações em sua quantidade, razão pela qual, ocorrendo um excesso de moeda, seu valor ou seu poder de compra cai, e, do contrário, se houver uma escassez de moeda, seu valor ou seu poder aquisitivo aumenta.

Sendo assim, os preços aumentam e diminuem de acordo com as variações na quantidade de dinheiro e na velocidade de sua circulação. Se houver mais dinheiro em circulação e/ou maior velocidade de circulação do mesmo, os preços subirão. O contrário também é válido, com menos dinheiro em circulação e/ou menor velocidade de circulação do mesmo, os preços cairão. Dessa forma, a TQM sugere a existência de uma equação entre essas variáveis, a qual pode ser algebricamente expressa da seguinte forma: $MV = PT$. Nesta, a variável M representa a quantidade de dinheiro em circulação, V a velocidade de circulação do dinheiro, P o nível geral de preços e T o volume total de trocas.

Fazendo-se uso dos princípios da contabilidade social, é fácil mostrar que essa igualdade é apenas e tão somente uma tautologia, ou seja, uma identidade contábil. Para ser transformada em teoria econômica, é necessário, primeiramente, analisar o comportamento social dos atores econômicos por detrás de cada uma dessas variáveis e as hipóteses subjacentes às suas (dos agentes) tomadas de decisões. Portanto, devem-se levar em consideração as dinâmicas das mudanças no conjunto de todas essas variáveis (seja sob o aspecto individual e não dependência umas das outras, seja de forma global, com suas interconexões) que são provocadas em última instância pelas ações dos agentes econômicos.

Deixando um pouco de lado as discussões a respeito da Teoria Quantitativa da Moeda (sem as abandonarem completamente), faz-se necessário examinar, mesmo que brevemente, algumas poucas abordagens sobre riqueza e sua relação com a questão da ação dos agentes econômicos, buscando analisar as principais teorias do valor existentes na arquitetura das ciências econômicas. Sendo assim, a acumulação de riqueza das nações e os fundamentos do comportamento dos agentes econômicos são analisados na próxima subseção.

2.2.1 Conceitos da economia política sobre riqueza e valor

Vamos apresentar e analisar, nesta subsecção, algumas das principais escolas do pensamento econômico – enfatizando os contingenciais aspectos históricos e as ações de alguns indivíduos que contribuíram para a sistematização dos conceitos daquilo que se transformaria, mais tarde, na teoria monetária moderna –, bem como suas concepções sobre riqueza e valor, dentre as quais as escolas mercantilista, fisiocrática, liberal, marxista e neoclássica. Deixamos de lado outras tantas escolas que poderiam enriquecer o debate, a exemplo da escola austríaca, da keynesiana, da neokeynesiana e a dos novos clássicos, por conta de que suas concepções de valor são derivadas das anteriores, sem diferenciações mais radicais.

2.2.1.1 Mercantilismo

Uma das primeiras, e de alguma forma sistematizadas, noções de riqueza (e suas fontes) aparece na época do mercantilismo, desenvolvido na Europa entre o início do século XV e o final do século XVIII. Com efeito, de forma empírica e com base em observação direta das experiências de outros países, os metalistas (ou bulionistas) deduziam que a prosperidade das nações (a exemplo da Espanha do século XVI) estaria diretamente relacionada com a quantidade de metais preciosos que elas eram capazes de acumular. Sendo assim, ao confundir riqueza com metal precioso, os representantes mercantilistas tomaram medidas, através do Estado, para evitar que os metais preciosos saíssem do país, a exemplo dos fortes estímulos às exportações e restrição às importações.

Nesse sentido, os mercantilistas estabeleceram como uma das principais diretrizes de políticas econômicas a obtenção de *superávit* na balança comercial (o volume de exportação de um país deveria superar o volume de suas importações), objetivando tão somente acumular metais preciosos (ouro e prata), pois, de acordo com os principais mentores desse sistema, os metais preciosos eram as verdadeiras e exclusivas fontes de todas as riquezas de uma nação.

Na verdade, os metais preciosos (a exemplo do ouro) não eram a única riqueza, mas os melhores instrumentos de aquisição da riqueza. Nessa conjuntura, os mercantilistas industrialistas franceses enfatizavam a necessidade da criação, desenvolvimento e proteção da indústria pelo Estado, no sentido de produzir bens manufaturados para a exportação e

aquisição dos metais preciosos. Logo, um leque de ações práticas e justificativas teóricas motivou as intervenções do Estado em todos os processos da vida econômica.

O Estado outorga monopólio de produção e regulamenta a indústria de modo estrito; o regime corporativo se estende a todas as profissões e há interdição do trabalho livre [...]. A importância sempre crescente da indústria constitui uma das razões pelas quais são levados os mercantilistas à adoção de uma política demográfica populacionista [...]. A ingerência do Estado no campo da produção acarreta também a sua intervenção no setor de consumo: para aumentar o volume das exportações de objetos de luxo limita-se o seu consumo no mercado interno. (HUGON, 1995, p. 70).

Por sua vez, o mercantilismo inglês vai enfatizar o comércio internacional como principal fonte de aquisição de riqueza, ao defender a necessidade de que os metais preciosos deveriam ter livre saída (liberdade de importação). Assim, poder-se-ia comprar mercadorias estrangeiras, por exemplo, as especiarias da Índia e da China, por um preço (o que significava exportação de metais preciosos) e revendê-las no mercado europeu por um preço mais elevado (importação de metais preciosos), obtendo, dessa forma, um excedente (um lucro) em ouro e prata para a nação. Nesse contexto, surge a necessidade de se ter uma balança de comércio exterior positiva, entrada de metal precioso superior a saída.

Uma forma passageira e emblemática que o mercantilismo assume no final do século XVIII foi chamada por Hugon (1984) de “mercantilismo fiduciário”, e teve como maior teórico e militante das finanças o banqueiro escocês John Law. De acordo com Weatherford (1999, p. 134), Law “havia escrito diversos folhetos sobre comércio, dinheiro e atividades bancárias, incluindo o *Money and trade considered with a proposal for supplying the nation with money*”. Neste seu trabalho, publicado em Edimburgo em 1705, Law propõe que o papel-moeda poderia criar riqueza. De fato, Law defendia a ideia de que se poderia aumentar a riqueza de uma nação através do aumento do volume de moeda em circulação (papel-moeda), correspondente à demanda interna do comércio – fora do desgastado fluxo da balança comercial superavitária.

O economista americano Galbraith (1997) relata que Law foge da Escócia, pois havia sido condenado à morte por assassinar um adversário num duelo, e se estabelece na França, onde encontra terreno propício para colocar em prática suas principais ideias monetaristas. Com efeito, as finanças francesas estavam em frangalhos por ocasião da morte de Luís XIV, em 1715: as receitas do país se limitavam a 69 milhões de libras, frente a uma dívida de 165 milhões – portanto, um *déficit* de 96 milhões de libras. Acontece que as reservas do tesouro francês contavam com uma pequena quantia de 800 mil libras, de tal maneira que “o tesouro achava-se cronicamente vazio, e os coletores gerais de impostos e as suas hordas de

cobradores eram competentes principalmente em benefício de sua própria ganância” (GALBRAITH, 1997, p. 24).

Nesse contexto, o novo regente, Filipe, o Duque de Orléans, convida John Law para ajudá-lo na condução das finanças do país. Com a autorização do monarca francês, Law funda um banco, que deveria ser privado, para a captação de dinheiro para sanar a dívida pública francesa. Assim, conforme Weatherford (1999), Law emite notas de papel que teoricamente “representavam as propriedades supostamente garantidas do banco em moedas de ouro” (WEATHERFORD, 1999, p. 135). Isso foi feito sob a forma de empréstimo e, como era de se esperar, o maior tomador foi o próprio Estado francês. O banco teve sucesso em sua empreitada, liquidando as dívidas do monarca Felipe; este, no entanto, achou por bem estatizá-lo (passando a se chamar *Banque Royale*), mas manteve Law como o seu administrador.

Law organiza a sociedade comercial para a exploração do Mississípi, Companhia Ocidental, em 1717 – esta, dois anos mais tarde, se transforma na Companhia das Índias. O monarca Felipe de Orléans dá a incumbência a Law para cunhar moeda, encarregando-o também da tarefa de captação dos impostos e do reembolso da dívida pública por conta do Estado. Finalmente, no auge de sua carreira, depois de ser nomeado Duque de Arkansas, segundo Hugon (1995), Law é nomeado Controlador Geral das Finanças, em 5 de janeiro de 1720. Nesse contexto, Law antecipa em mais de dois séculos o casamento entre o capital bancário e o industrial (somente ocorrido no século XX), ao “operar a fusão da Companhia Comercial com o banco” (HUGON, 1995, p. 76).

Ludibriado pelo seu gênio financeiro e vaidade pessoal, com o sucesso até então alcançado, Law,

[...] desejoso de multiplicar o numerário – finalidade do sistema – emite notas do banco sem a garantia de lastro metálico; a diferença entre o valor das notas emitidas e a cobertura metálica representa o lucro da operação. Law age, assim, partindo de uma observação exata, a saber: jamais exigirem os clientes de um banco – enquanto lhes merecer esta confiança – a conversão total de suas notas em espécies metálicas. O caso de reembolso por necessidade pessoal seria sempre esporádico. Mas, mesmo que se multiplicasse, tal hipótese jamais se verificaria para todos simultaneamente [...]. Ora, as contínuas emissões, feitas, assim, por Law, puseram rapidamente um ponto final na confiança dos portadores dos títulos. Ao ser o Banco autorizado a emitir notas, tendo em vista possibilitar aos capitalistas a subscrição de ações da Companhia das Índias, a confiança se transforma subitamente em desconfiança generalizada. (HUGON, 1995, p. 76).

De sorte que, ainda no primeiro semestre de 1720, de acordo com Hugon (1995), o banco chegou ao absurdo de emitir em papel moeda o dobro do valor em espécie existente em

todo o país. Assim, conta-nos o autor, apesar de várias tentativas de manobras para evitar a corrida ao *Banque Royale* – inclusive, a engenhosa mobilização de inúmeros mendigos que foram contratados para sair equipados de pás e outras ferramentas desfilando pelas ruas de Paris em direção a Louisiana para escavar ouro (claro que a manobra não deu certo) –, uma multidão de pessoas afluiu para as portas do banco, desejando resgatar seu dinheiro. Houve confusão e pelo menos 15 pessoas morreram pisoteadas, numa verdadeira catástrofe financeira e humana.

Ainda de acordo com Hugon (1995), o erro de Law foi focar, no centro do sistema, “o volume de moeda em circulação, sem levar em conta a procura efetiva dessa moeda em função do real desenvolvimento da riqueza” (HUGON, 1995, p. 77), além de esquecer uma das principais funções da moeda, a de ser reserva de valor, negligenciada de forma desastrosa pelas emissões de papel moeda sem o devido lastro real.

Por fim, o sistema mercantilista configurou-se como terreno fecundo no qual foram plantadas e fertilizadas muitas das ideias que deram origem à Teoria Quantitativa da Moeda. De um modo geral, foi também no contexto mercantilista que surgiram alguns dos conceitos mais elaborados até então sobre o comércio estrangeiro, o colonialismo, a indústria nacional, o monopólio e o protecionismo. Portanto, o sistema mercantilista formatou um corpo de ideias que mais tarde se transformaria no que hoje é conhecido como Ciências Econômicas – de comum entre tais ideias têm-se o relevante e controverso papel atribuído ao dinheiro.

2.2.1.2 Fisiocracia

Por volta da segunda metade do século XVIII, um grupo de pensadores franceses, dos quais podemos citar François Quesnay, Mercier de la Rivière e Anne Turgot, vão criar um movimento (ou escola) no campo econômico conhecido como Fisiocracia, cujo núcleo central era a crença de que a riqueza das nações derivava apenas e tão somente das atividades diretamente relacionadas à terra.

Influenciados pelas concepções de ordem natural das coisas, os fisiocratas defendiam a ideia de que a sociedade, assim como no mundo físico e dos organismos vivos, era comandada por leis naturais. De acordo com Hugon (1995, p. 91), “os fenômenos econômicos – pensam os fisiocratas – processam-se livre e independentemente de qualquer coação exterior, segundo uma ordem imposta pela natureza e regida por leis naturais”. Sendo assim, por exemplo, Turgot defende que a origem do excedente surge da dádiva da natureza,

A partir do momento em que o lavrador produz mais do que necessita para viver, pode empregar o rendimento supérfluo que a natureza lhe concede graciosamente depois de recompensar seu esforço para comprar o trabalho de outros membros da sociedade. Estes quando o vendem limitam-se a ganhar o sustento, mas o lavrador recolhe, além de seu sustento, uma riqueza independente disponível, que não comprou e, entretanto, vende. Nele se acha, pois, a fonte única e exclusiva de todas as riquezas que ao serem postas em circulação animam todo o trabalho da sociedade, pois é o único cujo trabalho produz mais do que o necessário para compensar o trabalho investido. (TURGOT, 1766 apud MARX, 1979, p. 51).

De fato, os fisiocratas vão pautar suas análises sobre a existência do excedente econômico (ou produto líquido). Nesse sentido, o produto líquido (*surplus*) é a parte do produto social total que resta quando se recompensa os fatores de produção (os meios de produção e o trabalho humano). Por ser concebido apenas como algo físico, material, eles (os fisiocratas) comparavam as coisas produzidas com as coisas utilizadas; o acréscimo material, assim, só seria obtido nas atividades ligadas à agricultura.

Por fim, é interessante lembrar que cabem aos fisiocratas as primeiras reflexões teóricas sobre a distribuição dos rendimentos econômicos da sociedade, pois os mesmos defendiam que as riquezas circulavam de forma natural entre as classes sociais. Aliás, diga-se de passagem, estavam entre os primeiros precursores, em economia, do conceito de classes sociais, as quais, segundo Quesnay (1983), eram em número de três: a classe produtiva (formada pelos agricultores); a classe dos proprietários imobiliários (fazendeiros e donos de terras – inclusive o clero e a nobreza detentoras de títulos); e a classe estéril: os proprietários das fábricas (e seus trabalhadores), os comerciantes (e seus trabalhadores), os profissionais liberais e os empregados domésticos.

2.2.1.3 Liberalismo

O liberalismo econômico, do ponto de vista histórico, nasceu no final do século XVIII e o seu grande sistematizador teórico foi, sem sombra de dúvidas, Adam Smith, quando lançou sua monumental obra, *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, publicada em 1776. Combatendo o mercantilismo e seu Estado interventor (e também as concepções estreitas de riqueza dos fisiocratas), o liberalismo defende que a riqueza é um atributo do indivíduo (resulta de sua atividade laboral) e, portanto, legítima para ser desejada e perseguida como um fim em si mesmo.

Contrariando as teses dos fisiocratas, o liberalismo econômico advoga que não apenas as atividades realizadas na agricultura geravam riquezas, mas também as atividades realizadas

na indústria e no comércio, pois a fonte de toda a riqueza (do valor) está no trabalho humano e não em seu ramo de atividade. Existe, em toda pessoa humana, de acordo com as teses smithianas, um forte e entranhado desejo de buscar sempre melhorar sua condição atual; para tanto, essa pessoa mobiliza sua propensão natural para o processo de troca (no comércio) ou sua capacidade de produção e criação laboral (na indústria).

Sendo assim, na medida em que o indivíduo busca de forma legítima o seu próprio enriquecimento, contribui fortemente para a riqueza da coletividade. Na realidade, segundo Smith (1988), o desenvolvimento das forças produtivas através da habilidade, destreza e racionalidade com as quais o trabalho é executado resulta da divisão do trabalho, e esta, por sua vez, “é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa por outra” (SMITH, 1988, p. 24).

Do ponto de vista moral, para Smith (1988), o egoísmo é uma característica imanente aos indivíduos humanos (mas não é a única), de maneira que “não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu *próprio interesse*” (SMITH, 1988, p. 25, grifo nosso), motivo pelo qual cada um (agindo de acordo com o seu exclusivo interesse e benefício) contribui para o enriquecimento da comunidade.

Mas essa teoria da produtividade do trabalho, além de hino à divisão do trabalho, é um canto de louvor entoado ao poderio e à eficácia do interesse privado [...]. Com efeito, nessa imensa oficina – a imagem do mundo para Smith – a divisão do trabalho é eficaz, não apenas pelas qualidades econômicas que lhe são peculiares, mas também por ser o homem levado espontaneamente à atividade graças ao seu *interesse pessoal* e, além disso, por coincidir esse móvel *egoísta* com o interesse geral. (HUGON, 1995, p.105-106, grifo nosso).

Colocamos as palavras *egoísta* e *interesse pessoal* (autointeresse) em itálico, logo acima e na própria citação de Hugon, por conta de que existe certa confusão ou interpretação distorcida (ou enviesada) de que estes são conceitos iguais, ou seja, egoísmo e autointeresse são, na obra smithiana, simplesmente sinônimos. Nesse sentido, abriremos aqui uma janela para esclarecer essa distorção.

Com efeito, Adam Smith constrói sua concepção de autointeresse (*self-interest*) a partir da análise da conduta humana, balizado, entre outros sistemas filosóficos, na tradição estoica e sua noção de amor-próprio (*self-love*) – a natureza conduz o homem a amar e preservar a si próprio e este está muito além do impulso individual ou egoísta, uma vez que o

homem, além de preservar a si mesmo, tem o instinto natural de defender sua prole e sua comunidade. Sendo assim, o que aqui queremos destacar, de forma expressiva, é que autointeresse não é, para Smith, sinônimo de egoísmo – embora a diferença entre tais conceitos seja tênue e relativamente complexa.

De fato, de acordo com Smith (2002), o conceito de autointeresse tem sua origem conectada à concepção de “amor de si”, encontrada na filosofia de Zenão, o fundador da doutrina estoica, de tal forma que

Todo animal seria por natureza recomendado a seus próprios cuidados, e dotado do princípio do amor de si, para que se esforçasse em conservar não apenas a sua existência, como todas as diferentes partes de sua natureza, na melhor e mais perfeita condição de que seria capaz [...]. O amor de si do homem abarcaria, se assim posso dizer, seu corpo e todos seus diferentes membros, seu espírito e todas as suas diversas faculdades e poderes. (SMITH, 2002, p. 342).

Dessa forma, por um lado, toda a motivação da ação humana deveria estar voltada para sua própria conservação, segurança e proteção; por outro, deve ser rejeitado tudo aquilo que possa ter efeitos destrutivos, como “pobreza, falta de autoridade, desprezo ou ódio daqueles com os quais vivemos” (SMITH, 2002, p. 342). Assim, devemos buscar, além da saúde e o vigor físico para nosso corpo, “riqueza, poder, honra, o respeito e a estima daqueles com os quais vivemos” (SMITH, 2002, p. 342).

A noção de autointeresse é entendida como natural ao homem, mas se estende de forma ampla, no sentido de dar espaço para uma gama muito grande de variações em grau e direção. Sendo assim, uma das possíveis variações é o egoísmo, uma vez que Smith concebe o egoísmo como uma forma de autointeresse adulterado, desmesurado.

Na verdade, em linha com Smith (2002), o que distingue o autointeresse do egoísmo é a forma distorcida e exacerbada de expressão do autointeresse, motivo pelo qual recebe a condenação moral por parte da sociedade. Sendo assim, toda pessoa que almeja, à custa da miséria das outras, a felicidade e ao prazer (acima e em detrimento da felicidade alheia) não será aprovada por qualquer espectador isento (imparcial). Nessa linha de raciocínio, se alguma pessoa deseja conquistar para si a simpatia de um espectador imparcial, buscando aprovação nos motivos de sua conduta, ela deve renunciar à arrogância de seu amor-próprio até chegar ao nível socialmente aceitável.

Refletindo sobre a concepção estoica de amor-próprio, Smith (2002) defende que esse conceito não se restringe a um instinto de sobrevivência e à preservação física de si mesmo, mas abrange a dimensão social, com seus campos moral, político e econômico, razão pela qual é também da natureza humana a busca do bem-estar coletivo, uma vez que a escolha do

benefício de dois é muito melhor do que de um só (e a de todos “infinitamente preferível”). Daí, conclui:

Entre os objetos primários que a natureza nos recomendou como desejáveis, estaria a prosperidade de nossa família, de nossos parentes, de nossos amigos, nosso país, a humanidade, e do universo em geral. Além disso, a natureza nos teria ensinado que, assim como a prosperidade de dois era preferível à de um só, a de muitos, a de todos, deveria ser infinitamente mais preferível. Que nós seríamos apenas um e, conseqüentemente, sempre que nossa prosperidade fosse incoerente, quer com o todo, quer com qualquer parte significativa do todo, deveria dar lugar, até mesmo em nossa própria escolha, ao que foi tão amplamente preferível. (SMITH, 2002, p. 343).

Na expectativa de termos esclarecido os dois conceitos, mesmo que no espaço de uma janela tão pequena, voltamos à questão da livre iniciativa dos sujeitos na sociedade, sob o prisma da teoria econômica de Adam Smith, concluindo que o resultado global das ações individuais e autointeresseiras das pessoas é o bem-estar coletivo e a riqueza geral da nação. Eis, em outras palavras, a teoria da “mão invisível”, ou do “livre mercado”, que baliza os fundamentos do liberalismo econômico smithiano.

De acordo com Dodd (1994), ao criticar um por um os principais fundamentos do mercantilismo, o liberalismo, na figura de Smith, antecipa, de certa forma, as críticas ao monetarismo, pois defende que tanto as atividades na indústria como as no comércio exterior são resultados das atividades econômicas reais e não das flutuações monetárias. O dinheiro não gera riqueza por si só, mas funciona como intermediário da produção e da troca de bens e serviços – motivo pelo qual o dinheiro seria neutro na concepção smithiana.

Essa ideia da neutralidade da moeda, ainda de acordo com Dodd (1994), é também compartilhada por outros economistas clássicos, como John Stuart Mill e Jean Baptiste Say. Este último formulou a famosa lei dos mercados, segundo a qual – colocada aqui de forma bem simplista – os excedentes na oferta de bens e serviços ou na demanda por moeda tenderão a se equilibrar por meios dos preços e das taxas de juros.

O que foi visto acima sobre a concepção de riqueza e a sistematização dos princípios da economia clássica é suficiente para retornar à Teoria Quantitativa da Moeda. Na verdade, de acordo com Dodd (1994), tanto na economia clássica quanto na neoclássica (que já foi fracamente citada e será, mais à frente, rigorosamente analisada) algumas hipóteses simplificadoras conseguem dar um bom desfecho para a abordagem quantitativista, dentro do padrão de diretrizes monetaristas. Com efeito, de uma forma ou de outra, ambas (abordagens clássica e neoclássica) partem do princípio de que o dinheiro é neutro, “neutralidade lógica”. Por exemplo, em Smith (1983), o dinheiro mostra-se neutro desde quando ele defende que as

relações de troca podem ocorrer de forma semelhante à que ocorreria sem a presença do dinheiro; a diferença é que, com o dinheiro, tais relações sucedem de forma mais eficiente e com maior amplitude.

Antes, porém, de voltar à Teoria Quantitativa da Moeda, é importante acompanhar, de uma forma um tanto quanto breve, a elaboração da teoria do valor da escola marxista e, para finalizar, apreciar também, de uma forma um pouco mais rigorosa, a abordagem da escola neoclássica sobre a teoria do valor (e da riqueza).

2.2.1.4 Marxismo

A teoria do valor trabalho, no arcabouço teórico de Marx (1985), é construída a partir da análise da forma elementar da riqueza das sociedades em que impera a produção capitalista, a mercadoria. Sendo assim, para esse filósofo, mercadoria é toda coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas (sejam físicas ou espirituais). Nessa linha de raciocínio, a categoria valor emerge como algo intrinsecamente relacionado à mercadoria (mas não se confunde com ela).

Mais precisamente, dois fatores são fundamentais para a caracterização da mercadoria: valor-de-uso e valor. Por conta de suas propriedades físicas, químicas, biológicas, estéticas, artísticas etc., toda mercadoria tem uma utilidade (pois se não fosse assim não haveria razão para produzi-la) e esta, por si mesma, faz dela um valor-de-uso e se realiza com o seu consumo. Portanto, na sociedade capitalista, os valores-de-uso são simultaneamente veículos de valor, sendo que estes se revelam através das trocas (na medida em que se permutam quantitativamente valores-de-uso de espécies diferentes).

Vê-se, assim, que o valor (ou valor-de-troca) consiste na relação de troca que é estabelecida entre duas pessoas, cada uma com quantidades de coisas diferentes uma da outra e que desejam permutá-las. Os valores-de-uso das mercadorias são qualitativamente diferentes, enquanto que seus valores-de-troca só podem ser diferenciados de forma quantitativa.

Tomando duas mercadorias **A** e **B**, não importa a proporção em que se troquem uma pela outra, é sempre possível, de acordo com Marx (1985), igualar determinada quantidade de **A** com certa quantidade de **B**. Então, pergunta-se: o que, de fato, possibilita essa igualdade, qual o seu significado? Significa que, para igualar **A** com **B**, **A** e **B** são igualáveis a uma terceira coisa, que por sua vez é diferente de ambas. Com efeito, a propriedade essencial de

toda mercadoria é a de ser produto do trabalho (apenas o trabalho humano cria valor), de maneira que essa terceira coisa, que permite a igualdade entre duas mercadorias no processo de troca (criação de valor), é o trabalho social empregado na produção das mesmas, ou seja, o trabalho humano abstrato. Em vista disso, a grandeza do valor é determinada pela quantidade de trabalho socialmente necessário (ou tempo de trabalho socialmente necessário) para a produção de um valor-de-uso. Tem-se, então, o duplo caráter do trabalho materializado na mercadoria: o trabalho concreto e o trabalho abstrato (ou social).

No processo de troca, ainda de acordo com Marx (1985), o valor de uma mercadoria se apresenta de duas formas: simples e geral. Na forma simples, tem-se que x da mercadoria **A** = y da mercadoria **B**, ou seja, uma porção da mercadoria **A** “vale” uma porção (diferente) da mercadoria **B**. De uma maneira simplificada, abstraindo-se as quantidades x e y ($x = y = 1$), a equação pode ser apresentada da seguinte forma: **A** = **B**, ou seja, o valor de **A** emerge especificamente da relação com **B**, e, portanto, ao se equacionar **A** como algo que tem valor a **B**, evidencia-se o trabalho materializado em **A** com o de **B**, e esse algo comum a ambos é o trabalho humano socialmente abstrato.

Faz-se necessário, no entanto, que o valor obtenha autonomia frente ao valor de uso de uma dada mercadoria (no exemplo acima, a mercadoria **A**), ou seja, é necessário atingir uma expressão geral do valor das mercadorias que seja independente dos seus valores de uso. Para tanto, as formas relativas do valor de todas as mercadorias devem apresentar-se de uma forma unificada e simples, razão pela qual uma determinada mercadoria ocupa a posição de equivalente geral. Sendo assim, no esquema de Marx (1985), tem-se que:

x de **B** = a de **A**

y de **C** = a de **A**

z de **D** = a de **A**

...

Portanto, aí está a forma geral do valor na qual a mercadoria **A** ocupa a posição de equivalente geral. Nessa conjuntura, ao ser excluído do mundo das mercadorias, **A** obtém o *status* de dinheiro. Sendo assim, se tomarmos a mercadoria **A** como sendo o ouro, tem-se, então, que todas as mercadorias expressam seus valores de troca em ouro e este reciprocamente expressa seu valor de troca em todas as mercadorias, de maneira que, ao darem as mercadorias a si mesmas a forma do valor de troca, elas oferecem ao ouro a forma de equivalente geral, dinheiro – motivo pelo qual a primeira função do dinheiro (valor de troca) surge como determinação da *medida de valores* do coletivo de equivalentes das mercadorias, medindo seu próprio valor.

Porque todas as mercadorias medem seus valores de troca pelo ouro na proporção em que determinada quantidade de ouro e determinada quantidade de mercadoria contêm a mesma quantia de tempo de trabalho, o ouro se torna *medida de valor*, e só se torna equivalente geral, ou dinheiro, unicamente através dessa determinação como medida de valores, medida que como tal mede seu próprio valor de imediato por todo o conjunto de equivalentes-mercadorias. (MARX, 1996, p. 88, grifo do autor).

Por sua vez, a expressão de equivalente geral, carimbada no valor de troca das mercadorias e simultaneamente como grau dessa equivalência em relação ao ouro, “ou expresso ainda numa só equação ligando as mercadorias a uma mercadoria específica, é o preço” (MARX, 1996, p. 89). Nesse sentido, o preço de determinada mercadoria é a forma transformada sob a qual aparece o valor de troca das mercadorias no ambiente interno ao processo de circulação. Além disso, revestidas em ouro, as mercadorias, ao se relacionarem umas com as outras como grandezas nominalmente iguais, transformam-se de medida de valores para padrão de preços.

Dinheiro é, portanto, toda mercadoria utilizada para medir o valor e funcionar como meio de circulação, a exemplo do ouro. Com efeito, esse metal nobre cumpre o papel de dinheiro diretamente, quando se apresenta com sua roupagem metálica, como mercadoria dinheiro, portanto, “e não idealmente, como sucede em sua função de medida do valor, nem através de representação por símbolos como ocorre em sua função de meio de circulação” (MARX, 1983, p. 144).

A circulação de mercadoria, de acordo com Marx (1985), fixa-se como ponto de partida do capital, de maneira que “produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias são pressupostos históricos sob os quais ele surge. Comércio mundial e mercado mundial inauguram no século XVI a moderna história do capital” (MARX, 1985, p. 125).

A forma direta de circulação de mercadoria, que se expressa em $M - D - M$, configura-se na mercadoria que se transforma em dinheiro e este novamente em mercadoria (vender para comprar); encerra-se, portanto, no seu próprio valor de uso, no consumo. Por sua vez, ao lado dessa forma, encontra-se uma segunda, especificadamente diferenciada, que é a forma $D - M - D$, transformação de dinheiro em mercadoria e a retransformação de mercadoria em dinheiro (comprar para vender), de forma que

A circulação simples de mercadoria – a venda para a compra – serve de meio para um objetivo final que está fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é pelo contrário, uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado [...]. Como portador consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista [...]. O conteúdo objetivo daquela circulação – a valorização do valor – é sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da

riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista o capital personificado, dotado de vontade e consciência. (MARX, 1985, p. 129).

De fato, na sociedade capitalista, o dinheiro e a mercadoria transformam-se em capital, na medida em que a força de trabalho passa à condição de mercadoria de novo tipo (quando o trabalhador é expropriado de todo e qualquer fator de produção). Com efeito, na forma mais geral de circulação de mercadorias, ou seja, $D - M - \dots P \dots - M' - D'$, o dinheiro é usado para aquisição de mercadorias (fatores de produção e mão de obra); em seguida, tais mercadorias são levadas à esfera da produção (na qual ocorrerá a exploração do trabalho humano), quando se produz uma nova mercadoria (por exemplo, um automóvel), a qual será vendida (no mercado) para obter dinheiro com acréscimo (mais-valia), verdadeira fonte de acumulação de riqueza.

De acordo com Dodd (1994), na sociedade capitalista, o dinheiro tem como principal atribuição ser fonte cristalizadora do poder abstrato do trabalho, sedimentado nas relações de troca de mercadorias – configurando-se irrelevante sua condição (do dinheiro) de estar representado como ouro ou cédulas inconversíveis. Sendo assim, ainda segundo o autor, em Marx, a fonte do valor do dinheiro só é apreendida através das relações de produção e troca que semeiam a circulação de mercadorias:

De modo particular, é como expressão dessas relações que o dinheiro é sociologicamente significativo. Se o dinheiro na prática é representado por uma moeda ou por uma mercadoria dotada de valor intrínseco, sua conexão funcional com as relações capitalistas de produção é que lhe permite funcionar como funciona. O valor do dinheiro, portanto, deriva não das propriedades físicas da mercadoria que serve de dinheiro, mas do processo capitalista de trabalho mediante o qual os bens são mercadorizados. [...] A questão das origens do dinheiro como mercadoria só é importante na teoria de Marx na medida em que serve para refletir a relação constante entre o dinheiro e a economia política capitalista. (DODD, 1994, p. 56-57).

Portanto, sob a perspectiva da erística monetária, o cerne mesmo do que deve ser investigado é como e por que (qual seu sentido e que relações sociais de produção lhe dá significado e existência), apesar de todo o avanço tecnológico da modernidade, o dinheiro (enquanto expressão do inconsciente coletivo, consubstanciado nas expectativas dos períodos tempestuosos e caóticos da crise atual), embora fiduciário, em última instância, reivindica para sua existência, confiança e legitimidade, um lastro substancial, nomeadamente, a velha mercadoria brilhante, o ouro? Eis uma questão que fica aberta para futuras investigações.

2.2.1.5 Neoclassicismo

Passemos então para a apresentação da concepção de valor da escola neoclássica de uma forma um pouco mais elaborada. Na verdade, estimulada pelo princípio da racionalidade, a abordagem neoclássica foi fundada, na década de 1870, por três notáveis teóricos: William Stanley Jevons, Carl Menger e Léon Walras. Tais estudiosos imprimiram uma nova percepção sobre a teoria do valor (muito diferente da teoria do valor trabalho dos clássicos) através do seu conceito de utilidade marginal, resolvendo, inclusive, um dos mais famosos paradoxos das ciências econômicas, proposto por Adam Smith, em sua já citada obra *A riqueza das nações*, que pode ser expresso da seguinte forma:

Importa observar que a palavra VALOR tem dois significados: às vezes designa a utilidade de um determinado objeto, e outras vezes o poder de compra que o referido objeto possui, em relação a outras mercadorias. O primeiro pode chamar-se “valor de uso”, e o segundo, “valor de troca”. As coisas que têm o mais alto valor de uso frequentemente têm pouco ou nenhum valor de troca; vice-versa, os bens que têm o mais alto valor de troca muitas vezes têm pouco ou nenhum valor de uso. *Nada é mais útil que a água, e no entanto dificilmente se comprará alguma coisa com ela, ou seja, dificilmente se conseguirá trocar água por alguma outra coisa. Ao contrário, um diamante dificilmente possui algum valor de uso, mas por ele se pode, muitas vezes, trocar uma quantidade muito grande de outros bens.* (SMITH, 1988, p. 35, grifo nosso).

Esse paradoxo pode ser colocado de outra forma: por que a água, que é tão útil, custa pouco e o diamante, quase inútil, custa tão caro? A resposta dada pela escola neoclássica é taxativa: o preço de todo e qualquer bem é dado pela utilidade marginal do mesmo.

A ideia de utilidade marginal pode ser apreendida através da seguinte ilustração: tomando-se um cubo de vidro de 10 centímetros de largura, cheio de água, e um diamante de volume igual, em seguida ambos são divididos (diamante e cubo de vidro) em 10 unidades cúbicas iguais. Pode-se, então, constatar que uma unidade cúbica de diamante vale muito mais que uma unidade cúbica de água, pois a unidade cúbica de água (na verdade uma gotícula d’água) não mata a sede (como a unidade de diamante também não), mas com a unidade do diamante você tem a expectativa (enquanto não morrer de sede) de comprar algo para beber.

Assim, na concepção neoclássica, o valor de uma mercadoria é dado pela utilidade marginal da mesma, entendendo utilidade marginal como algo que é percebido subjetivamente pelo agente econômico. Portanto, não é algo inerente à mercadoria, ou seja, não tem qualquer relação com suas propriedades físicas, químicas ou biológicas.

Nesse contexto, a ortodoxia neoclássica constrói todo o seu aparato teórico a partir do pressuposto da racionalidade dos agentes econômicos (concebidos como unidades técnicas de

decisões, sejam de consumo ou de produção) no ambiente do processo de escolha. Por exemplo, na teoria do comportamento do consumidor existem dois postulados: o primeiro é o da maximização da utilidade do consumidor, ou seja, o consumidor escolhe o consumo de cada cesta de bens de modo a maximizar sua utilidade (ou satisfação), estando condicionado ao seu conjunto de possibilidades de consumo, expresso na sua capacidade orçamentária. O segundo postulado é o da minimização do gasto (ou sacrifício) do consumidor, isto é, o consumidor escolhe as quantidades das várias mercadorias a serem consumidas, de modo a minimizar o seu gasto, estando restrito a atingir um determinado nível de utilidade (ou grau de satisfação). Ao combinar as preferências do consumidor com sua restrição orçamentária, a questão da escolha ótima do consumidor reduz-se à tarefa de solucionar um problema de otimização. Por exemplo, como o consumidor consegue maximizar sua utilidade, dentro de sua restrição orçamentária? A resposta a tal pergunta é muito simples: uma vez que o consumidor é racional, ele sempre escolhe as quantidades ótimas de consumo.

Dentro dessa moldura teórica, a perspectiva neoclássica é construída a partir do pressuposto de que toda ação econômica perpetrada pelos agentes sociais (indivíduos que são mutuamente independentes, a-históricos, apolíticos e assexuados) tem como propósito, de forma racional, alcançar o grau máximo de satisfação e felicidade. Nessa linha de raciocínio, o dinheiro surge no processo elementar da troca, em termos weberianos, da “economia natural”, e alcança seu estágio mais desenvolvido na “economia monetária”, como consequência linear de sua evolução e eficiência, uma vez que os indivíduos procuram sempre e sistematicamente maximizar seus próprios interesses.

Portanto, na medida em que a vida econômica das sociedades “comunistas primitivas” é corrompida por formas singulares de ajustamento social, religiosa, político e cultural, de acordo com a abordagem neoclássica de versão weberiana, o dinheiro tem suas funções fortemente limitadas e constrangidas, enquanto que, nas sociedades capitalistas modernas, o dinheiro desvincula-se de todas essas amarras, através do processo de desenvolvimento tecnológico. Portanto, de acordo com a abordagem neoclássica, o que diferencia o dinheiro das sociedades de “economia natural” do das sociedades modernas, “economia monetária”, é a essência do comportamento humano, expresso em sua motivação racional maximizadora, liberta de todo e qualquer constrangimento sociocultural.

2.2.2 Crítica à Teoria Quantitativa da Moeda

Retomando as análises da Teoria Quantitativa da Moeda, agora apetrechado dos fundamentos da escola neoclássica, voltemos a Dodd (1994), que examina as hipóteses comportamentais das variáveis da equação e chega à compreensão do porquê da ênfase dada ao princípio de neutralidade do dinheiro – o qual foi axiomáticamente incorporado na versão ortodoxa neoclássica – através das seguintes reflexões:

[...] a principal hipótese causal levantada é a de que mudanças em DV causam mudanças em PT , ou seja, a direção da causalidade na equação é da esquerda para a direita. Outras duas hipóteses costumam ser aventadas: primeiro, mudanças em V e T devem-se não a mudanças em D , mas a fatores não-monetários, como índices de produtividade ou novas regulações bancárias; segundo, mudanças em D devem-se não a mudanças na demanda das pessoas por dinheiro, mas a fatores externos, como a produção de metais preciosos ou a política de emissão do banco central. Diante dessas hipóteses, deveria ficar claro por que é tão importante na teoria neoclássica, preocupada principalmente com o desequilíbrio monetário a curto prazo, considerar o papel do dinheiro na economia como restrito ao de meio de troca. (DODD, 1994, p. 49).

No caso acima – devemos esclarecer –, Dodd (1994) apresenta a equação fundamental da teoria quantitativa da moeda através da fórmula $DV = PT$, em que a variável D toma o lugar de M (e, como antes, representa a quantidade de moeda circulando na economia).

Na ortodoxia neoclássica, uma das versões mais famosas da equação da Teoria Quantitativa da Moeda é a de Cambridge⁴, qual seja: $M = kPY$.

Nessa equação, se forem tomados como constantes tanto o inverso da velocidade de circulação do dinheiro (conhecido como coeficiente marshalliano, representado pela letra k) quanto o produto agregado Y (produto total gerado pela economia ao longo de um determinado período de tempo), obtém-se uma nova equação: $P = \alpha M$ (a constante α representa o quociente entre a velocidade de circulação do dinheiro e o produto total).

Essa última equação representa, algebricamente, a hipótese central do monetarismo ortodoxo, mostrando o seguinte: sendo a constante α um número positivo, $\alpha > 0$, qualquer variação positiva na quantidade de dinheiro que circula na economia, M , provoca elevação do nível geral dos preços, P , causando inflação.

⁴Tal nome se deve ao fato de que os primeiros economistas que contribuíram para o desenvolvimento dessa equação, a exemplo de Alfred Marshall, pertenciam à Universidade de Cambridge, na Inglaterra.

Dessa forma, considerando que as variações no nível de preços estão em correlação direta com as flutuações na quantidade de moeda que circula na economia, é forçoso aceitar que os indivíduos usam dinheiro para a aquisição de bens e serviços. Não obstante, a coisa começa a complicar para os ortodoxos (neoclássicos monetaristas) quando boa parte desses indivíduos, ao invés de gastar seu dinheiro comprando coisas, o guarda (fazendo poupança), ou seja, deixa para gastá-lo em outros momentos.

Nesse contexto, surgem questões relacionadas às causas dessa repentina parcimônia que rompe com a relação entre a quantidade de dinheiro e o nível de preço. Para complicar ainda mais a limitação monetarista, cabe a observação de Dodd (1994, p. 50): as “decisões concernentes ao que fazer com o dinheiro são função de fatores sociológicos, psicológicos e culturais”.

Marx (1983), ao discutir o processo de troca, vai analisar as relações entre a quantidade total de dinheiro que funciona como meio de circulação (em cada período), a soma total dos preços das mercadorias em circulação e a velocidade em que se sucedem as fases opostas das metamorfoses (conversão do dinheiro em mercadoria, e vice-versa), de tal maneira que, logo de cara, vai de encontro à versão ortodoxa monetarista, ao mudar o referencial de direção da equação quantitativa da moeda, $MV = PY$, uma vez que, em suas análises, não é a quantidade de moeda em circulação na economia que provoca as variações nos preços (inflação) – são mudanças nos preços que podem, entre outras coisas, provocar variações na quantidade de moeda que circula num determinado país.

Num país, ocorrem todos os dias, simultaneamente e portanto ocorrendo paralelamente no espaço, numerosas metamorfoses unilaterais de mercadorias, ou, em outras palavras, meras vendas por um lado, meras compras por outro. Em seus preços as mercadorias já estão equiparadas a determinadas quantidades imaginárias de dinheiro. Como a forma direta de circulação, aqui considerada, sempre confronta entre si mercadoria e dinheiro, de forma tangível, uma no pólo da venda, o outro no pólo oposto da compra, *o volume de meio circulante requerido para o processo de circulação do mundo das mercadorias já está determinado pela soma dos preços das mercadorias*. De fato, o dinheiro representa apenas de modo real a soma de ouro já expressa idealmente na soma dos preços das mercadorias [...]. Sabemos, entretanto, que, permanecendo iguais os valores das mercadorias, seus preços variam com o valor do próprio ouro (do material monetário), proporcionalmente subindo, quando ele cai, e caindo quando ele sobe. Conforme a soma dos preços das mercadorias assim subir ou cair, deve o volume do dinheiro circulante subir ou cair na mesma medida. A mudança no volume do meio circulante origina-se aqui, na verdade, do próprio dinheiro, porém não de sua função como meio circulante, mas sim de sua função como medida de valor. (MARX, 1985, p. 103, grifo nosso).

Assim sendo, embora nesse contexto as abstrações teóricas se limitassem ao processo de circulação, ao reverter a direção da equação, Marx (1985) pôs em xeque o arcabouço

teórico e metodológico da Teoria Quantitativa da Moeda, mesmo na sua versão de Cambridge, uma vez que seus pressupostos (da TQM) são estáticos, limitados por um conceito de racionalidade empiricamente descalcificada e abstrata do ponto de vista sociológico. Adicionalmente, agentes econômicos no arcabouço neoclássico são construídos de forma mítica, retratados como espécies de entidades matemáticas (tomadoras de decisões sempre ótimas e exatas), fora dos contextos históricos e culturais das sociedades humanas.

2.3 A filosofia e a sociologia do dinheiro e do mercado

Sob a ótica do materialismo histórico, o dinheiro (com todo seu aspecto socioeconômico, cultural, político, tradicional, moral e religioso) tem sido a expressão das relações sociais imanentes às dinâmicas dos modos de produção historicamente vigentes nas sociedades humanas, desde quando ela (a sociedade) alcançou um estado no qual se deu a criação de um excedente econômico. Portanto, o dinheiro tem sido um operador da totalidade social.

Por outro lado, sob a perspectiva da microssociologia, dos processos de interações individuais, as relações monetárias têm sido elementos basilares da sociedade contemporânea. Sendo assim, as relações pessoais e institucionais são enoveladas, feito uma rede (tal qual a rede de Indra⁵) na qual o dinheiro é cada um dos seus nós, “suas joias brilhantes”, estando tudo entrelaçado e girando em torno dele, autorrefletindo e reproduzindo em e por si mesmo, num processo sem fim.

Essa é uma afirmação que pode ser elaborada a partir da reflexão sobre os estudos do dinheiro de Georg Simmel. Com efeito, em sua obra *A filosofia do dinheiro*, Simmel (2004) passa a investigar o dinheiro desde sua origem, analisando como a economia monetária moderna inaugura uma nova relação entre meios e fins, de maneira que o dinheiro (à moda de

⁵Segundo a filosofia budista, de pelo menos dois mil anos atrás: “Na distante morada celestial do grande deus Indra, há uma rede maravilhosa que foi pendurada por um habilidoso artífice de tal maneira que ela se estende infinitamente em todas as direções. De acordo com o gosto extravagante das deidades, o artífice pendurou uma joia brilhante em cada intersecção da rede, e uma vez que a rede é infinita em tamanho, as joias são infinitas em número. Lá estão as joias, brilhando como estrelas de primeira magnitude, uma visão maravilhosa de testemunhar. Se agora olharmos de perto cada uma das joias, iremos descobrir que em sua superfície polida estão refletidas todas as outras joias da rede, infinitas em número. Não apenas isso, mas cada uma das joias refletida nessa única joia também está refletindo todas as outras joias, de modo que há um processo de reflexão infinito acontecendo”. Disponível em: <<http://scienceblogs.com.br/100nexus/2012/06/a-teia-de-indra/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Adam Smith), além de ser o mediador por excelência dos processos das trocas econômicas, transforma-se no mais desejoso e valorizado objeto, sendo, portanto, um fim em si mesmo.

Historicamente, segundo o citado autor, o dinheiro, em suas formas mais diversificadas, nas sociedades antigas e comunais, estava limitado e integrado às instituições sociais e religiosas. Na sociedade moderna, por sua vez, o dinheiro tem uma tendência de dissolver as instituições tradicionais e as relações sociais, tornando cada vez mais diluídos e isolados os indivíduos. Sendo assim, o dinheiro ergue-se como uma entidade suprema, um arquétipo que dinamiza os fluxos das relações entre as pessoas através das coisas, um deus onipotente, racional e quantificador.

Sob o aspecto da relação entre liberdade do indivíduo e dinheiro, Simmel (2004) primeiramente concebe a liberdade em sua forma geral, como a não dependência da vontade dos outros, razão pela qual a liberdade do indivíduo começa quando sua vontade passa a ser independente da vontade de determinados outros. Por exemplo, o colono em seu rincão, isolado de tudo e de todos, é não dependente dos seus assemelhados, pois obtém quase tudo que necessita para sobreviver ali mesmo, com seus diversificados trabalhos: planta, colhe, costura e cozinha para si mesmo e sua família. Independentes são as pessoas que vivem nos grandes centros metropolitanos, que precisam de inumeráveis serviços como os de transporte, saúde e lazer, e também outros produtos, como vestuário, calçados, alimentos etc. Para consegui-los, elas se relacionam com vários fornecedores, prestadores de serviço, entre outros; todavia, essas relações se expressam de forma absolutamente exclusiva e objetivamente distante, pois se dão por intermédio do dinheiro. Destarte, Simmel assim se expressa:

Desde que liberdade significa independência da vontade dos outros, ela começa com independência da vontade de indivíduos específicos. O colono isolado nas florestas alemãs ou americanas é não dependente; os habitantes de uma metrópole moderna são independentes no sentido positivo da palavra, e mesmo que eles requeiram inumeráveis fornecedores, trabalhadores e colaboradores, e estariam perdidos sem eles, a sua relação com eles é completamente objetiva e só é incorporada em dinheiro. Assim, o morador da cidade é não dependente de qualquer um deles como indivíduos particulares, mas apenas mediante seus serviços objetivos que tem um valor monetário e pode, portanto, ser efetuada por qualquer pessoa substituível. Em que a relação puramente monetária vincula o indivíduo muito proximamente ao grupo como um todo abstrato e isto é causado pelo dinheiro, à luz de nossas deliberações anteriores, é o representante das forças abstratas do grupo, a relação de pessoas individuais para com as outras simplesmente duplica a relação que eles têm para objetos como um resultado do dinheiro. (SIMMEL, 2004, p. 300-301, tradução nossa⁶).

⁶Since freedom means independence from the will of others, it commences from the will of specific individuals. The lonely settler in the German or American forests is non-independent; the inhabitants of a modern metropolis are independent in the positive sense of the word, and even though they require innumerable suppliers, workers and cooperators and would be lost without them, their relationship to them is completely objective and is only embodied in Money. Thus the city dweller is not dependent upon any of them as particular individuals but only their objective services which have a money value and may therefore be carried out by any interchangeable

Nesse sentido, as tipificações sociais da modernidade são traçadas pelas manifestações e encarnações das relações monetárias, possibilitando a liberdade pessoal, ao restringir ou eliminar os constrangimentos típicos das comunidades pré-capitalistas, uma vez que o dinheiro conseguiu dismantelar seus circuitos socioeconômicos, substituindo aos poucos e crescentemente as obrigações pessoais em espécie por contratações monetárias; separando e dando autonomia ao sujeito frente ao objeto (bens e serviços), de forma que ambos ganharam um desenvolvimento mais sofisticado e límpido.

Sendo assim, de acordo com Simmel (2004), o dinheiro permite o estreitamento e a conexão do indivíduo com o grupo como um todo abstrato, porém o coloca na mesma dimensão dos objetos, dissolvendo-o como personalidade própria, uma vez que o dinheiro relaciona os indivíduos entre si, eliminando simultaneamente seu caráter específico e sua personalidade individual. Eis a razão pela qual produz uma aporia: ao tempo em que aproxima as pessoas, dando-lhes maior liberdade e autonomia, acorrenta-lhes na frieza da objetivação e da instrumentalização impessoal das relações sociais.

No que diz respeito à teoria do valor de Simmel (2004), com seus pressupostos relativistas e subjetivos, observa-se uma aproximação com a teoria do valor utilitarista/marginalista da escola neoclássica, razão pela qual o valor não é uma qualidade específica do objeto, mas um juízo imanente ao sujeito sobre o objeto, “Qualquer que seja o sentido, empírico ou transcendental, que a diferença entre sujeito e objeto é concebida, valor nunca é uma ‘qualidade’ dos objetos, mas um julgamento sobre eles e que lhes são inerentes” (SIMMEL, 2004, p. 63, tradução nossa⁷).

Uma abordagem da sociologia econômica sobre o mercado (com sua unidade monetária), a ser construída a partir do individualismo metodológico, à moda weberiana, tem como premissa de análise a seguinte convicção: para um determinado sistema social, os diversos fatores que influenciam as decisões dos indivíduos são demasiadamente complexos. Se isso é verdade, então, para explicar como os indivíduos tomam suas decisões, é preciso investigar os princípios básicos que regem todas as ações humanas.

Sendo assim, Hayek (2010), em consonância com essa metodologia, coloca-se contra toda e qualquer ingerência coletiva e institucional sobre as ações dos indivíduos na economia, principalmente na criação e coordenação da moeda. Por conta disso, parte do princípio de que,

person. In that the purely money relationship ties the individual very closely to the group as an abstract whole and in that this is because money, in the light of four earlier deliberations, is the representative of abstract group forces, the relationship of individual persons to others simply duplicates the relationship that they have to objects as a result of money.

⁷In whatever empirical or transcendental sense the difference between objects and subject is conceived, value is never a ‘quality’ of the objects, but a judgment upon them which remains inherent in the subject.

se cada indivíduo perseguir seus próprios interesses, ajudará a canalizar toda uma convergência de ações que, de alguma forma, resultará em uma verdadeira ordem social (que produzirá o melhor estado possível para todos): o mercado. Temos, portanto, o motivo pelo qual os agentes econômicos são definidos como unidades de decisões, pois cada um deles busca, de forma racional, melhorar suas posições.

Segundo Hayek (2010), o que garante a qualidade e permanência a longo prazo do dinheiro é a confiança do público em sua própria unidade monetária. Nesse aspecto, Hayek defende a posição de que o dinheiro privado é mais estável e racional, pois quem proceder de forma diferente, produzindo um dinheiro viciado e duvidoso, seria, por meio da concorrência, colocado à margem e seu dinheiro seria substituído por outro mais legítimo e com maior carga de confiança. Em outras palavras, este autor defende que as moedas sejam emitidas privadamente (ou através dos bancos comerciais privados ou por empresas individuais); esta é uma velha tese dele: a desnacionalização da moeda. De maneira que, no mercado, onde estarão concorrendo entre si várias moedas, sobreviverá a “melhor”, sem nenhuma necessidade de um órgão do Estado que as regule (como faz, por exemplo, no Brasil, o Banco Central).

Dentro dessa perspectiva teórica (isto é, o liberalismo marginalista, racional maximizador), é no mercado que os agentes econômicos são definidos como unidades de decisões, cada qual agindo no sentido de buscar maximizar ganhos, de maneira que essas unidades técnicas de decisões são quem escolherão qual a moeda é a melhor para o sistema econômico.

A propósito, é importante lembrar que a escola neoclássica parte da seguinte assertiva: frente aos recursos sempre escassos e tendo de atender às ilimitadas necessidades das pessoas, a sociedade toma a melhor decisão entre as alternativas que se apresentam – produzir mais tratores e menos carros de passeio, por exemplo, ou, ao contrário, produzir menos tratores e mais carros de passeio. Nessa perspectiva, a escola marginalista reclama para si a independência dos atores econômicos frente ao contexto social (com seus valores, crenças, culturas e influências políticas), a partir da construção de modelos analíticos e matemáticos.

Colocando em outros termos, a concepção neoclássica de mercado reivindica para si um espaço social abstrato, onde se dá o encontro de vontades (demandantes e ofertantes), ou seja, unidades de decisões, cada uma buscando de forma racional obter o máximo de ganhos.

Nessa ficção espacial, o mercado é concebido como o lugar em que se dá a “concorrência perfeita”, onde uma imensa quantidade de pequenos produtores e pequenos compradores (atomismo), independentes entre si, disputa posições. Os concorrentes podem

abandonar o mercado de acordo com suas conveniências, pois não existem barreiras à entrada, nem à saída. Contudo, eles não conseguem influenciar nem nos preços, nem nas quantidades das mercadorias. Por fim, nesse mercado também não existe custo para a obtenção de informações e todos os bens são homogêneos.

A ilustração do absurdo que deriva desse tipo de abordagem da racionalidade econômica pode ser resumida na despropositada e tão influente afirmação de Gary Becker (1976), que chegou à conclusão de que

[...] a abordagem econômica é bastante abrangente e, portanto, aplicável a todo o comportamento humano, seja ele comportamento envolvendo preços monetários ou preços sombra embutidos, decisões repetidas ou infrequentes, decisões grandes ou pequenas, de finalidades emocionais ou mecânicas, pessoas ricas ou pobres, homens ou mulheres, adultos ou crianças, pessoas brilhantes ou estúpidas, pacientes ou terapeutas, empresários ou políticos, professores ou estudantes. (BECKER, 1976, p.8, tradução nossa)⁸.

A sociologia econômica, que nasceu a partir da segunda metade do século XIX e teve como primeiros mentores e teóricos nomes como Marx, Durkheim, Weber, Schumpeter, Polanyi e Smelser, surgiu justamente como reação e insatisfação a esse modelo marginalista, cujo único objeto era a ação humana dirigida pelo interesse de ganhos. Esses sociólogos criticavam especialmente a concepção de mercado pautada no imaginário fictício, na ilusão de um espaço etéreo, onde não existem pessoas, coisas e instituições – um espaço social harmonicamente perfeito: sem atritos, conflitos ou incompatibilidades (apenas tomada de decisões).

Diferentemente dos marginalistas, os clássicos da sociologia econômica, em geral, concebiam o mercado como um espaço social, onde acontece o encontro de pessoas e instituições que interagem entre si de forma interdependente (ofertantes e demandantes), perseguindo seus interesses e estruturas de preferências, as quais são histórica e culturalmente construídas, pois é o resultado de toda uma gama de valores e interações sociais como costumes, crenças, tradições etc.

⁸The economic approach is a comprehensive one that is applicable to all human behavior, be it behavior involving Money prices or imputed shadow prices, repeated or infrequent decisions, large or minor decisions, emotional or mechanical ends, rich or poor persons, men or women, adults or children, brilliant or stupid persons, parents or therapists, businessmen or politicians, teachers or students.

Nessa linha de raciocínio, os mercados são resultados de especificidades geograficamente localizadas e socialmente construídas, pois são gestados por meio das interações sociais. Por exemplo, na perspectiva durkheimiana, o mercado é o local onde ocorrem as relações mercantis, de sorte que ele é, antes de tudo, uma instituição (um fato social), um espaço geográfico onde acontecem as trocas de bens e serviços por meio de contratos (formais ou informais). Sendo assim, a todo tempo as pessoas estão contraindo deveres e obrigações, comprando e vendendo (tais ações são juridicamente seladas através de contratos).

O mercado, de acordo com Weber (1999), surge primeiramente através das trocas entre estrangeiros (entre tribos ou comunas diferentes), expressando muitas das vezes relações conflituosas que levam à guerra. Todavia, esse mesmo mercado se transforma no espaço de sociabilidade, principalmente quando internalizado na comunidade, envolvendo cada vez mais uma racionalização da ação social de seus atores econômicos. Nesse sentido, “a relação associativa por troca no mercado” configura-se como uma espécie de “arquétipo de toda ação social” (WEBER, 1999, p. 419).

Dentro da perspectiva teórica de Weber (1999), o mercado institui-se como um espaço de relações sociais e é nele que atua o principal elemento racionalizador, necessário para o estabelecimento eficiente dos processos de troca, qual seja, o dinheiro. Este se legitima através das expectativas dos atores sociais:

Toda troca com o uso de dinheiro (compra) é também uma relação social em virtude do emprego desse dinheiro, o qual desempenha sua função somente por referir-se à ação potencial de outras pessoas. A circunstância de o dinheiro ser aceito fundamenta-se exclusivamente na expectativa de ele conservar suas qualidades específicas de ser solicitado e utilizável como pagamento. A relação comunitária baseada no uso de dinheiro é o polo oposto característico de toda relação associativa fundamentada numa ordem racionalmente pactuada ou imposta. O dinheiro faz surgir uma relação comunitária graças às relações de interesses reais entre os interessados atuais e potenciais no mercado e no pagamento, de modo que o resultado – no caso de desenvolvimento pleno, a chamada economia monetária, que é de caráter muito específico – se comporta como se tivesse sido criada uma ordem com o fim de obtê-lo. Isto deriva do fato de que, dentro da comunidade de mercado, o ato de troca, particularmente aquele no qual se emprega dinheiro, se orienta não isoladamente pela ação do parceiro, mas pela de todos os participantes potenciais na troca, e isto tanto mais quanto mais racionalmente é ponderado. (WEBER, 1999, p. 419-420).

Na perspectiva da sociologia econômica, os mercados não são dados a priori; são, na verdade, construções sociais e históricas, resultantes das ações dos atores sociais que compõem o cenário das relações de troca, através do dinheiro. Desse modo, devem ser compreendidos como espaços reais de conflitos entre esses atores, e suas configurações dependem da organização, do poder e dos recursos disponíveis.

Assim, diferentemente do padrão neoclássico (marginalista), em sociologia econômica, tanto o mercado quanto seu laço social, o dinheiro, resultam de configurações históricas e culturais munidas de certas relações econômicas e de poder político que são expressões dos mais diversificados interesses e contradições das classes sociais.

2.4 Dinheiro, Estado e Sistema Social

O dinheiro é, antes de qualquer coisa, a expectativa criada por seu possuidor de adquirir, através dele, no processo de troca, inúmeras riquezas. O detentor do dinheiro acredita que todas as outras pessoas também o aceitarão em troca de bens e serviços que o mesmo algum dia desejar obter. Nesse sentido, os agentes recebem, gastam ou guardam dinheiro não pelo seu valor intrínseco, mas pelo fato de que existem garantias institucionais quanto às suas futuras capacidades de trocas. Sendo assim, o dinheiro tem que ser socialmente legitimado e garantido por alguma instituição, e, deveras, como tem ocorrido desde a modernidade, essa instituição tem sido o Estado – uma vez que detém o poder de monopólio na emissão do dinheiro (mas não absolutamente na criação). Portanto, o dinheiro que circula na sociedade atual é um dinheiro estatal, fiduciário (ou seja, sem valor intrínseco, nem lastro material) e, muitas vezes, inexistente, fictício – por exemplo, um crédito lançado por um banco na conta de determinado cliente que o tomou de empréstimo, hipotecando sua casa.

De fato, o lastro monetário do dinheiro (credibilidade e legitimidade) de um país, nos dias de hoje, é dado pelo Estado (e suas intuições jurídico/administrativas e governamentais). Por um lado, através da sua soberania, que deve ser expressa pela robustez de suas instituições culturais, educacionais, políticas, jurídicas e legislativas, em sintonia com a identidade e consciência coletiva do seu povo. Por outro lado, este mesmo Estado assegura a fidedignidade do seu dinheiro, ao impor compulsoriamente o curso forçado do mesmo (a obrigação de que todos devam fazer suas transações econômicas e financeiras através da unidade monetária oficial, sob pena da lei).

O Estado também é que tem a obrigação e o dever de zelar pelo valor do dinheiro, ou seja, pelo seu poder de compra e sua estabilidade no transcurso do tempo. Por fim, a unidade monetária da nação é dada pela credibilidade e pelo respeito das outras nações que com ela fazem suas transações comerciais e financeiras, através de pactos, acordos e convenções.

Embora seja monopolista na emissão do dinheiro, portanto criador de meios de pagamento, o Estado não é o único nessa função, pois os bancos também os criam (muitas

vezes através do nada, apenas por promessas de crédito). Nesse sentido, é importante uma análise sobre a relação entre o Estado e o dinheiro e este com as outras instituições financeiras. Para tanto, devemos primeiramente trabalhar com algum conceito de Estado e sua inserção em um corpo teórico a respeito do sistema social.

O Estado, dentro do arcabouço sociológico weberiano, seria um acervo de instituições e pessoas, formatando uma ordem administrativa e jurídica, legislativamente estabelecida, dentro de um território onde exerce sua autoridade jurisdicional e política, uma vez que detém o monopólio do uso legítimo da violência física. “Hoje, o Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este, o ‘território’, faz parte da qualidade característica –, reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física” (WEBER, 2000, p. 525). Adicionado alguns elementos a tal concepção, Bourdieu (1996) dirá que o Estado é uma incógnita a ser determinada “que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e simbólica em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente” (BOURDIEU, 1996, p. 97). Dentro dessa linha de raciocínio, nada mais lícito do que conceber o dinheiro, que é um símbolo, como instrumento operacional dessa violência, como será visto mais adiante.

Todavia, o Estado – com suas estruturas políticas, jurídicas e ideológicas – requer uma odisséia teórica que navegue por vários contextos históricos, assim como uma revisitada aos inumeráveis pensadores, filósofos e cientistas políticos. Entretanto, para não irmos muito próximo das elaborações mais eruditas, apresentamos aqui a concepção moderna de Engels em parceria com Marx. Com efeito, para estes dois renomados teóricos, o Estado é o resultado de uma sociedade que alcançou um grau de desenvolvimento de tamanha envergadura que lhe permitiu o acúmulo de riqueza de tal magnitude que excedeu suas próprias necessidades, razão pela qual, no longuíssimo prazo, a existência de semelhante excedente econômico fez surgir uma severa fratura no seio da sociedade, dividindo-a em classes sociais, política e economicamente antagônicas.

Nessa linha de raciocínio, o Estado, para Engels (2010), não é um poder que se impõe à sociedade de cima para baixo, do exterior para o seu ventre, tampouco é nascido (como ensina a filosofia hegeliana) do espírito que se autoflagelou, saindo de si mesmo (negando-se e dilacerando-se) para criar o mundo e o espírito-mundo, formalizado pela ideia moral da razão absoluta. Pelo contrário, o Estado é a expressão mais nua e crua de que a sociedade efetivamente cindiu-se em classes sociais cujos interesses políticos e socioeconômicos são efetivamente contraditórios e antagônicos, de tal forma que, pelo simples fato de suas existências, as classes estão obrigadas a conviver em infundáveis e ferrenhos conflitos –

muitas vezes disfarçados, outros tantos abertos – que terminaram sempre com a reconstituição revolucionária de toda a sociedade ou com a extinção das classes em litígio.

Foi a partir desses conflitos de classes que a sociedade criou um poder que lhe é colocado aparentemente acima dela, cuja missão é amortecer e ordenar essas batalhas. Um poder que, como uma espécie de árbitro conciliador, exerce o monopólio da violência, ao controlar, normatizar e julgar as condições e os limites da tolerância e da estabilidade dos citados conflitos – tudo isso no interesse daquela classe que, ao se apropriar do excedente econômico, domina a sociedade como um todo.

Em síntese, esse poder, que é inerente à sociedade e se coloca acima dela, como se alheia estivesse de si mesma, “finge” se distanciar dos interesses das classes em litígio, particularmente dos interesses econômicos da classe dominante.

Na imensa maioria dos países do chamado mundo civilizado, o poder do Estado pode ser analisado por meio das políticas macroeconômicas dos seus governantes, dentre as quais a sua política monetária (que busca assegurar a estabilidade de sua unidade de conta). Com efeito, existe toda uma rede de interações entre os agentes econômicos⁹ e o Estado no sentido de confiabilidade e certeza nas garantias das propriedades abstratas do dinheiro (bem como suas funções), uma vez que a política de controle, a administração e a gestão do dinheiro dependem fundamentalmente da legitimidade e credibilidade das instituições correspondentes, principalmente da política monetária do governo. No entanto, atendendo aos interesses do capital financeiro internacional, suas políticas monetárias têm prevalecido acima das outras políticas de interesse popular, como, por exemplo, a política fiscal e a política de distribuição de rendas.

2.4.1 Dinheiro e as teorias dos sistemas sociais

O capital financeiro e monetário internacional tem construído uma rede global de interações (globalização financeira) cujos nexos são estabelecidos exclusivamente por meio

⁹Não no sentido neoclássico do termo, mas sociopolítico: pessoas e instituições defendendo seus interesses, individuais ou classistas, montando suas estratégias de posição e conquistas nas condições de suas racionalidades limitadas – sócio e historicamente condicionadas.

de políticas monetaristas e ações especulativas de investidores institucionais (sociedades de capitalização, entidades de previdência privada, sociedades seguradoras, fundos externos e fundos mútuos de investimentos etc.) e individuais, em detrimento das políticas de bem-estar social e de geração de renda e emprego. Do ponto de vista sistêmico, Latour (2012) nos ajuda a pensar o sistema financeiro e monetário internacional como uma rede ramificada semelhante a um “rizoma” nas entranhas dos Estados nacionais e suas instituições bancárias e não bancárias.

Sendo assim, passamos a analisar, além da Teoria do Ator-Rede, de Latour, outro arcabouço teórico da sociologia sedimentado na teoria de sistemas que envolvem, de certa forma, questões monetárias em geral e o dinheiro em particular, o de Jürgen Habermas. Todavia, no que tange ao aprofundamento do sistema habermasiano mais geral, teremos a oportunidade de tecer uma análise um pouco mais rigorosa apenas no terceiro capítulo desta tese, quando discutiremos a categoria “crise”. Nesse sentido, o arcabouço habermasiano que tangencia o papel do dinheiro será visto de forma um tanto quanto açodada com as lentes das análises sócio-monetária de Nigel Dodd.

2.4.1.1 Habermas

Habermas concebe o dinheiro (e o poder) como o elo mais forte entre o sistema e o mundo da vida, razão pela qual, no processo de colonização do mundo da vida pelo sistema, o dinheiro funciona como padrão de racionalização e instrumentalização (ferramenta). Nesse sentido, é importante compreender tais conceitos habermasianos.

Com efeito, para construção de sua abordagem social, alicerçado nas teorias de sistema, Habermas (2012a) parte da utopia durkheimiana da existência de uma sociedade completamente integrada, onde a coesão social é obtida pela percepção dos poderes sobrenaturais, sagrados, de maneira que os conflitos na obtenção do poder ou de interesses econômicos são assegurados pelos hábitos, crenças e religião. A pessoa tem uma existência social total; ainda não se percebeu enquanto ser individual, como sujeito. A linguagem ainda é fracamente utilizada, de maneira que não joga nenhum papel na intermediação das relações sociais, mesmo entre o sagrado e o profano.

Todavia, com o transcorrer do tempo, a experiência do dia a dia e a prática da linguagem e dos atos comunicativos vão decisivamente reforçando os processos de obtenção do entendimento, colocando ao largo e deixando para trás, cada vez mais, a força da tradição

normativa e da justificação religiosa. Dessa maneira, a dimensão sagrada vai cedendo lugar ao discurso na obtenção do consenso, ou seja, tem-se uma espécie de transição entre interação mediada pelo simbólico para a interação mediada pela fala.

A evolução social é entendida por Habermas (2012b, p.277) como “um processo de diferenciação de segunda ordem”, posto que o mundo da vida e o mundo do sistema se diferenciam não apenas e tão somente à proporção que a racionalidade do primeiro e a complexidade do segundo crescem, mas na medida em que o mundo da vida se diferencia do mundo do sistema. Sendo assim, em sociologia, segundo ele, o processo de desenvolvimento da sociedade percorreu diferentes níveis evolutivos: “sociedades tribais, sociedades tradicionais, organizadas por meio do Estado, e sociedades modernas (que possuem um sistema econômico diferenciado)” (HABERMAS, 2012b, p.277). Nessa trajetória histórica evolutiva, ocorrem mecanismos sistêmicos que vão se desprendendo de forma gradativa das estruturas sociais por meio das quais se realiza a integração social.

Esse processo evolutivo, segundo Habermas (2012b), se deu por meio de quatro mecanismos de diferenciação sistêmica e que foram se configurando através da seguinte sequência: diferenciação segmentária, estratificação, meio de controle e organização estatal. A cada nova dimensão do processo de diferenciação sistêmica, espaços estruturais são desprendidos e toma lugar novos graus de complexidade, “com novas especificações funcionais e para uma integração mais abstrata das novas diferenciações” (HABERMAS, 2012b, p. 300).

Em sociedades arcaicas, as interações são determinadas pelo repertório de papéis do sistema de parentesco [...]. Em sociedades tribais estratificadas, quando surge um sistema de *status* em que as associações familiares são hierarquizadas de acordo com a nobreza, os papéis referentes ao sexo e à geração são relativizados: para o *status* social do indivíduo, a posição da família à qual pertence é mais importante que o lugar que ele mesmo ocupa no interior da família [...]. Quando a estrutura da sociedade não é mais determinada pelo parentesco, mas pelo Estado, a estratificação social é acoplada a características da participação no poder político e à posição no processo de produção [...]. Finalmente, a autoridade do Estado e o poder político em geral são relativizados perante a ordem do direito privado tão logo o dinheiro, que constitui um meio de controle, é institucionalizado numa forma jurídica que visa a um intercâmbio econômico despolitizado. (HABERMAS, 2012b, p. 301-302).

Portanto, a cada nova dimensão, o sistema exigia estruturas institucionais específicas como, por exemplo, o surgimento das classes. Num primeiro momento, classes políticas, depois, classes econômicas, em função da transição entre representações convencionais e, mais tarde, pós-convencionais do direito e da moral. Isso se deu por conta de que as novas

dimensões de diferenciação do sistema apenas poderiam ocorrer quando o estabelecimento da racionalização do mundo da vida atingisse um nível correspondente.

A racionalização do mundo da vida pode ser entendida como uma dinâmica crescente de liberalização do potencial de racionalidade que emerge no próprio agir comunicativo. Assim, na medida em que os componentes estruturais do mundo da vida crescentemente passam a se diferenciar, tanto mais os contextos de interação tornam-se sedimentados às condições de uma compreensão compartimentada pela racionalidade motivada, ou seja, a própria condição para a formação de um consenso que tem como base a autoridade do melhor argumento. Nessas condições, o consenso, mesmo em caso de conflito, é assegurado em um grau de abstração mais elevado, razão pela qual se vislumbra uma universalização e configuração de orientações balizadas em valores sugeridos institucionalmente aos agentes.

Na rede de interação, observam-se duas posições contrárias: de um lado, o agir comunicativo se afasta cada vez mais das tradições e normas religiosas; do outro, as interações se dividem no agir orientado para o sucesso e no agir orientado para a compreensão compartilhada, resultando, assim, em dois subsistemas de ação racional em vista de uma finalidade. A pressão no sentido da racionalização se torna tão claramente forte que se acaba por requerer, demasiadamente, utensílios da compreensão compartilhada pela linguagem – impondo, nesse contexto, sua substituição por outros meios de comunicação, notadamente pelo dinheiro.

Sendo assim, no sistema habermasiano o dinheiro é o elo equidistante que caracteriza a dualidade entre os mundos (da vida e do sistema), ou seja, representa a racionalidade que os mantêm dialeticamente conectados: a racionalidade instrumental e a comunicativa. Com efeito, segundo Dodd (1997), mudanças na estrutura jurídica, como subsistema do sistema social, dão a base para “a separação entre a vida econômica e os valores e atividades associados à política e à tradição. O dinheiro tem estado no centro desse processo” (DODD, 1997, p. 128). Assim, o dinheiro é uma representação simbólica tanto do capital quanto do trabalho, externalizando a faculdade da liberdade burguesa de fazer seus contratos em benefício próprio, razão pela qual os processos de integração no mundo da vida e no mundo do sistema têm se dissociado.

Esse mecanismo de dissociação ocorre por meio da racionalização, fomentando riscos na perspectiva tanto do sistema quanto do mundo da vida. Por um lado, no que se refere ao mundo da vida, na maior proporção em que “as práticas e instituições sociais particulares se expõem a críticas e debates”, dentro do arcabouço e dos princípios da ação comunicativa, “tanto mais vulneráveis elas se tornam” (DODD, 1997, p. 128). Por outro, no que diz respeito

à integração do sistema, isso pode ser nocivo, pois a ação econômica e seus processos de tomada de decisões políticos, para se legitimarem, têm de se valer da cultura e das instituições do mundo da vida. Os riscos suscitados no processo da dissociação não ficam, contudo, restritos a cada esfera da sociedade moderna como entidades afastadas uma das outras, mas têm a ver com a relação entre elas.

O que parecia ser um ganho em eficiência, do ponto de vista do sistema, poderá ser profundamente perturbador no âmbito do mundo vital. É exatamente o que acontecerá se o desenvolvimento do mundo vital for inibido ou, mais especificadamente, se o mundo vital for colonizado pelo sistema. A colonização interna do mundo vital se refere ao processo mediante o qual as instituições e imperativos associados com o sistema se expandem e invadem ou colonizam as instituições e valores associados com o mundo vital. *Esse processo é mediado pelo dinheiro e pelo poder*, e entra em profundo conflito com a forma de raciocínio na qual o mundo vital se baseia. A colonização interna distorce a consciência do mundo vital porque a racionalidade instrumental sufoca o mundo vital, onde a racionalidade comunicativa deveria predominar. Por essa razão, aspectos cruciais do processo de dissociação têm sido patológicos, levando a profundas tensões sociais e culturais. (DODD, 1993, p. 129, grifo nosso).

Nessa moldura habermasiana, o dinheiro codifica muitos dos aspectos da ação comunicativa, mas não em sua totalidade. Sendo assim, para Dodd (1993, p. 129), “a linguagem não pode ser de todo desenraizada do mundo vital e codificada sob a forma de um meio monetário que circula no sistema sem nenhuma referência aos princípios do mundo vital”.

Uma vez que existe, conectada com o mundo da vida, uma dimensão fiduciária no processo de troca monetária, não se pode cogitar a possibilidade de que tal codificação perpetrada pelo dinheiro venha a ser independente do mundo da vida. Portanto, enquanto instituição social, o dinheiro necessita estar balizado em normas jurídicas do mundo da vida e esta é sem dúvida uma disposição específica das sociedades modernas.

2.4.1.2 Bruno Latour

Criada e desenvolvida na década de 1980 por Bruno Latour, Michel Callon e Madelaine Akrich (pesquisadores ligados ao Centro de Sociologia e de Inovação da *École Nationale Supérieure des Mines* de Paris), entre outros pesquisadores de diversas áreas, a Teoria Ator-Rede foi formatada a partir da investigação das práticas cotidianas a envolver ciência, tecnologia e sociedade. Seus objetos de estudos são as conjunções entre os seres humanos e não humanos que configuram uma inextricável rede, a qual se fragmenta em

microconexões e desconexões, de modo que já não se pode mais pensar em unidades isoladas, mas em processos dinâmicos de associações.

No sentido mais genérico, uma rede pode ser pensada como um espaço plasmado por infindáveis e dinâmicas conexões (ondas) que colapsam (no sentido de sedimentação) ou se bifurcam (no sentido de ramificar) em “nós”, compondo uma totalidade aberta, crescentemente se ramificando para todos os lados e direções (rizoma) através de associações de elementos heterogêneos compostos por seres humanos e não humanos.

A Teoria Ator-Rede nos ajuda a pensar a erística monetária como derivada de um conjunto de “caixas cinzas”, ou seja, um conglomerado de pessoas, coisas e instituições movido por intermináveis controvérsias que formam – em seu estado de turbulências e instabilidades, expresso nas posições dos “grupos” e “contragrupos” litigantes, cada qual defendendo suas argumentações na fronteira das ligações que caracterizam os “nós”, ou “caixas pretas” –, qual um sistema dinâmico, a grande rede. No nosso caso, o sistema financeiro e monetário internacional com sua correspondente moeda de reserva mundial, o dólar americano.

O dinheiro funciona como um agenciador (mediador) não humano (actante) que, em seu desempenho, frequentemente utiliza mecanismos tácitos de tirania e opressão ao tecer a grande rede, plasmada por infindáveis associações que, em sua dinâmica, induzem os atores humanos (pessoas, que são também actantes) a agirem (produzirem coisas, tomarem decisões, mudarem de posição ou alterarem comportamentos) de tal maneira que, muitas vezes, nem têm consciência do que estão fazendo.

Antes de prosseguirmos com as análises de algumas das categorias da Teoria Ator-Rede e de como podemos, através delas, emplacar uma reflexão complementar sobre a erística monetária – em conexão com a crise do sistema financeiro e monetário internacional e a emersão dos debates sobre a tese keynesiana de criação de uma moeda internacional –, vamos fazer uma breve exposição dessa teoria, analisando algumas passagens de uma das principais obras de Bruno Latour: *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*, publicada em 2012.

Latour (2012), logo na introdução da obra supracitada, faz uma provocante reflexão sobre as “ciências sociais”, inicialmente tencionando e problematizando seus conceitos e seus elementos constitutivos, pondo em foco, já de partida, ambos os termos: “ciência” e “social” (respectivamente, sujeito e adjetivo). Quando os “sociólogos do social” colocam, como uma espécie de adesivo, o adjetivo “social” em alguma coisa, acabam por caracterizá-la como um “fenômeno social” estável e isso se torna problemático, segundo Latour, na medida em que o

termo “social” passa a significar um tipo de material, como se o adjetivo fosse comparável, no caso geral, a outros termos como “de madeira, de aço, biológico, econômico, mental, organizacional ou linguístico” (LATOUR, 2002, p. 17). Sendo assim, a palavra anexada compartilha coisas simultaneamente distintas, já que agora significa duas coisas completamente diferentes: em primeiro lugar, um movimento que ocorre durante o processo de anexação; e, em segundo lugar, um ingrediente específico distinto de outros tipos de materiais.

Nesse contexto de considerações e questionamentos sobre as ciências sociais, nomeadamente sobre o verbete “social”, o autor levanta as seguintes indagações: “Que vem a ser uma sociedade? Que significa a palavra ‘social’? Por que se diz que determinadas atividades apresentam uma ‘dimensão social’? Como alguém pode demonstrar a presença de ‘fatores sociais’ operando?” (LATOUR, 2012, p. 19).

Refletindo sobre tais indagações, a alternativa da abordagem de Latour é renunciar a qualquer tipo de pressuposto básico para algum modelo de “especificidade na ordem social”, ou existência de “dimensão social”, ou “contexto social” etc. Na verdade, para o autor, o vocábulo “social” significa “uma série de *associações* entre elementos heterogêneos”, razão pela qual a sociologia seria a ciência que tem como propósito “a *busca de associações*”. De sorte que “o adjetivo ‘social’ não designa uma coisa entre outras, como um carneiro negro entre carneiros brancos, e sim *um tipo de conexão* entre coisas que não são, em si mesmas, sociais” (LATOUR, 2012, p. 23, grifo do autor).

Essas associações, no entendimento de Latour, não são relações estáticas e definidas de uma vez por todas, muito pelo contrário: elas são dinâmicas e nossas percepções sobre elas também mudam de acordo com as novas condições espaço-temporais que vão se apresentando, uma vez que

[...] todos os elementos heterogêneos precisam ser reunidos de novo em uma dada circunstância [...]. A cada instância, precisamos reformular nossas concepções daquilo que estava associado, pois a definição anterior se tornou praticamente irrelevante. Já não sabemos muito bem o que o termo “nós” significa; é como se estivéssemos atados por “laços” que não lembram em nada os vínculos sociais. (LATOUR, 2012, p. 23).

Desse modo, as associações dos elementos heterogêneos (pessoas, objetos, órgãos, departamentos, instituições etc.), dentro de suas dinâmicas, vão se constituindo enquanto definidores de uma nova concepção do “social” ou das “ciências sociais”, abandonando toda e qualquer adjetivação de sujeito, dimensão ou fator “social” para a sua caracterização e objetivação. Portanto, “O social não é nunca uma coisa visível ou postulável. Só se deixa

entrever pelos *traços* que vai disseminando (experimentalmente) quando uma nova associação se constitui com elementos de modo algum ‘sociais’ por natureza” (LATOURE, 2012, p. 27, grifo do autor).

Nessa nova perspectiva, a “sociedade” é tomada como um conjunto de interconexões que emerge a partir de um espaço plasmado que, embora oculto, compõe todo o firmamento das associações entre actantes. Esses últimos, por sua vez, configuram aquilo que nosso autor vai definir como rede, ou seja, um processo no qual os agentes (os actantes) agem formando associações entre humanos e não humanos, através de encadeamentos heterogêneos de componentes que são interconectados e agenciados, formando um todo dinâmico. Portanto, a conjunção entre homens e coisas (sujeito/objeto, pessoas/máquinas) forma um conteúdo diverso daquele que existia antes (quando estavam separados um do outro), de tal maneira que essa combinação constitui um novo fenômeno cuja natureza é totalmente diferente da anterior.

Sendo assim, o termo “ação social” adquire novo significado, uma vez que não é só o sujeito (a pessoa humana) que age – quase toda ação humana é apetrechada por algum tipo de instrumental não humano –, mas a ação é perpetrada pela associação, ou seja, pela combinação de actantes: pessoas, coisas, martelos, gavetas, instituições, corpos legislativos etc., de sorte que o sujeito humano perde sua primazia em relação aos objetos e o que se passa ao primeiro plano agora são os meios, ou as combinações. Com efeito, a ação deixa de ser uma propriedade essencialmente humana e passa a ser resultado da associação entre actantes.

Focando na posição que a “sociologia das associações” tem em relação aos artefatos não humanos em conjunção com os humanos (configurando um par dialogicamente simétrico), Latour (2012) diferencia dois termos técnicos: “intermediário” e “mediador”. O primeiro “é aquilo que transporta significado ou força sem transformá-los” (LATOURE, 2012, p. 65), ou seja, uma unidade fechada, uma “caixa preta”. Por sua vez, os mediadores “transportam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam”, de maneira que, “apesar de sua aparência simples, pode se revelar complexo e arrastar-nos em muitas direções que modificarão os relatos contraditórios atribuídos a seu papel” (LATOURE, 2012, p. 65).

Diferentemente da “sociologia do social” (ou dos preconceitos das ciências em geral), que concebe especificidade da ação aos sujeitos humanos, instrumentalizados com o exclusivo atributo da racionalidade, a Teoria Ator-Rede caracteriza a racionalidade (intencionalidade) não como uma propriedade imanente ao ser humano, mas como resultante da conjunção (associação) do humano com o não humano no sistema social.

Assim, Latour (2012) atribui um papel relevante aos artefatos não humanos no que tange à ação, de sorte que “a ação não ocorre sob o pleno controle da consciência, a ação deve ser encarada, antes, como um nó, uma ligadura, um conglomerado de muitos e surpreendentes conjuntos de funções que só podem ser desemaranhados aos poucos” (LATOUR, 2012, p. 72). Esse é o motivo pelo qual a intenção (razão) deixa ser um atributo exclusivo do ser humano, uma vez que toda e qualquer intencionalidade apenas pode existir por meio da associação entre os artefatos humanos e não humanos.

Nessa linha de raciocínio, nosso autor, ao fazer uma analogia com o cenário de uma peça teatral, a propósito do termo “ator”, afirma que este vocábulo é empregado para significar que não fica explícito de forma exata “quem ou o quê” está atuando quando de fato os artistas atuam, uma vez que o ator jamais se encontra sozinho quando está em plena atuação (LATOUR, 2012). Assim, quando se diz que “um ator é um ator-rede”, quer se disser que “ele representa a principal fonte de incerteza quanto à origem da ação” (LATOUR, 2012, p. 76).

Latour, ao defender a primazia das coisas nas configurações da ação (que em última instância é provocada pela associação entre coisas e pessoas, conforme vimos acima), primeiramente elucida o que ele define como atores. Com efeito, ao contrário da “sociologia do social”, que concebe a “ação” como um ato perpetrado por um sujeito de forma “intencional” e “significante” – tirando todas as possibilidades de que coisas como martelo, faca ou tesoura possam agir –, concebe que “*qualquer coisa* que modifique uma situação fazendo diferença é um ator – ou, caso ainda não tenha configuração, um actante [...] *partícipes* no curso da ação que aguarda figuração” (LATOUR, 2012, p. 108, grifo do autor). Nesse sentido, a Teoria Ator-Rede tem como elemento focal para explicar a durabilidade e a extensão de uma interação os artefatos não humanos. Todavia, nosso autor esclarece que:

A ANT não alega, sem base, que os objetos fazem coisas “no lugar” dos atores humanos: diz apenas que nenhuma ciência do social pode existir se a questão de o quê e quem participa da ação não for logo de início plenamente explorada, embora isso signifique descartar elementos que, à falta de termo melhor, chamaríamos de *não humanos*. (LATOUR, 2012, p. 109).

Portanto, em linha com Latour, é preciso sempre ter em mente que a propagação espaço-temporal de uma ação não se expressa apenas e tão somente nas conexões entre humanos, nem entre objetos, mas necessariamente entre as associações, muitas das vezes invisíveis e aleatórias, entre ambos. Sendo assim, para os “sociólogos de associações”, o interessante não é a quantidade de novos objetos que são mobilizados durante o percurso de

uma ação, mas o fundamental é que os objetos apareçam repentinamente, de súbito, “não apenas como atores completos, mas também como aquilo que explica o cenário socialmente estabelecido, onde se assenta as contradições da sociedade, suas assimetrias e o exercício do poder” (LATOUR, 2012, p. 109).

Uma categoria importante da Teoria Ator-Rede, introduzida por Latour, é a “tradução”, ou seja, um processo dialético entre os artefatos não humanos (objetos, coisas inanimadas) e os seres humanos (sujeitos, pessoas), no sentido de que, em associação, tanto a coisa influencia (modifica) a pessoa, quanto a pessoa influencia (modifica) a coisa. Nesse sentido, ocorre uma concomitante autotransformação, possibilitada agora pela inter-relação (que não existia anteriormente, quando um e outro estavam separados), razão pela qual, de alguma forma, provocou uma metamorfose em ambos os agentes, como sintetiza Latour (2012, p. 160): “uma relação que não transporta causalidade, mas induz dois mediadores à coexistência”.

Nesse contexto, nosso autor declara mais precisamente o objetivo da “sociologia de associações”, de maneira que “não existe sociedade, não existe domínio social nem existem vínculos sociais, *mas existem traduções entre mediadores que podem gerar associações rastreáveis*” (LATOUR, 2012, p. 160, grifo do autor). Em outras palavras, a tradução envolve a articulação de componentes diversificadamente heterogêneos, fundindo-os em processos de “hibridação” ou multiplicidade de conexões.

Refletindo sobre o trabalho de campo de um pesquisador das ciências sociais e a complexa tarefa de se produzir bons relatórios para a construção de seu texto (artigo, dissertação ou tese), contaminado pela “quinta fonte de incertezas”, ou seja, “evitar *o risco* de escrever um relato *verdadeiro e completo* sobre o tópico em mão” (LATOUR, 2012, p. 187, grifo do autor), Latour mostra que um bom texto, que ele chama de “relato textual”, é aquele que tece uma rede, de maneira que

Um bom relato ANT é uma narrativa, uma descrição ou uma proposição na qual todos os atores *fazem alguma coisa* e não ficam apenas observando. Em vez de simplesmente transportar efeitos sem transformá-los, cada um dos pontos no texto pode se tornar uma encruzilhada, um evento ou a origem de uma nova translação. Tão logo sejam tratados, não como intermediários, mas como mediadores, os atores tornam visível ao leitor o movimento do social. (LATOUR, 2012, p. 189, grifo do autor).

Sendo assim, o bom texto deve costurar com finíssimas linhas o maior número de atores em seus papéis de mediadores – ao agir, produz transformações, translada conexões de

elementos da realidade e, portanto, consegue externalizar para o leitor toda a dinâmica do “social”.

Latour (2012) critica a “sociologia do social” quanto à dicotomia local/global, de maneira que, quando se estabelece uma distinção ou separação entre o local e o global, quando se insere algum tipo de local dentro de um contexto mais amplo, global, dá-se um salto entre ambos – abrindo uma imensa fissura entre o que é envolvido e o que envolve. Por conta disso, o autor defende a simultaneidade e a verossimilhança entre local e global, de maneira que tudo que é local é global e tudo que é global manifesta-se apenas e tão somente como local.

Quando se investigam as conexões (as formas dinâmicas de ação dos actantes, rastreando-os em seu deslocamento/transformação), pode-se constatar que não existe uma identidade estanque e distanciada daquilo que se possa chamar de local, pois este não é nada mais do que uma forma diluída e distribuída daquilo que se deve localizar como global:

O que acontece quando praticamos os dois gestos, localizar o global e distribuir o local... juntos? Toda vez que uma conexão deve ser estabelecida, um novo tubo condutor deve ser instalado e um novo tipo de entidade deve viajar por ele. Aquilo que circula, por assim dizer, “dentro” do tubo é o próprio ato de atribuir uma dimensão a alguma coisa. Sempre que um lugar intenta agir em outro, precisa atravessar um meio, transportando alguma coisa durante todo o percurso; para continuar agindo precisa preservar algum tipo de conexão mais ou menos durável. Ao contrário, cada lugar é agora o alvo de muitas dessas atividades, a encruzilhada de muitas dessas trilhas, o abrigo provisório de muitos desses veículos. Os locais, agora transformados definitivamente em atores-redes, são movidos para o segundo plano; as conexões, veículos e vínculos avançam para o primeiro plano. (LATOUR, 2012, p. 316).

Uma categoria polêmica utilizada por Latour no seu arcabouço teórico é a noção de simetria. Com efeito, sintonizado com o pensamento do nosso autor, no processo dinâmico da ação perpetrada pela conjunção entre artefatos não humanos e humanos, tanto um quanto o outro são igualmente necessários, ou seja, é compartilhada solidária e simetricamente a responsabilidade da mesma.

Desse modo, não existe anterior a toda e qualquer experiência, de um lado, o mundo dos objetos em si, e, de outro, o mundo dos seres humanos entre si, uma vez que tanto a natureza como a sociedade são igualmente produtos de associações heterogêneas.

A Teoria Ator-Rede como método de abordagem da ciência social ajuda a pensar, de forma complementar, o dinheiro enquanto um mediador (actante) em sua trajetória de agenciamento das transações internacionais, gerando rupturas e recriando estruturas de normas e convenções até então estabelecidas, fazendo com que instituições bancárias e não bancárias, privadas e estatais, países e blocos de países tomem posições e assumam

responsabilidades frente à atual crise do sistema financeiro e monetário internacional, no sentido de estabelecer democraticamente uma nova configuração geopolítica mundial (fruto do conserto entre as principais nações do mundo), na qual o atual actante monetário das relações do comércio mundial, ou seja, o dólar americano, cometa o processo de auto-suicídio, formatando um novo pacto financeiro/monetário internacional, a partir do qual surgirá uma nova moeda internacional.

Todavia, no que se refere às suas críticas endereçadas às ciências sociais, em particular a sociologia (ou, mais especificamente, no que se refere ao verbete “social”), percebemos algumas restrições no núcleo duro de seu arcabouço teórico, principalmente em suas premissas ontológicas, dentre as quais existem dois tipos de entidades sociais, os seres humanos e os seres não humanos, de forma que, em sua analogia da ciência social com algum tipo de construção, Latour faz as seguintes colocações:

Compreendemos hoje por que a palavra *social* provoca tantos mal-entendidos; ela confundia dois sentidos inteiramente diferentes: um tipo material e um movimento para reunir entidades não sociais [...]. Usualmente, a grande vantagem de visitar locais de construção é que eles oferecem um ponto de observação para se testemunhar a ligação entre seres humanos e seres não humanos [...]. Ademais, dizer que a ciência também era construída dava a mesma emoção proporcionada por todos os outros “fazeres” (*making of*): voltamos aos bastidores; aprendemos as habilidades dos profissionais; vimos inovações tomarem forma; sentimos como isso era arriscado; e testemunhamos a intrigante fusão de atividades humanas e entidades não humanas. (LATOUR, 2012, p. 131-133).

Apesar da interpelação da Teoria Ator-Rede ser fortemente dinâmica, atribuindo mobilidade e fluidez aos fenômenos sociais, trazendo para o primeiro plano os intermediários (actante não humanos, ou artefatos tecnológicos), não concordamos com suas premissas originais, principalmente na questão da “simetria” entre humano e não humano, sujeito/objeto, formatando uma unidade de tudo que existe. Nesse sentido, Latour faz um recorte analítico e ahistórico de seus “actantes”, pressupondo entidades pré-existentes, a partir das quais construirá sua sociologia de associações, atribuindo papel prioritário aos artefatos não humanos considerados como não social: “[...] precisamos descobrir por que os sociólogos hesitam tanto em ficar face a face com *entidades não* sociais responsáveis pela formação do mundo social” (LATOUR, 2012, p. 334 grifo nosso); “[...] desenha o social como associações por meio de inúmeras entidades não sociais que, mais tarde, podem se tornar participantes” (LATOUR, 2012, p. 352).

Com efeito, para Latour, o conceito de natureza compartilha ao mesmo tempo duas funções diferentes, de maneira que temos, por um lado, “a multiplicidade dos seres que

compõem o mundo; por outro, a unidade dos que foram reunidos num todo inquestionavelmente único” (LATOUR, 2012, p. 361). Sendo assim, tem-se, em um polo, a negação ontológica da antecedência dos artefatos não humanos; no outro, a negação epistêmica do atributo exclusivo da racionalidade humana, atribuindo tal característica ao “hibridismo” associativo entre coisas e pessoas.

Efetivamente, mesmo no local de construção (por exemplo, de um prédio), se bem observado, não existe nenhum objeto ou artefato que seja “não humano”, pois todos os materiais de construção (matérias-primas) são resultados de algum tipo de trabalho humano (não são matérias-brutas ou naturais, mas culturais). Artefatos como areias, cascalhos, cimentos, pás, martelos, pregos, serrotes e máquinas não são coisas mortas, naturais, “não humanas”. Por detrás de um martelo existe todo um acúmulo histórico de labor humano, tentativas e erros, de aprendizagem e de construção civilizacional, social, política e cultural.

Na verdade, o que o Latour faz é uma espécie de *reificação* ao conceber os artefatos não humanos, que são produtos do trabalho humano, como algo que não é resultado da ação humana, mas de associações – condições naturais, conjunção social, sucessões de leis cósmicas etc. A respeito da questão da reificação, Habermas (2000) faz a seguinte colocação:

Reificação implica que o homem é capaz de esquecer a própria autoria do mundo e, além disso, que a dialética entre os produtores humanos e os seus produtos perdeu-se para a consciência. Um mundo reificado é, por definição, um mundo desumanizado. O ser humano vivencia-o como facticidade alheia a si, um *opus alienum*, sobre o qual não tem nenhum *controle*, e não como *opus proprium* da sua atuação produtiva. (HABERMAS, 2000, p. 113).

Portanto, a reificação do mundo da vida significa defender a premissa de que tudo o que existe, no contexto social, não é resultado do trabalho humano (ação laboral exclusiva da pessoa humana), mas de alguma espécie de conjunção ou associação metafísica que em tudo age e a tudo produz. Na verdade, o que Latour faz é lançar um véu sobre o produto das relações e do trabalho humano (seus elementos culturais), produzindo uma fetichização dos artefatos não humanos, atribuindo características físicas e propriedades sociais que são iminentes aos seres humanos.

Pensamos de forma contrária, pois os seres humanos vivem em um mundo cujo contexto histórico/cultural foi coletivamente criado por eles, a partir e através da necessidade de produção dos meios materiais e relacionais de vida, razão pela qual o trabalho humano assume a primazia e a centralidade da formatação societal humana.

Desse modo, as relações entre os artefatos humanos (pessoas) por meio dos artefatos não humanos (coisas) se tornam relação das coisas (artefatos não humanos) por meio das

pessoas (artefatos humanos). Marx (1983), em sua análise sobre o fetichismo da mercadoria (seu segredo), indaga sobre o misterioso caráter do produto do trabalho, ao apresentar-se este em sua forma de mercadoria, e afirma que

As relações entre os produtores, as quais se afira o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho [...]. A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, como propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. (MARX, 1983, p. 80-81).

Em que pese essas observações sobre a reificação e fetichização dos artefatos não humanos, os conceitos de actantes da Teoria Ator-Rede nos ajudam a pensar a moeda como um mediador na grande rede que é o sistema financeiro e monetário internacional. De fato, dentro da perspectiva teórica de Latour, pode se construir uma noção intuitiva de dinheiro como um artefato cultural não humano que, simultaneamente, modifica e é modificado tanto em sua natureza substancial (cédulas, moeda sonante, cartão de crédito etc.), quanto relacional de significação simbólica, operadora de naturalização das relações sociais, ocultando a assimetria distributiva e as relações de exploração e opressão classista.

De sorte que podemos, então, rastrear o conjunto de possibilidades de associações entre a moeda de reserva internacional e as principais instituições financeiras (bancárias e não bancárias), concomitantemente, locais e globais. No sentido de traduzir as expressões que se dão entre tais mediadores, buscando entender como estão sendo tecidas suas articulações e hibridações no cenário da política econômico/financeira mundial, de forma a colapsar em novas e diferenciáveis redes, cuja unidade monetária internacional não será mais o velho esverdeado actante.

2.5 Conclusão

Foram analisadas, neste capítulo, algumas das principais abordagens socioeconômicas do dinheiro e alguns conceitos da economia política relacionados ao mesmo, como, por exemplo, as categorias valor (riqueza), mercado e Estado. Num primeiro momento, algumas análises conceituais do dinheiro, remontando um pouco ao seu surgimento, sua natureza e

suas funções, tiveram lugar relevante neste capítulo, de maneira que a concepção de dinheiro que é interessante para refletir sobre o drama da crise da sociedade capitalista contemporânea – explícita na potencial bancarrota do sistema financeiro e monetário internacional – é aquela que o percebe como expressão das relações socioeconômicas e de poder político, forjado nos processos de troca que vão além das transações meramente econômicas.

A estrutural estatal e suas instituições, na modernidade, encontram, no dinheiro, uma das formas mais eficientes para a produção, reprodução e manutenção das relações capitalistas de exploração – materializada na concentração e centralização da riqueza (do capital) e do poder político e simbólico. Por um lado, o Estado faz uso da violência física, aberta e direta, juridicamente legalizada (repressões às greves, prisões de manifestantes, sindicalistas e opositores políticos); faz também uso da violência econômico/financeira, através das políticas monetárias, canalizando vultosos montantes de dinheiro para o sistema financeiro e monetário nacional e internacional. Por outro, faz uso da violência simbólica, velada na abstração do direito universal à apropriação e livre acesso à riqueza em geral, vendendo a ilusão da “igualdade de oportunidade”, pela qual todos que assim o desejam podem ganhar dinheiro e ficar ricos.

Sendo assim, na contemporaneidade, o dinheiro internacional (fiduciário, eletrônico e tecnologicamente abstrato – uma verdadeira entidade matemática), representado pelo dólar americano, está no centro da crise do sistema financeiro e monetário internacional, uma espécie de agenciador que, nos últimos 16 anos, põe às claras o esgotamento da hegemonia americana, construída e consolidada nos Acordos de Bretton Woods, em 1944, cuja agonia se iniciou nos primeiros anos da década de 1970.

Diferentemente da crise sistêmica de 1929 (*crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque), a crise de 2008, cujos distúrbios do sistema financeiro e monetário internacional são elementos averbatórios, mobiliza um conjunto de associações e hibridações, político, econômico, financeiro e ideológico (portanto, culturais – ampliando Latour), simetricamente contraditórios. Com efeito, o modo de produção capitalista, durante toda a década de 1930, passou por profundas transformações, introduzindo novos e sofisticados processos produtivos e organizacionais (acumulação fordista/taylorista), nos quais o Estado passou a ter uma maior presença na economia, com atuações sociais e políticas que preservaram o emprego e a renda, proporcionando a criação de sistemas básicos de proteção social – previdência, saúde e assistência social –, criando o que Habermas chamou de “capitalismo organizado”, também conhecido como Estado de bem-estar social, ou *welfare state*, e estabelecendo um novo padrão monetário internacional a partir dos Acordos de Bretton Woods.

Por sua vez, a crise de 2008, no primeiro momento, utilizou o Estado para canalizar um enorme montante de recursos públicos para salvar as instituições do mercado financeiro, compartilhando os custos entre os trabalhadores e a população em geral. Em seguida, deu sequência às ações de políticas que já vinham sendo implementadas desde a década de 1970, conhecidas como diretrizes de políticas neoliberais, dismantelando o Estado de bem-estar social, cujo receituário foi estabelecido pelo Consenso de Washington em 1982.

Apesar do verde actante, o dólar americano, ter conseguido preservar, até os dias de hoje, com toda maestria político/financeira, a existência e fluidez do padrão monetário internacional, a crise de 2008 mantém-se em curso, assumindo outras formatações, adentrando e desestruturando tudo o que resta de regularidade, organicidade e produtividade nas macroestruturas sociais e civilizatórias, a exemplo do dismantelamento da União Europeia (e da Zona do Euro), na Europa, e do MERCOSUL, na América Latina.

Por sua vez, os países se organizam para resistir ao império dessa moeda e buscar alternativas para fugir à avassaladora lógica monetarista e antissocial. Entre outras ações, buscam a utilização de moedas locais ou a institucionalização de um novo padrão monetário internacional, a exemplos dos países que formam os BRICS.

3. CARACTERIZAÇÃO DE CRISE NAS ABORDAGENS DE MARX, HARVEY E HABERMAS

Neste capítulo faremos algumas digressões sobre a categoria crise, levando em consideração seus aspectos sociológicos, econômicos e políticos. Entretanto, tais excursões não serão demasiadamente estendidas, limitando-nos a algumas das caracterizações desse conceito sobre os auspícios das abordagens de Karl Marx, David Harvey e Jürgen Habermas. Esse propósito se justifica no sentido de estarmos teoricamente instrumentalizados para as descrições e análises da temática desta produção acadêmica. No Capítulo 4, a título de ilustração, será investigada a origem, o desenvolvimento e a crise do sistema financeiro e monetário internacional, de maneira que deve estar claro para o leitor a que tipo de crise nós estaremos nos referindo. Todavia, a categoria crise perpassa todo o desenvolvimento deste trabalho; sendo assim, estaremos a cada momento incrementando novas análises e abordagens teóricas sobre essa categoria nos vários capítulos desta tese.

3.1 A concepção de crise no arcabouço de Karl Marx e David Harvey

Na moldura teórica de Karl Marx, a categoria crise é concebida como elemento imanente ao modo de produção capitalista. Sendo assim, parte-se do pressuposto de que existe uma lógica que rege a dinâmica desse sistema, que é a valorização e acumulação de capital – a busca intermitente do lucro máximo. De acordo com Marx (1988), o capital é uma relação social, a lógica de acumulação é resultado das ações individuais dos detentores dos meios de produção, visando à criação de bens e serviços finais voltados para o mercado, “mercadorias”, através da exploração do trabalho alheio daqueles indivíduos desprovidos de tais meios. Com efeito, as mercadorias seguem o curso finalístico ao serem encaminhadas ao mercado, onde são trocadas umas pelas outras, expressando a vontade das partes envolvidas (seus proprietários), de maneira que, para entender o movimento do capital, deve-se

[...] voltar a vista para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. As mercadorias são coisas e, conseqüentemente, não opõem resistência ao homem. Se elas não se submetem a ele de boa vontade, ele pode usar a violência, em outras palavras, tomá-las. Para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, somente de acordo com a vontade do outro, portanto, apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete uma relação

econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma. (MARX, 1988, p. 79).

Na verdade, a crise se expressa, ou tem sua fonte existencial mais profunda, no caráter essencial da mercadoria, qual seja, sua dualidade (valor de uso e valor de troca). Se, por um lado, o valor de uso incorpora o conteúdo material da riqueza social, por outro, o valor de troca é a expressão abstrata da mesma. Nesse sentido, impõe-se a necessidade de prosseguir crescentemente, gerando riqueza social; para tanto, deve-se incrementar de forma cada vez mais ampliada a produção de mercadorias e de novos fatores de produção (bens e serviços de capital voltados para a produção), razão pela qual a superprodução é a consequência necessária do processo.

A riqueza de uma nação (que na sociedade capitalista é expressa pelo montante de mercadorias nela acumuladas) é apenas e tão somente criada pelo trabalho humano, conforme os clássicos da economia política, aqueles filiados à linha da Teoria do Valor Trabalho, entre eles o próprio Marx. O que diferencia os economistas clássicos burgueses de Marx é que, enquanto aqueles viam os fenômenos econômicos como a relação entre coisas ou entre coisas e pessoas (fetichismo da mercadoria), este via os fenômenos econômicos como relações sociais de produção, relações entre pessoas no processo de produção.

[...] finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho [...]. O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos [...]. Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. (MARX, 1985, p. 71).

Portanto, o caráter fetichista da mercadoria, qual seja, a relação entre pessoas por meio das coisas que se torna relação das coisas por meio das pessoas, segundo Marx (1985), tem origem no caráter social peculiar do trabalho humano que produz mercadoria na sociedade capitalista.

Entrementes, em sua época, Marx foi o único a perceber que a fonte do excedente econômico social, que ele denominou de mais-valia, ocorre no processo de produção, quando o capitalista se apropria do trabalho excedente (parte do trabalho social não pago). Para ilustrar esse fenômeno (o da mais-valia), tomemos de forma individualizada, por exemplo, um

trabalhador que recebe um salário (para o seu sustento e de sua família) em uma jornada de trabalho de 8 horas. Acontece que, em tese, durante as seis primeiras horas do seu dia de trabalho, o trabalhador já produziu o suficiente para cobrir seu salário (trabalho necessário), mas continua trabalhando mais duas horas (sobretabalho), até a totalização de sua jornada. Este trabalho demasiado, acima do necessário, é o trabalho excedente ao qual Marx chama de mais-valia.

No sistema capitalista, a produção de mercadoria é um fim em si mesmo (tendo em vista o lucro), de maneira que a maior parte da mais-valia extraída da classe trabalhadora não pode ser estocada (acumulada) nem totalmente usada para o consumo de bens e serviços da classe capitalista (proprietários dos meios de produção, ou seja, os donos das empresas), mas deve ser novamente investida na produção, a fim de ampliar a riqueza. Sendo assim, para aumentar a produção de riqueza e acumulação de capital (gerando lucro), o capitalista tem duas formas de arrancar mais-valia do trabalhador: (i) alongamento da jornada de trabalho (ou seja, aumenta o trabalho excedente, mantendo constante o trabalho necessário – mais-valia absoluta), uma vez que “o prolongamento da jornada de trabalho acarreta o aumento da produção, mas a parte do capital constante empregada para a maquinaria e a construção da fábrica permanece invariável” (MARX, 1969, p. 96); ou (ii) mantendo a jornada de trabalho constante, diminuindo o trabalho necessário (ou seja, trabalho excedente superior ao trabalho necessário – mais-valia relativa). Nesse aspecto, a mecanização industrial potencializa a capacidade produtiva da força de trabalho, motivo pelo qual o preço do produto cai, “diminuindo por isso o custo de vida e consequentemente o valor da força de trabalho; ela aumenta ainda o sobretabalho às custas do trabalho necessário” (MARX, 1969, p. 97).

A segunda forma de extração de mais-valia (mais-valia relativa) tem como causa dois fatores interligados. O primeiro fator é consequência da luta dos trabalhadores, através das suas organizações sindicais, no sentido de diminuir a jornada de trabalho, melhorar as condições sociais de trabalho e obter o direito de participação no resultado da empresa. O segundo fator resulta da concorrência capitalista no mercado, levando o empresariado a concorrer entre si (de forma cada vez mais acirrada) por fatias de mercado; assim, para se tornar cada vez mais competitiva, a empresa deve crescentemente diminuir seus custos de produção – isso é alcançado, principalmente, através do incremento de novas tecnologias no processo produtivo, razão pela qual se pode afirmar que a extração da mais-valia relativa é o combustível que alimenta toda a dinâmica da expansão das forças produtivas, por meio de processos cada vez mais sofisticados de gestão administrativa da produção e de inovações tecnológicas.

Dentro dessa dinâmica de aumento da extração da mais-valia relativa, para aumentar as taxas de lucro¹⁰, ocorre necessariamente um aumento da composição orgânica do capital (relação entre capital constante e capital variável). Sendo assim, na medida em que a concorrência obriga o capitalista a adquirir novas máquinas e equipamentos (cada vez mais requintados, no sentido tecnológico), a composição orgânica do capital aumenta (diminuindo ou mantendo constante a quantidade de capital variável), de sorte que a taxa de lucro, que é a relação entre taxa de mais-valia e composição orgânica do capital, tende a diminuir – fenômeno conhecido como “lei de tendência de queda da taxa de lucro”. No limite, quando o capital variável tende a diminuir próximo de zero, a composição orgânica do capital tende ao crescimento extremo, motivo pelo qual a taxa de lucro tende a zero¹¹ e a sociedade entra em uma profunda estagnação econômica, tornando nulo o lucro agregado (estado estacionário). Instala-se, assim, uma crise econômica, com a interrupção brusca do processo de reprodução do capital.

No ápice da crise, quando ocorre destruição de parte considerável das forças produtivas (diminuindo a composição orgânica do capital), o fenômeno acima descrito toma outra direção (a partir do seu ponto de inflexão), no sentido de recuperar o equilíbrio quebrado no processo de produção e retomar o crescimento das taxas de lucro, quando finalmente surge um novo ciclo de ascensão econômica (teoria dos ciclos econômicos). Sendo assim, a crise não é algo externo ou contingencial ao modo de produção capitalista, mas ingrediente estrutural à dinâmica mesma do capital, uma vez que cumpre, no campo econômico, paradoxalmente, o papel de contratendência da lei de tendência decrescente da taxa de lucro.

Existe a percepção positivista dos marxistas deterministas de que as crises do capitalismo, com base na dinâmica das forças produtivas, conduziriam necessariamente ao colapso total do sistema, a partir do qual se daria a criação de um novo modo de produção,

¹⁰Se c representa o capital constante, v o capital variável e m o trabalho excedente, tem-se então que a taxa de lucro é dada por: $p = \frac{m}{c + v}$ (1).

Por sua vez, a composição orgânica do capital, é dada por: $q = \frac{c}{v}$ (2).

Substituindo (2) em (1), obtém-se então que $p = \frac{m'}{1 + q}$, em que m' representa a taxa de mais-valia, $m' = \frac{m}{v}$.

¹¹ $\lim_{q \rightarrow \infty} \frac{m'}{1 + q} \rightarrow 0$.

formatado em novas relações de produção, balizadas na apropriação social dos meios de produção. Evidentemente, se fizermos uma analogia com os processos da natureza (fenômenos físicos), como, por exemplo, o nascimento e morte das estrelas e o nascimento e morte dos modos de produção, concluiremos que ambos são processos inexoráveis.

Com efeito, o nascimento de uma estrela (conforme os conhecimentos da astronomia moderna) dá-se através da condensação de nuvens de elementos, em forma de gases cósmicos que são tragados para um centro (devido ao movimento elipsoide de todos os corpos celestes do universo – gases e poeiras cósmicas, cometas, planetas, estrelas, sistemas solares etc.), de tal maneira que cria uma poderosa força centrípeta gravitacional. Tal força vai formatando os referidos elementos em um corpo sólido que vai, gradativamente, se diferenciando dos demais, no universo intergaláctico (uma estrela, por exemplo). Por sua vez, a concentração cada vez maior desses elementos, que são ininterruptamente constrangidos ao núcleo do corpo (da estrela), forma um caldeirão de fogo (uma espécie de enorme reator natural de fusão nuclear) e produz uma força simétrica à anterior, a força centrífuga. Esta, por sua vez, a partir de uma colossal pressão interna (atuando de dentro para fora), de forma intermitente, ameaça a integridade da estrela. Portanto, uma estrela nada mais é do que o equilíbrio temporário de duas forças internas contraditórias: a força centrípeta gravitacional e a força centrífuga nuclear.

Nesse contexto, a depender da massa da estrela (se ela for muito grande), haverá uma violenta explosão (morte da estrela), espalhando pelo ambiente interestelar os elementos químicos que até então foram processados no seu núcleo e que poderão novamente ser reagrupados em algum outro lugar, formando um novo corpo celeste, num ciclo permanente de vida e morte. Nesse sentido, segundo Marx e Engels (1982), um modo de produção, tal qual um corpo celeste, é o resultado da dinâmica de equilíbrio temporal entre duas forças sociais, historicamente datadas: as relações de produção (em analogia às forças centrípetas) e as forças produtivas (idem às forças centrífugas). Razão pela qual,

Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social [...]. As relações de produção burguesas são a última forma antagonica do processo social da produção, antagonica não no sentido de antagonismo individual, mas de um antagonismo que decorre das condições sociais da vida dos indivíduos; mas as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a resolução deste antagonismo. (MARX; ENGELS, 1982, p. 536).

Todavia, diferentemente das leis que regem os fenômenos físicos, as da sociedade são resultados de interações de pessoas, grupos de interesses e classes sociais, os quais, desde a modernidade, configuram as instituições e órgãos públicos, empresas estatais e privadas. Assim, é possível pensar a sociedade (o modo de produção capitalista) como um sistema global, organizado em outros tantos subsistemas (ou esferas) político/jurídico, administrativo e ideológico. Sendo assim, o que Marx chama “época de revolução social” é resultado de várias e complexas tipificações socioeconômicas, dentre as quais as contradições de classes, formando uma rede que compõe as estruturas estatais e a sociedade civil.

A própria história do modo de produção capitalista certifica que, a cada crise, como o próprio Marx diagnosticava, o capitalismo atesta uma notável capacidade de auto-reconstituição, reconfigurando seu modo de ser e prevalecer dentro dos novos e diferenciados ambientes econômicos e sociopolíticos, a partir de processos de alto grau de complexidade, razão pela qual institui novas formas de exploração e extração de mais-valia.

Tem-se assim, então, que a crise econômica não conduz simples e necessariamente ao colapso do sistema capitalista, como teorizavam os marxistas deterministas, mas, de forma complexa, alimenta a potencial contingência de desintegração sistêmica ao incorporar dialeticamente as reverberações desta nas outras esferas sociais, como são os casos das esferas sociopolíticas e culturais – apesar do Estado moderno, por conta de seu inseparável nexos com o capital, cumprir seu subjacente (muitas vezes explícito) papel de retroalimentador das relações capitalistas de produção.

Analisando a crise do mercado imobiliário americano de 2008, Harvey (2011) propõe-se a responder a seguinte pergunta, que ele mesmo levanta: “como o capitalismo sobrevive e por que é tão propenso a crises?” (HARVEY, 2011, p.41). Nesse sentido, ele faz uma analogia fisiocrática segundo a qual a sociedade capitalista é semelhante ao corpo humano, de tal forma que o capital é como se fosse o sangue que, em seu ininterrupto fluxo, deve alcançar todos os órgãos com o propósito de os nutrir e mantê-los vivos.

O capital é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalistas, espalhando-se às vezes como um filete e outras vezes como uma inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado [...]. Se interrompemos, retardamos ou, pior, suspendemos o fluxo, deparemos-nos com uma crise do capitalismo em que o cotidiano não pode mais continuar no estilo a que estamos acostumados. (HARVEY, 2011, p.7).

Foi dito acima que a lógica que alimenta o sistema de produção capitalista é a valorização e acumulação de capital, e que tal processo ocorre em determinadas condições históricas. Sendo assim, de acordo com Harvey (2011), na trajetória de crescimento perpétuo

desse sistema, surgem potenciais barreiras que são erguidas no sentido de interromper e estancar o referido fluxo, sendo que algumas foram superadas no passado e outras tantas são colocadas no presente, motivo pelo qual o sistema se depara como uma nova crise, *subprime*.

Traçando um diagnóstico histórico do sistema capitalista contemporâneo e suas relações socioeconômicas e políticas, Harvey (2011) afirma que o capital é uma relação social e esta relação é estabelecida entre as pessoas através das coisas, de tal maneira que existe um conjunto pequeno de pessoas que são donas das coisas (proprietários capitalistas) e outro conjunto maior de pessoas que não têm nenhuma propriedade (trabalhadores). O primeiro conjunto é aquele que usa seu capital na forma de dinheiro para obter mais dinheiro; sendo assim, existem capitalistas de diferentes tipos: os que obtêm mais dinheiro através de empréstimos a juros (capitalistas financistas), os que compram barato para vender caro (os comerciantes) e os que ganham *royalties* e direitos de propriedade intelectual (rentistas), dentre outros.

Prosseguindo em suas análises, Harvey (2011), relata que a forma de circulação de capital teve diferentes cursos no transcorrer dos tempos, por exemplo: a partir de meados do século XVIII teve vigência o capital industrial (capital produtivo), em que o capitalista, detentor de certa quantidade de dinheiro, vai ao mercado com o propósito de contratar a força de trabalho e comprar os meios de produção (máquinas, equipamentos, matérias-primas etc.). O trabalhador, regido por determinada tecnologia e administração da produção, combina tais fatores e produz um bem, que é apropriado pelo capitalista. Este vai ao mercado, agora como vendedor, obtendo um lucro. Parte desse lucro é convertida em capital, novamente dando início ao processo, agora de forma expansiva.

Além de sua expansão, continua Harvey (2011), a velocidade de circulação do capital apresenta-se como elemento adicional desse processo, razão pela qual, na concorrência capitalista, a inovação apresenta-se como uma condição *sine qua non*, pois, quanto mais rápida a circulação, maiores serão os lucros do capitalista se comparados aos lucros dos seus concorrentes.

Portanto, a continuidade do fluxo na circulação é crucial e nunca deve ser interrompida, sob pena de trazer enormes prejuízos para o capitalista e desvalorização do capital investido. Harvey (2011) lembra que a circulação do capital ocorre, também, através de movimentos espaciais geográficos: o dinheiro sai de determinada região e desloca-se para outros lugares onde os recursos produtivos são mais abundantes e os custos da mão de obra são mais baixos.

Os meios de produção (incluindo matérias-primas) têm de ser trazidos de mais um lugar para produzir uma mercadoria que tem de ser levada a um mercado em outro lugar. Atritos ou barreiras a esse movimento espacial tomam tempo para serem negociados e diminuem a circulação; ao longo da história do capitalismo muito esforço tem sido posto, portanto, na redução do atrito de distância e dos obstáculos à circulação. Inovações nos transportes e comunicação têm sido cruciais. Aumentar a abertura das fronteiras do Estado ao comércio e finanças, assinar acordos de livre-comércio e garantir um bom enquadramento jurídico para o comércio internacional também são vistos como essenciais a longo prazo [...]. Para citar outro exemplo contemporâneo, a securitização das hipotecas locais e sua venda a investidores em todo o mundo eram vistas como uma maneira de conectar áreas de escassez de capital àquelas com excedentes, supostamente minimizando os riscos. (HARVEY, 2011, p. 42-43).

Ainda de acordo com Harvey (2011), a longa trajetória histórica do capitalismo não tem sido outra coisa senão o eterno movimento para a redução ou eliminação de todas as barreiras especiais e a aceleração do fluxo de circulação do capital. Dessa maneira, a formatação do espaço e do tempo da vida social é constantemente revolucionada; exemplos disso, segundo o autor, foram a chegada das ferrovias no século XIX e o advento da rede mundial de computadores no final do século XX.

Nessa perspectiva harveyana, os capitalistas estão sempre reinvestindo na expansão e na aceleração do fluxo de circulação, por dois motivos principais e que são complementares. O primeiro motivo é a necessidade de sua sobrevivência como capitalista, pois o império da concorrência é intransigente, de tal forma que ou ele (o capitalista) reinveste na sua expansão ou ele é aniquilado pela concorrência. O segundo motivo é o fato de que o dinheiro é uma forma de poder social que não possui qualquer restrição imanente, pelo contrário: enquanto todo ativo físico depara-se com algum tipo de restrição (por exemplo, a quantidade de sapatos que uma pessoa pode manter em seu guarda-roupa), o dinheiro não tem nenhuma limitação inerente.

A ilimitação do dinheiro e o desejo inevitável de comandar o poder social que ele confere oferecem uma gama abundante de incentivos sociais e políticos para querer ainda mais dinheiro. E uma das principais maneiras de ter mais é reinvestir uma parte dos fundos excedentes conquistados ontem para amanhã gerar mais excedentes. (HARVEY, 2011, p. 44).

Assim, não é possível deixar de levar em consideração essa característica do dinheiro na sociedade capitalista contemporânea, posto que os principais gestores de fundos de cobertura no mercado financeiro nova-iorquino, por exemplo, receberam, em 2005, a título de remunerações pessoais, nada mais nada menos que 250 milhões de dólares cada; em “2006 o gestor mais bem sucedido fez 1,7 bilhões de dólares e, em 2007, que foi um ano desastroso nas finanças globais, cinco deles (incluindo George Soros) ganharam 3,0 bilhões de dólares

cada” (HARVEY, 2011, p.44). É isso que o autor tem em mente quando afirma que o dinheiro é ilimitado do ponto de vista da forma de poder social.

Todavia, segundo nosso autor, existe um clamor social no sentido de impor limites à concentração abusiva do poder social que é obtido por aqueles que detêm um montante elevadíssimo de dinheiro. Com efeito, a nova ordem mundial, nascida a partir do término da Segunda Guerra Mundial, estabeleceu um conjunto de restrições especiais a essa concentração que foi implantado pela maioria dos países capitalistas avançados por meio de tributação progressiva, redistribuições em espécie e impostos sobre as grandes fortunas. Com isso, conseguiu reduzir, durante quase 40 anos, o excesso de riqueza pessoal e poder.

Então, indaga Harvey (2011), por que motivo essas restrições foram eliminadas nos Estados Unidos e nos demais países depois da década de 1980? De antemão, nosso autor não aceita as explicações dada por Alan Greenspan (presidente do Banco Central americano, à época) em termos de uma suposta e contingente explosão de ganância que contagiou os capitalistas, pelo simples fato de que o excesso e subjacente desejo de poder do dinheiro sempre esteve presente, de forma que:

Por que o presidente Bill Clinton se rendeu tão facilmente aos profanadores de títulos? Por que Larry Summers, quando era o secretário do Tesouro de Clinton, se opôs veementemente à regulação financeira? [...]. Será que George W. Bush abraçou princípios de tributação que favoreceram imensamente os ricos só porque gostava deles ou porque necessitava de seu apoio à reeleição? Foi coincidência que o “Partido de Wall Street” tenha tomado o poder, tanto no Congresso quanto no Executivo? [...]. E por que os mais ricos enriqueceram imensamente em todos os lugares, desde a Rússia e o México até a Índia e a Indonésia? (HARVEY, 2011, p. 44-45).

A imperiosa necessidade de reinvestir para sobreviver no mundo da concorrência e continuar a ser um capitalista é uma característica impulsionadora que estimula o capitalismo a se expandir com taxas de crescimento cada vez mais expressivas, principalmente quando não são colocadas quaisquer restrições ou resistências a tal movimento. Todavia, mesmo dentro de condições favoráveis à sua expansão, essa dinâmica “cria então uma necessidade permanente de encontrar novos campos de atividade para absorver o capital investido” (HARVEY, 2011, p.45). Por via de consequência, impõe-se ao sistema o problema da absorção do excedente de capital.

A crise de 2008 e 2009, na análise do nosso autor, evidenciou o fato inegável de que não existe qualquer limite inerente à capacidade monetária de estímulo ao crescimento do sistema capitalista, uma vez que “os Estados produziram, aparentemente do nada, trilhões de dólares para salvar um sistema financeiro em crise” (HARVEY, 2011, p.45).

Entrementes, a própria dinâmica do capital produz situações constrangedoras que lhes são iminentes, a ponto de obstaculizar a circulação do capital e provocar uma crise, a qual é definida “como uma condição em que os excedentes de produção e reinvestimentos estão bloqueados” (HARVEY, 2011, p.45). Nesse contexto:

O crescimento, em seguida, para e parece haver um excesso ou superacumulação de capital em relação às possibilidades de uso desse capital de forma lucrativa. Se o crescimento não recomeça, então o capital superacumulado se desvaloriza ou é destruído. (HARVEY, 2011, p. 45).

Assim, Harvey (2011) nos lembra que a geografia histórica do capitalismo nos dá abundantes relatos sobre as crises de superacumulação, algumas de curta duração (como a crise dos bancos na Suécia em 1992), outras tantas de períodos mais prolongados (a título de exemplo, ele cita a longa recessão econômica japonesa que começou no início dos anos de 1990 e perdurou até os nossos dias, dado que não existe um consenso sobre seu término) e aquelas que, além da longa durabilidade, tomam todo o sistema ao se globalizar (como ocorreu em 1848, 1929, 1973 e 2008). No caso da crise geral, como a de 2008, “uma grande quantidade de capital fica desvalorizada (cerca de 50 trilhões de dólares de perda estimada em valores de ativos globais na crise atual, por exemplo)” (HARVEY, 2011, p. 45).

O capitalismo tem conseguido sobreviver até hoje, apesar de todas essas crises, contrariando os prognósticos fatalistas, de maneira que esses êxitos, de acordo com Harvey (2011), sugerem que o sistema tem fluidez e bastante flexibilidade para superar todas as restrições e limites que são por ele mesmo colocados,

Ainda que não, como a história das crises periódicas também demonstra, sem violentas correções. Marx propõe uma forma útil de olhar para isso em suas anotações, enfim publicadas sob o título *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie* em 1941. Ele contrasta o ilimitado potencial de acumulação monetária, por um lado, com os aspectos potencialmente limitadores de atividade material (produção, troca e consumo de mercadorias), por outro. O capital não consegue tolerar tais limites, ele sugere. “Cada limite aparece”, observa, “como uma barreira a ser superada”. Há, portanto, dentro da geografia histórica do capitalismo, uma luta perpétua para converter limites aparentemente absolutos em barreiras que possam ser transcendidas ou contornadas. (HARVEY, 2011, p. 46).

Finalmente, Harvey (2011) indica que o fluxo de capital por meio da produção revela pelo menos seis potenciais entraves à acumulação que, por conta disso, devem, em cada contexto, ser negociados no sentido de que o capital possa efetivamente continuar a se reproduzir livremente: (i) o capital original sob a forma de dinheiro ineficiente; (ii) problemas na oferta de mão de obra, seja por escassez ou por questões de resistência política; (iii) meios

de produção insuficientes e inapropriados; (iv) restrições tecnológicas e organizacionais; (v) resistências ou ineficiências no processo de trabalho; e (vi) insuficiência na demanda por restrições de dinheiro. Portanto, segundo o autor, qualquer um desses bloqueios interrompe a continuidade do fluxo de capital, provocando uma crise.

Na seção e subseções seguintes será exposto o conceito de capitalismo tardio que, do ponto de vista histórico, segundo Habermas (1973), é uma fase do capitalismo em que o próprio Estado assume o papel de coordenação e execução de políticas de contratendência para as crises típicas do modo de produção capitalista, mas também o contexto sobre o qual a própria natureza da crise perde as características da fase anterior, ou seja, a do capitalismo liberal.

Na introdução da Seção 4.3 – “Primeiros indícios da atual crise do sistema financeiro e monetário internacional” – do Capítulo 4, teremos a oportunidade de retomarmos, de uma forma mais sintética e congruente, o conceito marxiano de crise.

3.2 O conceito de crise no capitalismo tardio de Jürgen Habermas

Todo o exame desenvolvido aqui nesta seção sobre o conceito de crise em Habermas tem como fonte exclusiva e única sua obra da década de 1970, *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*, em sua versão espanhola da editora Amorrortu, Buenos Aires, 1973. Sendo assim, esta seção tem como propósito acompanhar as análises e reflexões de Habermas a respeito da caracterização do verbete crise, sua natureza e suas especificidades nos marcos do capitalismo tardio.

Antes, porém, devemos lembrar que Jürgen Habermas – nascido em Dusseldorf, na Alemanha, em 18 de junho de 1929 – estudou filosofia, história, psicologia, literatura e economia. Como crítico das ciências sociais, ele é considerado como predileto continuador da Escola de Frankfurt, fundada em 1923, mesma época em que foi construído o Instituto de Pesquisas Sociais. Tendo como esteio o debate sobre o marxismo, foi plantada a ideia da criação de uma instituição dedicada exclusiva e permanentemente aos estudos críticos dos fenômenos sociais. Todavia, o instituto sofreu um redirecionamento teórico e metodológico a partir da nomeação, em 1931, de Max Horkheimer como diretor; juntamente com Theodor Adorno, Horkheimer publica, em 1944, a *Dialética do Esclarecimento*, inaugurando a assim chamada “teoria crítica da sociedade”. De acordo com Habermas (2000),

A teórica crítica se desenvolvera no círculo em torno de Horkheimer para dar conta, antes de tudo, das decepções políticas com a revolução que não veio no Ocidente, com a evolução stalinista na Rússia e com a vitória do fascismo na Alemanha; devia explicar o fracasso dos prognósticos marxista, sem romper, no entanto, com as intenções marxistas. Esse contexto permite compreender como pôde consolidar-se, nos anos mais sombrios da Segunda Guerra Mundial, a justa impressão de que a última centelha da razão desaparecera dessa realidade, deixando desesperadamente para trás as ruínas de uma civilização em decomposição. A ideia de uma história natural, que o jovem Adorno tomara de Benjamin, parecia ter se realizado de um modo imprevisto. No instante de sua máxima aceleração, a história empalidecera, petrificada em natureza, transformada no calvário de uma esperança que se tornara irreconhecível. (HABERMAS, 2000, p. 166-167).

Entre os anos 1955 e 1959, Habermas foi um destacado pesquisador do instituto e se tornou assistente de Theodor Adorno. Entretanto, em 1961, Habermas começa seus trabalhos preparatórios para sua tese de pós-doutorado sobre mudança estrutural na esfera pública, necessitando, por conta disso, de apoio e financiamento do instituto, mas ocorreu justamente que ambos, Adorno e Horkheimer, negaram-lhe o devido patrocínio. A partir de então, inicia-se um processo de afastamento entre Habermas e os teóricos da Escola de Frankfurt.

Mais tarde, entre os anos de 1971 a 1982, Habermas foi o principal gestor do Instituto de Pesquisa Social Max-Planck. De acordo com Silva (2012), nesse período ele desenvolveu profundas pesquisas para compreender a dinâmica do assim chamado capitalismo tardio; por conta desse esforço teórico, Habermas reelaborou a concepção marxista do materialismo histórico e suas categorias, o que culminou com a construção de uma nova teoria, a qual ele chamou de “Teoria da Ação Comunicativa”.

Pode-se adiantar que, em *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío* (1973), Habermas chega à conclusão de que, no contexto do capitalismo tardio, as crises periódicas se converteram em uma crise latente e permanente que se desloca do sistema econômico para o sistema sociocultural. Por sua vez, as relações de classe, que no capitalismo liberal eram regidas pelo jogo espontâneo e naturalizado da lei do valor, voltam a ser politizadas; todavia, não seriam mais absolutamente comandadas pelos mecanismos de mercado, nem dirigidas pela lei do valor.

3.2.1 Mundo do sistema e mundo da vida

Logo na introdução da obra supracitada, Habermas, investigando as origens da palavra crise, faz uma comparação com as enfermidades que acometem uma determinada pessoa: nesse caso, a “crise” se expressa de forma objetiva no estado de saúde do indivíduo. “Com as

crises associamos a ideia de um poder objetivo que retira do sujeito uma parte da soberania que normalmente lhe corresponde” (HABERMAS, 1973, p. 15, tradução nossa¹²). Habermas estabelece, adicionalmente, uma analogia com o que ocorre na estética clássica, desde Aristóteles até Hegel, em que o verbete crise designa o ponto de inflexão de um processo fatal, fixado pelo destino, o qual, apesar de sua objetividade, não vem simplesmente de fora, nem permanece exterior à identidade das pessoas aprisionadas nela. “A contradição que se expressa no apogeu catastrófico de um conflito dramático é inerente à estrutura do sistema da ação e aos próprios sistemas de personalidade dos heróis” (HABERMAS, 1973, p. 16, tradução nossa¹³).

Sendo assim, o autor afirma que essa figura de pensamento, “crise”, perpassa toda a filosofia da história do século XVIII, penetrando as teorias evolucionistas da sociedade, elaboradas no século XIX. Nessa linha de raciocínio, de acordo com Habermas (1973), Marx desenvolve nas ciências sociais, pela primeira vez, um conceito de “crise sistêmica”, de maneira que podemos falar sobre crises sociais e econômicas, a exemplo da depressão socioeconômica que ocorreu na década de 1930, iniciada com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929.

“As crises surgem quando a estrutura de um sistema de sociedade admite menos possibilidade de resolver problemas que as requeridas para sua conservação. Nesse sentido, as crises são perturbações que atacam a *integração sistêmica*” (HABERMAS, 1973, p. 16-17, grifo do autor, tradução nossa¹⁴). Todavia, segundo o autor, essa definição desconsidera as causas internas que sustentam o “sistêmico” a partir do “autogoverno” – mecanismo central que possibilita a adaptação de um dado sistema ao seu ambiente. Adicionalmente (continua o autor), as crises de sistema de sociedade não ocorrem por conta de mudanças contingenciais no ambiente, mas por causas imperativas do sistema, personalizadas em suas estruturas, que são incompatíveis e não admitem ser ordenadas em uma hierarquia.

De fato, segundo Habermas, só se deve falar de contradições estruturais quando se pode também falar sobre estruturas pertinentes relacionadas à conservação do sistema. Tais estruturas têm o poder de distinguir-se de elementos do sistema que admitem alterações sem que o próprio sistema perda sua identidade:

¹²Con las crisis asociamos la idea de un poder objetivo que arrebató al sujeto una parte de la soberanía que normalmente le corresponde.

¹³La contradicción que se expresa en el apogeo catastrófico de un conflicto dramático es inherente a la estructura del sistema de la acción y a los propios sistemas de personalidad de los héroes.

¹⁴Las crisis surgen cuando la estructura de sistema de sociedad admite menos posibilidades de resolver problemas que las requeridas para su conservación. En este sentido, las crisis son perturbaciones que atacan la *integración sistémica*.

Os organismos têm limites espaciais e temporais bem precisos; seu patrimônio se define por valores de normalidade que oscilam apenas dentro de margens de tolerância determinadas empiricamente. Assim, os sistemas sociais podem afirmar-se em um ambiente de extrema complexidade variando elementos sistêmicos, padrões de normalidade, ou ambas as coisas, afim de se procurar um novo nível de autogoverno. (HABERMAS, 1973, p. 17, tradução nossa¹⁵).

Entretanto, segue o autor, na medida em que um sistema se conserva variando tanto seus limites quanto seu patrimônio, sua identidade torna-se imprecisa. Eis a razão pela qual uma mesma alteração do sistema pode configurar-se como processo de aprendizagem e mudança ou como processo de dissipação e quebra. Assim, não se pode afirmar com precisão se foi criado um novo sistema ou se apenas houve uma regeneração do antigo. Nem toda mudança estrutural de um sistema social significa crise. Poder-se-ia falar em crise, apenas e tão somente, quando os membros da sociedade experimentassem mudanças estruturais como críticos ao patrimônio sistêmico e sentissem ameaçada sua identidade social.

“As perturbações da integração sistêmica ameaçam o patrimônio sistêmico apenas na medida em que está em jogo a *integração social*, em que a base de consenso das estruturas normativas resulte tão danificada que a sociedade se torna anômala” (HABERMAS, 1973, p. 18, grifo do autor, tradução do autor¹⁶) – nesse caso, tem-se a caracterização de uma crise. Os estados de crise, de acordo com Habermas, configuram-se como uma desintegração das instituições sociais.

As crises devem objetivar-se em contextos geradores de problemas de “autogoverno” não resolvidos. Todavia, existem obstáculos para as pessoas tomarem consciência de tais problemas, e isso traz dificuldade ou ameaça à integração social dos sujeitos. Nesse caso, para o autor, um conceito de crise consoante às ciências sociais tem que captar a conexão entre “integração social” e “integração sistêmica”.

Habermas esclarece o que ele concebe como “integração social” e “integração sistêmica”. O primeiro diz respeito ao sistema de instituições onde são socializados “sujeitos falantes e atuantes”, de maneira que os sistemas de sociedades aparecem aqui com o aspecto de um mundo de vida, estruturado por meio de símbolos. O segundo diz respeito à forma de operar mecanismos com os quais o sistema procura reduzir a complexidade de seu ambiente – Habermas (1973) o chama de “rendimiento”. Assim, integração sistêmica diz respeito ao

¹⁵Los organismos tienen límites espaciales y temporales bien precisos; su patrimonio se define por valores de normalidad que oscilan solo dentro de márgenes de tolerancia determinables empíricamente. En cambio, los sistemas sociales pueden afirmarse en un ambiente en extremo complejo variando elementos sistémicos, padrones de normalidad, o ambas cosas a la vez, a fin de procurarse un nuevo nivel de autogobierno.

¹⁶Las perturbaciones de la integración sistémica amenazan el patrimonio sistemático sólo en la medida en que esté en juego la *integración social*, en que la base de consenso de las estructuras normativas resulte tan danada que la sociedad se vuelva anómica.

estado de rendimentos de autogoverno específicos de um sistema autorregulado. Portanto, os sistemas de sociedade surgem aqui com o aspecto de capacidade para conservar seus limites e seu patrimônio dominando a complexidade de um ambiente instável. A questão que o autor coloca é: como associar esses paradigmas, “mundo do sistema” e “mundo da vida”?

Do ponto de vista do mundo da vida, de acordo com Habermas (1973), é necessário focalizar, na sociedade, as estruturas normativas (valores e instituições), analisando comportamentos e estados em sua dependência das funções de integração social (padrão de permanência), enquanto que os componentes não normativos do sistema devem ser considerados como condições restritivas.

Sob o aspecto sistêmico em uma sociedade, deve-se ainda focalizar os mecanismos de autogoverno e a ampliação do campo de contingência. Por conta disso, Habermas considera que se deve ignorar o aspecto do autocontrole, quando se concebe um sistema social como mundo da vida. Por sua vez, quando se entende uma sociedade como sistema, não se deve considerar o aspecto de validade, ou seja, a convicção de que a realidade social é a realidade das pretensões de validade aceitas, muitas vezes não sedimentadas nos fatos.

O autor informa ainda que, sob o ponto de vista da estratégia conceitual da teoria de sistemas, incluem-se no seu arcabouço as estruturas normativas; entretanto, essa teoria concebe todo sistema de sociedade a partir do seu centro de autocontrole, motivo pelo qual, nas sociedades diferenciadas, deve-se atribuir ao sistema político (como centro diferenciado de autocontrole) uma posição privilegiada em relação aos sistemas socioculturais e econômicos. Com efeito, a evolução social se cumpre nas três dimensões com o desdobramento das forças produtivas, o aumento da autonomia sistêmica (poder) e a transformação das estruturas regulatórias, dentro do quadro analítico da teoria dos sistemas, em um único plano: o acréscimo de poder, reduzindo a complexidade do ambiente.

Todavia, como procura demonstrar o autor, as projeções de validade constitutivas para reprodução cultural da vida (como verdade e correção/educação) são despojadas de seu sentido, que consiste na possibilidade de colaborar discursivamente, se se as concebem como meios de autocontrole e se as situam no mesmo plano que outros meios, como dinheiro, poder, confiança, influência etc.

Para Habermas (1973), a estratégia conceitual da teoria da ação evita o imperativo conceitual da teoria de sistemas, uma vez que coloca em destaque como mais importante o aspecto do autocontrole. Entretanto, a teoria da ação cria uma dicotomia entre estruturas normativas e condições materiais limitantes; assim, do ponto de vista analítico, se mantém uma sequência ordenada entre os subsistemas (sistema sociocultural, político e econômico),

mas dentro de cada um deles é preciso distinguir as estruturas normativas do substrato limitante.

Dentro de um corpo teórico mais abrangente (teoria de sistemas), continua Habermas (1973), essa conceitualização exige que a análise das estruturas normativas se complemente com uma análise das limitações e capacidades concernentes ao âmbito do autocontrole. Dessa forma, no campo das possibilidades de rupturas com a tradição, as estruturas normativas não dependem apenas de suas congruências, uma vez que os padrões de normalidade dos sistemas sociais são o produto dos valores culturais da tradição constitutiva e das exigências não normativas da integração sistêmica.

Sendo assim, de acordo com Habermas (1973), em termos de variação de mudanças estruturais, essas avaliações apenas podem ser analisadas no corpo de uma teoria da evolução social. Nesse sentido, o conceito de “formação social”, torna-se relevante e imprescindível. De fato, a formação de uma sociedade está determinada em cada caso por um princípio fundamental de organização, que estabelece um espaço abstrato de possibilidade de transformação social.

Nesse contexto, “princípios de organização” são compreendidos por Habermas como “ordenamentos de índole muito abstrata que surgem como propriedades emergentes em saltos evolutivos não probabilísticos, e que em cada caso caracteriza um novo nível de desenvolvimento” (HABERMAS, 1973, p. 23, tradução nossa¹⁷). Logo, tais princípios de organização restringem a capacidade que uma sociedade tem de aprender sem perder sua identidade. Nesse aspecto, os problemas de autocontrole não podem ser resolvidos dentro do campo de possibilidades delimitados pelos princípios de organização da sociedade.

Portanto, princípios de organização desse tipo estabelecem, em primeiro lugar, de acordo com nosso autor, os mecanismos de aprendizagem que, por sua vez, dependem do desdobramento das forças produtivas; em segundo lugar, determinam o campo de variação dos sistemas de interpretação garantidoras da identidade.

3.2.2 Alguns aspectos constitutivos dos sistemas sociais

Habermas (1973) lista de forma descritiva três “propriedades universais” dos sistemas sociais, a partir das quais passa a analisar seus processos internos e externos, bem como suas

¹⁷Orneamientos de índole muy abstracta que surgen como propiedades emergentes en saltos evolutivos no probables, y que en cada caso caracterizan un nuevo nivel del desarrollo.

dinâmicas quanto às mudanças e possíveis rupturas. Todavia, para nossos propósitos, basta apenas uma breve apresentação de cada uma.

A primeira da lista mostra o processo de troca entre os sistemas sociais com seu meio ambiente, de sorte que este se passa na produção (apropriação da natureza exterior) e socialização (apropriação da natureza interior) por meio de anunciados verificáveis e de normas que requerem justificativas, ou seja, por meio de pretensões discursivas de validade. Em ambas as dimensões, o desenvolvimento segue modelos reconstruídos racionalmente.

A segunda da lista nos mostra que os sistemas de sociedade alteram seus padrões de normalidades em função do estado das forças produtivas e do grau de autonomia sistêmica; todavia, a variação dos padrões de normalidade está restringida por uma lógica do desenvolvimento de imagens do mundo sobre a qual carecem de influência os imperativos da integração sistêmica – os indivíduos socializados configuram um ambiente interior, que resulta paradoxal pelo prisma de autocontrole.

Por fim, a terceira da lista informa que o nível de desenvolvimento de uma sociedade se determina pela capacidade de aprendizagem institucionalmente admitida, nomeadamente, como tais, existem diferenciações na aprendizagem de maneira que, de um lado, aprendem-se questões teóricas e técnicas e, de outro, questões simplesmente práticas nas quais se produzem processos de aprendizagem discursivos (HABERMAS, 1973).

3.2.3 Os princípios de organização da sociedade

Habermas (1973) ilustra quatro formações sociais diferenciadas: a anterior às altas culturas, a tradicional, a anterior capitalista e a pós-capitalista. Sendo assim, ele observa que, excetuando a primeira, todas as outras se caracterizam como sociedades de classes, sendo que as sociedades de classe pós-capitalista ele chama de socialismo de Estado, pelo fato de que, em tais sociedades, as elites políticas detêm os meios de produção. Veremos muito brevemente cada uma delas. Vejamos o resumo dessas formações sociais no Quadro 1 (abaixo):

Quadro 1 – Formações sociais diferenciadas

Formações Sociais	Princípio de Organização	Integração Social e Integração Sistêmica	Tipos de Crises
Anterior às Altas Culturas	Relação de Parentesco: papel principal (idade e sexo)	Não existe diferenciação entre integração social e integração sistêmica	Crise de identidade provocada por fatores exógenos
Tradicional	Dominação de classe política: coação estatal e classes socioeconômicas	Diferenciação funcional entre integração social e integração sistêmica	Crise de identidade por fatores endógenos
De Capitalismo Liberal	Relação de classes não políticas: trabalho assalariado versus capital	Sistema econômico integrador do ponto de vista sistêmico Assume também tarefas de integração social	Crise sistêmica

Fonte: Habermas (1973).

3.2.3.1 A formação social anterior às altas culturas

Nesse caso, Habermas (1973) nos informa que os papéis principais estão estabelecidos em função da idade e do sexo, de tal sorte que ambos constituem o princípio de organização dessa sociedade. O núcleo institucional é o sistema de parentesco que, nesse nível de desenvolvimento, representa uma “instituição total”. Sendo assim, as estruturas familiares determinam o intercâmbio social no seu conjunto, assegurando, ao mesmo tempo, a integração social e a integração sistêmica.

Nessas sociedades, continua nosso autor, as forças produtivas não podem ser incrementadas por meio da exploração da força de trabalho, ou seja, aumentar a taxa de exploração mediante coação física. Não existem motivações sistêmicas para produzir um excedente (uma quantidade de bens superior às necessidades básicas da comunidade), mesmo que o estágio das forças produtivas o permitisse, uma vez que o princípio da organização não decorre de imperativos contraditórios. Quando acontecem algumas mudanças, estas têm origens externas – perpassando pela restrita capacidade de autocontrole da sociedade, organizada segundo o parentesco – que solapam a identidade familiar e de clã. Tais mudanças decorrem quase sempre de um crescimento demográfico unido a “fatores ecológicos” e,

sobretudo, de influências interétnicas, estas resultantes de fatores como o intercâmbio, as guerras e as conquistas (HABERMAS, 1973).

3.2.3.2 A formação social tradicional

Na formação social tradicional, de acordo com Habermas (1973), o princípio de organização tem como esteio a sociedade de classes que assume a forma política. Com efeito, na medida em que foi se configurando um aparato burocrático de dominação, se diferenciou, a partir do sistema de parentesco, um centro de autocontrole; este permitiu que a produção e a distribuição das riquezas sociais deixassem de ter a família como base das formas de organização, sendo agora substituído pela propriedade dos meios de produção, motivo pelo qual as funções centrais de poder e autocontrole passaram para as mãos do Estado.

Nesse caso, continua Habermas (1973), tem lugar o começo de uma especificação funcional e de um processo de autonomização em cujo transcurso a família perde por completo suas funções econômicas e é despojada em parte de suas funções de socialização. De sorte que, em certos níveis de desenvolvimento das altas culturas, surgem subsistemas que servem predominantemente ou à integração sistêmica ou à integração social. O ponto de articulação se encontra no regime jurídico, que regula a disposição privilegiada sobre os meios de produção e o exercício estratégico do poder, que por sua vez requer legitimação.

A diferenciação entre aparato de poder e regime jurídico, por um lado, e justificação contrafática e sistemas morais, por outro, corresponde à separação institucional entre autoridades seculares e sagradas. O novo princípio de organização permite um significativo incremento de autonomia sistêmica, pressupõe uma diferenciação funcional e possibilita a criação de “meios” generalizados (poder e dinheiro), assim como de mecanismos reflexivos (direito positivo).

3.2.3.3 A formação social do capitalismo liberal

Na formação social do capitalismo liberal, de acordo com Habermas (1973), o princípio de organização está baseado na relação entre trabalho assalariado e capital, fundada

no sistema de direito privado. De fato, com o surgimento de uma esfera de troca entre particulares autônomos (donos de mercadorias que operam sem a intervenção do Estado, ou seja, com a institucionalização, num território deste último, de mercados de bens, capitais e trabalho, assim como com o estabelecimento do mercado mundial), a “sociedade civil” (as aspas são do autor) se diferencia a partir do sistema político-econômico, o que implica a despolitização das relações de classe e a anonimização do poder de classe (diferentemente da formação social anterior, em que o sistema econômico depende da legitimação do sistema sociocultural). O Estado e o sistema do trabalho social regido politicamente não são mais o núcleo institucional do sistema em seu conjunto, mas o “Estado Fiscal” se converte na instituição complementar do mercado “autorregulador” (HABERMAS, 1973).

Tanto agora como anteriormente, ainda segundo Habermas (1973), o Estado assegura, a partir de fora, com instrumentos políticos, a integridade territorial e a capacidade de competição da economia nacional. Internamente, os meios de autocontrole, até então prevalentes (a saber, o poder legítimo), servem, acima de tudo, para manter as condições gerais de produção que possibilitam o processo de valorização do capital, regulado pelo mercado. Sendo assim, o intercâmbio (o mercado) passa a ser o instrumento dominante de autocontrole.

Uma vez que o modo de produção capitalista se estabelece firmemente, segue Habermas (1973), o exercício da autoridade pública no interior do sistema pode agora se limitar a:

- (i) Defesa dos contratos civis (polícia e magistratura);
- (ii) A proteção de mecanismos de mercado contra efeitos secundários autodestrutivos;
- (iii) Cumprimento das premissas da produção no âmbito da organização econômica em seu conjunto (educação pública, meios de comunicação e transportes); e
- (iv) A adequação de sistemas de direito privado às necessidades que surgem do processo de acumulação (direito fiscal, direito bancário e direito empresarial).

Nesse sentido, de acordo com Habermas (1973), apenas quando ocorre um relativo desprendimento do sistema econômico em relação ao político é que se permite surgir, na sociedade civil, um espaço emancipado dos laços tradicionais e comprometido com as orientações da ação estratégico-utilitarista dos que participam do mercado. Os empresários competidores tomam suas decisões de acordo com a dinâmica da concorrência orientada para o lucro, substituindo as ações orientadas por valores por ações regidas pelos interesses.

O novo princípio de organização (continua Habermas) abre um espaço maior para o avanço das forças produtivas e para o desenvolvimento de estruturas normativas. O modo de

produção, por virtude dos imperativos da autovalorização do capital, coloca em marcha uma reprodução ampliada que se associa com os mecanismos de inovação tecnológica, de que depende o incremento da produtividade do trabalho humano. Uma vez que se tem alcançado o limite da exploração física (não se pode continuar mais aumentando a mais-valia absoluta), a acumulação de capital obriga ao desdobramento (execução) das forças produtivas técnicas e, por essa linha, a implantação do saber suscetível de aplicação técnica com processos de aprendizagem reflexivos. Por sua vez, o intercâmbio, que se tem tornado autônomo, desembaraça a ordem política de exigências de legitimação.

Segundo Habermas (1973), o mercado autorregulado exige ser complementado, não apenas por uma administração estatal racional e um direito abstrato, mas também por uma moral estratégico-utilitarista, no âmbito do trabalho social, que é compatível com uma ética “protestante” ou “formalista” (nas esferas privadas). As ideologias burguesas puderam adotar uma estrutura universalista e apelar para interesses generalizáveis porque o regime de propriedade as tem despojado da forma política e tem atravessado por uma relação de produção que, segundo sua aparência, pode legitimar-se a si mesma – a institucionalização do mercado pode apoiar-se na justiça inerente às trocas de equivalentes.

De qualquer forma, continua Habermas (1973), a realização do princípio de organização capitalista é extraordinária, pois não apenas emancipa o sistema econômico (desprendido do sistema político e das restrições impostas pelos sistemas parcelares da integração social), mas também permite contribuir para a integração social, ao tempo em que desempenha suas tarefas de integração sistêmica. Todavia, com essa realização, cresce a vulnerabilidade do sistema de sociedade, na medida em que os problemas de autorregulação podem agora se converter em ameaças diretas à identidade. Nesse sentido, fala-se de crises sistêmicas.

No contexto do tipo de movimento espontâneo do desenvolvimento econômico, de acordo com Habermas (1973), o princípio de organização não põe limites ao incremento da capacidade produtiva. Também as estruturas normativas alcançam um maior campo de desenvolvimento, pois o novo princípio de organização admite, pela primeira vez, sistemas de valores universalistas. No entanto, é incompatível com uma ética comunicativa que não exija apenas a universalidade das normas, mas um consenso, obtido por via discursiva, acerca da capacidade de generalizações dos interesses normativamente prescritos. O princípio de organização despreza o potencial de conflitos da oposição de classe na dimensão do autocontrole, donde se exterioriza na forma de crises econômicas. Com efeito, a alternância de conjuntura (crises e depressão) é algo específico do capitalismo liberal; nela, a oposição de

interesses fundada na relação de trabalho assalariado e capital não se manifesta diretamente no enfrentamento de classes, mas na ruptura do processo de acumulação e, portanto, na forma de problemas de autorregulação. A partir da lógica da crise econômica, pode-se obter um conceito geral de crise sistêmica.

3.2.4 Crise cíclica e sistêmica no capitalismo liberal

De acordo com Habermas (1973), no capitalismo liberal as crises se expressam através de problemas econômicos insolúveis de autorregulação, configurando-se em situações perigosas para a integração sistêmica que ameaçam diretamente a integração social – motivo pelo qual se pode falar em crise econômica. As sociedades anteriores as altas culturas apresentavam um nexos semelhante, uma vez que o princípio de organização familiar não admitia uma divisão entre integração sistêmica e integração social.

Configura-se evidente, continua o autor, que a diferença funcional estabelecida nas sociedades tradicionais não desaparece com a passagem para a modernidade, mas o capitalismo liberal vem de uma genuína transferência de tarefas de integração social, nomeadamente, o mercado como sistema de autocontrole diferenciado, não político. Ele ocorre da seguinte forma: os elementos tradicionais operantes na legitimação (sobretudo com relação à burguesia, como o direito natural racional e o utilitarismo) passam a depender da ideologia da troca de equivalentes, intrínseca à mesma base. Nas sociedades tradicionais, as crises se apresentam de tal forma que certos problemas de autocontrole não podem se resolver dentro do campo de possibilidades circunscritas ao princípio de organização, razão pela qual aparecem situações de perigo para a integração sistêmica que ameaçam a identidade da sociedade.

Segundo Habermas (1973), nas sociedades do capitalismo liberal em transformação, as crises se tornam endêmicas porque os problemas de autocontrole, temporariamente gerados em período mais ou menos regulares pelo processo de crescimento econômico, não são resolvíveis por si mesmos, pondo em perigo a integração social. De fato, esses problemas de autocontrole são socialmente desintegradores (se repetem de maneira periódica) e criam, junto com a contínua instabilidade, mudanças sociais aceleradas. Esse processo forma a base objetiva para uma consciência da crise por parte da burguesia e para expectativas revolucionárias, no caso dos operários assalariados – até então nenhuma formação social havia experimentado em alto grau o temor e a esperança de uma repentina transformação do

sistema, por mais que a ideia de uma subversão centrada em um ponto do tempo (a ideia do salto revolucionário) contraste externamente com a forma de movimento da crise do sistema, que é permanente.

De acordo com Habermas, a passagem das funções de integração social a um sistema parcial que as cumpre prioritariamente apenas é possível pelo fato de que, no capitalismo liberal, a relação de classes é institucionalizada por meio do mercado de trabalho, despolitizando tais relações. Uma vez que a fonte de toda riqueza social – ou seja, a capacidade produtiva dos trabalhadores – tem sido convertida em mercadoria e o capital social se reproduz nas condições do trabalho assalariado, os processos de trabalho e do intercâmbio adquirem duplo caráter: de um lado, os processos de trabalho servem, enquanto produtores de valores de uso, à produção de valores de troca; de outro, os processos de intercâmbio servem (enquanto regulam, através dos mecanismos monetários, a distribuição da força de trabalho e dos bens) à formação e autovalorização do capital.

Sendo assim, continua Habermas (1973), o mercado adquire uma dupla função: de um lado, age como instrumento de autorregulação no sistema de trabalho social dirigido por *meio do dinheiro*. Do outro lado, institucionaliza uma relação de coerção entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores assalariados. Adicionalmente, na medida em que a coerção social exercida pelos capitalistas se institucionaliza no contrato de trabalho privado como relação de intercâmbio (e a extração de mais-valia, sobre a qual dispõe os particulares, substituiu a dependência política), o mercado, além de sua função cibernética, adquire uma função ideológica, de maneira que a relação de classe se torna anônima na forma não política da dependência salarial.

Portanto, em Marx, a análise teórica da forma mercadoria cumpre a dupla tarefa de descobrir o princípio de autogoverno da economia centrada no mercado e na ideologia básica da sociedade de classes burguesa. A teoria do valor serve, ao mesmo tempo, à análise das funções do sistema econômico e à crítica da ideologia de dominação de classe que pode desmascarar-se também ante a consciência burguesa, assim como se demonstra que no mercado de trabalho não se troca equivalentes. (HABERMAS, 1973, p. 43, tradução nossa¹⁸).

Assim, de acordo com Habermas (1973), aos empresários donos dos meios de produção o mercado lhes certifica o poder – sancionado pelo direito privado – de apropriar-se da mais-valia e empregá-la nas condições que melhor lhes convêm.

¹⁸Por tanto, en Marx el análisis teórica de la forma-mercancía cumple la doble tarea de descubrir el principio de autogobierno de la economía centrada en el mercado y la ideología básica de la sociedad de clases burguesa. La teoría del valor sirve, al mismo tiempo, al análisis de la funciones del sistema económico y a la crítica de la ideología de una dominación de clase que puede desenmascarse también ante la conciencia burguesa tan pronto como se demuestra que en el mercado de trabajo no se intercambian equivalentes.

Seguindo sua trajetória transtornada pelas crises, de acordo com nosso autor, o processo de acumulação se permite desvelar o seu mais íntimo segredo da “contradição” inerente a esse modo de produção. O crescimento econômico se cumpre por meio de crises que acontecem periodicamente, porque a estrutura de classes, deslocada e traduzida em sistema de autocontrole econômico, tem transformado a contradição dos interesses de classe em uma contradição de imperativos sistêmicos. Habermas utiliza a palavra “contradição” sob duas perspectivas linguísticas teóricas diferentes, das quais ele passa a analisar.

Assim, para Habermas (1973), a categoria “contradição” vem gradativamente perdendo seu significado, de maneira que frequentemente se emprega esse verbete para designar antagonismo, oposição, conflito. “Todavia, segundo Hegel e Marx, os conflitos não são mais do que a forma de manifestação, o aspecto empírico de uma contradição lógica que está na base” (HABERMAS, 1973, p. 44, tradução nossa¹⁹). Portanto, o conflito pode ser apenas formalizado enquanto conceito fazendo referência às regras eficazes e operativas por meio das quais surgem pretensões incompatíveis dentro de um sistema de ação.

Então, continua Habermas (1973), entre pretensões (ou intenções) não podem surgir “contradições” no mesmo sentido que entre proposições; e o sistema de regras de acordo com o qual se produzem declarações (ou seja, opiniões e ações que encarnam intenções) é de tipo diverso do sistema de regras segundo o qual se formam proposições, mantendo constante sua verdade. Dessa forma, as estruturas profundas de uma sociedade não são estruturas lógicas no sentido estrito. Por sua vez, nas declarações sempre se empregam conteúdos proposicionais; a lógica que poderia justificar que se falasse de “contradições sociais” teria que ser, então, uma lógica de emprego de conteúdos proposicionais nos atos de fala (discursos) e tomada de decisão (ações). Assim, deveria abarcar relações de comunicação entre sujeitos capazes de linguagem e de ações, e ser, portanto, antes uma pragmática universal do que uma lógica.

Levando essa discussão para o campo social, Habermas (1973) afirma que apenas se pode falar em “contradição fundamental” de uma formação social se, a partir de seu princípio de organização, for possível deduzir o fato de que nesse sistema se enfrentam indivíduos e grupos de indivíduos com pretensões e intenções incompatíveis no longo prazo – este é, por exemplo, o caso das sociedades de classes. Assim, enquanto a incompatibilidade de pretensões e intenções não chega à consciência dos sujeitos participantes, o conflito permanece latente. Certamente, esses sistemas de ação integrados coativamente necessitam de justificativa ideológica, uma vez que têm de encobrir a assimétrica distribuição das

¹⁹Pero según Hegel e Marx, los conflictos no son más que la forma de manifestación, el aspecto empírico de una contradicción lógica que está en su base.

oportunidades de legítima satisfação das necessidades (até então reprimidas). A comunicação entre os membros dessas sociedades é então desfigurada ou bloqueada de maneira sistemática; a comunicação, que em condições de integração coercitiva não pode chegar a se explicitar como contradição entre as intenções expressas de partidos inimigos, nem se traduzir em ação estratégica, adota a forma ideológica de uma contradição entre as intenções que os sujeitos creem ter e seus motivos (encarados como inconscientes), ou os interesses que estão na base daqueles. Assim que tal incompatibilidade chega à consciência, o conflito torna-se manifesto, e as intenções incompatíveis passam a ser reconhecidas como interesses opostos.

Semelhantemente, na teoria de sistemas, de acordo com Habermas (1973), a lógica de um sistema de regras, segundo as quais é possível gerar incompatibilidades, é considerada. Por exemplo, quando, em um dado ambiente, se criam mais problemas do que aqueles em que a capacidade sistêmica de autocontrole está em condições de resolver, aparecem contradições que são deduzíveis logicamente e obrigam (sob pena de desaparecimento) a transformar as estruturas sistêmicas, ou seja, a transformação ou o abandono de elementos que até então haviam formado parte de seu “patrimônio”. Todavia, no marco da teoria de sistemas, os conflitos podem ser trabalhados a partir de conceitos também como expressão de problemas de autocontrole não resolvidos, mas o fato de que se emprega o mesmo termo para “contradições” não pode deixar de levar em consideração a diferença lógica dos sistemas autorregulados e a lógica da comunicação no trato linguístico.

Na estrutura de classes, de acordo com Habermas (1973), as contradições são intrínsecas e resultam da apropriação privilegiada da riqueza produzida socialmente. Enquanto que, nas sociedades tradicionais, essas contradições se manifestam de forma direta no plano das oposições de interesse dos partidos atuantes. No capitalismo liberal, o antagonismo de classe se reflete no plano dos problemas de autorregulação. Nesse caso, o aspecto dinâmico passa para o primeiro plano, uma vez que, com o modo de produção capitalista, a sociedade tem obtido o poder de empregar, de maneira relativamente constante, incremento técnico nas forças produtivas, razão pela qual a crise econômica define o modelo de um processo de crescimento econômico perturbado por crises.

Do ponto de vista da acumulação de capital, continua Habermas (1973), instala-se um modelo de desenvolvimento que se nega a si mesmo. Na verdade, por um lado, a massa de valores de troca e valores de uso (capital e riqueza social) acumula-se por via de aumento da mais-valia relativa – uma dinâmica de implantação de progressos técnicos que busca minimização de custos e a intensificação de capital; mas, por outro lado, em cada novo estágio de acumulação, a composição do capital (composição orgânica do capital) modifica-se

em detrimento do capital variável, o único que produz valor. “Daí infere Marx a tendência de queda da parcela de ganho e a diminuição do processo de acumulação de capital” (HABERMAS, 1973, p. 45, tradução nossa²⁰). Adicionalmente, em relação à realização do capital, há contradição semelhante. De fato, por um lado, em cada novo estágio de acumulação, conjuntamente com o aumento da mais-valia, cresce também a riqueza social potencial; mas, por outro lado, a capacidade de consumo das massas e, portanto, a possibilidade de realização do capital apenas pode aumentar com a mesma intensidade se os proprietários de capital se permitirem abrir as mãos, em proporção equivalente, de suas mais-valias. Por via de consequência, o processo de acumulação deve paralisar-se por falta de possibilidades de realização ou por falta de estímulos às inversões (novos investimentos produtivos).

Sendo assim, a ruptura do processo de acumulação assume a forma da distribuição de capital; esta é a forma de manifestação econômica do processo social real, que expropria alguns capitais e arrebatada das massas trabalhadoras seus meios de subsistência (seus empregos), razão pela qual a crise econômica se transforma abertamente em uma crise social. Portanto, na medida em que fica claro a oposição entre as classes sociais, tem lugar uma crítica ideológica prática à ilusão segundo a qual o intercâmbio social configura uma esfera em que o poder não intervém.

Com efeito, continua Habermas (1973), a crise econômica deriva de imperativos contraditórios e ameaça a integração sistêmica. Dentro de um contexto de crise social é que se colocam em choque os interesses dos grupos atuantes e, simultaneamente, é colocada em xeque a integração da sociedade. A crise econômica constitui o primeiro exemplo na história mundial de uma crise sistêmica, caracterizada pelo fato de que a contradição dialética entre membros de uma rede de interação cumpre os termos de contradições sistêmicas insolúveis estruturalmente, ou problemas de autorregulação. Frente a tais deslocamentos dos conflitos de interesses no plano de autorregulação, as crises sistêmicas adquirem uma objetividade rica em contrastes: possuem o caráter de catástrofes naturais que irrompem em meio de um sistema de ação racional com vistas a fins. Apesar disso, nas sociedades tradicionais, os conflitos entre classes eram mediados por formas ideológicas da consciência, e desse modo possuíam a objetividade de uma trama de não consciência na forma de um destino fatal. No capitalismo liberal “[...] a oposição de classes é traduzida da intersubjetividade do mundo de vida ao substrato desse mundo de vida: a ideologia residual secularizada do fetiche da mercadoria”

²⁰De allí infiere Marx la tendencia descendente de la cuota de ganancia y la disminución del proceso de acumulación del capital.

(HABERMAS, 1973, p. 47, tradução nossa²¹), é realmente, e ao mesmo tempo, o princípio funcional de autorregulação do sistema econômico. Por ela, as crises econômicas perdem aquele caráter de destino fatal, acessível à autoreflexão, e alcançam a objetividade de acontecimentos naturais contingentes e inexplicáveis. “E estes requerem, antes que o núcleo ideológico que se infiltrou na base possa ser destruído mediante a reflexão, de uma investigação que objetive os processos sistêmicos. Ela refletiu sobre a crítica de Marx à economia política” (HABERMAS, 1973, p. 48, tradução nossa²²).

De acordo com Habermas (1973), embora se deva também cumprir a tarefa de realizar uma crítica ao fetichismo da mercadoria – tanto quanto aos fenômenos culturais da sociedade burguesa nela enraizados –, a teoria do valor é explicitamente uma análise sistêmica dos processos de reprodução social, motivo pelo qual os conceitos fundamentais da teoria do valor adquirem esta qualidade estratégica, qual seja: suas proposições que derivam de uma teoria da acumulação contraditória do capital podem ser reformuladas nos pressupostos da teoria das classes, dependentes de uma teoria da ação. “Marx reservou para si a possibilidade de retraduzir os processos econômicos da valorização do capital, que operam nas fronteiras da estrutura de classes: é o autor do *18 de Brumário* e de *O capital*” (HABERMAS, 1973, p. 48, tradução nossa²³). Precisamente, conclui nosso autor, essa reelaboração sociológica de análises (que se interpretou como imanente à economia) “tropeça” com dificuldades nas condições modificadas do capitalismo de organização.

Nesse sentido, Habermas (1973) levanta as seguintes questões: 1) “O capitalismo de fato tem mudado?” Esta pergunta, segundo ele, não tem sido respondida satisfatoriamente, de maneira que ele coloca outra questão que se segue da anterior: 2) “A contradição fundamental da formação social capitalista segue atuando, inalterada, depois das formas de manifestação do capitalismo de organização, ou se tem modificado a lógica da crise?” (HABERMAS, 1973, p. 48, tradução nossa²⁴). Finalmente, arremata nosso autor com uma última questão: 3) “Houve uma passagem do capitalismo para uma formação social pós-capitalista que deixou para trás as crises como a forma em que transcorre o crescimento econômico?”

²¹ [...] la oposición de clases es traducida de la intersubjetividad del mundo-de-vida al substrato de ese mundo-de-vida: la ideología residual secularizada del fetiche-mercancía.

²²Y estos requieren, antes de que el núcleo ideológico que se há deslizado a la base pueda ser destruído mediante la reflexión, de una investigación que objetive los procesos sistémicos. El lo que se refleja en la crítica de Marx a la economía política.

²³Marx se reservó la posibilidad de retraducir los procesos económicos de la volirización del capital, que operan en los confines de la estructura de clases: es el autor de *El 18 Brumario* y de *El capital*.

²⁴¿La contradicción fundamental de la formación social capitalista sigue actuando, inalterada, tras las formas de manifestación del capitalismo de organización, o se ha modificado la lógica de la crisis?

(HABERMAS, 1973, p. 48, tradução nossa²⁵). Na próxima seção, trataremos as observações de Habermas acerca dessas questões, em que ele define e analisa o “capitalismo tardio”.

3.2.5 O capitalismo tardio

A partir daqui, Habermas (1973) passa a caracterizar o que ele entende por “capitalismo tardio” ou “capitalismo organizado pelo Estado”. De fato, esse tipo de capitalismo começa a ser configurado na fase avançada do processo de acumulação, em que se tem, por um lado, o processo de concentração de empresas – corporações nacionais e empresas multinacionais – e a formatação dos mercados de bens, de capital e de trabalho; por outro, o processo de explícita intervenção do Estado nas crescentes falhas de funcionamento do mercado.

Nesse cenário, de acordo com nosso autor, a difusão de estruturas de mercados oligopolizados significa nada mais nada menos do que o fim do capitalismo concorrencial. Todavia, apesar de todo o aparato de controle sobre o ambiente de competição perpetrado pelas grandes empresas, o mercado continua sendo o mecanismo de regulação, uma vez que as decisões de investimentos produtivos são tomadas segundo critérios de lucratividades empresariais. De forma semelhante, a substituição dos mecanismos de mercado pelas intervenções do Estado, parcial ou complementar, efetivamente se configura como o fim do capitalismo liberal.

Habermas (1973), por meio de uma generalização teórica (referendada em modelos de diversos autores construídos com base na experiência da economia americana), considera que, nas sociedades capitalistas avançadas, os sistemas econômico, administrativo e de legitimação assumem novas caracterizações, de tal maneira que, no caso do sistema econômico, a produção privada, a partir da década de 1960, passa a ser orientada de acordo com as demandas do mercado e a economia se divide em três principais setores balizados na diferenciação entre setor público e setor privado.

Desses três setores (continua nosso autor), um segue as regras de regulamento concorrencial, o outro é determinado pelas estratégias de mercados oligopolizados, tolerando algum tipo de concorrência e o último (o setor público) – nomeadamente, a indústria espacial e bélica – opera através de grandes empresas cujas decisões de investimentos não dependem

²⁵¿Ha transpasado el capitalismo a una formación social poscapitalista que dejó atrás las crisis como la forma en que transcurre el crecimiento económico?

diretamente do mercado, uma vez que são empresas diretamente controladas pelo Estado. Em ambos os setores, público e privado, prevalece a utilização intensiva de capital; entretanto, no setor de concorrência, prevalecem as indústrias com uso intensivo de trabalho, “naqueles a composição orgânica do capital é elevada, enquanto que nestes é baixa” (HABERMAS, 1973, p. 51, tradução nossa²⁶).

No caso do sistema administrativo, Habermas (1973) mostra que o Estado assume novas determinações, de sorte que cabe a este regular o ciclo econômico com os instrumentos da “planificação global”, criando e melhorando as condições de valorização do excesso de capital acumulado. A planificação global se define, por um lado, a partir dos limites que impõe o fato de que são os empresários autônomos os que decidem acerca do emprego dos meios de produção – as liberdades de investimento das empresas privadas não podem ser restringidas; por outro lado, pela busca de mecanismos que evitem a instabilidade do sistema, a exemplo de políticas anticíclicas, nomeadamente as políticas fiscais e monetárias. Adicionalmente, medidas para regular os investimentos e a demanda global, tais como controle de crédito, fixação de preços mínimos, subvenções, empréstimos, distribuição de renda, encargos do Estado regulados segundo a conjuntura política, controle do direito e do mercado de trabalho etc., possuem caráter reativo de estratégias para alcançar, no marco do sistema de metas – definidas pela fórmula abstrata de um equilíbrio entre os imperativos contraditórios do crescimento permanente –, a estabilidade monetária, o pleno emprego e os objetivos de uma balança comercial superavitária.

Embora a planificação global, de acordo com Habermas (1973), manipule de forma aberta as condições marginais segundo as quais os empresários tomam suas decisões, a ação do Estado tem o sentido de corrigir as perturbações (ou falhas) no mecanismo de mercado, por conta dos efeitos secundários disfuncionais.

Sendo assim, continua nosso autor, o Estado substitui o mecanismo de mercado objetivando criar e melhorar as condições de valorização do capital acumulado em excesso. Desse modo, o Estado busca, entre outras coisas: (i) fortalecer a capacidade competitiva nacional; (ii) formar blocos econômicos supranacionais; (iii) melhorar a infraestrutura material da sociedade (sistema de comunicações, sistema de saúde e educação, planificação urbana e regional, construção de casas populares etc.); (iv) melhorar a infraestrutura imaterial – investimentos em ciências e tecnologias, investigação e desenvolvimento de projetos, obtenção de patentes etc.

²⁶ [...] a composición orgánica del capital es elevada, mientras que en estas es baja.

Outras atividades em que o Estado segue também atuando dizem respeito ao incremento da capacidade produtiva do trabalho humano (promovendo sistema de formação profissional, programas de difusão cultural e escolarização, etc.) e no ressarcimento dos custos sociais e materiais gerados pela produção privada (ajuda aos desempregados, gastos em seguridade social, melhoramento do ambiente natural deteriorado pela indústria).

Por fim, no caso do sistema de legitimação, Habermas (1973) assevera que, com as falhas de funcionamento dos mecanismos de mercado e os efeitos secundários disfuncionais deste mesmo mecanismo de regulação, cai também a ideologia burguesa fundamental, pautada no intercâmbio equitativo (trocas de equivalentes). O realinhamento do sistema econômico com o sistema político conduz à repolitização, de certa forma, das relações de produção, motivo pelo qual se intensifica a necessidade de legitimação. Por conta disso, o aparelho de Estado, que já não se restringe, como no caso anterior do capitalismo liberal, a assegurar as condições gerais de produção e reprodução, se nelas não intervir de forma ativa, necessita de legitimação, semelhantemente ao do Estado pré-capitalista.

Além disso, por conta dos sistemas universalistas de valores da ideologia burguesa, os direitos civis, e entre eles o direito a participar nas eleições políticas, se tem generalizado. Sendo assim, apenas em condições excepcionais e transitórias é possível prescindir do mecanismo do sufrágio universal para se obter legitimação. Entretanto, pondera Habermas (1973, p. 53, tradução nossa²⁷):

O problema que isso coloca é resolvido pelo sistema de democracia formal. A participação dos cidadãos nos processos de formação de vontade política, ou seja, a democracia, traria à consciência da contradição entre a produção administrativamente socializada e um modo de apropriação e uso da mais-valia que permanece privado.

De fato, de acordo com Habermas (1973), para que tal contradição não seja colocada na pauta de discussão dos cidadãos comuns, o sistema administrativo deve alcançar um alto grau de autonomia em relação “à formação da vontade legitimante”. Sendo assim, as instituições e os instrumentos da democracia formal têm sido projetados de tal forma que as decisões governamentais frequentemente podem ser adotadas longe das influências e motivações dos cidadãos; isso, afinal, é conseguido como um processo de legitimação que fornece motivos generalizados, mas impede qualquer tipo de participação.

²⁷El problema que ello plantea es resuelto mediante el sistema de la democracia formal. La participación del ciudadano en los procesos de formación de la voluntad política, es decir, la democracia, llevaría a la conciencia la contradicción entre una producción administrativamente socializada y un modo de apropiación y empleo de la plusvalía que sigue siendo privado.

3.2.6 Algumas tendências à crise

Habermas classifica três tipos de possibilidades de crise que são derivadas da evolução e do crescimento do modo de produção capitalista, em sua fase de capitalismo tardio. Tais crises podem surgir em diferentes lugares, em diversas formas de manifestação, e uma tendência à crise pode até chegar à ruptura política, ou seja, à deslegitimação do sistema político existente, conforme resumido no Quadro 2 (abaixo):

Quadro 2 – Tendência à crise do capitalismo

Origem	Crise sistêmica	Crises de identidade
Sistema econômico	Crise econômica	–
Sistema político	Crise de racionalidade	Crise de legitimação
Sistema sociocultural	–	Crise de motivação

Fonte: Habermas (1973).

3.2.6.1 Tendência à crise econômica

De acordo com Habermas (1973), no sistema econômico de produção capitalista não é comum uma crise por insuficiência do que ele chama de *input* (fatores de produção, principalmente capital e trabalho), dado que as perturbações ocorridas no capitalismo liberal têm sido crises de *output* (produto ou resultado, bens de consumo), que de vez em quando transtornam, através do ciclo econômico, os valores que são canalizados pelo sistema.

A persistência de crises econômicas no capitalismo tardio mostra que a intervenção do Estado no processo de valorização do capital obedece, como anteriormente, ao mecanismo de mercado – as leis econômicas seguem operando de forma espontânea e sujeitas apenas à lógica da crise econômica, que se expressa na tendência decrescente da taxa de lucro. Nesse caso, o Estado continua a política do capital através de outros meios, razão pela qual a explicação do fato de que as formas de manifestação das crises tenham mudado (crises das finanças públicas, inflação permanente etc.) está nas condições impostas pela autorregulação do processo de valorização e, também, por meio do poder legítimo do mecanismo de autogoverno.

Todavia, segundo Habermas (1973), a intervenção do Estado não pode contrariar a tendência da queda de lucro; no máximo, introduzirá mediações no seu resultado final,

fazendo com que se cumpra por meios políticos, de tal forma que a tendência à crise econômica se imponha através da crise social, reverberando na luta política de classes entre empresários e as massas assalariadas. Nessa conjuntura, apresenta-se a tese segundo a qual o aparelho de Estado não obedece de forma espontânea e cega à lógica da lei do valor, mas percebe racionalmente e defende unificadamente (por meio de planejamento político) os interesses dos capitalistas monopolistas e oligopolistas como um todo.

3.2.6.2 *Tendência à crise política*

No arcabouço de Habermas (1973), o sistema político tem como requisito precípua, no lado do *input*, a lealdade das massas, o mais disseminado possível. A crise de *input* assume a forma de legitimidade; na realização dos imperativos de autogoverno tomados do sistema econômico, o sistema de legitimação não consegue obter o nível de lealdade das massas que lhe é necessário. Por sua vez, o *output* se caracteriza pelas decisões administrativas que devem ser impostas com grande autoridade. A crise de *output* assume a forma de crises de racionalidade; o sistema administrativo falha ao tentar conciliar, ou cumprir, os imperativos de autogoverno que recebe do sistema econômico.

Essas duas tendências de crise, no sistema político (ainda de acordo com Habermas), podem se apresentar em momentos diferentes, ou simultaneamente, mas se diferenciam quanto à forma de manifestação. Com efeito, a crise de racionalidade configura-se como uma crise sistêmica deslocada. De forma semelhante ao que ocorre com a crise econômica, ela se expressa como contradição de imperativos de autocontrole, “a contradição inerente a uma produção socializada que se realiza em favor de interesses não generalizáveis” (HABERMAS, 1973, p. 65, tradução nossa²⁸). Nesse sentido, por conta de uma desorganização do aparelho do Estado, a tendência à crise se transforma em privação da legitimidade (nesse processo, a crise de legitimação é uma crise de identidade). Em contrapartida, não ameaça a integração sistêmica.

A crise de integração sistêmica é gerada quando o Estado, ao colocar em prática sua tarefa de planificação, questiona a estrutura do “público” (que havia sido despolitizado) e, portanto, a própria democracia formal como garantidora do regime de apropriação privada dos meios de produção.

²⁸ [...] la contradicción inherente a una producción socializada que si realiza in favor de intereses no generalizables.

Quanto à crise de racionalidade, em sentido restrito, Habermas (1973) declara que ela ocorre somente quando surge em substituição à crise econômica. A lógica dos problemas de valorização não apenas se reflete, então, em outras esferas do autocontrole (autogoverno), como o poder legítimo, mas também mediante o deslocamento dos imperativos de autocontrole do intercâmbio de mercado para o sistema administrativo, o que acaba por alterar a própria lógica da crise. Isso pode ser sustentado através de duas versões. Na primeira, apresenta-se a tese da anarquia da produção mercantil: com efeito, no capitalismo tardio, por um lado, é crescentemente necessário recorrer à planificação administrativa para assegurar a valorização do capital; porém, do outro, o poder de apropriação privada de particulares autônomos sobre os meios de produção coloca um limite à integração do Estado e impede uma coordenação planificada dos interesses contraditórios dos capitalistas individuais.

Na segunda, tem-se a tese seguinte: na medida em que o Estado compensa as bancarrotas de um sistema econômico que bloqueia a si mesmo e empreende ações de complementação às leis de mercado, estará, através da lógica de autocontrole, obrigado a admitir elementos estranhos ao sistema, em número cada vez maior. Portanto, torna-se impossível, sem reforçar as orientações estranhas nas estruturas sistêmicas, aceitar e elaborar dentro do âmbito coordenado administrativamente os problemas do sistema econômico dirigido pelos imperativos de valoração.

Por fim, Habermas (1973) afirma que, por um lado, no caso de um *déficit* de racionalidade da administração pública, o aparelho de Estado, em dadas condições, não consegue mais fornecer, ao sistema econômico, mecanismos suficientes para a tarefa de autocontrole. Por outro, no caso de um *déficit* de legitimidade, tem-se que, com os meios administrativos disponíveis, não se pode produzir, ou se conservar, na medida requerida, estruturas normativas pertinentes à legitimação. O sistema político, a essa altura do desenvolvimento do sistema capitalista, tem deslocado seus limites até o interior do sistema sociocultural, não apenas do econômico. À medida que se expande a racionalidade organizativa, as tradições culturais são minadas e desconfiguradas (perdem seu potencial de ação). Dessa maneira, o acervo de tradição como tal perde a capacidade de intervenção administrativa com vistas à legitimação. Adicionalmente, a gestão administrativa de materiais culturais tem o seguinte efeito secundário: conteúdo de sentido e normas fixados pela tradição, que até então pertenciam às condições de cultura (marginais) do sistema político, são pautados publicamente; com isso, amplia-se o ambiente de formação discursiva da vontade, processo este que transforma as estruturas do “público” despolitizado, relevantes para a conservação do sistema.

3.2.6.3 Tendência à crise sociocultural

De acordo com Habermas (1973), o sistema sociocultural tem como elementos constitutivos de seu *input* tanto o sistema econômico (os bens e serviços disponíveis para oferta e demanda coletiva), como o político (ações legislativas e administrativas, seguridade social e pública, etc.). As crises de *output* dos outros dois sistemas são deficiências de insumo do sistema sociocultural, que se traduzem em *déficit* de legitimação. Sendo assim, as tendências à crise vista anteriormente, segundo o autor, apenas podem alcançar a ruptura por meio de uma crise do sistema sociocultural. Nessa linha de raciocínio, ainda para nosso autor, a integração de uma sociedade depende do *output* do sistema sociocultural, em dois sentidos: diretamente, pelas motivações que produzem para o sistema político em forma de legitimidade, e indiretamente, pelas motivações de rendimento que produzem para o sistema de formação e de profissões.

Sabe-se, de acordo com Habermas (1973), que o sistema sociocultural não organiza, ele mesmo, seu *input*; nesse caso, não pode existir crise de *input* para tal sistema. Sendo assim, só se deve contar com a tendência à crise cultural quando e somente quando as estruturas normativas se transformam, em consonância com sua lógica interna, de tal forma que resulta tumultuada a complementaridade entre os requerimentos do aparato do Estado e do sistema de profissões, de um lado, e as necessidades interpretadas e expectativas legítimas dos membros da sociedade, de outro. As crises de legitimação são atribuíveis a uma escassez de legitimidade não compensada pela administração do presente e devido a mudanças no sistema sociopolítico (que ocorrem mesmo se as estruturas reguladoras permanecem inalteradas); no entanto, as crises de motivação surgem por meio das transformações ocorridas no próprio sistema sociocultural.

No capitalismo tardio, segundo Habermas (1973), essas tendências são configuradas tanto em termos da tradição cultural (sistemas morais, imagens do mundo) como na mudança estrutural do sistema de ensino (escola e família, meios de comunicação). De tal sorte que o conjunto de valores morais e tradicionais, que no capitalismo liberal incutiu vida ao Estado e ao sistema de trabalho social, está esgotado. Adicionalmente, certos pilares da ideologia burguesa tornaram-se questionáveis (constrangimento ao privatismo civil, ao privatismo familiar e profissional) e os artefatos de fé na ciência, nas artes e nos sistemas de valores universalistas tornaram-se disfuncionais, uma vez que o capitalismo tardio engendra necessidades outras que estas últimas não conseguem satisfazer.

Partindo do pressuposto de que o capitalismo tardio não conseguiu transformar (alcançar uma mudança profunda) de tal maneira que estancasse a propensão às crises inerentes ao sistema capitalista, Habermas (1973) apresenta um panorama das possíveis tendências à crise do sistema de capitalismo tardio. Com efeito, segundo ele, *ceteris paribus*, as contradições fundamentais do sistema capitalista conduzem a uma das seguintes situações: (i) o sistema econômico não produz a quantidade demandada de bens e serviços consumíveis; (ii) o sistema administrativo não toma decisões racionais em um grau adequado; (iii) o sistema de legitimação não produz motivações generalizadas no grau exigido; e, por último, (iv) o sistema sociocultural não produz, na medida do necessário, “sentido” motivacional da ação. Vejamos o Quadro 3 (abaixo).

Quadro 3 – Tendência à crise do sistema de capitalismo tardio e proposta de explicação

Tendências à crise	Propostas de explicação
Crise econômica	O aparato do Estado como órgão executor espontâneo da lei do valor O aparato do Estado como agente planejador do “capital monopolista” unificado
Crise de racionalidade	Destruição da racionalidade administrativa Interesses capitalistas individuais concorrentes Gerar estruturas necessárias fora do sistema
Crise de legitimação	Limites sistêmicos Efeitos secundários não desejados (politização) Intervenção administrativa na tradição cultural
Crise de motivação	Degradação da tradição pertinente para a conservação do sistema Os sistemas de valores universalistas planejam existências excessivas para o sistema (novas necessidades)

Fonte: Habermas (1973).

Habermas esclarece que a expressão “no grau exigido” (ou demandado) quer significar no alcance, na quantidade e na dimensão temporal dos rendimentos sistêmicos respectivos (valor, decisão administrativa, legitimação e sentido), em que não se excluem relações alternativas entre as dimensões singulares do mesmo rendimento sistêmico e entre os diferentes rendimentos sistêmicos. Uma vez que os rendimentos dos subsistemas podem ser operacionalizados e suficientemente isolados, e que a necessidade crítica de rendimentos

sistêmicos pode especificar-se com a precisão necessária, constitui-se, para nosso autor, outro problema.

Dessa maneira, para Habermas (1973), essa tarefa pode ser muito difícil de resolver por razões pragmáticas; mas é insolúvel, em princípio, apenas quando não se consegue, dentro do âmbito de uma teoria da evolução social, estabelecer o nível de desenvolvimento e, desse modo, os limites de variação dentro dos quais ficaria assegurada a identidade dos estados normais de um sistema de sociedade.

3.2.6.4 *Tendência à crise de motivação*

Habermas fala de crise motivacional quando o sistema sociocultural sofre modificação de tal magnitude que seu *output* se torna disfuncional para o Estado e para o sistema do trabalho social. Nesse sentido, ele informa que a contribuição motivacional mais relevante, característica das sociedades regidas pelo capitalismo tardio, revela-se nas síndromes de um “privatismo civil e de um privatismo profissional centrado na família” (HABERMAS, 1973, p. 96, tradução nossa²⁹). A primeira significa que os cidadãos se interessam pelos “rendimentos” fiscais e de seguridade social do sistema administrativo, com pouca participação no processo de legitimação – corresponde ao público despolitizado. A segunda, o privatismo profissional centrado na família, complementar à anterior, consiste, por um lado, na orientação das famílias em relação ao consumo conspícuo e pelo tempo livre; por outro, para a carreira profissional, competindo por *status* – essa segunda característica é fortemente afetada pelo processo de legitimação.

Na verdade, segundo Habermas (1973), os dois modelos de motivação são importantes para manutenção do sistema político e econômico. Todavia, se quisermos mostrar que os referidos modelos são destruídos pelo próprio sistema, tem-se então que demonstrar duas teses que são independentes entre si:

Por um lado, a erosão de certas tradições cujo contexto se generalizavam aquelas atitudes; por outro, que é impossível achar um equivalente funcional para essas tradições consumidas, porque o profibe a lógica do desenvolvimento das estruturas normativas. (HABERMAS, 1973, p. 96, tradução nossa³⁰).

²⁹ [...] un privatismo civil y de un privatismo profesional centrado en la familia.

³⁰ Por una parte, la erosión de ciertas tradiciones en cuyo contexto se generaban aquellas actitudes; por la otra, que es imposible hallar un equivalente funcional para esas tradiciones consumidas, porque lo prohíbe la lógica del desarrollo de las estructuras normativas.

Nesse sentido, ao atrelar subordinadamente modelos de motivação a modelos culturais tradicionais, fica claramente explícito que o ponto de largada se dá a partir de um pressuposto simplista segundo o qual as síndromes de comportamento típicas da sociedade têm que estar representadas de alguma forma no plano do sistema cultural de valores que opera no processo de socialização. Isso implica, também, pressupor uma correspondência das estruturas de significação nos planos das necessidades interpretadas e da tradição cultural.

Desse modo, não apenas omite eventuais diferenças culturais, mas também um aspecto sociológico relevante: se e como os modelos culturais se reproduzem nas estruturas de personalidade por “agentes” de socialização e práticas para o ensino, e em especial a questão psicológica sobre quais são os componentes que compõem o modelo de motivação, extremamente complexa e, além disso, introduzidas a partir de pontos de vistas imperativos funcionais. Por outro lado, o privatismo familiar e profissional, sedimentado precisamente em torno do motivo de rendimento, está determinado positivamente, enquanto o privatismo civil explicita atitudes únicas de maneira negativa, ou seja, pela falta de contribuições para a formação da vontade política.

Buscando dar um bom termo a esta análise sobre a crise do capitalismo e partir para a conclusão da mesma, apresentamos a seguir uma síntese construída pelo próprio Habermas sobre a tendência à crise do capitalismo tardio. Nosso autor esclarece previamente que, mesmo com todos os esforços de argumentação, não foi possível responder às questões que deveriam ser abordadas em uma teoria sobre o capitalismo tardio; todavia, foi possível obter algumas acepções mais gerais.

Em primeiro lugar, o sistema econômico foi desprovido de sua autonomia funcional com relação ao Estado e, por conta disso, os fenômenos das crises perderam seu caráter “espontâneo” no capitalismo tardio, de maneira que não se pode esperar uma crise sistêmica. Certamente, as tendências à crise (que tomam o lugar das crises sistêmicas anteriores) são atribuíveis a estruturas geradas na repressão, inicialmente exitosa, das crises sistêmicas. Isso explica porque as crises econômicas cíclicas tenham sido suavizadas em suas trajetórias, transformando-se em uma crise permanente que aparece, por um lado, como uma questão tratada administrativamente, e, por outro lado, como um movimento, embora insuficientemente controlado por meios administrativos. Não houve a exclusão do surgimento de constelações que fariam fracassar a manipulação da crise, mas eles não são tão previsíveis segundo as leis do sistema;

Segundo, as tendências à crise são deslocadas, através de ações reativas (preventivas) realizadas pelo Estado; essas ações são tais que as disposições de legitimação podem

compensar os *déficits* de racionalidade e a melhoria da racionalidade organizativa, os *déficits* de legitimação. Nessa perspectiva, surge um feixe de tendências de crise que configura, a partir de um enfoque genético, uma hierarquia de fenômenos de crises deslocadas de baixo para cima; todavia, do ponto de vista da possibilidade de manipulação (administração da crise) por parte do Estado, se caracteriza pelo fato de que podem ser substituíveis, reciprocamente, dentro de certos limites. Esses limites estão determinados, por um lado, pelo montante de valores que se pode obter mediante o sistema tributário (sobre cuja escassez não pode ser feita qualquer previsão conclusiva dentro da teoria da crise); e, por outro, pelo acúmulo de motivações de parte do sistema sociocultural. Assim, é decisiva, para o prognóstico da crise, a relação substitutiva entre os recursos escassos “valores” e “sentidos” (aspas do autor);

Terceiro e último, quanto menos o sistema cultural se apresenta capaz de fornecer as devidas motivações aos sistemas político, de educação e de profissões, tanto mais deve substituir-se o “sentido” escasso por valores de consumo. Na mesma medida seguem em perigo os modelos distributivos que resultam de uma produção socializada que é feita para o benefício de interesses não generalizáveis. Os limites definitivos encontrados pela administração de legitimação estão em estruturas regulamentares engessadas que já não fornecem os recursos ideológicos ao sistema político-econômico, mas que estão enfrentando demandas extremadas. No longo prazo, se tal diagnóstico estiver correto, ou próximo disso, apenas poderia ser evitada uma crise de legitimação se as estruturas de classes latentes do capitalismo tardio fossem reestruturadas, ou se fosse deixada de lado a necessidade de obter legitimação para o sistema administrativo. Por sua vez, este último seria conseguido se a integração da natureza interior em geral se realizasse de acordo com outro modo de socialização, isto é, se as desatrelasse de normas que requerem justificação.

3.3 Conclusão

Assim, de acordo com as análises de Habermas (1973) das crises no capitalismo tardio, embora latentes, as relações de classe não foram eliminadas; na verdade, a ação organizadora e administrativa do Estado, nas várias esferas da sociedade, a exemplo da esfera econômica, político e sociocultural, criou as condições para um processo de integração e legitimação do sistema capitalista durante um período de quase 30 anos. Com efeito, na esfera econômica, a regulamentação e a normatização do mercado arrefeceram o ímpeto de luta e os

conflitos de classe, através da politização das relações e da acomodação ideológica da classe trabalhadora. Entretanto, a dominação e exploração classista continuaram existindo, mesmo que subjacente, através da extração e apropriação da mais-valia, subsumindo as contradições entre capital e trabalho na constelação das políticas macroeconômicas estatais – política monetária, política fiscal, política de renda etc. – que garantiram à classe trabalhadora, além do acesso ao mercado de consumo de bens e serviços, ganhos sociais, tais como: seguridade social (assistência social e previdência social), proteção ao emprego e à renda, educação, saúde e moradia.

Portanto, para esta tese, Habermas fornece, do ponto de vista teórico, uma relevante contribuição para o entendimento do capitalismo em sua fase de capitalismo tardio (ou seja, período que vai desde o fim da Segunda Guerra Mundial, 1945, até os primeiros anos da década de 1970), incorporando categorias de análises que até então não haviam sido organizadas em um corpo teórico globalmente sistematizado pelos estudiosos das ciências sociais, nomeadamente as caracterizações das crises e seu *modus operandi*, a exemplo da crise econômica, crise de racionalidade, crise de legitimação e crise de motivação, de tal forma que nos auxilia na compreensão e explicação da atual crise do sistema financeiro e monetário internacional.

Deve-se concluir, no entanto, que Habermas apostou demasiadamente na capacidade do Estado interventor – ou ampliado, ou keynesiano ou, como ele gosta de chamar, Estado Organizado – de manipular (manobrar) a esfera econômica (intervenção econômica) no sentido de controlar ou evitar as crises econômicas sistêmicas, deslocando-as para outras esferas, a exemplo da esfera política ou da sociocultural.

Inusitadamente, a história colocou a concepção habermasiana de Estado Organizado numa verdadeira aporia. Com efeito, foi justamente na década de 1970, em que Habermas estava desenvolvendo a sua obra sobre problemas de legitimação, que se deu início aos primeiros processos de desfragmentação do Estado interventor (keynesiano), expressos na crise de estagflação econômica, ocorrida no transcurso daquela década, que, entre outros fenômenos, desmantelou os Acordos de Bretton Woods, criando as condições para, de um lado, a liberalização dos fluxos internacionais de capitais e desregulamentação financeira internacional e, de outro, a formatação das políticas neoliberais que instituíram o Estado neoliberal e o processo de globalização econômico-financeiro mundial.

De sorte que, diferentemente do que Habermas diagnosticou para o seu capitalismo tardio, o sistema econômico não perdeu sua “autonomia funcional”; em que pese todo o

complexo e sofisticado Estado Organizado Interventor, a crise sistêmica, à moda do capitalismo liberal (*crack* de 1929), de fato ocorreu, em setembro de 2008.

Nesse contexto, a abordagem de Marx (e dos marxianos) sobre crise (a qual teremos a oportunidade de retomar no escopo do próximo capítulo) ganha atualidade e consegue dar conta dos distúrbios econômicos, políticos, sociais e humanitários do sistema capitalista contemporâneo, em particular da crise do sistema financeiro e monetário internacional que alcançou seu ápice em 2008, quando da explosão dos títulos podres, *subprime*, no mercado hipotecário americano, a partir da quebra do Lehman Brothers.

4. ORIGEM, DESENVOLVIMENTO E CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO E MONETÁRIO INTERNACIONAL

A partir da introdução deste trabalho e do breve prelúdio sobre a erística da moeda, assim como no capítulo anterior – em que foi analisada a categoria crise, sob os auspícios teóricos e metodológicos de Marx, Harvey e Habermas –, fica patente que, para compreender e explicar a gênese, o desenvolvimento e a crise do sistema financeiro e monetário internacional, bem como as novas configurações assumidas pelo dinheiro na contemporaneidade, é necessário investigar as dinâmicas dos processos históricos da sociedade, no contexto da conjunção de fatores sociopolíticos, culturais, geográficos e tecnológicos, dentre os quais é importante lembrar: as grandes navegações – que potencializaram a acumulação primitiva de capitais, no caso, através do processo de colonização e conquistas de novos mercados –, a redescoberta da cultura grego/romana e a relevante transformação dos valores éticos e religiosos, onde foram forjados, na velha Europa, os Estados nacionais (embrião do Estado moderno) e o modo de produção capitalista.

Todavia, nas fronteiras delimitadas pela temática desta intervenção acadêmica, a investigação é construída a partir do processo de gestação do primeiro sistema financeiro e monetário internacional, o inglês, a fim de compreender e analisar os principais eventos que demarcaram não só sua origem, mas também a dinâmica do desenvolvimento e das crises do referido sistema. Este é o propósito do presente capítulo.

4.1 A gênese do sistema financeiro e monetário internacional

A partir da modernidade, o dinheiro assume um importante e complexo papel histórico de integração socioeconômica e cultural dos países e povos, bem como de coordenação de suas transações comerciais, por conta da expansão do mercado mundial e do incipiente e conflituoso processo de internacionalização do capital que possibilitou a criação de um sistema financeiro e monetário, de dimensão global, o britânico – cuja vigência se deu entre os anos de 1870 a 1914.

Essa dinâmica de criação do primeiro sistema monetário internacional, segundo os estudos de Eichengreen (2000), ocorreu por meio de mecanismos frequentemente aleatórios e

incongruentes de gestão e administração de um conjunto de instituições e normas para o comércio internacional, mas também da tentativa de sistematização e controle, através do aperfeiçoamento dos sistemas metálicos, utilizados como padrão de referência para as transações internacionais. Isso se verificou no decurso de um longo período de experiências no uso dos metais preciosos, dentre os quais os mais experimentados foram o ouro, a prata e o bronze. Assim, no decorrer de tais experimentos elevatórios, muitas vezes foi utilizado apenas o sistema prata, ou apenas o sistema ouro, mas em outras oportunidades o sistema que combinava ambos, ouro e prata.

De fato, o nascimento do sistema financeiro e monetário internacional se deu por meio do desenvolvimento do comércio de longa distância, alicerçado no terreno dos primeiros e movimentados centros comerciais da velha Europa do final da Idade Média, na medida em que foi se configurando de forma gradativa e ininterrupta (com recuos e avanços) um sistema internacional de pagamentos e transferências monetárias, com a criação dos primeiros bancos e o estabelecimento de um sistema de crédito mundial, cujo meio de circulação sofreu várias alterações e aperfeiçoamentos, até assumir uma forma padronizada e internacionalmente referendada pela maioria das nações, o sistema ouro.

Nesse sentido, Marx (1996), falando sobre esses metais preciosos, ouro e prata, nos séculos XV e XVI, “na infância da sociedade burguesa moderna”, afirma que

A ganância universal pelo ouro arrastava povos e príncipes a cruzadas transoceânicas em busca do Santo Graal de ouro, os primeiros interpretes do mundo moderno, os promotores do sistema monetário – do qual o sistema mercantil é apenas uma variante – proclamaram como única riqueza o ouro e a prata, isto é, o dinheiro. Expressavam, corretamente, a vocação da sociedade burguesa para fazer dinheiro, isto é, formar, do ponto de vista da circulação simples de mercadorias, o eterno tesouro, o qual não roem nem a traça nem a ferrugem. (MARX, 1996, p. 162).

A moeda de prata, de acordo com Eichengreen (2000), prevaleceu durante praticamente toda a Idade Média, ou seja, no período compreendido entre a queda do Império Romano, em 476, e a queda de Constantinopla, capital do Império Bizantino, em 1453, adentrando a era moderna. Por sua vez, o ouro começou a ser mais fortemente usado na Europa Ocidental, a partir do século XIII. Na verdade, o ouro foi primeiramente usado na Itália, berço da grande revolução comercial que teve início no século XII, prolongando-se até a chegada da revolução industrial, no século XVIII. Entretanto, ainda de acordo com o citado autor, até o século XIX, em geral, a maioria dos países e regiões permanecia utilizando ou a prata (como os Estados alemães, o Império Austro-Húngaro, a Escandinávia, a Rússia e o Extremo Oriente), ou o ouro (como a Grã-Bretanha), ou ainda uma combinação de ambos,

ouro/prata (como a França), praticando aquilo que mais tarde os especialistas passaram a chamar de padrão bimetalico.

Tomando um quadro comparativo da estrutura do padrão ouro internacional após 1880, organizado por Eichengreen (2000), percebe-se que a predominância doméstica de meios circulantes na forma de ouro, no final do século XIX, se dava em países como a Inglaterra, a Alemanha, a França e os Estados Unidos. No caso da Bélgica e da Suíça, prevalecia um amálgama de meios circulantes – ouro, prata, moedas representativas e papel-moeda. Por outro lado, países e regiões, como Áustria-Hungria, Japão, Holanda, Escandinávia e as Colônias britânicas o que predominavam em suas reservas internacionais eram divisas em moedas estrangeiras. Por fim, países como Filipinas, Índia e países latino-americanos tinham suas reservas internacionais compostas exclusivamente por divisas em moedas estrangeiras.

A adoção plena do padrão-ouro, na Grã-Bretanha, ocorreu de forma inusitada, “acidental”, segundo Eichengreen (2000), por conta de uma desastrada medida de ajustamento dos preços da prata e do ouro realizada pelo então responsável pela Casa da Moeda britânica, Sir Isaac Newton (o pai da física clássica), em 1717. Com efeito, Newton baixou desproporcionalmente o preço do ouro em relação à prata, razão pela qual desestimulou gradativamente a circulação das moedas de prata no território britânico. A propósito, sobre Newton, Kindleberger e Aliber (2013) contam a seguinte passagem relacionada com a mania especulativa da época explicitada no comportamento “irracional” do famoso físico:

Mais um exemplo de elemento desestabilizador de um especulador que comprou na alta e vendeu na baixa é a história do grande Mestre da Casa da Moeda, Isaac Newton, o cientista mundialmente famoso. No segundo trimestre de 1720, ele disse: “Eu posso calcular os movimentos dos corpos celestes, mas não a loucura das pessoas”. Em 20 de abril, Newton vendeu suas ações da Companhia dos Mares do Sul por £ 7.000, com um lucro de 100%. Mais tarde, um “contágio” da mania que tomou o mundo naquele período o fez comprar um número maior de ações próximo do máximo do mercado, e ele perdeu £ 20.000. Seguindo o hábito irracional de tantos que sofrem um desastre financeiro, Newton procurou esquecer isso e, pelo resto da vida, não pôde ouvir o nome Mares do Sul. (KINDLEBERGER; ALIBER, 2013, p. 58).

Outro fato relevante, descrito por Eichengreen (2000), que influenciou a adoção do padrão ouro pelos britânicos, uma vez que “o ouro estava supervalorizado na casa da moeda” (EICHENGREEN, 2000, p. 35), foi à enorme quantidade de ouro que afluía para a Inglaterra, saindo do Brasil, via Portugal. Tal fenômeno se deu por conta do Tratado de Methuen (1703 a 1836) que elevou a dívida de Portugal em relação à Inglaterra, de maneira que, para liquidá-la, Portugal usou o ouro brasileiro. O enorme volume de ouro acarretou forte depreciação da moeda de prata inglesa, restringindo cada vez mais sua circulação. Um pouco mais tarde, no

início do século XIX, as Guerras Napoleônicas (1803 a 1815) provocaram uma extraordinária escassez de prata na Grã-Bretanha, fazendo com que este país abandonasse a cunhagem de sua moeda nesse precioso metal.

Por fim, buscando superar os embaraços na conversão de notas bancárias em ouro, em 1844, de acordo com Marx (1996), foi criada, na Grã-Bretanha, uma lei de reforma bancária, *The Bank Charter Act* (Lei de Robert Peel). Essa lei estabelecia a divisão do Banco da Inglaterra em dois departamentos independentes, dotados de fundos líquidos especiais: o *Banking Department* (Departamento Bancário), que executava as operações bancárias simples, e o *Issue Department* (Departamento de Emissão), que executava as emissões monetárias. As referidas notas teriam efetiva cobertura na forma de um fundo especial em ouro, mantido permanentemente à disposição das autoridades governamentais. Assim, a partir dessa data, foi estabelecido oficialmente um padrão-ouro para o dinheiro inglês.

A propósito, em relação ao *The Bank Charter Act* de 1844, de acordo com Kindleberger e Aliber (2013), existiam, à época, “duas escolas” que se apresentaram como as primeiras na tentativa de sistematização sobre o que mais tarde comporia a teoria monetária: de um lado, estava a escola bancária (*Bank School*), de outro, a escola monetária (*Currency School*). A primeira afirmava que a oferta de moeda não causaria o aumento dos preços, na medida em que seu acréscimo correspondesse à mesma proporção da elevação das transações comerciais. A segunda defendia um controle sobre a quantidade de moeda circulando na economia, para evitar o aumento descontrolado dos preços das mercadorias (inflação). Com efeito,

O Riksbank sueco, fundado em 1668, tinha dois departamentos, um Banco de Câmbio criado à semelhança do Banco de Amsterdã (*Wisselbank*) e um banco de empréstimos (*Linebank*). Esses dois departamentos anteciparam o que seria o *The Bank Act* de 1844 na Grã-Bretanha, ou seja, um compromisso entre as duas escolas. O Departamento de Emissão forneceria notas bancárias contra depósitos de moeda, barras de ouro ou prata acima de uma emissão fiduciária que representava as participações do Banco da Inglaterra no débito do governo britânico, e o Departamento Bancário faria empréstimos e descontos até um múltiplo de suas reservas de notas bancárias que haviam sido produzidas pelo Departamento de Emissão. O estabelecimento deste foi uma vitória para a escola monetária, que havia criticado os empréstimos feitos pelo Banco da Inglaterra depois da suspensão do padrão ouro em 1797 (O Banco da Inglaterra defendeu-se dizendo que esses empréstimos não levaram a um aumento da taxa de inflação porque financiavam o comércio). Já a criação do Departamento Bancário representou uma vitória para aqueles que acreditavam que uma expansão do crédito ajudaria a financiar o impulso inicial nos primeiros estágios de uma recuperação econômica. (KINDLEBERGER; ALIBER, 2013, p. 82-83).

A respeito dessas duas escolas, às quais Kindleberger e Aliber (2013) fazem referência, Goodhart e Jesen publicaram um artigo intitulado “Currency School versus

Banking School: an ongoing confrontation” (2015), no qual colocam que a principal alegação da escola monetária (*Currency School*), que alimenta até hoje as discussões, no pensamento econômico, sobre a relação entre inflação e quantidade de dinheiro circulando na economia, era a de que as tarefas de criação de dinheiro e intermediação financeira deveriam ser separadas (e de fato são). Contudo, elas caminharam juntas por conta de um imprevisto ocorrido na história do sistema financeiro europeu, no qual os bancos comerciais se desenvolveram sobre as bases de reservas fracionárias, trançando um exemplo de caminho dependente. Nas palavras dos autores, tem-se que:

A principal controvérsia da escola monetária é que as funções de criação de dinheiro e intermediação financeira não são apenas, mas devem ser, separadas, e só se entrelaçaram por um acidente (reversível) da história em que o banco comercial desenvolveu em uma base de reservas fracionárias na Europa (isto é, um exemplo de caminho dependente). (GOODHART; JESSEN, 2015, p. 2, tradução nossa³¹).

Retomando a análise da instalação do padrão-ouro na Inglaterra, tem-se, então, que, até o terceiro quartil do século XIX, o padrão bimetálico ainda tinha vigência na grande maioria dos países da Europa (com diferentes proporções entre a prata e o ouro, variando em função da escassez ou do excesso desses metais – muitas vezes provocados pelo esgotamento das minas existentes ou da descoberta de novas) e isso, de certa forma, provocava constrangimentos e distorções no comércio mundial, apesar de que este vinha em uma trajetória de crescente expansão desde o século XV.

A partir do segundo quartel do século XVIII, com o advento da Revolução Industrial, (ocorrido primeiramente na Inglaterra) a Grã-Bretanha alcança o patamar de maior potência econômica e financeira mundial e se torna a principal fonte financiadora de empréstimos externos para outros países, funcionando como uma espécie de banqueiro do mundo. Por sua vez, como dito acima, essa nação era a única em que estava plenamente em vigência o padrão ouro, desde o início do século XVIII, razão pela qual a Inglaterra (meio que por inércia) acabou impondo aos demais países demandantes de capital estrangeiro (que buscavam financiar seus processos de industrialização, ou mesmo ávidos em estabelecer comércio com a potente nação inglesa) que seguissem o seu padrão monetário, abrindo caminho para a extinção definitiva do sistema bimetálico.

³¹ The main contention of the Currency School is that the functions of money creation and financial intermediation not only are, but should be, separable, and only became entwined by a (reversible) accident of history whereby commercial banking developed on a fractional reserve basis in Europe, (i.e. an example of path dependence).

Nessa conjuntura, o mecanismo de conversão monetária para as diversas nações, balizado no padrão-ouro, foi estabelecido a partir da Grã-Bretanha, com a adesão “espontânea” de todos os países que mantinham transações comerciais e/ou financeiras com a mesma, notabilizando, de fato, o nascimento do sistema financeiro e monetário internacional. No entanto, conforme Eichengreen (2000), sua consolidação, formatando um verdadeiro sistema financeiro e monetário internacional, não foi construída a partir de um conjunto de tratados e convenções acordados pelas autoridades monetárias dos países interessados no comércio internacional. Pelo contrário: se deu através de arranjos fortuitos de decisões isoladas e individuais de todos os países que, de uma forma ou de outra, necessitavam manter relações comerciais e financeiras com a Coroa Britânica.

No contexto da economia internacional padronizada pelo ouro, de acordo com Eichengreen (2000), ao analisar o modelo de fluxo de moedas metálicas de David Hume de 1752, ocorria o seguinte fenômeno: como resultado de suas transações internacionais, um determinado país poderia se encontrar ou numa posição superavitária (entrada de ouro superior à saída), enfrentando o processo de deflação, ou numa posição deficitária (entrada de ouro inferior à saída), enfrentando o processo inverso, ou seja, inflação. De sorte que, para manter o equilíbrio de suas contas correntes, o país superavitário (que tinha aumentado suas reservas internacionais em ouro) deveria exportar o ouro excedente (aumentando suas importações de mercadorias, por exemplo); enquanto que o país deficitário (que tinha diminuído suas reservas internacionais em ouro) deveria adquirir ouro de seus vizinhos (aumentando suas exportações de mercadoria, por exemplo).

O que mais impressionou Eichengreen (2000) no modelo de Hume, além de sua persistência (pois ele foi elaborado no século XVIII), foi que tal modelo continua prevalecendo, ainda nos dias de hoje, quando se trata de analisar o padrão-ouro. Como todo modelo, ele também trabalha com premissas simplificadoras, de modo que

Hume considerava um mundo no qual circulavam apenas moedas de ouro e onde o papel dos bancos era desprezível. Toda vez que uma mercadoria era exportada, o exportador recebia um pagamento em ouro, que ele levava à casa da moeda para ser cunhado. Toda vez que um importador adquiria mercadorias do exterior, ele fazia o pagamento exportando ouro [...]. No caso de um país com um déficit comercial, o segundo conjunto de transações superava o primeiro. Esse país sofria uma perda de ouro, o que desencadeava uma cadeia de eventos autocorretivos. Com menos dinheiro (moeda em ouro) circulando internamente, o país deficitário registrava uma queda nos preços. Com mais dinheiro (moeda em ouro) circulando no exterior, os preços registravam uma elevação no país superavitário. Dessa forma, o fluxo de espécie produzia uma alteração nos preços relativos (daí o nome de “fluxo de moedas metálicas”) [...]. Com o encarecimento das importações, os residentes no país reduziram suas compras de produtos importados. Por outro lado, os estrangeiros, para quem produtos importados teriam ficado mais baratos, tenderiam a comprar maiores

quantidades de produtos importados. Haveria um crescimento nas exportações do país deficitário, e suas importações cairiam, até a eliminação do desequilíbrio. (EICHENGREEN, 2000, p. 51).

Entretanto, como cada país tinha sua própria moeda, era necessário um processo de conversão (de troca, câmbio) de uma moeda em relação a outra, no sentido de facilitar o comércio internacional entre eles e possibilitar o equilíbrio da balança de pagamentos de cada um. De sorte que, pelas regras implícitas do padrão-ouro, os países que participavam do comércio internacional, sob a liderança da Inglaterra, se comprometiam em atrelar o valor de suas moedas a certa quantidade de ouro. Dito de outra forma, cada país assumia a responsabilidade de converter sua moeda doméstica em ouro a um determinado preço, e isso significou, na prática, a adoção de um regime de câmbio fixo por parte desses países.

Uma vez que cada país individualmente especificava o preço de sua própria moeda em termos de ouro e este era conversível no mercado internacional por meio da moeda britânica, esta acabou se consolidando como moeda de referência mundial. Sendo assim, os possíveis desequilíbrios das balanças de pagamentos poderiam ser reparados por meio de transferências internacionais de ouro, garantindo, dessa forma, a relativa manutenção de algum tipo de estabilidade no mercado internacional.

Contudo, de acordo com Moffitt (1984), a dinâmica histórica foi mais alongada e deveras problemática, de tal forma que o mercado internacional só conseguiria alcançar relativa estabilidade, durante um período de quase um século, sob o domínio da libra esterlina, depois de inúmeros e conturbados processos.

De certa forma, a anarquia econômica internacional foi moderada pela chegada do que Eric Roll chama *Aequilibrium Britannicum* depois de 1815. Por cerca de um século, a anatomia do comércio internacional foi essencialmente determinada pela hegemonia britânica na indústria, navegação e finanças [...]. A City de Londres foi a principal responsável pela garantia da estabilidade monetária internacional. Keynes, certa vez discursando no Parlamento, afirmou que “o meio para manter-se como banqueiro internacional é permitir que cheques sejam emitidos sobre si próprios.” Como moeda é um estoque de valor, o banqueiro internacional precisa manter a integridade de sua moeda nacional. Nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha conseguiu isso atando a libra esterlina ao ouro. Além de cumprir as funções de Casa de Compensação, o banqueiro internacional deve também prover capital para investimentos de longo prazo, a fim de financiar o crescimento econômico no resto do mundo [...]. Muitos bancos centrais estrangeiros operavam seus sistemas monetários mantendo pelo menos parte de suas reservas a render juros em ativos de curto prazo em Londres – onde o ouro sempre podia ser comprado. Alguns dos domínios britânicos foram além, e praticamente operavam o que era chamado um padrão de câmbio com base na libra esterlina. (MOFFITT, 1984, p. 16-17).

Esse processo mostrou que, do ponto de vista das dinâmicas econômicas, tanto domésticas quanto das transações do comércio internacional, o regime de conversão cambial

de taxas fixas, lastreado em ouro (no caso acima citado, o padrão libra-ouro), ao ser estabelecido, cria dois problemas embaraçosos e que não são facilmente administráveis, conforme descrito acima através do modelo simplificado de Hume.

Em termos atuais e de forma simplificada, o primeiro problema pode ser colocado da seguinte forma: suponha que um determinado país esteja crescendo (por exemplo, tomando como parâmetro de crescimento o aumento do seu Produto Interno Bruto – PIB); nesse caso, torna-se necessário que a quantidade de moeda que circula em sua economia (ou, em termos atuais, seu volume de meios de pagamentos) deva também crescer, no mínimo, na mesma proporção, tanto para acompanhar o crescimento da produção dos seus bens e serviços como para possibilitar suas transações comerciais adicionais. Se isso não ocorrer, tem-se, então, que o país terá os preços dos seus produtos pressionados para baixo (processo deflacionário); para evitar a deflação, como alternativa, o país poderá tomar a decisão de aumentar suas taxas de juros.

De fato, como a quantidade de ouro é ofertada independentemente da produção dos bens e serviços da economia e das transações comerciais internas (como já foi citado anteriormente, a produção de ouro depende mais frequentemente das descobertas de novas minas de ouro, ou do incremento de novas tecnologias para melhor explorar as já existentes, ou ainda da importação do ouro que é produzido em outros países), existirá a possibilidade de, se a quantidade deste metal for escassa, não haver moeda suficiente para que se realizem as transações correspondentes.

Como dito acima, um mecanismo utilizado para resolver a questão da escassez de moeda doméstica (atrelada ao ouro) é a elevação da taxa de juros, objetivando atrair ouro de outros países. No entanto, essa não é a melhor alternativa, uma vez que, por um lado, provoca retração dos investimentos produtivos e restrição ao consumo interno, além de gerar desemprego. Por outro lado, tal iniciativa causa prejuízo para o comércio internacional, uma vez que o país que perdeu ouro agirá necessariamente da mesma forma (aumentando sua taxa de juros).

O segundo problema ocorre quando essa mesma economia doméstica cresce mais do que seus vizinhos estrangeiros (em termos de PIB), uma vez que induz à geração de *déficit* em suas transações correntes (por exemplo, na balança comercial: importação maior que exportação), em razão do crescimento de sua renda em relação aos demais países. Esse desequilíbrio se dá em dois sentidos: por um lado, o país aumenta a importação de bens de capital (máquinas, equipamentos etc., ou de matérias-primas e insumos – quando não os possuem) necessários para manter a continuidade do crescimento de sua produção; por outro,

aumenta a importação de bens de consumo produzidos no estrangeiro, posto que sua população, com uma renda maior, começa a demandar tais produtos.

Para sanar seu *déficit*, o país passa a restringir suas importações, sobretaxando-as ou criando outros tipos de embaraços (como cobranças de tarifas, estabelecimentos de normas administrativas restritivas à importação de mercadorias estrangeiras etc.), induzindo a institucionalização, no mercado internacional, da assim chamada guerra comercial (protecionismo), ou então passa a desvalorizar sua própria moeda no sentido de estimular suas exportações (guerra cambial). Outra possível forma alternativa, mas nem sempre recomendada, seria aumentar sua dívida externa, tomando empréstimos monetários de outros países.

De forma bem generalizada, esses foram os principais problemas enfrentados por muitos países que participavam do comércio mundial, no período que antecedeu ao traumático conflito belicista que ocorreu entre os anos de 1914 a 1918 e que, de certa forma, se repetirá no período entre as duas Grandes Guerras do século XX.

De acordo com Triffin (1972), tanto o financiamento da Primeira Guerra Mundial quanto os gastos com a reconstrução dos países envolvidos nos conflitos, após o seu término, resultaram no incremento do volume de moeda fiduciária nacional inglesa (sem lastro em ouro, uma vez que o estoque desse metal havia se esgotado em âmbito internacional) e provocou, além de um processo inflacionário de grande proporção, a reestruturação das taxas de câmbio (colocando em risco a manutenção do padrão libra-ouro).

Sendo assim, a Inglaterra procurou restaurar o padrão-ouro, ainda no início dos anos de 1920, fazendo uso de mecanismos artificiais para apreciação da libra esterlina, buscando alcançar os níveis anteriores à guerra. Isso atraiu o capital especulativo estrangeiro para a Grã-Bretanha, causando uma profunda recessão econômica, com queda da produção e aumento do desemprego. Além disso, a valorização cambial inglesa teve como consequência imediata a desvalorização do câmbio dos outros países da Europa, expandindo suas atividades econômicas e gerando emprego, uma vez que o capital de Londres “começou a refluir para o continente, principalmente depois da recuperação e subsequente estabilização do franco Francês em 1926, e outros fundos transferiram-se de Londres para Wall Street, onde um *boom* especulativo estava, então, no auge” (TRIFFIN, 1972, p. 80). Nesse sentido, os países cujos câmbios estavam desvalorizados conseguiram alcançar de alguma forma a conversibilidade, mantendo em seus bancos centrais níveis adequados de reservas (em ouro e em divisas estrangeiras), servindo-se, notadamente, de empréstimos externos.

Para resolver esse novo problema e estancar o esgotamento de suas reservas de ouro, o governo britânico fez uso de duas novas tentativas de políticas macroeconômicas cambiais, ambas sem êxito. A primeira iniciativa foi combinar, através de negociações com os demais países (dentre eles os Estados Unidos), níveis alternativos de taxas de juros, solicitando das autoridades monetárias americanas que mantivessem suas taxas de juros inferiores às suas (dos britânicos), mas também pedindo aos bancos centrais dos países europeus “que se abstivessem de converter em ouro ou em dólares os enormes saldos em libras, para evitar a valorização de suas próprias moedas” (TRIFFIN, 1972, p. 80).

De acordo com Triffin (1972), o fracasso da primeira proposta foi rapidamente explicitado, pois contrariava “as poderosas tendências do mercado” e dos próprios objetivos anticíclicos das políticas macroeconômicas, de ambos os países, tanto dos Estados Unidos como da Grã-Bretanha. A segunda proposta “encerrava, para os bancos centrais, a passagem radical do tradicional padrão-ouro para o chamado padrão câmbio-ouro, no qual as principais moedas *nacionais* conversíveis em ouro – quase sempre a libra e o dólar – seriam entesouradas” (TRIFFIN, 1972, p. 80) nos bancos centrais (fazendo crescer suas reservas internacionais), juntamente com o próprio ouro – buscando, de alguma forma, mitigar a assustadora escassez do preciso metal.

Apesar da aceitação das propostas, os países nutriram forte desconfiança frente à moeda inglesa, pois esta lhes parecia, naquele contexto, já bastante debilitada, de maneira que o padrão câmbio-ouro teve uma vida de curtíssimo prazo.

Por fim, a Grande Depressão de 1929 (que perdurou ao longo de todo o período da década de 1930) fez com que a libra esterlina perdesse definitivamente a condição de moeda de reserva internacional (uma vez que os países abandonaram completamente as medidas propagadas pelo padrão-ouro) e a própria Grã-Bretanha foi obrigada a deixar de sustentar o antigo sistema monetário ao desvencilhar (efetivamente, a partir de 1931) a libra esterlina do ouro. Nas palavras de Triffin (1972, p. 81):

A prolongadíssima conferência da Delegação do Ouro da Liga das Nações ainda estava discutindo a exequibilidade de acordos mais firmes para organizar e consolidar o novo sistema, quando a derrocada de um banco vienense desencadeou uma nova onda de especulação em toda a Europa, enfraquecendo mais ainda a posição grandemente vulnerável da libra nos mercados mundiais. A Grã-Bretanha deu-se por vencida em 21 de setembro de 1931. A inconvertibilidade da libra parecia o canto do cisne do sistema e deu início a um prolongado período de nacionalismo monetário que já tinha dado os primeiros sinais no princípio de 1931.

Nesse contexto, a partir de então, é estabelecido um regime de câmbio livre: cada país, sem referencial nenhum do ponto de vista internacional, fixava sua taxa de câmbio, conforme suas necessidades e conveniências, sem regras definidas a priori. Eis a razão pela qual o caos das taxas cambiais ditava o funcionamento do sistema financeiro e monetário internacional: desvalorizações artificiais competitivas, controle de câmbio e barreiras comerciais, etc. Criou-se, portanto, um verdadeiro estado de guerra econômica e monetária no mercado mundial, de tal maneira que tanto o comércio como os investimentos internacionais foram praticamente exauridos – criando as condições para o surgimento de um novo conflito de proporção internacional.

Semelhante estado de coisas fez com que os Estados Unidos assumissem para si a responsabilidade de credor internacional, de maneira que o centro da economia mundial começa, a partir de então, a se deslocar gradativamente da Inglaterra para a América do Norte – preparando o terreno para a criação de uma nova ordem econômica internacional (que se dará após o fim da Segunda Guerra Mundial). Sendo assim, de acordo com Barreiros (2009):

O processo de delimitação desta nova ordem econômica antecedeu a derrota alemã. Na retórica dos grandes estadistas e pensadores econômicos do Ocidente, notava-se uma séria preocupação em torno da reconstrução do sistema econômico internacional, de modo a pôr fim ao crônico quadro de instabilidade reinante no Entreguerras, que a despeito de ter sido palco de trinta conferências e reuniões internacionais com objetivo de estabelecer princípios coerentes de cooperação econômica entre as nações, foi devassado pelo *crack* da NYSE, em outubro de 1929, e pela consequente Grande Depressão, cujos reflexos se estenderam por toda a década de 1930. Não era rara entre os contemporâneos a consciência de que as rivalidades econômicas entre os Estados nacionais, a generalização de políticas comerciais orientadas pelo protecionismo e a incontornável dívida alemã, decretada em Versalhes, havia tornado o ambiente econômico internacional criticamente instável, o que estaria inegavelmente entre os principais fatores para a Grande Guerra. (BARREIROS, 2009, p. 516).

As consequências monetárias da Segunda Guerra Mundial apresentaram-se semelhantemente às ocorridas na Primeira Guerra, de acordo com Triffin (1972). De fato, o financiamento do aparato belicista e o custo de reconstrução do pós-guerra provocaram o aumento da oferta de dinheiro “e um declínio considerável na proporção das reservas internacionais em relação aos passivos monetários nacionais” (TRIFFIN, 1972, p. 54). Assim como as demais moedas europeias, a libra esterlina também estava embaraçada nas amarras da desvalorização, enfraquecendo fortemente sua condição de moeda de reserva internacional, “que nunca mais se recuperou plenamente do colapso de 1931, tendo enfraquecido ainda mais, posteriormente, com a cumulação forçada ou semiforçada das libras inconvertíveis por muitos países” (TRIFFIN, 1972, p. 55), seja no transcurso ou mesmo depois da guerra. Não tendo alternativa, o capital especulativo bateu em revoada, não para Londres, mas para Nova

Iorque, contribuindo ainda mais, no longo prazo, para a desvalorização das moedas europeias em relação à moeda americana.

Os bancos centrais, mais uma vez, acumularam uma parte crescente de suas reservas internacionais sob a forma de divisas estrangeiras, juntamente com o metal ouro, mas essa acumulação se concentrava agora no dólar e não mais na libra. O passivo das reservas dos Estados Unidos em relação às autoridades monetárias estrangeiras subiu de cerca de 0,8 bilhões de dólares, em 1939, para 8,7 bilhões, em 1957, e 16,1 bilhões, em 1966. (TRIFFIN, 1972, p. 55).

A conversibilidade da libra foi novamente sobrestada na Grã-Bretanha, no segundo semestre de 1931, provocando longos anos de perturbações monetárias internacional, que, juntamente com outros fatores, culminou na Segunda Guerra Mundial. Entrementes, foi somente a partir do término desse conflito, em 1945, que o sistema monetário inglês definitivamente cedeu seu lugar para o sistema monetário americano, através dos famosos Acordos de Bretton Woods, em 1944. A propósito, de acordo com Carvalho (2004), é nesse contexto da Conferência Financeira e Monetária das Nações Unidas que se ergue originalmente a controversa tese keynesiana da criação de uma moeda internacional (e institucionalização de um Banco de Compensação de Internacional), episódio relevante para o desenvolvimento desta tese.

4.2 Bretton Woods e o sistema monetário internacional norte-americano

O cenário de Bretton Woods foi palco privilegiado para atuação de duas destacadas figuras do campo econômico/financeiro e político dos países mais industrializados do mundo, à época: de um lado, o representante da Inglaterra, John Maynard Keynes; do outro, o representante dos Estados Unidos, na figura de Harry Dexter White, funcionário do Tesouro americano. Ambos apresentaram seus projetos para a criação de um novo sistema monetário internacional, travando uma das mais expressivas controvérsias da erística monetária internacional, em termos da geopolítica mundial do século XX. Cada um utilizou veementes e rebuscados discursos argumentativos para aprovação de seus respectivos projetos, na expectativa de assistir à sua efetiva implantação, logo que se desse o fim da guerra.

No seu projeto original, Keynes argumentava sobre a necessidade de criação de uma moeda internacional, denominada por ele de *bancor*. Essa moeda teria uma taxa de equivalência expressa em determinada quantidade de ouro, como no sistema anterior, ou seja, o padrão libra-ouro. No caso, o *bancor* deveria ser usado apenas pelos governos, através dos

seus respectivos bancos centrais, para efetivação das transações internacionais. Cada país fixaria o valor de sua moeda em termos de unidades de *bancor*.

O sistema keynesiano seria flexível e permitiria uma variação na paridade entre a moeda nacional e o *bancor*, mas isso ocorreria somente nos casos específicos em que o país apresentasse *déficits* expressivos na sua balança de pagamentos. Uma vez que a nenhum país era permitido acumular reservas internacionais na moeda internacional (no caso, em *bancor*), o ajustamento do sistema seria de responsabilidade dos países credores. No caso específico de um país que se encontrasse com sua balança de pagamentos superavitária (tornando-se, portanto, país credor), ele deveria estar obrigado a emprestar os excedentes de suas reservas em *bancor* ou teria que aumentar suas importações, ou, em última instância, teria de aceitar retaliações sobre suas exportações.

Especulando, em termos concretos, sobre o que poderia ter sido o sistema keynesiano (caso fosse aprovado), Barreiros (2009) o analisou da seguinte forma:

Através de eventual adoção do Plano Keynes deveria ser criada uma nova forma de dinheiro, denominada *bancor*, que substituiria o ouro como meio de troca e reserva de valor internacional, mas que seria conversível a este metal através de cotação fixa, mas corrigível conjunturalmente. O *bancor* seria uma moeda nominal, a partir da qual as transações externas seriam feitas. A moeda não seria depositada, contudo, em contas correntes sob a jurisdição de um Estado nacional específico, e sim, em um organismo internacional com a função de gerenciar o sistema. Segundo a proposta, as nações teriam contas-corrente nas quais as receitas de suas trocas externas seriam depositadas, e de onde sairia o montante em *bancors* necessário para compras externas [...], na medida em que nenhuma nação teria poder de criar *bancors*, somente tendo acesso a divisas a partir de sua participação no comércio exterior, Keynes pretendia favorecer claramente aquelas economias que – como a Grã-Bretanha – apresentavam um elevado coeficiente de abertura comercial externa, o que faria com que o poder de voto da área esterlina e europeia [...] [fosse] muito mais alto e decisivo que o dos Estados Unidos. (BARREIROS, 2009, p. 526-527).

Serrano (2004) coloca de forma bem didática a proposta keynesiana de criação de uma moeda internacional apresentada na Conferência de Bretton Woods, quando da participação de Keynes nas negociações sobre como seria a nova ordem internacional do pós-guerra, defendendo a criação de uma espécie de moeda mundial. Essa nova moeda internacional não pertenceria a nenhum país específico e teria como propósito, entre outros, a formatação de maior simetria e estabilidade nas relações econômicas internacionais. Uma vez que, ainda na avaliação de Serrano (2004), Keynes julgava que o sistema monetário internacional tendia a impor um viés deflacionário à economia mundial e pensava em formas de evitar esta tendência, para tanto,

Em primeiro lugar, a moeda internacional não deveria ser o ouro, pois Keynes considerava a moeda metálica cara e ineficiente, completamente anacrônica e inadequada a um sistema financeiro moderno. A moeda internacional também não deveria ser a moeda nacional de um país específico senão este país teria a vantagem assimétrica de ser o único a fechar suas contas externas em sua própria moeda. Keynes propôs então uma moeda nova, o "Bancor", que seria usada somente para pagamentos internacionais e seria emitida por uma autoridade monetária verdadeiramente internacional. Além disso, Keynes achava que a autoridade monetária internacional (papel que seria cumprido pelo FMI) deveria impor regras de ajustamento aos países de forma que fosse eliminado o viés deflacionista do sistema monetário internacional. Este viés, segundo Keynes, vinha do fato de que normalmente, num sistema de câmbio fixo, nenhum país sofre qualquer sanção ou entra em qualquer dificuldade grave quando tem superávits contínuos na balança de pagamentos e acumula reservas, enquanto os países deficitários que perdem reservas são sempre obrigados (de uma forma ou de outra) a fazer ajustes recessivos. Keynes argumentava que o sistema monetário internacional deveria incluir regras que não apenas forçassem os países deficitários a economizar divisas, mas que também levassem os países cronicamente superavitários a expandir suas economias e suas importações, para que a economia mundial pudesse caminhar na direção do pleno emprego. (SERRANO, 2004, p. 182).

Finalmente, ainda de acordo com Serrano (2004), para tornar possível o crescimento da economia e do próprio comércio internacional, Keynes defendia que os fluxos internacionais de capitais de curto prazo deveriam ser fortemente controlados, pois isso evitaria movimentos especulativos na conta de capital que causaria perturbações no ajustamento externo dos países, permitindo que a taxa de câmbio e as reservas internacionais fossem gestadas de acordo com as mudanças competitivas na esfera produtiva das economias dos países.

Por sua vez, o projeto concorrente (e vitorioso), do funcionário do Tesouro americano, Harry Dexter White, previa a criação de um Fundo de Estabilização Internacional, cujas cotas seriam subscritas pelos países membros e liquidadas parte em ouro e parte em moeda nacional. O objetivo principal do Fundo seria fornecer um volume limitado de moeda ao país membro que apresentasse constrangimentos em sua balança de pagamentos (por exemplo, *déficit* comercial). Diferentemente da proposta keynesiana, o país com problemas na balança de pagamentos obteria seus recursos por meio da venda de sua própria moeda ou da compra de moeda de outro país – retomaremos com mais propriedade às análises desses dois projetos no Capítulo 5.

Apenas para fixar algumas das características dos planos propostos por Keynes e White, citamos abaixo as análises de Eichengreen (2000), no que diz respeito às diferenças fundamentais dos dois projetos: flexibilidade nas taxas de câmbio e mobilidade dos capitais internacionais. Embora ambos estivessem de acordo nesses dois aspectos, tinham graus

diferenciados de prioridade (como teremos oportunidade de ver mais à frente). Além, é claro, como visto anteriormente, da controvérsia em relação à criação da moeda internacional:

A diferença entre os planos de Keynes e de White estava nas obrigações que eles impunham aos países credores na flexibilidade das taxas de câmbio e na mobilidade do capital por eles admitidas. O Plano Keynes teria permitido aos países modificar suas taxas de câmbio e adotar restrições cambiais e comerciais conforme necessário para compatibilizar o pleno emprego com o equilíbrio no balanço de pagamentos. O Plano White, em contraste, previa um mundo livre de controles e de paridades fixas sob a supervisão de uma instituição internacional com poder de veto sobre mudanças nessas paridades. Para impedir que políticas deflacionárias estrangeiras obrigassem os países a importar desemprego, a Clearing Union de Keynes previa um grande volume de recursos para o financiamento do balanço de pagamentos (sujeito a condições de crescente rigor e taxas de juro punitivas) e substancial flexibilidade no câmbio. Se os Estados Unidos registrassem persistentes superávits em seu balanço de pagamentos, como ocorrera na década de 30, ficariam obrigados a financiar a totalidade dos direitos de saque dos outros países, o que totalizaria US\$ 23 bilhões segundo o plano de Keynes. (EICHENGREEN, 2000, p. 135).

Do ponto de vista dos registros históricos e documentais, o acordo foi concluído na célebre Conferência que ocorreu nos Estados Unidos, na pequena localidade de Bretton Woods (New Hampshire), em julho de 1944, com a presença de 730 delegados, representando 44 nações, todas aliadas de guerra (dentre as quais, o Brasil, a China e a URSS); evidentemente, os chamados países do eixo (Alemanha, Japão e Itália) não foram convidados. Naquela oportunidade, foi aprovada a proposta americana, adaptada aos interesses da nova potência dominante mundial, os Estados Unidos da América. Criou-se, assim, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), mais conhecido como Banco Mundial. Por fim, o projeto vencedor estabeleceu o ouro como moeda de reserva internacional, atrelado ao dólar norte-americano, e manteve o velho regime de câmbio fixo, alicerçando um preço para o grama de ouro, que foi fixado, à época, em US\$ 35 por onça troy³².

Analisando a expansão mundial do fordismo (no Capítulo 7 discutiremos esse regime de acumulação), Harvey (1996) afirma que a Conferência de Bretton Woods, na qual foi realizado e selado um acordo mundial para as transações do comércio internacional, se constituiu como marco simbólico da consolidação, naquele contexto, do poder norte-americano sobre as relações econômicas e financeiras mundiais, consubstanciado no seu poderio industrial e militar:

³² Troy é uma unidade de massa, equivalente a 31 gramas.

O acordo de Bretton Woods, de 1944, transformou o dólar na moeda-reserva mundial e vinculou com firmeza o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e monetária norte-americana. A América agia como banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações. Sob essa proteção, o fordismo se disseminou desigualmente, à medida que cada Estado procurava seu próprio modo de administração das relações de trabalho, da política monetária e fiscal, das estratégias de bem-estar e de investimento público, limitados internamente apenas pela situação das relações de classe e, externamente, somente pela sua posição hierárquica na economia mundial e pela taxa de câmbio fixada em dólar. Assim, a expansão internacional do fordismo ocorreu numa conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial e uma configuração geográfica em que os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças militares e relações de poder. (HARVEY, 1996, p. 133-134).

Contudo, os Estados Unidos cada vez mais se aproximavam de um contexto que lhes exigiriam resolver uma das maiores contradições de sua política hegemônica, tanto do ponto de vista de suas transações comerciais, costurada nos Acordos de Bretton Woods, como também resultado da Guerra Fria, qual seja: o crescente *déficit* na sua balança de pagamentos e a perda de credibilidade de sua moeda, uma vez que o dólar americano funcionava como moeda de referência das transações do comércio mundial (e reserva internacional de valor). Sendo assim, ficava cada vez mais fortemente caracterizada, no cenário internacional, a total descrença no padrão dólar-ouro. A solução dessa contradição se daria mais tarde, no início dos anos 1970, como veremos mais à frente.

4.3 Primeiros indícios da crise do sistema financeiro e monetário internacional

Antes de adentrar mais rigorosamente nas análises do longo processo de bancarrota do sistema financeiro e monetário internacional, queremos elucidar de forma um pouco mais precisa o que entendemos por crise. Com efeito, na perspectiva da abordagem habermasiana (vista no capítulo anterior), o sistema financeiro e monetário internacional passa por uma “crise de legitimação” (rejeição ou deslegitimação do poder político vigente), uma vez que os países que participam do comércio internacional põem em xeque suas principais instituições – FMI, BIRD e Organização Mundial do Comércio (OMC) – e sua moeda de referência internacional (o dólar americano). Por exemplo, as normas e os aparatos jurídico-administrativos formatados na OMC não dão mais conta da complexidade e dos interesses envolvidos no campo de batalha que se transformou o mercado internacional.

De fato, existe um número expressivo de países que questionam a autoridade e os privilégios dos Estados Unidos de possuírem o monopólio da emissão da moeda

internacional, muitos dos quais permanecem buscando a criação e aperfeiçoamento de mecanismos alternativos para as suas transações internacionais com objetivo de escapar do domínio imperial do dólar – por exemplo, como veremos mais à frente, os países dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Existe, também, todo o aparato que se tem construído desde o final do século XX, no sentido de minimizar os transtornos provocados pelo colapso do dólar na década de 1970 e suas consequências para a economia mundial, como, por exemplo, os acordos de Basileia, criados pelo Banco de Compensação Internacional (BIS), com sede na Suíça, para proteger os bancos e seus clientes dos riscos de quebra. Sendo assim, tais acordos foram vistos e revistos desde sua criação em 1988 (Basileia I). Por exemplo, a nova versão de 2004, Basileia II, não conseguiu evitar as crises de 2006 e 2008, motivo pelo qual foi reeditado um novo acordo consolidado em 2010 (Basileia III).

Sob o prisma do enfoque marxiano (como foi explicitado anteriormente, no Capítulo 3), as crises capitalistas não são acidentais ou esporádicas, nem resultam da deformação de sua natureza político-jurídica, administrativa, econômica, financeira e ideológica, mas são expressões de processos intrínsecos – imanentes à conjunção (correlação dialética) entre as forças produtivas e suas correspondentes relações de produção – que se manifestam orgânica e estruturalmente através da anarquia da produção, valorização do valor, centralização e acumulação de capital e lei de tendência de queda decrescente da taxa de lucros. Nesse sentido, ao longo da trajetória do desenvolvimento do sistema capitalista (e dos estudos e análises das experiências históricas de outros modos de produção) é possível, do ponto de vista formal, de acordo com Curvo (2011), caracterizar três tipos de crises (que não são estanques nem separáveis, muito menos linearmente independentes), sendo elas: crises conjunturais, crises sistêmico/periódicas de longo prazo (ou de ondas longas à moda de Nikolai Kondratiev) e crises de grandes proporções.

As crises do primeiro tipo se dão por conta das ações de gestões das empresas privadas e das políticas governamentais – geralmente procuram atender às necessidades imediatas da produção e do mercado (são conjunturais e de curto prazo); as do segundo tipo podem ser exemplificadas pelas crises sistêmicas ocorridas nos anos de 1873, 1929 e 2008; finalmente, as do terceiro tipo são aquelas em que há uma crucial divergência (assimetria radical) entre as forças produtivas e as relações de produção, de tal maneira que, dentro dos limites superestruturais, toda e qualquer iniciativa político/administrativa ou militar da classe dominante não consegue harmonizá-la, uma vez que a ideologia da classe dominante não consegue mais manter o consenso e as classes dominadas tornam-se agitadas e rebeldes – as elites, então, para manter o poder e seus privilégios, apelam para o uso mais intensivo da

força, mobilizando os aparelhos estatais de coação (em detrimento do consenso), abrindo, assim, um período de grandes reestruturações e revoluções sociais.

Nessa linha de raciocínio, a crise do sistema financeiro e monetário internacional configura-se como o elemento mais dinâmico e de longo prazo de uma das maiores crises estruturais e sistêmicas do modo de produção capitalista contemporâneo (apenas comparada com a de 1929, crise do segundo tipo), da qual sua gênese se deu a partir dos anos de 1970 e seu ápice ocorreu em 2008 – suas consequências e desfechos ainda não estão elucidados, como mostraremos nas linhas que se seguem.

Na realidade, o sistema financeiro e monetário internacional norte-americano, montado e acordado em Bretton Woods, em 1944, funcionou relativamente bem no período de aproximadamente uma década, do final dos anos de 1940 ao início dos anos de 1960, com certa estabilidade nas transações do comércio internacional, o que permitiu a consolidação do poder imperial americano no cenário da geopolítica mundial.

No entanto, a partir de 1947, no contexto da Doutrina Truman, foi criado o Plano Marshall, elaborado para prestar auxílio na reconstrução dos países europeus, aliados dos EUA, de tal maneira que, de acordo com Eichengreen (2000, p. 137), “Os Estados Unidos proporcionaram cerca de US\$ 13 bilhões em ajuda intergovernamental para financiar déficits europeus (no âmbito do Plano Marshall)”, durante um período de três anos, ou seja, entre 1948 a 1951 – período parcialmente superposto aos quatro anos de funcionamento do FMI. Nesse sentido, a retomada do crescimento da economia europeia e a expansão do comércio internacional geravam uma demanda cada vez mais expressiva de dólares. Tais fatos produziram crescentes *déficits* nas transações correntes americanas, impactando negativamente na sua balança de pagamentos e semeando certas descrenças em relação ao dólar.

Na realidade, a partir do término da Segunda Guerra Mundial, a cidade de Nova Iorque, de acordo Moffitt (1984), se configurou como o principal mercado internacional decapitais, de tal modo que empresas multinacionais americanas, empresas estrangeiras e governos obtinham recursos financeiros de empréstimo de Wall Street. Esse fato também contribuiu fortemente para os problemas da balança de pagamentos estadunidense; para gerenciar as dificuldades de sua balança de pagamentos e manter a confiança no dólar, as autoridades monetárias dos Estados Unidos, na figura do Sr. Robert V. Roosa (subsecretário do Tesouro americano para assuntos monetários), em junho de 1963, criou o Imposto de Equalização dos Juros (IEJ), buscando restringir os empréstimos a estrangeiros nos Estados Unidos (por meio de um imposto punitivo sobre esses empréstimos), mas o tiro acabou saindo

pela culatra, pois aconteceu, na verdade, o contrário do desejado: houve uma revoada de dólares em direção aos países estrangeiros, principalmente europeus.

Com efeito, segundo Moffitt (1984), o IEJ era cobrado sobre os investidores americanos que compravam ações estrangeiras emitidas em território americano, “Esperava Roosa que o IEJ e uma série de medidas que se seguiram melhorariam o balanço de pagamentos americano ao refrear o fluxo de dólares para o exterior” (MOFFITT, 1984, p. 42). Como forma de reação às medidas adotadas pelo governo, os investidores americanos deixaram a Praça de Wall Street e foram atuar na de Londres, abrindo caminho para a criação do mercado de títulos em eurodólar, que eram chamados de eurotítulos – “os eurotítulos eram títulos com valor em dólares americanos, mas emitidos fora dos Estados Unidos” (MOFFITT, 1984, p. 46).

Na verdade, observa Moffitt (1984), o nascimento do eurodólar³³ se deu por iniciativa dos governos da Rússia e da China (até então países que fizeram a revolução socialista e instauraram os assim chamados regimes comunistas), a partir de quando esses dois países utilizaram a camuflagem de seus ganhos em dólares como estratégia para escapar do risco de ter seus capitais confiscados ou sequestrados pelos Estados Unidos, colocando-os em países europeus, especialmente em Londres e Paris, e não em Nova Iorque.

Com o malogro do IEJ e assistindo ao crescente processo de corrosão de sua balança de pagamentos, o governo e as autoridades monetárias americanas criaram novas restrições no sentido de manter o controle do fluxo de capitais (buscando restringir a saída de dólares do seu território):

Em 1964, o IEJ foi ampliado para incluir empréstimos de curto prazo para certos devedores estrangeiros. Em 1969, a administração Johnson suplementou o IEJ com dois mecanismos adicionais: o Programa Voluntário de Restrição ao Crédito Exterior (PVRCE) e as novas regras para o investimento de empresas estrangeiras sancionadas pelo Departamento de Investimento Direto no Estrangeiro (DIDE). Sob o PVRCE, os bancos concordaram em manter “tetos voluntários em seus empréstimos a entidades estrangeiras”. Por outro lado, de acordo com as diretrizes do DIDE, as empresas deveriam melhorar seus saldos de fluxos monetários com suas subsidiárias no exterior, mandando menos para o exterior e repatriando mais seus lucros. Devido ao fato de as novas determinações não se aplicarem a agências estrangeiras de bancos comerciais, bancos americanos continuaram a financiar as atividades das empresas suas clientes no exterior. Eles simplesmente emprestavam de Londres. Mais bancos abriram agências no exterior para que pudessem competir de igual para igual com os gigantes que já as tinham. O volume da atividade bancária internacional em dólares expandiu-se. (MOFFITT, 1984, p. 47).

³³Eurodólares são depósitos em dólares efetuados em bancos fora do território americano. Como muitos desses dólares circulavam na Europa, receberam tal denominação.

Portanto, esse conjunto de medidas para restringir as saídas de capitais (de dólares) do território americano e controlar o mercado, do ponto de vista da dinâmica das transações financeiras e monetárias internacionais, provocou a maior expansão bancária mundial desde então, uma vez que tais restrições não atingiam aquelas agências bancárias situadas fora dos EUA, e as empresas tomavam boa parte de seus recursos em tais agências. Esses fatos contribuíram fortemente para aumentar o excesso de dólares circulando fora do território americano, fazendo crescer, conseqüentemente, a liquidez mundial.

Por sua vez, o crescimento da liquidez internacional fazia com que a confiança no dólar americano ficasse cada vez mais debilitada, colocando em xeque sua hegemonia. Em síntese, os cumulativos *déficits* na balança de pagamentos dos EUA estimulavam a especulação contra o dólar, ameaçando-o em seu papel de padrão monetário internacional.

4.4 O dilema americano e a sinuca de bico de Richard Nixon

Os Estados Unidos, ainda no início dos anos 1960, conseguiram conviver com alguns problemas em sua contabilidade nacional (balança de pagamentos deficitária), uma vez que, apesar de obterem *superávit* tanto na balança comercial quanto na conta corrente, vinham acumulando *déficit* na balança de pagamentos, devido à enorme saída de capital do seu território (investimento direto no exterior, ajuda externa, gastos militares no exterior, empréstimos para outros países). Serrano (2002) esclarece de forma didática esse fenômeno, ao colocar que a balança de pagamentos do país central pode ser escrita da seguinte forma: “O saldo global da BP do país central será definido como igual à variação líquida do estoque de ouro desse país (representado por VO) somada à variação dos ativos externos de curto prazo (representado por $VACP$)” (SERRANO, 2002, p. 239). Dessa maneira, a equação da balança de pagamentos desse país é algebricamente expressa por: $VO + VACP = X - M + RLX - VALP$, onde $X - M$ é a balança comercial (incluindo os serviços não fatores), RLX é o saldo dos serviços de fatores, e $VALP$ é o saldo dos fluxos de capital de longo prazo (tanto empréstimos quanto investimentos externos diretos, IDE).

Partindo da hipótese de que “o país central tenha um *déficit* crônico na conta de mercadorias, mas que é plenamente compensado pelo saldo positivo tanto de serviços não fatores quanto na conta de serviços de fatores”, (SERRANO, 2002, p. 239), tem-se, então, que, nesse caso, o saldo em conta corrente, representado por $X - M + RLX$, será zero ou

positivo. “O importante é que não haja *déficits* persistentes em conta corrente para que o país central não perca ouro” (SERRANO, 2002, p. 239).

Supondo agora que esse país construa muitas ferrovias no exterior e empreste dinheiro para os outros Estados Nacionais, de modo que *VALP* seja positivo e razoavelmente grande, ocorre, então, uma situação de *déficit* global na balança de pagamentos. Todavia, como estamos trabalhando com um país central, esse *déficit* não cria nenhuma dificuldade, isso por conta de que

[...] os demais países que em conjunto terão um saldo positivo na BP não vão acumular ouro e sim aplicá-lo em ativos de alta liquidez no próprio país central. Isso quer dizer que, para o país central, todo o saldo negativo da BP causado pelo grande *VALP* positivo será compensado exatamente por um fluxo de endividamento de curto prazo (*VACP* negativo), o que significa que a variação das reservas em ouro é exatamente zero (de fato, se definíssemos o saldo da BP meramente como movimentos de ouro, a BP estaria, nesse caso, sempre em equilíbrio). É possível contra-argumentar que nada garante que automaticamente toda a saída potencial de ouro seja contrabalançada por uma entrada de capital de curto prazo (saldo *VACP* negativo) de valor idêntico. Isso é verdade, porém, como se dizia no tempo do padrão ouro-libra, “*six percent will bring gold from the moon*”. Isto é, devemos nos lembrar que é o país central que fixa a taxa de juros de curto prazo autonomamente e pode operá-la de forma a fazer com que o saldo da variação de ouro fique em torno de zero (ou positivo). Note que no caso abstrato que estamos analisando, os sucessivos *déficits* na BP do país central são acompanhados de equilíbrio na conta corrente. Por isso, abaixo da linha, a variação do passivo externo líquido do país central é zero, isto é, o valor absoluto de *VACP* é igual ao de *VALP*. Note que essas são as condições ideais para o funcionamento de um padrão ouro, do ponto de vista do país central. (SERRANO, 2002, p. 239-240).

Sendo assim, e muito por conta do processo de Guerra Fria, conforme Serrano (2002), os Estados Unidos acumularam enormes prejuízos em sua balança de pagamentos, ao tomar a decisão de ajudar os países aliados se não aliados (de economia capitalista) na Europa e na Ásia, uma vez que, além da ajuda externa direta na forma de doações, através do Plano Marshall, os americanos aceitaram mudanças na paridade cambial dos países aliados – o preço oficial do ouro em dólar permaneceu estável, mas os americanos deram sustentação e auxílio no processo de desvalorização do câmbio desses países para que os mesmos se tornassem competitivos em relação aos EUA. Adicionalmente, os americanos incrementaram massivos investimentos diretos nas nações aliadas (por vezes, também, transferiram tecnologias de ponta e abriram seus mercados de forma vantajosa para as mesmas). Por fim, os Estados Unidos admitiram tarifas protecionistas, com subsídios às exportações locais e com restrições às importações de produtos americanos para os países aliados.

Num outro artigo, Serrano (2004) desenvolve a mesma argumentação feita acima, agora de uma forma mais simplificada. Lembrando que, como a maior parte dos *déficits* da

balança de pagamentos americana era paga em dólares e não em ouro (como ocorria na maioria dos *déficits* da balança de pagamentos dos demais países, já que o dólar era moeda de referência mundial), os Estados Unidos deveriam apresentar *déficit* na conta corrente de sua balança de pagamentos. Contudo, isso não ocorria, uma vez que “seu passivo externo líquido não aumentava, pois a saída de capital de longo prazo era exatamente compensada pela entrada de capital de curto prazo” (SERRANO, 2004, p. 195). Nesse caso, os pagamentos em dólares, efetuados pelos americanos para liquidar seus compromissos externos com os países aliados, eram acumulados nos estoques de reservas dos respectivos bancos centrais destes países. Todavia, estes últimos aplicavam boa parte de suas reservas em títulos americanos de curto prazo. Resultado: o Tesouro americano não perdia ouro, “apesar do *déficit* global na balança de pagamentos” (SERRANO, 2004, p. 195).

Esse fato produzia uma vantagem competitiva para os Estados Unidos em relação aos seus parceiros internacionais, uma vez que a grande maioria dos países aceitava o dólar como moeda de reserva internacional – “*os americanos podiam financiar, com sua própria moeda, um *déficit* global na balança de pagamentos de qualquer tamanho*” (SERRANO, 2004, p. 195, grifo nosso).

Ainda assim, o que aparentemente se apresentava como benefício para a política externa americana, nas condições dos Acordos de Bretton Woods, na verdade, mostrou-se seu contrário, ou seja, passou a gerar grandes dificuldades para as autoridades governamentais americanas, uma vez que as regras brettonianas demandavam um regime de câmbio fixo e o dólar como moeda de referência nas transações internacionais. Serrano (2004) analisa com precisão o dilema da política monetária e cambial dos Estados Unidos no seguinte fragmento:

Neste sistema, apesar da vantagem dos EUA de poder fechar a balança de pagamentos em dólar havia, mesmo assim, duas restrições ligadas à necessidade de manter a conversibilidade em ouro. Em primeiro lugar, os EUA podiam ter *déficits* na conta de capital, mas deveriam evitar ter *déficits* crônicos em conta corrente. Se os EUA incorressem em um *déficit* em conta corrente, isso significaria que o passivo externo líquido estaria aumentando, pois neste caso, estaria havendo um aumento da dívida externa líquida com os outros países. Como no sistema de Bretton Woods estas obrigações externas, mesmo se denominadas em dólar, eram plenamente conversíveis em ouro pelos bancos centrais dos demais países, isto implicaria numa perda de ouro por parte dos EUA. (SERRANO, 2004, p. 195-196).

Nesse caso, o *status* do dólar como moeda chave do sistema monetário internacional cairia por terra. Na medida em que as reservas americanas de ouro fossem gradativamente se esgotando, as transações internacionais deixariam de ser feitas diretamente em dólares e passariam a ser feitas em ouro. A segunda restrição que Serrano (2004) evidencia e analisa

para a conversibilidade das moedas estrangeiras em ouro é a questão do câmbio fixo, ou seja, o grama do ouro tinha que ser mantido ao preço oficial de US\$ 35 a onça troy. De sorte que, se esse preço sofresse alterações e começasse a cair, em relação ao dólar, conduziria aos “movimentos especulativos e posteriormente ao abandono do uso do dólar para pagamentos internacionais” (SERRANO, 2004, p. 196).

No contexto dessas duas restrições, as autoridades monetárias americanas achavam-se constrangidas na execução de suas políticas cambiais, posto que, ao contrário dos outros países, não podiam desvalorizar ou valorizar sua moeda em relação às moedas das demais nações (ou seja, suas ações no campo da política cambial estavam limitadas). Ainda assim, essas práticas foram executadas durante os anos de 1947 a 1971 (conforme vimos, esse foi o período em que vigorou com certa normalidade o regime de câmbio fixo) pelos países aliados dos americanos (inclusive, com seu aval), em suas tarefas de reconstrução e desenvolvimento de suas economias nacionais, buscando tornarem-se cada vez mais competitivos no mercado internacional.

Por exemplo, nos anos da década de 1960, os países europeus haviam acumulado enorme volume de investimentos em reservas de dólar, pois tinham expectativas de os converterem em ouro. Entretanto, o passivo americano expresso em dólar superava cada vez mais seu estoque de ouro. Alguns títulos eram de longo prazo, o que aliviava o risco de serem imediatamente convertidos, mas a grande maioria era de curto prazo e poderiam ser rapidamente convertidos em ouro. Assim, não faltaram redefinições nas contas da balança de pagamentos dos Estados Unidos, buscando adaptar-se à pressão latente sobre o valor ouro do dólar, de forma a evitar o colapso do padrão dólar-ouro.

O acirramento dessas restrições conduziu os Estados Unidos a uma espécie de antagonismo paradoxal que, no início dos anos da década de 1970, colocou o presidente americano, Richard Nixon, numa verdadeira sinuca de bico. Serrano (2004) a chamou de “o Dilema de Nixon”, qual seja:

De um lado, o próprio sucesso da estratégia americana de reconstrução e desenvolvimento dos demais países capitalistas (inclusive aceitando desvalorizações cambiais de outros países) estava reduzindo progressivamente os superávits comerciais e de conta corrente americanos. Mas para manter o papel de moeda internacional do dólar era necessário, como vimos, evitar a ocorrência de déficits na conta corrente. Ao mesmo tempo, a maneira mais simples de melhorar a competitividade externa americana seria através de uma desvalorização do dólar. Mas como desvalorizar o dólar sem ameaçar o seu papel de moeda internacional? A Inglaterra à época do padrão libra-ouro havia enfrentado (e não conseguido resolver) problema semelhante, diante da dificuldade em conciliar o seu papel de moeda internacional (e a vantagem de não enfrentar restrição de balança de pagamentos) e, ao mesmo tempo, proteger sua competitividade real. (SERRANO, 2004, p. 197).

Não faltaram tentativas de negociações e mesmo pressões das nações aliadas dos Estados Unidos no sentido de buscar algum tipo de reforma, ou transformação do sistema, durante todo o transcurso da década de 1960, conforme Serrano (2004). Muitos países, a exemplo da França, pressionavam as autoridades governamentais americanas no sentido de ampliar o papel do ouro no comércio internacional, uma vez que, segundo a argumentação retórica francesa da época, se todos os países liquidassem suas dívidas em ouro, poder-se-ia alcançar um equilíbrio relativo no comércio internacional, de tal maneira que nenhum país obteria algum tipo de posição vantajosa com relação aos demais países.

Contudo, como analisado pelo autor acima referido, se o ouro retornasse à condição de moeda de referência para as transações do comércio mundial, não só os outros países conservariam suas dificuldades na balança de pagamentos, mas também os próprios Estados Unidos, pois assistiriam ao gradativo e ininterrupto esgotamento de suas reservas em ouro. Por outro lado, países como a África do Sul e União Soviética, que estavam na condição de maiores produtores mundial de ouro, à época, ganhariam inevitavelmente enormes poderes de barganha na economia mundial – isso jamais seria permitido pelos estrategistas do Pentágono devido ao andamento, àquela altura, da Guerra Fria.

Dentre muitas das tentativas de salvar os Acordos de Bretton Woods, em 1969 foi lançada a proposta do FMI de criação de uma espécie de moeda contábil, conhecida como Direitos Especiais de Saque (em inglês, *Special Drawing Rights* – SDR). Era uma espécie de moeda internacional que seria composta por uma média de moedas das economias dos principais países que participavam do comércio internacional da época (uma espécie de cesta de moedas) e deveria funcionar como moeda de referência para as transações internacionais, alguma coisa que lembrava muito a proposta original de Keynes, apresentada na Conferência de Bretton Woods, em 1944.

Contudo, como era de se esperar, de acordo com as análises de Serrano (2004), os Estados Unidos boicotaram essa iniciativa, criando todo tipo de restrição para que os Direitos Especiais de Saque não vingassem, uma vez que ameaçava sua privilegiada condição de monopólio na emissão da moeda de referência internacional.

Nessa conjuntura, como não poderia deixar de acontecer, o presidente da França, Charles de Gaulle (que, no final dos anos 1970, já se encontrava próximo da finalização do seu mandato), diminuiu as reservas internacionais francesa em dólares, trocando-as pelo ouro do Fort Knox (cidade americana e base do Exército, localizada no estado de Kentucky, onde os depósitos de ouro ficam guardados) – a Grã-Bretanha também planejava converter dólares em ouro – e isso, de certa forma, restringiu o grau de influência dos Estados Unidos na

Europa. Adicionalmente, o governo americano se sentia cada vez mais sufocado, de um lado, pelas restrições fiscais em seus gastos com a Guerra do Vietnã e, de outro, com o agora crônico déficit de sua balança de pagamentos.

Dado o impasse e a falta de consenso entre as nações, mas também por não ter alternativa viável para atender aos seus interesses estratégicos de curto e longo prazo, no início da década dos anos de 1970, o presidente americano Richard Nixon, de forma unilateral, fechou todas as comportas, retirando o lastro em ouro do dólar (em outras palavras, suspendeu a conversibilidade do dólar em ouro), além de impor tarifas para suas importações – “uma sobretaxa de 10% sobre a importação de mercadorias para pressionar outros países a valoriza suas moedas, dessa forma poupando-se do embaraço de precisar desvalorizar o dólar” (EICHENGREEN, 2000, p. 179) –, enterrando de uma vez por todas os Acordos de Bretton Woods e estabelecendo um novo regime cambial para o comércio mundial: regime de câmbio flutuante³⁴.

Entrementes, de acordo com Eichengreen (2000), a reação dos países industrializados não tardou muito e durante quatro meses envolveram-se em prolongadas negociações visando à reestruturação do sistema monetário internacional, que resultaram em um acordo selado em dezembro de 1971, na Conferência Smithsonian, em Washington. “Por insistência dos países europeus, a desvalorização do dólar foi limitada a modestos 8% [...]. As bandas de flutuação foram alargadas de 1% para 2,25%. A sobretaxa nas importações norte-americanas foi eliminada” (EICHENGREEN, 2000, p. 180).

Entretanto, apesar do acordo, os Estados Unidos não se sentiram obrigados a reabrir as comportas do ouro, motivo pelo qual não recuaram nenhum milímetro. Sendo assim, “se as âncoras cambiais fossem mantidas, isto agora ocorreria unicamente como resultado da intervenção dos governos e dos bancos centrais importantes” (EICHENGREEN, 2000, p. 180). Na verdade, ficava cada vez mais difícil para esses países sustentar taxas cambiais artificialmente fixadas, ainda que dentro dos limites de variações estabelecida pelo acordo. Mesmo porque a inflação monetária (e de preços) fugia cada vez mais do controle, e os Estados Unidos continuavam com seus déficits na balança de pagamentos. Dessa forma, no início de 1973, o dólar despencou em queda livre, levando consigo a experiência smithsoniana.

³⁴Regime de câmbio flutuante, pelo menos teoricamente, é aquele em que a taxa de câmbio (ou seja, o preço pago na aquisição da moeda de outro país) é obtida no mercado de divisas, nas condições da lei da oferta e da demanda por moedas estrangeiras.

Embora aparentemente essa ação do presidente Nixon se apresentasse de uma forma um tanto quanto despretensiosa e espontânea, na verdade ela foi uma jogada de grande estratégia política e econômica (pensada e arquitetada pelos seus peritos econômicos, financeiros e militares). Com efeito, as lições e experiências do padrão libra-ouro do império britânico foram efetivamente consideradas (e aprendidas). Por um lado, a quantidade real e potencial de ouro existente no mundo, à época, estava muito abaixo do montante das transações de bens e serviços comercializados mundialmente, impondo a necessidade imediata da criação de uma moeda fiduciária para as transações do comércio internacional – e as condições para isso já estavam dadas devido, entre outros fatores, ao crescimento e desenvolvimento das redes bancárias (europeias e americanas) e, conseqüentemente, da evolução do mercado financeiro internacional.

Por outro lado, as autoridades monetárias americanas sabiam que era urgentemente necessária a desvalorização de sua moeda, no sentido de que os Estados Unidos recuperassem sua competitividade externa e melhorassem seu desempenho na balança de pagamentos, sem, no entanto, perder sua posição de monopolista na emissão da moeda de reserva internacional. Assim, a permanência do regime de câmbio fixo tornou-se inviável e deixou de existir, levando consigo sua alma dourada.

As ações para estabilizar o novo câmbio (agora flutuante), promovidas pelos bancos centrais dos países mais diretamente envolvidos nas transações do comércio internacional, e a crescente mobilidade de capitais criarão as condições necessárias para a liberalização dos fluxos de capitais internacionais e a desregulamentação financeira, que somente ocorrerão a partir do final da década de 1970.

4.5 A astúcia da política do dólar forte

No contexto da desestruturação do sistema Bretton Woods, a economia mundial entrou em um período de enormes contratempos. Com efeito, o dismantelamento das normas de gestão e controle do mercado financeiro e monetário internacional estimulou a expansão dos voláteis processos especulativos (o que, à época, ainda se encontrava num estágio incipiente) e potencializou a escalada de operações de empréstimos e depósitos que escapavam ao controle dos bancos centrais, cuja fonte era o excesso de dólares em relação à demanda dos agentes econômicos e das autoridades monetárias estrangeiras.

A nova situação de inconvertibilidade e flexibilidade cambial entre os países que mais participavam do comércio mundial criou uma devastadora onda de especulação financeira internacional. Aliás, diga-se de passagem, o mercado de câmbio se tornou o espaço mais vistosamente cobiçado pelos investidores do mercado financeiro (nomeadamente, os especuladores internacionais), principalmente numa situação em que, de acordo com Serrano (2002), a demanda efetiva e a liquidez internacional estavam em ascendente trajetória de crescimento, ambas impulsionadas pelo aquecimento da economia americana e também pela expansão do circuito *offshore* do mercado de eurodólares.

No mercado internacional de *commodities*, a inconvertibilidade da moeda americana fez surgir, inicialmente de forma lenta e gradativa (posteriormente de forma mais acelerada), um fenômeno até então esquecido pela maioria dos países capitalistas, qual seja, a inflação. Ela se deu por conta do forte crescimento dos preços, em dólares, das principais *commodities* no mercado internacional, a partir de 1972.

Adicionalmente, no transcurso de toda a década de 1970, a economia mundial enfrentaria imensas dificuldades por conta dos dois choques de um dos mais raros combustíveis fósseis já descobertos pela sociedade, o petróleo. Na verdade, o primeiro choque do petróleo se deu ainda no final de 1973, quando o preço do barril sofreu um aumento drástico, não só pela ação articulada dos países produtores, através da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), que pressionavam por reajustes nos preços internacionais do petróleo e por maior participação nos *royalties*, desde 1971, mas também por causa da guerra entre árabes e israelenses do Yom Kippur, ocorrida em outubro de 1973, numa coalizão entre o Egito e a Síria contra Israel, levando os países capitalistas centrais a um processo de recessão econômica, a partir de 1974.

Por sua vez, o segundo choque do petróleo, que abalou as estruturas macroeconômicas da economia mundial, ocorreu em 1979, por conta das ações do presidente iraniano Mohammad Reza Pahlevi, aliado dos americanos e britânicos, que tentou estimular a entrada de empresas transnacionais no país e incentivar o povo iraniano a adotar os hábitos ditos modernos e civilizados dos países ocidentais, ao tempo em que perseguia a oposição do clero xiita e dos defensores da democracia. Tais ações provocaram uma inusitada revolta dos xiitas que, com a chegada do Aiatolá Khomeini, em 1979 (que estava exilado do seu país por um período de mais de 14 anos), teve como principal desfecho a histórica revolução iraniana.

Portanto, o fim da década de 1970 deixará como herança para a década seguinte uma economia mundial depreciada (em incipiente processo de recessão), com reduzido crescimento econômico e altas taxas de desemprego. Com efeito, além da consequente queda

dos rendimentos dos trabalhadores assalariados e da perversa concentração da renda, nas mãos das camadas privilegiadas, ocorrerá um processo de inflação galopante que perdurará por muito tempo, principalmente nos países subdesenvolvidos.

Sendo assim, o fechamento dos últimos anos da década de 1970 configurava um cenário nada agradável em relação às expectativas dos Estados Unidos, com taxas de juros reais negativas e inflação em processo de aceleração, provocando fuga dos ativos financeiros e investimentos especulativos. Nessa conjuntura, Paul Volcker, presidente do *Federal Reserve Bank* (Banco Central americano), em outubro de 1979, por meio de um choque monetário e financeiro (que passou a ser conhecido como diplomacia do dólar forte) elevou os juros de todos os ativos precificados em dólares. Essa astuciosa ação de política monetária praticada pelas autoridades monetárias americanas (que fará com que sua economia volte a crescer sem grandes traumas durante os anos de 1980, exceto em 1982) terá consequências futuras devastadoras, principalmente para os países periféricos, de sorte que o sistema monetário e financeiro internacional, nessa altura, alicerçado no regime de câmbio flutuante, passou a conviver com um dólar, além de fiduciário e flexível, sobrevalorizado.

A propósito, enquanto os juros estavam baixos e a liquidez estava muito alta no mercado internacional, nomeadamente nos Estados Unidos e na Europa, durante boa parte da década de 1970 houve uma explosão de empréstimos bancários aos países subdesenvolvidos (os países centrais, com seus grandes bancos e empresas privadas, usavam todo tipo de mecanismos fraudulentos e facilidades para atrair demandantes e conceder empréstimos), principalmente aos países da América Latina, à época, governados por regimes corruptos e autoritários. Só que tinha um pequeno detalhe (que se revelará fatal para os devedores): tais empréstimos foram feitos com taxas de juros flutuantes.

Nessa conjuntura, o aumento dos juros americanos no final da década provocaria a chamada crise das dívidas externas dos países do terceiro mundo, que durará toda a década de 1980 (década perdida para estes países), sendo que, no Brasil, tal situação se estenderá até metade da década de 1990. Na verdade, o aperto monetário do Banco Central americano fez com que a dívida externa dos países semiperiféricos crescesse explosivamente, de maneira que seu pagamento se tornou tecnicamente insustentável, conduzindo-os ao calote forçado, por conta de que, entre tantos outros fatores, suas reservas internacionais eram expressivamente baixas.

Esse estado de coisas atingiu não apenas os países devedores, mas também os credores (os países capitalistas centrais), pois seus bancos (os que haviam emprestados aos países semiperiféricos) ficaram com problemas estruturais de caixa, devido aos calotes. Foi a partir

desse contexto que os Estados Unidos e outros países de capitalismo dominante promoveram programas de reestruturação de seus sistemas financeiros e bancários, através de recursos públicos, para minimizar os prejuízos dessas instituições, devido ao choque dos juros, salvaguardando, dessa forma, seus lucros.

A política monetária de Paul Volcker foi bem-sucedida: segundo Kilsztajn (1989), os Estados Unidos voltaram a ser o centro receptor de capitais internacionais, saindo da condição de credor à de devedor do mundo. Sendo assim, conseguiu desestruturar o mercado de eurodólares, direcionando os fluxos internacionais financeiros para o seu território e fazendo o dólar recuperar sua condição de moeda chave no cenário internacional, sem grandes ameaças durante o período de 1980 a 1990, motivo pelo qual os Estados Unidos, após a recessão de 1981-1983, retomam sua antiga trajetória de crescimento. Com efeito, a partir de 1982, os Estados Unidos, já na administração de Ronald Reagan, passaram a conviver com déficit público e a economia voltou a ser aquecida,

A recuperação norte-americana em 1983, o dólar forte e as altas taxas reais de juros acabaram por provocar uma entrada maciça de capitais nos Estados Unidos e um aumento brutal dos *déficits* na balança comercial e em contas-correntes. A contínua escalada do dólar, contudo, indicava que os *déficits* em contas-correntes estavam sobrefinanciados pela corrida de capitais ao mercado norte-americano. Mas os *déficits* em contas-correntes acumulavam-se, e os Estados Unidos transformaram-se num devedor líquido internacional [...]. No período 1980-85, apesar da valorização do dólar, as importações norte-americanas permaneceram estáveis em 9% do PIB. A parcela das importações dos Estados Unidos no total das importações dos países industrializados, entretanto, cresceu de 19% em 1980 para 27% em 1985. As exportações caíram de 8% do PIB de 1980 para 5% do PIB de 1985, enquanto a cota entre os países industrializados permaneceu relativamente estável a 18%. (KILSZTAJN, 1989, p.11).

Portanto, os distúrbios financeiros e cambiais que têm perturbado o cenário mundial dos últimos 40 anos expõem seus nexos causais mais profundos, a partir do desmantelamento do sistema Bretton Woods, motivo pelo qual a desregulamentação e liberalização dos fluxos de capital financeiro internacional ganhariam efetividade e relevância no mercado mundial a partir da década de 1980 e se intensificaria, mais fortemente, na década de 1990.

De fato, a partir da década de 1990, os mercados financeiros alcançaram um grau de articulação mundial da mais alta complexidade e sofisticação, através da aplicação das tecnologias de informação e comunicação, criando um único mercado internacional de moeda e débito, tendo como axioma uma norma existencial crucial, aquela que não admite nenhuma norma reguladora, porém um único princípio: a obtenção do máximo lucro, a qualquer custo.

Esse estado de coisas se dará, além dos fatos relatados e analisados anteriormente, por conta das iniciativas de países como Inglaterra, Estados Unidos e Chile, que formataram e

executaram um conjunto de medidas políticas, econômicas e financeiras conhecidas como globalização neoliberal. Tais políticas gerarão a maior e mais duradoura crise sociopolítica e econômica da contemporaneidade – conhecida na literatura como crise dos títulos podres ou *subprime*.

A referida crise alcançou seu ponto mais alto em setembro de 2008, nos Estados Unidos, com a explosão de uma bolha especulativa (*speculative bubble*)³⁵ no seu mercado imobiliário e teve como consequência imediata a falência de várias instituições financeiras nacionais (americanas) e estrangeiras. Essa avassaladora perturbação, ainda em curso, surgiu no contexto em que o sistema financeiro e monetário internacional se encontrava em estado de potencial desastre e fez ressuscitar, em vários países, práticas de protecionismo e guerra cambial, semelhantes às experimentadas na Grande Depressão da década de 1930.

4.6 A crise do sistema financeiro e monetário internacional de 2008

Os indícios da colossal crise que abateu o mundo do capital financeiro internacional, como foram analisados anteriormente, são encontrados na década de 1970, com o desmonte do sistema Bretton Woods e a remoção das normas dos mercados mundiais – que libertou todos os titânicos demônios da especulação financeira, até então acorrentados no mais profundo Tártaro, desde 1944, dentre os maiores libertos está a imortal cabeça da Hidra de Lerna³⁶ do capitalismo especulador fictício, com a liberdade total dos fluxos internacionais de capitais, particularmente dos capitais especulativos de curto prazo.

De fato, a bolha especulativa imobiliária que eclodiu nos Estados Unidos em 2008 (e que tem como símbolo emblemático a falência do Lehman Brothers), dentre tantos outros

³⁵Uma bolha especulativa é um fenômeno contingencial que pode ocorrer no mercado financeiro. Ela acontece quando determinado ativo (real ou financeiro) atrai muitos compradores para suas ações (negociadas em bolsas), de tal maneira que, quanto maior for a atração de novos demandantes, mais valorizados se tornam esses papéis, fazendo com que a bolha cresça descontroladamente. Os grandes investidores financeiros, pressentindo riscos de desvalorização brusca desses papéis, passam a vender rapidamente suas ações, o que faz com que os preços dos papéis despenquem de vez, provocando *o estouro da bolha*.

³⁶Hidra de Lerna, espécie de serpente medonha de várias cabeças (entre elas, uma era imortal) e corpo de dragão, capaz de exterminar uma pessoa apenas com seu venenoso hálito. Em um dos seus trabalhos, Hércules (Hércules) tinha de matar a dita cuja, mas percebeu que, ao cortar uma das cabeças, duas outras brotavam do seu pescoço. Todavia, conseguiu matá-la, com o auxílio do seu sobrinho Iolau, pois, à medida que Hércules cortava cada uma das cabeças da Hidra, seu sobrinho queimava o pescoço decepado, com sua clava de ferro com a ponta revestida de tição em brasa. Por fim, a última cabeça restante, imortal (apesar de ter dado seu fel venenoso a Hércules), foi soterrada abaixo de enormes rochedos. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hidra_de_Lerna>.

fatores, tem suas raízes mais profundas encontradas no processo de desregulamentação e liberalização dos fluxos de capitais internacionais iniciados no fim dos anos de 1970 e início dos anos 1980. Nessa trilha de análise, muito antes da explosão da crise, Germer (2000) já alertava aos países do terceiro mundo que a liberalização monetário-financeira conduziria à precarização das finanças dos países mais pobres e subdesenvolvidos (expressa em seus já crônicos *déficits* em contas correntes), causando desarranjos no sistema financeiro e monetário internacional. Dessa maneira, tal estado de coisas levaria a economia para uma “inevitável recessão” mundial.

Do ponto vista das dinâmicas das ações dos agentes econômicos empresariais e dos consumidores americanos, a bolha especulativa imobiliária nasceu, cresceu e se desenvolveu por meio da crescente inadimplência e desvalorização dos imóveis e dos ativos financeiros hipotecários de alto risco, *subprime*. Entretanto, suas fontes remotas podem ser encontradas a partir da crise das empresas *pontocom*, em 2000 – conhecida por *the internet bubble*, bolha da internet.

Entrementes, no final da década de 1990, as principais empresas de altas tecnologias (tecnologias de informação e comunicação) experimentaram uma combinação de rápido aumento dos preços de suas ações, da exagerada confiança na aquisição de lucros (extraordinários) e de alta especulação em ações individuais nesse mercado. Tudo isso se deu a partir das facilidades e da ampla disponibilidade de créditos no mercado americano para o financiamento dessas empresas. Com o estouro da bolha da internet em março de 2000, as autoridades monetárias dos Estados Unidos – a partir do seu Banco Central, *Federal Reserve*, na figura de seu presidente, Alan Greenspan – decidiram diminuir os juros básicos da economia, que estava em torno de 6,5% (em 2000) para 3,0% (em dezembro de 2001), no sentido de recuperar o mercado e tirar o país da recessão econômica provocado pela citada bolha, mas não parou nesse nível, pois continuou diminuindo até alcançar o patamar de 1% a.a, em julho de 2003.

Nesse contexto, o afrouxamento da política monetária (facilidade de crédito, juros baixos e redução das despesas financeiras) fez com que os especuladores corressem para o mercado imobiliário. As pesquisas de Kindleberger e Aliber (2013) mostraram que os primeiros sinais dos excepcionais aumentos dos preços das casas e da expansão do excesso de oferta de imóveis tiveram início em 2002, tais aumentos provocariam uma epidemia generalizada de falências de corretoras hipotecárias no final dos anos de 2006.

Como não poderia ter deixado de acontecer, a expansão da demanda por moradias impactou nas cotações dos imóveis. Nos Estados Unidos, onde se deu primeiramente essa

expansão, segundo Wacker (2008), as hipotecas residenciais passaram a ser classificadas como de dois padrões: por um lado, aquelas de categorias chamadas de primeira linha (*prime*), crédito alto – seus clientes eram submetidos a regras rígidas para avaliação de crédito, impondo limites ao valor financiado; e, por outro, aquelas hipotecas de categoria de terceira linha (*subprime*), crédito baixo – seus clientes eram pessoas sem nenhum ativo que pudesse servir de garantia para o financiamento do imóvel (muitas vezes com patrimônios líquidos inferiores a 10% do valor do mesmo, ou ainda, eventualmente, pessoas desempregadas sem rendas fixas). Sendo assim, estas últimas hipotecas eram caracterizadas como de alto risco.

De acordo com Kindleberger e Aliber (2013), a dinâmica de negociações das ações atreladas aos imóveis hipotecados (que estavam nas mãos das empresas que atuavam neste mercado, conduzindo-o ao colapso) deu-se da seguinte forma:

Essas empresas eram “intermediários” e atacadistas que adquiriam hipotecas de compradores depois de indicar os termos das que desejavam adquirir. Em seguida, vendiam-nas para os bancos de investimentos, os quais as colocariam com termos similares em um fundo que usariam como garantia para emissão de títulos lastreados por hipotecas (MBS). Os bancos de investimentos retinham o direito de “devolver” esses empréstimos para os corretores de hipotecas se os devedores parassem de realizar seus pagamentos mensais dentro de doze ou dezoito meses. Assim que os tomadores de empréstimos atrasaram seus pagamentos, os bancos de investimentos os devolveram para os corretores e pediram a devolução do seu dinheiro, e as empresas que não conseguiram pagar foram à falência. Os bancos então ficaram com dezenas de bilhões de dólares presos em hipotecas falidas depois que os corretores sucumbiram. (KINDLEBERGER; ALIBER, 2013, p. 107).

Em outras palavras, os bancos transformavam as hipotecas em derivativos³⁷ negociáveis no mercado financeiro, de onde eram repassados (vendidos) para outros bancos, instituições financeiras, companhias de seguros e fundos de pensão, tanto americanas como de outros países, muitas vezes através de um instrumento chamado securitização³⁸. A securitização possibilitava a geração de oportunidades e flexibilidades de curto prazo aos bancos no fornecimento de empréstimos hipotecários de qualidades duvidosas (*subprime*). Sendo assim, os bancos, por meio do citado mecanismo, empacotavam vários créditos em um

³⁷Derivativos são contratos que acoplam (derivam) seu valor a partir de outro ativo (implícito), taxa de referência ou algum índice. O ativo implícito pode ser uma mercadoria física (soja, minério de ferro etc.) ou financeira (ações, taxas de juros etc.). Normalmente são feitos buscando a transferência de risco, por conta das flutuações de preços. São exemplos de derivativos: opções de compra e venda, operações de *swaps* e contratos futuros.

³⁸Securitização é um mecanismo de mercado (inovação financeira) que consiste em agrupar várias espécies de passivos financeiros (faturas emitidas e ainda não pagas, dívidas de empréstimos etc.), transformando-os em títulos padronizados negociáveis no mercado de capitais, de tal maneira que as dívidas e seus riscos são repassados sob a forma de títulos para terceiros (compradores do título padrão).

único, repassando seu risco para os demais bancos e investidores, obtendo, num primeiro momento, lucros fabulosos, mas, num segundo momento, preparando o terreno para a inevitável quebra geral.

A crise financeira sistêmica de 2008 revelou um conjunto de instituições que funcionava como banco, sem sê-lo, captando recursos no curto prazo, operando de forma altamente alavancada e investindo em ativos de longo prazo e ilíquidos. Contudo, diferentemente dos bancos, eram displicentemente reguladas e supervisionadas, sem reservas de capital, sem acesso aos seguros de depósitos, às operações de redesconto e às linhas de empréstimos de última instância dos bancos centrais. Dessa forma, eram altamente vulneráveis, seja a uma corrida dos investidores (saque dos recursos ou desconfiança dos aplicadores nos mercados de curto prazo), seja a desequilíbrios patrimoniais (desvalorização dos ativos em face dos passivos). Estas instituições frouxamente reguladas (seguradoras, fundos de pensão, fundos de investimento) e não reguladas (*hedge funds*, *private equities funds*, *special investment vehicles* – SIV) se tornaram contrapartes da transferência de riscos de crédito do sistema financeiro regulado (bancos universais, de investimento e hipotecários) e passaram a carregar riscos crescentes. Uma série de inovações financeiras (*collateralized-debt obligations* – CDO, *mortgage-backed securities* – MBS, *asset-backed commercial paper* – ABCP, *credit default swaps* – CDS ou derivativos de crédito) permitiu estas trocas de posições, algumas financiadas nos mercados monetários. (CINTRA; SILVA FILHO; PINTO 2015, p. 451).

Faz-se necessário lembrar que, na contramão do que observava Schumpeter (1939) – para quem as inovações eram estimuladas por dinheiro emprestado ao empreendedor privado (empréstimos bancários), conduzindo ao processo de “destruição criativa”, ou seja, as crises do sistema capitalista eram causadas por inovações tecnológicas no mundo da economia real – as mais recentes crises do sistema financeiro e monetário internacional, notadamente a do mercado imobiliário americano de 2008, não foram provocadas fundamentalmente por processos de inovações tecnológicos reais, mas simplesmente pelas inovações financeiras (inovações de papéis, fictícias), em que a securitização, citada acima, é um bom exemplo. Gall (2008) ilustra bem tal fenômeno com os seguintes dados:

Desde 1993, os valores vendidos em securitizações subiram de US\$ 1 trilhão para US\$ 12 trilhões, formando pacotes de hipotecas residenciais, imóveis comerciais e empréstimos corporativos – até mesmo financiamentos de automóveis e empréstimos para pagamento de cursos universitários. (GALL, 2008, p. 10).

Ocorreu que o *Federal Reserve*, em 2005, pressentindo alguns indícios de recuperação econômica (com algum tipo de excesso de liquidez e perigo de elevação da inflação), voltou a aumentar a taxa básica de juros da economia americana, razão pela qual os preços dos imóveis despencaram, impossibilitando, dessa forma, o refinanciamento para os seguimentos de clientes *subprime*. Nesse sentido, a inadimplência alcançou patamares insuportáveis e os títulos derivativos perderam, no segundo semestre de 2007, a capacidade de serem

negociados, a qualquer preço, de maneira a desestabilizar todo o sistema bancário internacional.

O vórtice que vem solvendo quase todo o sistema financeiro e monetário internacional, desde então, com reverberações no mundo da economia real (destruição de empregos, dos investimentos e das rendas de uma quantidade considerável de países do mundo) foi gestado de forma gradual e cumulativa e teve seu ponto de máximo em setembro de 2008, com a falência do Lehman Brothers (mais precisamente, em 14 de setembro). O Lehman que se transformou no marco simbólico da crise do *subprime* era um dos maiores bancos de investimento e provedor de serviços financeiros do mundo, cuja sede se encontrava na cidade de Nova Iorque, e tinha como principal cliente no mercado de valores mobiliários nada mais nada menos do que o próprio Tesouro americano.

Uma vez que os contribuintes americanos estavam cansados de assistir à transferência de vultosos recursos financeiros do Tesouro para salvar o já privilegiado setor financeiro bancário, as autoridades monetárias americanas, que acompanhavam de perto a agonizante ruína do Lehman Brothers, decidiram não injetar dinheiro público para salvá-lo da bancarrota, apostando nas forças do mercado para a solução do problema. Nesse aspecto, Maryse Farhi avalia que

O caso mais notório foi a falência do banco de investimentos Lehman Brothers, em 15 de setembro de 2008. Esse foi o ponto mais agudo da crise que passou a apresentar contornos sistêmicos. Essa falência teve efeitos nefastos, acentuando as incertezas e o empocamento de liquidez, acarretando a paralisação das operações interbancárias. A desconfiança dos investidores nos sistemas financeiros se espalhou, resultando em movimentos de pânico nos mercados de ações, de câmbio, de derivativos e de crédito, em âmbito global [...]. O Tesouro e o Fed foram muito criticados por não ter socorrido esse banco de investimentos tanto por autoridades de outros países, como por banqueiros e economistas. Em resposta às críticas, o presidente do Fed, Ben Bernanke (2008), alegou que “os problemas no Lehman eram bem conhecidos há algum tempo e que os investidores reconheceram claramente que a falência da empresa era significativamente possível. Desta forma, nós julgamos que os investidores e suas contrapartidas teriam tido tempo de tomar medidas de precaução”. (FARHI, 2014, p. 8).

Entretanto, contrariando aos prognósticos e as expectativas de Ben Bernanke, a resposta dos agentes econômicos foi rápida e avassaladora, levando o Lehman à ruína, de tal forma que provocou uma extensa crise de crédito no ramo imobiliário da economia (*subprime*). Esta, por sua vez, desencadeou um enorme e destruidor incêndio no mercado financeiro americano, dizimando centenas de instituições bancárias e não bancárias pelo mundo afora. Tal crise não tem nenhuma semelhança com as ocorridas no século XX, exceto com a que ocorreu na bolsa de Nova Iorque em 1929.

No fogaréu de instituições que seriam queimadas nas labaredas da *subprime*, a primeira a ser torrada foi o quase centenário Bears Stearns (quinto maior banco de investimento dos Estados Unidos, fundado em 1923), em março de 2008, uma vez que, segundo Kindleberger e Aliber (2013), dois dos principais fundos de *hedge* gestados por ele faliram (causando grandes perdas de dinheiro aos investidores de seus fundos). Sendo assim, apesar dos esforços das autoridades americanas, o Bears foi liquidado e mais tarde adquirido pelo JPMorgan Chase, num acordo intermediado pelo *Federal Reserve*. Em seguida veio à falência o Northern Rock, a maior financiadora de hipotecas da Grã-Bretanha – posteriormente nacionalizado, através do Banco da Inglaterra.

Na sequência de bancarrotas, a bola da vez era a *American International Group* (AIG), maior empresa seguradora dos Estados Unidos, cuja falência técnica já tinha sido decretada. Para evitar esse desfecho fatal, o Banco Central dos Estados Unidos resolveu agir de forma rápida, emprestando nada menos que 85 bilhões de dólares à AIG (obtendo a opção de compra de quase 80% de suas ações), argumentando que semelhante empresa era grande demais para falir, pois poderia provocar uma crise de enorme envergadura na economia americana.

Entretanto, a quebradeira não parou por aí: duas das maiores empresas privadas do mundo, ambas americanas, que atuavam no mercado hipotecário, a Fannie Mae, *Federal National Mortgage Association*, e a Freddie Mac, *Federal Home Loan Mortgage Company*, poucas semanas depois, mostravam-se na mesma situação de falência técnica da AIG.

Criada pelo Presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, na década de 30 do século XX, ou, mais precisamente, em 1938, no contexto do *New Deal*, a Fannie Mae tinha como principal função fornecer liquidez ao mercado hipotecário americano, assegurando o monopólio oficial desse mercado até 1968, quando foi privatizada, deixando de ser avalista das hipotecas geradas pelo governo. Por sua vez, a Freddie Mac foi criada em 1970, na gestão do presidente Richard Nixon, com o objetivo de expandir o mercado secundário de hipotecas. Ambas tinham em comum a função de dar e garantir empréstimos (principalmente financiar casas para as parcelas mais pobres da sociedade americana), mas também compravam hipotecas no mercado secundário para revendê-las.

Naquele contexto de pânico generalizado (nos anos de 2008), Kindleberger e Aliber (2013) narram como as duas gigantescas empresas caíram na desgraça falimentar e foram posteriormente “nacionalizadas”:

A Fannie Mae e a Freddie Mac, duas das maiores empresas patrocinadas pelo governo americano, possuíam mais de 50% do risco de crédito vinculado às hipotecas residenciais dos Estados Unidos e foram “nacionalizadas” pelo Tesouro do país na segunda semana de setembro de 2008. Os proprietários das ações ordinárias dessas empresas virtualmente perderam todo seu dinheiro, e os donos de suas ações preferenciais também foram eliminados. Muitos bancos haviam comprado essas ações preferenciais porque isso poderia ser considerado parte do seu capital *Tier 1* exigido. Dessa forma, as falências da Freddie e Fannie tiveram um grande efeito negativo sobre o capital de outras instituições financeiras. (KINDLEBERGER; ALIBER, 2013, p. 108).

Contudo, mais uma vez, a tese grande demais para falir prevaleceu, pois, de acordo com as autoridades monetárias dos Estados Unidos, a falência dessas duas empresas causaria um incomensurável desarranjo tanto no mercado financeiro doméstico quanto no mercado financeiro mundial, podendo se transformar numa crise sistêmica. Assim, as duas empresas foram reestatizadas, recebendo cada uma um aporte de US\$ 100 bilhões do *Federal Reserve*, ficando o governo com aproximadamente 80% das ações preferências das duas companhias. Todavia, de acordo Cintra e Farhi (2008), a preocupação maior das autoridades governamentais e monetárias dos Estados Unidos estava em garantir os títulos retidos por bancos centrais estrangeiros que detinham, juntos, US\$ 1,6 trilhão, sendo US\$ 1,1 trilhão em portfólios de credores oficiais e US\$ 546,7 bilhões de credores privados – entre os quais os retidos pelo Banco Central da China, que acumulava um montante de US\$ 400 bilhões de dólares (conexão China/EUA).

A inédita ação se explica pela magnitude dos passivos dessas companhias e pelo fato de parte significativa de seus títulos ter sido adquirido por bancos centrais estrangeiros. Em junho de 2008, a dívida total das agências federais americanas detida por estrangeiros somava US\$ 1,6 trilhão, sendo US\$ 1,1 trilhão em portfólios de credores oficiais e US\$ 546,7 bilhões de credores privados. Em outras palavras, títulos emitidos pela Fannie Mae e pela Freddie Mac foram considerados pelos gestores das reservas internacionais como tão “sem riscos” quanto os títulos do Tesouro americano (US\$ 1,8 trilhão), com a vantagem de oferecer rendimentos um pouco mais elevados. (CINTRA; FARHI, 2008, p. 9).

A expansão da crise alcançou outros países, além dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Com efeito, as mais renomadas instituições financeiras do mundo tiveram problemas de liquidez, ou pediram falências. Além daquelas empresas americanas citadas nos parágrafos anteriores, estavam o Citigroup e a Merrill Lynch; fora dos Estados Unidos estavam, entre outros, o Swiss e o UBS, da Suíça; e a Société Générale, da França. De uma forma ou de outra, algumas dessas empresas ou faliram ou tiveram enormes problemas de caixa e perdas em seus balanços patrimoniais.

Apesar de o governo brasileiro ter dito, na época, que o *tsunami* que destruíra o mercado financeiro e monetário mundial aqui no Brasil se transformava em uma “marolinha”, algumas grandes empresas, como a Sadia, a Aracruz Celulose e o grupo Votorantim declararam ter perdidos volumosos recursos financeiros, de maneira que o próprio governo acabou de alguma forma injetando dinheiro público no mercado para impedir que a crise alcançasse fortemente o país.

4.7 Os discursos e as ações em busca da solução para a crise

No âmbito dessa extraordinária turbulência econômica e financeira em curso no mercado mundial desde os anos 2007, não faltaram midiáticos e convincentes discursos clamando por ações de governo no sentido de injetar recursos públicos nas empresas falidas, estatizar instituições financeiras e intervir no mercado de capitais (alguns até clamavam pelo controle absoluto dos fluxos internacionais de capitais). Sendo assim, uma enxurrada de recursos públicos foi canalizada para cobrir os prejuízos das instituições privadas – trilhões de dólares e de euros foram transferidos a fundos perdidos para o sistema financeiro internacional, jogando nas costas da população e dos trabalhadores os fabulosos custos da crise.

De fato, conforme Farhi (2012), o Banco Central Americano e o Banco Central Europeu, em setembro de 2007, foram obrigados a “reduzir as taxas básicas de juros e a taxa de redesconto. Contudo, estes instrumentos tradicionais de atuação dos bancos centrais logo mostraram seus limites”, pois não conseguia fomentar crescimento econômico, de maneira que “os emprestadores de última instância da Europa, dos Estados Unidos e do Japão” foram obrigados “a recorrer a formas de intervenções não tradicionais e altamente discricionárias” (FARHI, 2012, p. 131). Na verdade, desde o final de 2007 já estava sendo orquestrada uma articulação entre os grandes grupos financeiros internacionais e os governos dos países desenvolvidos, cuja coordenação ficou a cargo dos bancos centrais de alguns países como Estados Unidos, Grã-Bretanha, União Europeia, Suíça, Canadá, Japão e Suécia, no sentido de injetar créditos privilegiados às instituições financeiras bancárias e não bancárias por mecanismos diversos, dentre os quais a redução das taxas básicas de juros e empréstimos diretos. Com efeito, em uma de suas obras que fala sobre a crise política e econômica da pós-crise de 2008, Farhi nos dá as seguintes informações:

No final de novembro e início de dezembro de 2007, os bancos centrais dos Estados Unidos, Inglaterra, Europa, Suíça, Canadá, Japão e Suécia foram forçados a uma intervenção conjunta, diante das expectativas de elevadas perdas a serem reveladas pelos balanços bancários. Ainda em início de dezembro de 2007 – quando a taxa básica de juros nos Estados Unidos estava em 4,5% ao ano, “assinalando que ainda havia espaço para uma política monetária tradicional” –, o Fed disponibilizou o Term Auction Facility (TAF), para emprestar dinheiro aos bancos a prazo fixo. Em 28 de dezembro, o TAF já era responsável por empréstimos de US\$ 3,48 trilhões. (FARHI, 2012, p. 130-131).

No caso específico do Congresso dos Estados Unidos, ainda conforme Farhi (2012), Henry Paulson, à época, 2008, secretário do Tesouro Americano e Ben Bernanke, presidente do *Federal Reserve*, comandaram a articulação de um enorme pacote para socorrer o sistema financeiro americano, mobilizando inicialmente um aporte monetário de 700 bilhões de dólares a serem injetados nas duas grandes agências quase públicas, criadas para prover liquidez no mercado imobiliário americano, as acima mencionadas Fannie Mae e Freddie Mac.

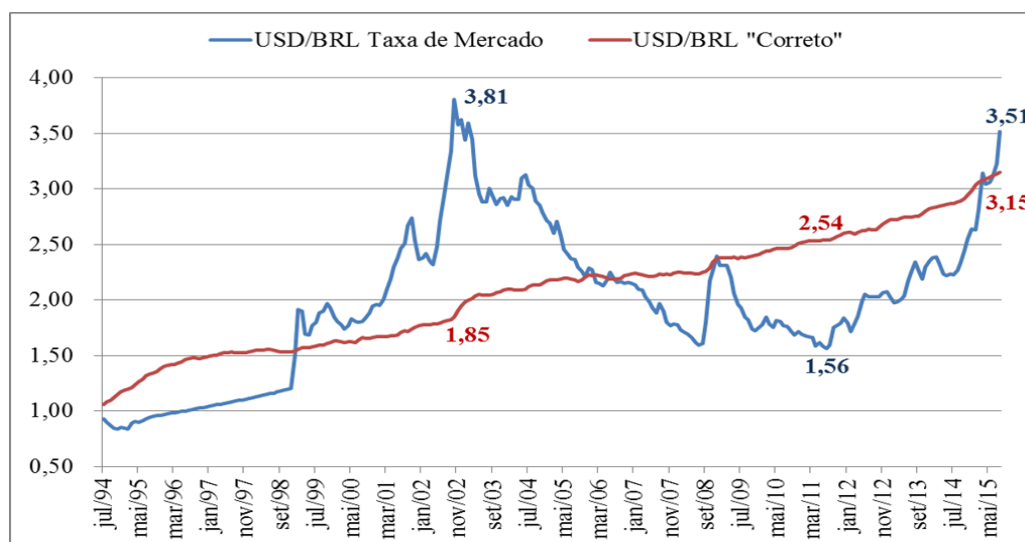
Nesse sentido o “presidente George W. Bush solicitou ao Congresso Nacional a aprovação de um pacote de ajuda, concedo-lhe poder de injetar somas ilimitadas nas duas instituições por meio de empréstimos e compra de ações” (FARHI, 2012, p. 131). No primeiro momento o pacote foi rejeitado no Senado, mas depois de muitas discussões e conchavos políticos, foi alterado e aprovado, dessa vez, um montante de 850 bilhões de dólares. Do total desses recursos, cerca de 500 bilhões de dólares seriam liberados até o término do mandato de George W. Bush, dentre os quais se incluíam empréstimos para as duas maiores empresas do ramo automobilístico do mundo, a General Motors e a Chrysler, pois ambas se encontravam em estado de potencial falência.

4.7.1 O comportamento do dólar no contexto da crise

Muito antes da crise de 2008, o dólar americano vinha em um processo longo de crescente enfraquecimento frente à maioria das moedas dos outros países (não desenhando uma trajetória linear, mas flutuante – como será mostrado no Capítulo 7). Mesmo em relação à moeda brasileira, o real, é possível calcular uma perda média de mercado de 75%, tomando o período que vai de nov/2002 a set/2008 (conforme Gráfico 1, abaixo), portanto, anterior à crise. Por exemplo, a relação dólar/real (taxa de câmbio de mercado) estava em torno de 3,8 em nov/2002, passando para 2,0 em set/2007 e alcançando um patamar relativamente baixo de 1,6 em set/2008. A partir de então, retorna de forma súbita ao ponto de 2,3 no início de 2009,

daí então começa novamente desenvolver uma trajetória de queda, alcançando o patamar 1,56 em jan/2012, porém com viés oscilante de subida. Hoje (10 de outubro de 2016) está em torno de 3,2.

Gráfico 1– Relação Dólar/Real: Taxas de Câmbio de Mercado e Taxa de Câmbio “Correto”³⁹(jun/1994 a mai/2015)



Fonte: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2192>>. Acesso em: 8 jul. 2015.

Essa nova tendência pode ser explicada por conta dos constrangimentos econômicos e financeiros do mercado mundial e das incertezas nas expectativas de retornos dos investimentos nos ativos provocadas pela crise do *subprime*. De fato, no ápice da crise de 2008, houve uma fuga de dólares de vários países (inclusive do Brasil), buscando refúgio nas aplicações em títulos do Tesouro americano, configurando-se uma nova tendência de apreciação do dólar que é vista até os dias atuais.

Entrementes, se tomarmos a taxa de câmbio “Correto”, pode ser percebido, no mesmo Gráfico 1, uma tendência crescente da taxa cambial, do período em tela: julho de 1994 a maio de 2015. Por um lado, a explicação para esse evento está relacionada à variação positiva e

³⁹Taxa de Câmbio “Correto”, refere-se à taxa de câmbio obtida de acordo com a teoria da paridade de poder de compra, PPC. Por um lado, na sua versão relativa, o PPC nos diz que a razão dos preços de um bem na mesma moeda deve ser constante ao longo do tempo. Por outro, a versão absoluta nos diz que, no longo prazo (supondo que não existam custos de transação e que os bens sejam homogêneos), o valor da moeda de um país é completamente determinado pela razão entre o preço doméstico e o preço externo, conforme relação:

$$E_{i,t} = \frac{P_{i,t}}{P_{i,t}^*}.$$

intermitente dos preços domésticos (inflação); por outro, pelo fato de que nosso regime cambial nunca ter sido verdadeiramente flexível, mas de uma flexibilidade suja, *Dirty Floating Exchange* – a autoridade monetária, no caso, o Banco Central do Brasil, está sempre atuando no mercado de câmbio (política de intervenção), em conformidade com os interesses da política monetária dominante.

Portanto, esse fenômeno somente pode ser compreendido e explicado se fugirmos à racionalidade fria da concepção de dinheiro da corrente monetarista neoclássica e ampliarmos para um olhar sociopolítico do dinheiro (ou da sociologia econômica), expandindo o foco no sentido da construção de um conceito de moeda de referência internacional como fato social global, expressão simbólica das contradições da atual estrutura da geopolítica internacional do modo de produção capitalista, o que será buscado no próximo capítulo deste trabalho.

4.8 Conclusão

O objetivo deste capítulo foi buscar compreender e explicar a gênese, o desenvolvimento e a crise do sistema financeiro e monetário internacional, bem como as novas configurações assumidas pelo dinheiro na contemporaneidade (do dinheiro de papel, padrão ouro/prata, ao dinheiro fiduciário, sem lastro algum). Nesse sentido, e por conta da limitação imposta pelo recorte temático, foi feita toda uma gama de descrição e análise do sistema financeiro e monetário internacional, evidentemente a partir do sistema monetário britânico até alcançar o sistema atual, o americano, e suas acumuladas e mal resolvidas crises.

Foi visto como, dentre os principais metais preciosos, o ouro acabou se consagrando como moeda internacional, através de um conjunto inicialmente assistemático de normas e regras que possibilitou a consolidação do mercado mundial, funcionando como elemento facilitador das transações do comércio internacional de bens e serviços. Isso graças à imposição de um país, no caso a Inglaterra, que, após fazer a primeira revolução industrial, na segunda metade do século XVIII, emerge como potência econômica e militar mundial e estabelece sua unidade monetária como moeda de referência das trocas no comércio internacional (ou seja, o padrão ouro-libra), fixando de uma vez por todas sua hegemonia imperial.

A *Pax Britannica*, juntamente com seu sistema monetário internacional, consegue, de certa forma, impor uma relativa estabilidade política e econômica tanto na Europa como no resto do mundo por quase um século, ou seja, de 1815 a 1914, em particular a estabilidade das

transações do comércio mundial. A referida estabilidade se deu por conta de que a Inglaterra funcionava como uma espécie de financiador de última instância (credor internacional), financiando, através de empréstimos, o processo de industrialização dos demais países; em contrapartida, estes abriam seus mercados e possibilitavam o crescimento do comércio mundial, de maneira que, atuando em conjunto, garantiam o bom funcionamento do mecanismo de ajuste do padrão ouro-libra.

Todavia, o acúmulo de problemas e contradições inerentes a todo e qualquer sistema imperial (e de sua unidade monetária) provocou a instabilidade do padrão-ouro e da libra esterlina durante toda a década de 1930, principalmente com a eclosão da Primeira Guerra mundial e a instalação da Grande Depressão de 1929. Tudo isso fez com que o padrão inglês, após o fim da Segunda Guerra Mundial, cedesse lugar para um novo sistema monetário internacional, o americano.

O sistema monetário americano foi consolidado através de compromissos, acordos e convenções estabelecidos na Conferência Financeira e Monetária das Nações Unidas, ou seja, os Acordos de Bretton Woods, de 1944. Além de estabelecer um regime de câmbio fixo, o mais importante compromisso assumido pelas nações em Bretton Woods foi o controle de capitais internacionais (consenso entre os dois planos em litígio, o de Keynes e de White). Este foi, até o início dos anos 1970, capaz de assegurar aos países algum tipo de imunidade frente às pressões nas balanças de pagamentos e dava a liberdade para que seus governos orientassem suas políticas monetárias para outros alvos, como a geração de emprego e aumento de renda, sem se preocuparem muito fortemente com a questão do câmbio, uma vez que podiam, com certa tranquilidade, fazer as alterações necessárias para os ajustamentos cambiais de suas próprias moedas.

A *Pax Americana* (que só será consolidada, de fato, após a queda do Muro de Berlim e o esfacelamento da URSS, no fim dos anos de 1980 e início dos anos de 1990) começa a ser construída a partir da Segunda Guerra Mundial, em 1945, data que coincide com implantação dos Acordos de Bretton Woods, quando o dólar passa a ser moeda de referência internacional (*the world's reference currency*), com os Estados Unidos impondo-se como nação hegemônica mundial, estabelecendo um novo período de relativa tranquilidade geopolítica entre boa parte dos países europeus e do resto do mundo (que não faziam parte ou não estavam ligados com a URSS). Contudo, um dos pilares do sistema Bretton Woods, o controle dos fluxos de capitais internacionais, foi abandonado no início dos anos 1970, abrindo caminho para o seu próprio fim.

O dismantelamento do sistema Bretton Woods preparou o terreno para a desregulamentação e plena liberdade de movimentação dos fluxos de capitais internacionais que, juntamente com os processos de globalização neoliberal e destruição improdutiva, provocados pelas inovações financeiras, construiu, ao longo de mais de quatro décadas, a maior crise do sistema financeiro e monetário internacional de todos os tempos, a crise de 2008.

5. CONTROVÉRSIAS SOBRE A CRIAÇÃO DA MOEDA INTERNACIONAL NA CONFERÊNCIA DE BRETTON WOODS

Neste capítulo é trabalhado o campo empírico desta intervenção acadêmica. Sua lente principal converge para a análise dos documentos e atas da Conferência Financeira e Monetária das Nações Unidas, ou seja, os Acordos de Bretton Woods. Especificamente, analisaremos as peças da coletânea intitulada *Proceedings and Documents of the United Nations Monetary and Financial Conference – Bretton Woods, New Hampshire, July 1-22, 1944* (UNITED STATES, 1948), com especial atenção para aqueles documentos relacionados à proposta de Keynes de criação de uma moeda internacional, o *bancor*, e de um Banco de Compensação Internacional.

A referida coletânea de documentos, atas e relatórios, em dois volumes, pertence ao conjunto de documentos publicados pelo *Federal Reserve Archival System for Economic Research* (FRASER), cuja sistematização contou com a colaboração do Departamento de Estado dos Estados Unidos, do FMI e do BIRD, principalmente na coleta e no arranjo dos materiais, mas também partilharam os custos iniciais de publicação. Ela (a coletânea) pode ser encontrada no *Federal Reserve Bank of St. Louis*, através do seguinte endereço eletrônico: <<https://fraser.stlouisfed.org/title/?id=430>>.

Além da contextualização da convocação e instalação da Conferência de Bretton Woods, nesses documentos será avaliada a mensagem do presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, os discursos do presidente permanente da Conferência, Henry Morgenthau Junior, e de alguns presidentes das mais importantes delegações dos países participantes da Conferência. Analisaremos, também, o conteúdo e a disposição da Agenda da Conferência; a composição e eleição do presidente e do secretário geral da mesma e seus respectivos poderes e decisões; a composição e divisão dos trabalhos das comissões técnicas e dos comitês. Adicionalmente, investigaremos as principais propostas e diretrizes dos planos de Keynes e de White, a criação de um Fundo de Estabilização e de um Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, bem como a proposta keynesiana de institucionalização da União de Compensação Internacional e criação da moeda internacional, o *bancor*.

Tudo isso servirá para compreender qual era o verdadeiro propósito dos dois atores que disputavam o lugar de proeminência na nova ordem que emergiria no contexto do pós-guerra, para que possa nos ajudara entender a atual crise do sistema financeiro e monetário intencional em conexão com o padrão fiduciário mundial americano e seu regime de câmbio

flutuante. A tradução dos documentos da referida coletânea aqui utilizada é de exclusiva responsabilidade do autor desta tese.

5.1 O contexto da convocação e instalação da Conferência de Bretton Woods

Entre os principais fatores que contribuíram fortemente para o colapso econômico, financeiro e político reinante no período de 1918 a 1939 estava a questão cambial (controvérsias sobre as taxas de câmbio utilizadas por cada país isoladamente). Na verdade, quando o sistema monetário internacional foi restaurado, após o fim da Primeira Guerra Mundial, não foram tomadas as devidas medidas para assegurar a estabilidade das transações do comércio internacional – em outras palavras, não foi articulado nenhum mecanismo para facilitar o ajustamento ordenado das taxas de câmbio.

De fato, os transtornos dos anos de 1930 foram provocados pela prática, por parte de várias nações, de expedientes controvertidos como: depreciação competitiva (desvalorização da moeda doméstica), imposição de restrições cambiais (guerra cambial), taxação de importações (guerra comercial), entre outros dispositivos que praticamente embaraçavam, quando não inviabilizavam, as transações do comércio mundial.

Ficava, portanto, cada vez mais claro que a melhoria e o reordenamento do sistema financeiro e monetário internacional mostravam-se urgentemente necessários. De sorte que, mesmo antes do fim da Segunda Guerra Mundial, especialistas e peritos em finanças de muitos países já reconheciam a necessidade de ações estabilizadoras para as transações financeiras internacionais do pós-guerra.

Estimulados por essas preocupações, americanos e britânicos já vinham discutindo sobre a nova configuração do sistema econômico e financeiro internacional há alguns tempos, ou mais precisamente, desde 1942. Os fundamentos dessas discussões eram os projetos elaborados por John Maynard Keynes (defendendo os interesses da Inglaterra) e Harry Dexter White (defendendo os interesses americanos), de maneira que, em 1943, fruto de várias negociações e tentativas de consenso, estava pronta uma “proposta conciliadora”: as famosas “Declarações Conjuntas dos especialistas britânicos e norte-americanos”.

Foi nesse contexto que o presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, convocou as Nações Unidas e os países Aliados de guerra para a discussão dos problemas acima citados em uma conferência financeira e monetária mundial. Como já foi mencionada anteriormente, a Conferência ocorreu em Bretton Woods, no período de 1 a 22 de julho de

1944, em New Hampshire – região pastoril, abrangendo uma área de 24 km², tranquila, à época, quase bucólica, pois nessa região existia apenas o Hotel Monte Washington (e seus anexos), cercado pela Floresta Nacional e dominado pelo Monte Washington.

Como pode ser constatado no documento nº 6 dos *Proceedings...*, participaram da Conferência de Bretton Woods 44 países (entre os quais dois se encontravam sob ocupação: a França e as Filipinas), cada qual com sua respectiva delegação: Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Checoslováquia, República Dominicana, Equador, Egito, El Salvador, Etiópia, Comitê Francês de Libertação Nacional⁴⁰, Grécia, Guatemala, Haiti, Honduras, Islândia, Índia, Irã, Iraque, Libéria, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Nicarágua, Noruega, Panamá, Paraguai, Peru, Comunidades Filipinas⁴¹, Polônia, União Sul Africana, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Reino Unido, Estados Unidos da América, Uruguai, Venezuela e Iugoslávia.

Referendada nos conteúdos anteriormente estabelecidos pelas “Declarações Conjuntas dos especialistas britânicos e norte-americanos”, a Conferência de Bretton Woods montou sua agenda assentada em três diretrizes gerais que formaram a base a partir da qual foram criadas três comissões técnicas com seus respectivos comitês (como veremos adiante). Conforme documento nº 7 (UNITED STATES, 1948), estas diretrizes são:

(I) Fundo Monetário Internacional

- A. Objetivos, Políticas e Quotas do Fundo: obrigações dos países membros; disposições transitórias para o período durante o qual o Fundo e os países membros devem adotar as políticas acordadas; relação do Fundo com o público e com os países não membros; relação de países membros com países não membros para considerar a quota dos países membros; fundamentos para futura revisão das quotas; e pagamento desubscrições em ouro e moeda local.
- B. Operações do Fundo: incluindo a venda de câmbio; aquisição de ouro pelo Fundo; empréstimos contraídos pelo Fundo; taxas cobradas pelo Fundo; determinação das paridades e alterações nas paridades; garantia do valor dos ativos do Fundo;

⁴⁰Comitê Francês de Libertação Nacional (CFLN) era uma comissão formada, em 1943, pelos generais franceses Henri Giraud e Charles de Gaulle para organizar a luta de libertação da França que se encontrava em poder da Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial.

⁴¹*Commonweath of the Philippines* (inglês), *Mancomunidad de Pilipinas* (espanhol), Estado Livre Associado de Filipinas (português), era uma espécie Comitê Administrativo criado para governar o país no período de transição de sua total independência do império americano (1935 a 1946); todavia, viveu no exílio entre os anos de 1942 a 1945, durante a invasão japonesa.

regulamentação das operações de capital; distribuição de moedas escassas; e provisão de reservas e distribuição dos lucros.

- C. Organização e Gestão: criação de conselhos de administração; base para a votação; seleção de diretores; nomeação de comissões; localização de escritórios e depositários; provisão para normas e regulamentos; publicação de relatórios do Fundo; informações que devem ser comunicadas ao Fundo pelos países membros, e suspensão da qualidade de membro; liquidação de obrigações recíprocas em matéria de rescisão da adesão; e liquidação geral do Fundo.
- D. Forma e Situação do Fundo: natureza do acordo que estabeleceu o Fundo; posição jurídica do Fundo em relação aos países membros; imunidades do Fundo e dos seus ativos; alteração do acordo do Fundo e a relação do Fundo com outras organizações internacionais.

(II) Banco para Reconstrução e Desenvolvimento

- A. Objetivos, Política, Capital e Subscrição do Banco: relacionamento do Banco com o público e com os países não membros e relação dos países membros com os países não membros; capital do Banco; subscrição de países membros e proporção de subscrição a ser pago (em ouro e em moedas locais) quando de subseqüentes chamadas para o pagamento sobre subscrições e a reserva de parte do capital não pago como um fundo de garantia.
- B. Operações do Banco: as condições em que o Banco pode garanti retomar empréstimos; a maneira pela qual ele ajudará e estimulará o investimento de capital; provisão para salvaguarda de fundos emprestados pelo Banco; garantia do valor dos ativos em moeda local do Banco; provisão para pagamento do principal e dos juros; empréstimos pelo Banco; limitações sobre as responsabilidades (passivos) diretas e contingenciais do Banco; encargos que o Banco pode cobrar; provisão de reservas e distribuição de lucros, segurança e operações de câmbio que o Banco poderá realizar, e outras operações do Banco.
- C. Organização e Gestão: criação de conselhos de administração; base para votação; seleção de diretores; nomeação de comissões; localização de escritórios e depositários; provisão para leis e regulamentos; publicação de relatórios do Banco; retirada ou suspensão da adesão; responsabilidade contingente de ex-membros; e liquidação geral do Banco.
- D. Forma e Estatuto do Banco: natureza do acordo que estabeleceu o Banco; posição jurídica do Banco nos países membros; imunidades do Banco e de seus ativos;

alteração do acordo do Banco e seu relacionamento com outras organizações internacionais

(III) Outras medidas de Cooperação Financeira Internacional

Vê-se, portanto, que o conteúdo e a disposição da Agenda da Conferência sinalizam para um novo desenho das instituições internacionais e do provável cenário da geopolítica do pós-guerra, principalmente no que diz respeito ao arcabouço jurídico/normativo e monetário das transações do comércio mundial e ao concerto geral das nações que regerá as relações internacionais dos países envolvidos direta ou indiretamente com a guerra.

Para dar organicidade e fluidez aos trabalhos da Conferência, foram estabelecidas três comissões técnicas com seus respectivos comitês, tendo a preocupação de que nelas cada delegação estivesse representada.

A Comissão I (FMI), sob a presidência de Harry Dexter White, dos Estados Unidos, estava encarregada de formular os Artigos do Estatuto (do Acordo) para a criação de um Fundo Monetário Internacional; a Comissão II (BIRD), sob a presidência de John Maynard Keynes, do Reino Unido, assumiu a mesma responsabilidade com relação ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento; e, finalmente, a Comissão III (Outros meios de Cooperação Financeira Internacional), sob a presidência do Dr. Eduardo Suarez, do México, foi para avaliar e articular outros meios alternativos para a cooperação financeira internacional.

Como bom anfitrião, o presidente dos Estados Unidos foi quem designou o presidente temporário e o secretário geral da Conferência. No caso da presidência da Conferência, o nome indicado foi o de Henry L. Morgenthau Junior (então secretário do Tesouro americano). Ele foi quem presidiu a Sessão Plenária Inaugural; na oportunidade, leu a mensagem de boas-vindas, enviada pelo presidente dos EUA, Franklin Delano Roosevelt, aos membros da Conferência.

Além do secretário geral da Conferência, Henry L. Morgenthau Junior, os dois únicos presidentes de delegações a se pronunciarem na Sessão Plenária Inaugural, antes da nomeação das comissões temporárias, foram os presidentes das delegações da Checoslováquia e da China. Faz-se necessário lembrar que a Checoslováquia foi criada de forma truculenta e arbitrária pelas nações vencedoras da Primeira Guerra Mundial, com a união dos territórios checo e eslovaco, pertencentes ao antigo império Austro-Húngaro, em 1918, acordado no Tratado de Versalhes, razão pela qual foi o primeiro país a ser tomado pelos alemães nazistas, na véspera da Segunda Guerra Mundial.

Em sua mensagem de boas-vindas aos delegados dos vários países que participavam da Conferência, lida pelo secretário Morgenthau, conforme o Documento nº 40 (UNITED STATES, 1948), o presidente Roosevelt expressou, em uma linguagem cheia de otimismo e analogias fisiocráticas⁴², a seguinte comunicação:

[...] O programa que vocês estão para discutir constitui, naturalmente, apenas uma fase das disposições que devem ser feitas entre as nações para assegurar um mundo harmonioso e ordenado. Mas, é uma fase vital, afetando homens e mulheres comuns em todos os lugares. Para construir a base sobre a qual eles serão capazes de trocar uns com os outros as riquezas naturais da terra e os produtos de sua própria indústria e engenho. O comércio é o sangue vital de uma sociedade livre. Temos de fazer com que as artérias que transportam as correntes sanguíneas não sejam entupidas novamente, como se fizeram no passado, por barreiras artificiais criadas através de rivalidades econômicas sem sentido. Doenças econômicas são altamente transmissíveis. Segue-se, portanto, que a saúde econômica de cada país é questão de preocupação para todos os seus vizinhos, próximo ou distante [...]. O espírito com que vocês travarão as discussões irá definir um padrão para futuros diálogos amistosos entre as nações em seus interesses comuns. Outra evidência que será ministrada em Bretton Woods é a de que os homens de diferentes nacionalidades aprenderão como ajustar possíveis diferenças e como trabalhar juntos como amigos. As coisas que precisamos fazer devem ser feitas e só podem ser feitas coletivamente. Esta Conferência irá testar a nossa capacidade de cooperar em paz, como temos cooperado em guerra. Eu sei que todos vocês vão cumprir esta tarefa com um elevado sentido de responsabilidade para com aqueles que se sacrificaram tanto em suas esperanças de um mundo melhor. (UNITED STATES, 1948, p. 71).

Indubitavelmente, existia um espírito de otimismo e esperança pelo fim da guerra e harmonização dos interesses dos países aliados no sentido de construção de um mundo de paz e prosperidade para todos, como pode ser também observado na fala do presidente da delegação da China, Mr. Hsiang-Hsi Kung:

[...] Acabamos de ouvir uma mensagem de esperança, realismo e perspicaz sentido de Estado. Somos gratos aos Estados Unidos pela convocação desta Conferência, que, acreditamos, marca um grande passo à frente para o estabelecimento das bases para a colaboração econômica do pós-guerra, no interesse da paz e da prosperidade entre as nações. (UNITED STATES, 1948, p. 72).

Todavia, deveria ficar claro para algumas das delegações que, na realidade, a Conferência expressava a disputa de interesses entre as duas principais potências mundiais, à época, ou seja, entre a Inglaterra, cuja hegemonia estava em estilhaços – lutando tão somente para garantir seu espaço na nova ordem mundial que brotaria do pós-guerra – e os Estados Unidos, cujo poder e domínio imperial estavam em processo de efetiva ascensão.

⁴²Conforme vimos anteriormente, a Fisiocracia foi uma escola econômica francesa, criada na metade do século XVIII. Essa escola defendia a ideia de que a fonte de toda a riqueza (o valor) eram as atividades ligadas à terra.

Apesar dos interesses em jogo, numa coisa todos concordavam: era urgentemente necessário, a partir do reordenamento monetário e cambial e da reorganização das transações comerciais internacionais (ou seja, criação de um sistema de cooperação internacional fortemente regulamentado, normatizado e institucionalizado), que cada país individualmente elaborasse políticas que estimulassem a geração de emprego e o alto nível de renda; criando-se, para tanto, mecanismos alternativos para sua distribuição, conforme a fala na Assembleia de Abertura do presidente da Delegação do México, Eduardo Suarez: “A renda nacional deveria ser mantida em seu mais alto nível possível e distribuída de forma mais equitativa” (UNITED STATES, 1948, p. 75). Compartilhando a mesma trajetória de pensamento e expectativa, o Sr. Arthur de Souza Costa, presidente da Delegação brasileira, assim formulou seu discurso:

Há ainda na memória de todos nós o drama dos distúrbios monetários, das restrições de todos os tipos ao comércio internacional; de moedas bloqueadas; do isolamento econômico; da concorrência substituindo a cooperação entre bancos centrais; e do desemprego generalizado. O mundo civilizado não deve permitir uma repetição desta situação trágica. A lição que cresceu a partir dessa experiência é que todos nós vivemos em um mundo em que os destinos econômicos de nossos respectivos povos estão mutuamente interconectados. Nós estamos aqui unidos com o objetivo de estabelecer os princípios gerais de entendimento econômico entre as nações para assegurar que não haverá repetição dos trágicos acontecimentos do período do Entreguerras. Os especialistas de vários países formularam a base de um sistema de cooperação destinado a garantir um equilíbrio satisfatório na balança de pagamentos internacionais. O consenso geral entre os especialistas é indicativo dos substanciais progressos já realizados [...]. O trabalho preliminar feito pelo Departamento do Tesouro dos EUA constitui uma salutar contribuição para a realização destes objetivos. Somos gratos ao Sr. Morgenthau por sua iniciativa e liderança e estou confiante de que essas mesmas qualidades contribuirão fortemente para a conclusão dos nossos esforços. Para finalizar, gostaria de expressar o que deve ser nossa finalidade no sentido de despertar nossos povos para o fato de que um sistema monetário internacional é essencial para a realização do nosso objetivo comum que é o aumento da produtividade, a eliminação do desemprego e a progressiva melhoria das condições de vida de nossos povos. (UNITED STATES, 1948, p. 76-77).

De fato, nessa Assembleia de Abertura, ficaram explícitos (para além dos objetivos monetários, cambiais e de investimentos), pelo menos nos discursos, quais eram as expectativas e os objetivos de todos os delegados participantes da Conferência: criar as condições para geração de empregos; aumento e distribuição de renda; e melhoria do bem-estar dos povos de suas respectivas nações. O próprio presidente permanente da Conferência, Henry L. Morgenthau Junior, em seu discurso, após sua eleição, ainda nessa Sessão Plenária Inaugural, reforçou esse espírito de ir além das questões monetárias e financeiras e do reordenamento do sistema de normas para as transações do comércio internacional:

[...] Nossa agenda está preocupada especificamente com questões monetárias e de investimentos. Todavia, ela deve ser vista como parte de um programa mais amplo de medidas acordadas entre as nações para obter a expansão da produção, do emprego e do comércio contemplados na Carta do Atlântico e no artigo VII dos Acordos de Ajuda Mútua, celebrados pelos Estados Unidos com muitos países das Nações Unidas. O que quer que realizemos aqui deve ser suplementado e sustentado por medidas que tenham em vista esses objetivos [...]. Devemos nos preocupar aqui com os passos essenciais que serão dados para a criação de uma economia mundial dinâmica, na qual as pessoas de cada nação serão capazes de realizar as suas potencialidades em paz; serão capazes de (através de suas indústrias, suas inventividades e suas parcimônias) aumentarem seus próprios padrões de vida e desfrutarem dos resultados do progresso material, em uma terra abençoada de infinitas riquezas naturais. Esta é a pedra angular e indispensável para a liberdade e a segurança [...]. Todos nós assistimos a grande tragédia econômica de nosso tempo. Vimos a depressão mundial dos anos 1930. Vimos os distúrbios monetários desenvolverem e se espalharem de país a país, destruindo as bases do comércio e do investimento internacional e até mesmo a esperança mundial. Em seu rastro, vimos o desemprego e a ociosidade dos meios de produção, ou seja, vastas riquezas desperdiçadas. Vimos que suas vítimas são presas fáceis, em alguns lugares, para os demagogos e ditadores. Vimos a perplexidade e a amargura se tornar os criadores do fascismo, e, finalmente, da guerra. (UNITED STATES, 1948, p. 79-81).

Contudo, na continuidade de seu discurso, ainda que de forma tácita, o secretário expressa e busca justificar política e economicamente que, para os interesses dos Estados Unidos, para além da criação de um arcabouço institucional de ordenamento financeiro e monetário internacional, o que está em jogo e deve ser aceito como prioritário na Conferência é a “defesa do livre comércio”, sem nenhum tipo de concessão, mesmo para os países arrasados pela guerra.

Em muitos países foram estabelecidos controles e restrições, sem considerar os efeitos de tais medidas para os demais países. Alguns países, em uma tentativa desesperada de conquistar uma parte do já encolhido comércio mundial, agravaram a doença ao recorrer à depreciação competitiva de suas moedas. Grande parte da nossa engenhosidade econômica foi gasta na confecção de dispositivos para dificultar e limitar a livre circulação de mercadorias. (UNITED STATES, 1948, p. 81).

Os Estados Unidos, evidentemente, não estavam preocupados, num primeiro momento, com seus aliados europeus, mas sim buscavam fazer proveito de sua vantagem competitiva no comércio mundial, uma vez que, enquanto os países europeus que haviam se envolvidos no conflito tinham seus territórios, indústrias e comércios destruídos parcial ou totalmente pela guerra, os americanos se encontravam incólumes não só no que diz respeito ao seu território (que saiu praticamente intacto da guerra), mas também mantinham suas indústrias (principalmente a bélica) e seus comércios fortemente aquecidos. Só mais tarde, quando ficou explícito o avanço da URSS, ameaçando suas expectativas de hegemonia – notadamente com a instalação da Guerra Fria – é que os Estados Unidos, através do Plano

Marshall, de fato dariam ajuda financeira (empréstimos com juros baixos), política e militar aos países europeus destruídos pela guerra.

Nessa conjuntura, qualquer que fosse o tipo de restrição ou controle estabelecido pela Conferência para o comércio mundial contrariava os objetivos estratégicos estadunidenses, razão do porquê de sua enfática defesa do “livre comércio” e do ordenamento das transações internacionais com o estabelecimento de “uma saudável moeda básica para o crescimento equilibrado do comércio internacional” (só não deixaram explícito que teria que ser a moeda de seu país), mas também na concessão de empréstimos para reconstrução e recuperação econômica dos países capitalistas, cuja principal fonte não seria, obviamente, os cofres do Tesouro americano, mas os de um Banco para Reconstrução Internacional a ser criado na Conferência (a configuração do mesmo já estava acordada com os britânicos, como veremos mais à frente). De maneira que o referido Banco, após prévia consultoria técnica, avaliaria a oportunidade ou não de concessão de empréstimos para a recomposição das economias de cada um dos países membros das Nações Unidas e dos Aliados de Guerra. Nesse sentido, prossegue Henry L. Morgenthau Junior em seu discurso de abertura:

Em 1941, começamos a estudar a possibilidade de cooperação internacional, numa base multilateral, como um meio de estabelecer um sistema estável e ordenado de relações internacionais e de divisas, buscando estimular o investimento internacional. Nossas equipes técnicas rapidamente juntaram-se aos especialistas de outras nações (que se comprometeram na preparação de propostas concretas destinadas à criação de um sistema monetário internacional, de cooperação financeira). As opiniões desses técnicos, como informado na declaração pública conjunta, revelam uma crença comum de que quebra de bolsas de valores estrangeiras pode ser prevenida e também que o colapso dos sistemas monetários pode ser evitado de tal maneira que uma saudável moeda básica para o crescimento equilibrado do comércio internacional pode ser estabelecida, se formos suficientemente previdente se planejar conjuntamente com antecedência de tempo. Existe o consenso destes peritos de que a solução reside em uma instituição permanente de consulta para a cooperação internacional em questões monetárias, de finanças e dos problemas econômicos. A formulação de uma proposta definitiva para a criação de um Fundo de Estabilização das Nações Unidas e Aliadas de Guerra é um dos itens em nossa agenda [...]. A necessidade que nós procuramos reconhecer através da segunda proposta na nossa agenda é de constituir um fundo de empréstimos a fim de prover recursos para o desenvolvimento econômico e reconstrução, empréstimos estes que, com a devida segurança, podem estar disponíveis e que irão proporcionar a oportunidade para investimento, sob salvaguardas adequadas, do capital de muitos países. Os técnicos preparam o esboço de um plano para um Banco Internacional para Reconstrução do Pós-Guerra que irá investigar as oportunidades para empréstimos dessa natureza, vai recomendar e supervisioná-los e, se aconselhável, fornecer aos investidores garantias de seu reembolso. (UNITED STATES, 1948, p. 82-83).

Sendo assim, do ponto de vista americano, a ideia de criação do Banco Internacional, no Pós-Guerra, para reconstrução dos países que foram arrasados pela guerra, frustrava as expectativas dos países membros da Conferência, em seus objetivos necessários e imediatos

de reconstrução ou recomposição de suas economias destruídas durante a Guerra. O que estava estabelecido como meta dos americanos eram os objetivos de criação de uma espécie de banco de fomento, que estimularia e viabilizaria as estratégias de desenvolvimento das mesmas, através de empréstimos, submetidos às regras do mercado financeiro mundial, ou seja, à lógica do lucro.

5.2 Abertura da “Segunda Comissão”: com a palavra, John Maynard Keynes

Inicialmente, em seu discurso de abertura da Primeira Reunião da Segunda Comissão sobre o Banco para Reconstrução e Desenvolvimento, Keynes fala que existe, nos propósitos da Organização das Nações Unidas e Aliadas, uma enorme lacuna a ser preenchida. Uma vez que, embora existisse o trabalho da Administração das Nações Unidas para Auxílio e Reabilitação (UNRRA), que prestava socorros aos refugiados da guerra, ou seja, aqueles que conseguiam escapar das agressões dos países do Eixo (Alemanha, Japão e Itália) e que se encontravam desabrigados e assolados pela fome e pelas doenças, fazia-se necessariamente urgente a institucionalização de um banco para disponibilizar empréstimos para os países Aliados, que foram sacrificados pela devastação da guerra, no sentido de financiar suas economias desmanteladas e substituir os fatores de produção que haviam sido perdidos ou destruídos pela Guerra.

Aqui cabe um comentário: como veremos logo a seguir, nesse mesmo discurso, Keynes comungava com as ideias dos americanos no que diz respeito à funcionalidade do Banco, pois, de acordo com ele, seu (do Banco) mecanismo de empréstimo seria através dos canais comum do “mercado de investimento”. Portanto, como reforçaremos em nossas análises, todas as discussões e propostas deliberadas em Bretton Woods já estavam previamente estabelecidas nas “Declarações Conjuntas dos especialistas britânicos e norte-americanos”, acordadas entre americanos e britânicos. Esse Acordo foi assimetricamente desvantajoso para a Coroa Britânica, devido à correlação de forças fortemente favorável aos Estados Unidos.

Entrementes, continua Keynes – com sua visão de políticas macroeconômicas cujas perspectivas estavam além do imediatismo das necessidades do pós-guerra –, existia também uma tarefa ainda mais prioritária do que a anterior e que teria de ser levada a cabo pela Conferência, cujos critérios e urgências teriam que ser estabelecidos pela Comissão, de maneira que

[...] é provável, em minha opinião, que a necessidade de reconstrução das consequências da guerra ocupará os principais propósitos do Banco em seus primeiros dias. Mas, logo que possível, e com crescente ênfase, na medida em que o tempo passa, existe uma segunda prioridade colocada acima da anterior, ou seja, desenvolver os recursos e a capacidade produtiva mundial, com especial atenção aos países menos desenvolvidos; no sentido de aumentar o padrão de vida e as condições de trabalho em todos os lugares, buscando tornar os recursos do mundo mais amplamente disponíveis para toda a humanidade, e, assim, ordenar as suas operações a fim de promover e manter o equilíbrio nas balanças de pagamentos internacionais de todos os países membros. (UNITED STATES, 1948, p. 85).

Sendo assim, para Keynes, será obrigação do Banco, entre outras coisas, ofertar empréstimo, com as devidas prudências, para favorecer uma “política de expansão da economia mundial” (UNITED STATES, 1948, p. 85), uma vez que este termo (expansão) é precisamente o oposto daquele conhecido como “inflação”. Por um lado, esclarece o economista, “expansão” deve significar o aumento dos recursos (bens de capital) e da produção, em termos reais, em quantidade física, acompanhado e facilitado por um correspondente aumento do poder de compra. Por outro, a “inflação” ocorre quando há aumento do poder de compra que não venha acompanhado do correspondente aumento da produção. Sendo assim, orienta Keynes, o Banco deve promover a “expansão” e evitar a “inflação”.

A proposta que será amadurecida aqui, continua Keynes, é aquela segundo a qual o Banco estará livre para operar em diferentes frentes, de maneira que boa parte do capital subscrito do Fundo será solicitada e estará disponível para empréstimos diretos pelo Banco, a propósito de aprovação, nas moedas dos países membros contribuintes. Todavia, a maior parte do seu capital subscrito será mantida como um “fundo de reserva” que servirá para garantir dois outros tipos de operações. O primeiro tipo de empréstimo elegível para tal garantia “será empréstimos para fins adequados e em condições também adequadas, emitidas pelos canais normais do mercado de investimento” (UNITED STATES, 1948, p. 85), onde, por conta dos riscos envolvidos, haveria dificuldade em colocar de outra forma o empréstimo em condições que o país devedor possa pagar. O segundo tipo de empréstimo (assegurado pelos ativos e capitais subscritos do Banco) será disponibilizado também através de canais do mercado de investimento, oferecido em favor do Banco, em seu próprio nome. Os recursos desses empréstimos serão, em seguida, voltados a ser emprestados pelo Banco aos países tomadores de empréstimos, em condições e para fins que seriam diretamente acertados com eles. Os recursos obtidos com esses dois tipos de empréstimo estariam livremente disponíveis para os devedores para fazer compras em qualquer país membro, com a devida observância da eficiência econômica.

Abrindo outro parêntese aqui no discurso do presidente da Segunda Comissão, lembramos que, no seu plano original, desde os termos da Carta do Atlântico de agosto de 1941 e do Acordo de Ajuda Mútua de fevereiro de 1942, conforme Eichengreen (2000)⁴³, Keynes tinha a expectativa de um aporte de US\$ 23 bilhões canalizado para o seu *Clearing Union* (União de Compensação), cuja fonte principal estaria nos cofres do Tesouro Americano, cálculo este baseado no *superávit* da balança de pagamentos dos Estados Unidos nos últimos anos da década de 30 do século XX. Esses recursos seriam usados para o financiamento da balança de pagamentos dos países deficitários, evitando que “políticas deflacionárias de países estrangeiros obrigassem os países a importar desemprego” (UNITED STATES, 1948, p. 135), o que de fato não aconteceu, uma vez que esse montante foi drasticamente reduzido, como veremos mais à frente.

Retomando seu discurso, Keynes passa a explicar a natureza da proposta, o que ela traz de novidade e que pode ser considerada como a marca de uma forma particularmente significativa do caráter internacional do BIRD. Na oportunidade, defende que os riscos dos empréstimos devem ser compartilhados entre os países membros na proporção de suas capacidades, uma vez que os interesses de todos os países são igualmente afetados, independentemente se eles se encontram na condição de credores, devedores ou exportadores; entretanto, quando os riscos são inevitáveis, devem ser unicamente de responsabilidade dos países credores, no caso os investidores privados ou o governo dos Estados Unidos, pelo simples fato de que eles são a principal fonte de fundos disponíveis.

O prêmio de risco é contabilizado a partir de rigorosos princípios comerciais, de maneira que pode estar além da capacidade da qual um empobrecido devedor possa assumir, e pode ele contribuir para os riscos de não cumprimento final [...]. Sem alguns suportes de garantia, portanto, empréstimos que são do interesse de todo mundo, e de fato essencial para a recuperação, pode ser impossível sua circulação. No entanto, como já disse, não há nenhuma razão, em um caso como este, onde os interesses de todos os países são da mesma forma, se credores ou devedores, ou exportadores, afetados favoravelmente, porque os riscos inevitáveis devem cair exclusivamente sobre os credores, por exemplo, os investidores ou o governo dos Estados Unidos, sempre que se constatarem que eles são a principal fonte de fundos disponíveis. A proposta é, por conseguinte, que todos os países membros devem compartilhar o risco em proporções que correspondem a sua capacidade. As garantias serão conjuntas e solidárias, até o limite de subscrição de cada país membro, de modo que os problemas de cada país membro para realizar sua garantia não afetarão injustamente o credor, desde que o Banco tenha outros ativos e subscrição para

⁴³O Reino Unido se comprometeu em restaurar a conversibilidade da libra em sua conta corrente, assumindo também o compromisso da não discriminação comercial; em contrapartida, os americanos ofereceriam ajuda financeira em termos favoráveis, além de respeitar os objetivos do pleno emprego perseguidos pelos britânicos (UNITED STATES, 1948).

recorrer, recursos que, de acordo com as nossas propostas, terão dimensões consideráveis. (UNITED STATES, 1948, p. 86).

Adicionalmente, prosseguindo em seu discurso, Keynes propõe que cada país membro deva comprometer-se a fornecer o ouro (ou a moeda nacional conversível, *free exchange*) até o montante total da sua subscrição, na medida em que ele for chamado a fazer valer sua garantia. Por conseguinte, continua ele, a qualidade dos títulos deve ser garantida prioritariamente. Com efeito, os títulos serão bons por várias e diferentes razões. A primeira razão delas é que os títulos terão por trás deles os vastos recursos do Banco, disponíveis em ouro ou em moeda nacional conversível. A segunda é que os recursos serão gastos apenas para fins adequados e de forma eficiente, após a devida avaliação por peritos e técnicos, de modo que não terão salvaguardas contra esbanjamento e desperdício – o que não ocorreu com muitos dos “horríveis empréstimos” feitos entre as duas guerras. Uma terceira razão é que eles vão levar a garantia para o país devedor, e este devedor terá motivo suficiente para fazer o seu melhor, “jogando limpo”, pelas consequências de uma ação imprópria e negligenciável em relação à relevante instituição, de maneira que não incorrerá a tamanho impropério.

Um quarto caso de salvaguarda de grande importância tanto para os países que dão garantia (tomadores de empréstimos) como para os credores, é lembrado por Keynes no seu discurso. Com efeito, segundo ele, há duas razões para esperar que os fiadores não possam se encontrar sob alguma responsabilidade insuportável ou onerosa.

Em primeiro lugar, prossegue o presidente da Comissão II, tem-se que a garantia deve dizer respeito à manutenção anual do empréstimo em termos de juros e amortização. Dessa forma, sua execução será repartida por um período correspondente à duração do empréstimo e não pode o país devedor, de repente, deixar de cumprir com sua obrigação em relação ao montante estabelecido.

Em segundo lugar, não é uma característica interessante nem essencial da proposta criar uma comissão (um encargo) que deveria ser pago pelo mutuário (país devedor) em troca de sua garantia. “Sugere-se que, para empréstimos de longo prazo de caráter normal, esta comissão deve ser a uma taxa de um por cento ao ano” (UNITED STATES, 1948, p. 87). Todavia, se for o caso, a taxa dessa comissão deve ser a mesma para todos os membros em situação semelhante, para evitar a instituição da discriminação entre membros – uma vez que essa comissão não deve ser um encargo excessivo para o devedor. Sendo assim, avalia Keynes, um por cento, somado aos “juros razoáveis” para um empréstimo garantido pelo Banco, não seria onerosa. Ademais, as receitas anuais da taxa de comissão iriam elevar

bastante as livres reservas do Banco, disponíveis para cumprir estas obrigações em relação aos fiadores.

Portanto, nesse seu discurso de abertura dos trabalhos da Comissão II, Keynes aponta para as diretrizes que foram estabelecidas nos acordos previamente acertados entre os especialistas americanos e britânicos, mas também sugere algumas das propostas delineadas em seu plano, por exemplo, a de que a responsabilização do ajuste da balança de pagamentos deveria recair tanto para os países deficitários, que necessitavam de empréstimos, quanto para os países superavitários (credores), além da garantia que deveria ser dada pelo país mutuário de empréstimo, uma vez que tal garantia, segundo a proposta de Keynes, deveria ser compartilhada por todos os países membros.

5.3 Abertura de Harry Dexter White na primeira reunião da Comissão Sobre o Fundo Monetário Internacional

Nesse discurso de abertura, White conclama cada uma das Nações Unidas e Associadas de Guerra para se desempenhar no sentido de cumprir o objetivo fundamental que é aumentar a produção e, na medida do possível, criar as condições para o pleno emprego em seus próprios países, uma vez que essa é a única forma prática de melhorar o padrão de vida dos povos das nações amantes da paz. Todavia, de acordo com ele, isso somente é possível se houver a ampliação do livre comércio entre as nações, tendo como base o interesse de todos. Assim, essa tarefa

[...] não pode ser alcançada se a guerra militar for seguida pela guerra econômica – se cada país, desrespeitando os interesses dos outros países, luta apenas pelos próprios interesses econômicos de curto prazo. A luta econômica desenfreada dos anos de 1930 levou claramente à conclusão de que a guerra econômica não melhora a situação nem de um determinado país nem de todos os países no geral. Se permitirmos que a guerra econômica desenfreada continue no futuro, novamente voltará a interromper a produção e o emprego, destruindo o comércio internacional e ferindo os mercados nacionais. Isto irá minar uma das pedras fundamentais para a garantia de uma paz segura. (UNITED STATES, 1948, p. 97).

Prosseguindo em seu discurso, White dá exemplos do comércio do algodão, do tabaco e de outros produtos agrícolas americanos que dependem da capacidade dos países europeus e de outros países para comprar parte expressiva das colheitas americanas. “Se a Europa não está prosperando e o próprio mecanismo do comércio não está funcionando de forma eficaz, os produtores americanos não serão capazes de exportar o máximo de seus produtos”

(UNITED STATES, 1948, p. 97). Ao mesmo tempo, continua ele, a prosperidade de outras partes do mundo e dos Estados Unidos depende da importação de matérias-primas provenientes de países estrangeiros. O maior nível de produção nos Estados Unidos e um mecanismo de comércio mais eficiente possibilitarão que mais matérias-primas sejam importadas pelos americanos. Nesse sentido (conclui), tanto os Estados Unidos como os outros países são beneficiados.

Uma abordagem unilateral ou bilateral para os problemas do comércio mundial (continua White) não pode produzir maiores benefícios para as nações em tempo de paz – tal abordagem deve ser multilateral. Sendo assim, prossegue White, a proposta para o estabelecimento de um Fundo Monetário Internacional, à qual se está sob consideração nesta Comissão, tem como meta promover o desenvolvimento do mercado mundial, ao criar uma instituição permanente para a cooperação monetária internacional. Ela deveria promover a estabilidade cambial (assegurando a facilidade dos pagamentos multilaterais), ajudar a diminuir o desequilíbrio internacional e dar confiança aos países membros.

Assim, prossegue White, somente por meio do desenvolvimento de mecanismos necessários para manter a não discriminação nas negociações multilaterais entre as nações pode-se evitar que ocorra restrições cambiais, quotas, e outros dispositivos que inevitavelmente provocam a contração da produção e do comércio. Portanto, conclui White, a proposta do Fundo, colocada para a apreciação desta Comissão, jogará um papel importante no processo de estabilização das relações econômicas, monetárias e comerciais no mercado internacional.

Aqui é interessante abrir uma janela para conhecermos melhor essa figura polêmica da diplomacia mundial do contexto da Conferência Financeira e Monetária das Nações Unidas em Bretton Woods, de 1944. Com efeito, segundo Steil (2014), Harry Dexter White, então funcionário do Ministério da Fazenda e do Planejamento do governo dos Estados Unidos, foi quem praticamente liderou a delegação dos EUA nas negociações de Bretton Woods, jogou um papel crucial na vitória americana perante a Conferência, fazendo aprovar o seu Projeto de Reforma do Sistema Financeiro e Monetário Internacional, o qual estabeleceu uma Nova Ordem Político/Financeira e Monetária Mundial a partir do Fim da Segunda Guerra Mundial. Todavia, mais tarde descobriu-se que White, como muitos dos funcionários do governo de Franklin Delano Roosevelt, estava a serviço de Stalin, como um “espião soviético”.

Silverman, o entregador de tapete, acabaria por ser apontado por Whittaker Chambers, um mensageiro entre a inteligência soviética e suas fontes secretas dentro do governo dos EUA, como parte de um círculo de espiões americanos dirigidos por Nathan

Gregory Silvermaster, economista do Tesouro e Conselheiro de Guerra. O visitante não identificado que assustou White chamando a atenção para a sua fonte era, de acordo com Chambers, parte do “aparelho de Elizabeth Bentley”, sendo que Bentley também teria sido um mensageiro que virou informante do governo EUA em 1945 [...]. No entanto, ao contrário de Chambers, White não receberia ordens de ninguém. Ele trabalhou por conta própria. Não aderiu a nenhum movimento clandestino [...]. Trabalhando através de intermediários próximos a ele, White garantiu documentos oficiais do Tesouro para Chambers que, depois de fotografados por este em sua oficina em Baltimore, voltou pelo mesmo canal. (STEIL, 2014, p. 24-25, tradução nossa⁴⁴).

Todavia, o próprio Steil deixa algumas dúvidas quanto a essa “perigosa dupla-vida” de White; na realidade, ele (White) era apenas um idealista ingênuo que dedicava simpatia ao sistema de planejamento econômico soviético, face aos seus resultados (dos soviéticos) naquele contexto, e sonhava com um sistema misto que pudesse juntar o “livre mercado” com o sistema de planejamento estatal implantado na URSS. Com efeito, o professor de economia internacional da Universidade de Harvard, em recente entrevista a Robert Yee, no dia 15 de setembro de 2016, contestou a versão de Steil do eventual papel de espião de Harry Dexter White. Na sua avaliação:

A outra coisa que Steil, pelo menos, sem dúvida, tem errado [foi que] Steil convenceu-se e tentou convencer seus leitores de que Harry Dexter White era um espião soviético. Ele tem algumas evidências circunstanciais de vários tipos, mas ele não faz uma distinção (que eu acho que é realmente crítica) entre espião e informante. Você pode ser um informante sem ser um espião. E então Steil tinha o diário de Harry Dexter White (ou algo que, aparentemente, [White] tinha escrito para si mesmo) e ele cita a sentença final, incluindo algumas reflexões (de Steil) sobre a União Soviética, o que acaba identificando a União Soviética como o sistema econômico do futuro. E depois há um rabisco no final que Steil interpreta como um ponto de exclamação e [Conway] argumenta, [ele] é realmente um ponto de interrogação e, claro, o significado da frase é completamente diferente, se é um ponto de interrogação ou [em contrário]. Steil interpreta de uma maneira inequívoca, e [Conway] jogou um slide, que mostrou a imagem, e com certeza é um ponto de exclamação que poderia muito bem ser um ponto de interrogação descuidado, você sabe; quem sabe? De qualquer forma, Steil desenvolveu sua tese e, como é frequentemente o caso, reunidas as provas que apoiou a sua tese, que uma leitura atenta das provas não faz. (YEE, 2016, p. 9, tradução nossa⁴⁵).

⁴⁴Silverman, the rug deliveryman, would eventually be fingered by Whittaker Chambers, a courier between Soviet intelligence and its secret sources within the U.S. government, as being part of an American spy ring run by Nathan Gregory Silvermaster, an economist with the Treasury and the War Production Board. The unnamed visitor who spooked White by calling attention to its source was, according to Chambers, part of “Elizabeth Bentley’s apparatus”, Bentley having also been a courier who turned U.S. government informant in 1945 [...]. Yet unlike Chambers, White would take orders from no one. He worked on his own terms. He joined no underground movements [...]. Working through intermediaries close to him, White secured official Treasury documents for Chambers which, after Chambers photographed them in his Baltimore workshop, he returned through the same channel.

⁴⁵The other thing Steil at least arguably got wrong [was that] Steil convinced himself and tried to convince his readers that Harry Dexter White was a Soviet spy. He has some circumstantial evidence of several types, but he doesn’t make a distinction (which I think is actually critical) between spy and informant. You can be an informant without being a spy. And then Steil had Harry Dexter White’s diary (or something apparently, [White] did writing to himself) and he cites the final sentence, including some ruminations on the Soviet Union, which

Reforçando o argumento acima de que o Harry Dexter White não passava de um simpatizante do sistema econômico soviético, o próprio Steil (2014) apresenta uma frase em que White teria escrito poucos anos depois em um ensaio não publicado: “Russia is the first instance of a socialist economy in action. And it works!”⁴⁶.

5.4 Relatório do Comitê de Coordenação

No encontro do Comitê de Coordenação, ocorrido em 21 de julho de 1944, foi apresentado e aprovado, e posteriormente enviado para submissão da Conferência, seu relatório, conforme Documento nº 509 (UNITED STATES, 1948), de maneira que o objetivo desta subseção é apresentar um sumário do relatório, uma vez que nele estão expressas as principais teses que foram aprovadas na Plenária Final da Conferência, principalmente as que dizem respeito às finanças e à moeda internacional, mas também às formas de cooperação e organização do comércio mundial.

5.4.1 *Fundo Monetário Internacional*

No que diz respeito à criação do Fundo Monetário Internacional, o relatório observa que, no comércio exterior – que afeta o padrão de vida de várias pessoas em todos os países do mundo –, existe um interesse muito grande em relação ao sistema de trocas das moedas nacionais (sistema internacional de câmbio), seu regulamento e as condições de seu funcionamento. As transações que envolvem trocas de moedas nacionais (por exemplo, importação e exportação de bens e serviços de não fatores) se dão no mercado internacional de câmbio (mercado de divisas); por conta disso, as nações devem estabelecer um acordo sobre as regras básicas que regem as trocas, buscando fazer com que o sistema funcione sem grandes problemas. Caso contrário, quando não existem acordos ou regras bem definidas, as nações, individualmente ou em pequenos grupos, estabelecem suas próprias regras para

ends up identifying the Soviet Union as the economic system of the future. And then there’s a squiggle at the end which Steil interprets as an exclamation point and [Conway] argues, [it] is really a question mark and of course the meaning of the sentence is completely different, if it’s a question mark or [otherwise]. Steil interprets it unambiguous in one way, and [Conway] threw up a slide, which showed the picture, and sure enough it’s a squiggly exclamation point which could well be a sloppy question mark, you know; who knows? Anyway, Steil developed his thesis and, as is often the case, gathered the evidence that supported his thesis, which a close reading of the evidence does not do.

⁴⁶ A Rússia é a primeira experiência de uma economia socialista em ação. E ela funciona!

obterem vantagens comerciais. O resultado é a instabilidade e a redução do volume de comércio no exterior. Tais ações provocam danos nas próprias economias nacionais (conforme experiências do Entreguerras), uma vez que, necessariamente, conduzem à guerra econômica e comercial no mercado internacional, pondo em perigo a paz mundial.

Por conta disso, aponta o relatório, a Conferência tem chegado à conclusão de que se deve orquestrar uma necessária e abrangente ação internacional para estabelecer um sistema monetário internacional, favorável ao comércio exterior. Os países devem consultar e chegar a um acordo sobre as alterações monetárias internacionais que afetam uns aos outros. Eles devem proibir práticas que (individual ou coletivamente estabelecidas) causam prejuízos para a prosperidade mundial, e devem colaborar entre si no sentido de superar dificuldades cambiais de curto prazo.

Para tanto, prossegue o relatório, a Conferência chegou a um consenso de que as nações nela representadas devem criar, para esses fins internacionais, uma instituição permanente, um Fundo Monetário Internacional, com poderes e recursos adequados para execução das tarefas que lhe serão atribuídas. Nesse sentido, já existe acordo a respeito desses poderes e aos recursos e obrigações adicionais que os países membros devam empreender.

5.4.2 Banco para Reconstrução e Desenvolvimento

Quanto ao Banco para Reconstrução e Desenvolvimento, o relatório avalia que, como todos os países estão de acordo com a opinião de que a reconstrução do pós-guerra ocorra da forma mais rápida possível, todos serão beneficiados. Semelhantemente, o relatório concorda com a opinião geral de que o desenvolvimento dos recursos de determinadas regiões é do interesse econômico global. Sendo assim, o estabelecimento de programas de reconstrução e desenvolvimento possibilitaria a aceleração do progresso econômico em toda parte do mundo, auxiliando na estabilidade política e na promoção e conservação da paz mundial.

Nesse sentido, prossegue o relatório, a Conferência concordou que a ampliação do investimento internacional é fundamental para disponibilizar um montante de capital necessário para a reconstrução e o desenvolvimento do progresso econômico e financeiro mundial, razão pela qual os países devem cooperar para aumentar o volume de investimento estrangeiro que tenha tal finalidade – os investimentos se darão por meio dos mecanismos normais do mercado financeiro. Por conta disso, é especialmente importante que estes países cooperem entre si, no sentido de compartilhar os riscos dos investimentos, uma vez que os

benefícios serão igualmente compartilhados. Para que tais propostas sejam levadas a cabo, a Conferência concorda que os países devem criar um organismo internacional permanente para executar essas funções e atribuições. Essa instituição será chamada de Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

Segundo o relatório, esse Banco deve disponibilizar empréstimo de capital por meio dos canais normais do mercado financeiro, com taxas de juros de longo prazo razoavelmente baixas – esses empréstimos seriam voltados para projetos que aumentariam a produtividade dos países devedores. Existe o consenso de que o Banco deve garantir empréstimos feitos por outros países e que, na medida de suas subscrições de capital, todos os países devem colaborar com o país devedor para a garantia de seu empréstimo. Foi também nesse sentido que a Conferência estabeleceu consensualmente os poderes e os recursos que o Banco deveria ter e, adicionalmente, sobre as obrigações que os países membros deveriam assumir.

O relatório esclarece, ainda, que as propostas formuladas na Conferência para a criação do Fundo e do Banco serão submetidas, de acordo com os termos do convite, para consideração dos governos e das pessoas dos países representados.

Aqui é necessário fazer duas observações: a primeira refere-se ao que foi dito anteriormente, qual seja, a expectativa de Keynes de que os aportes de capitais canalizados para as atividades do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento seriam vultosos por conta das funções e atribuições que o contexto do pós-guerra lhes impunha. Todavia, de acordo com Eichengreen (2000), nas Declarações Conjuntas e nos Artigos do Acordo, foi construída uma proposta alternativa de “concessão mútua” que explicitava “a assimetria no poder de barganha” entre os norte-americanos e os britânicos, razão pela qual o Relatório do Comitê de Subscrição da Comissão II, conforme Documento nº 511 (UNITED STATES, 1948), aprovou um montante de subscrição em torno de 8,800 bilhões de dólares para o Banco, sendo que 3,175 deveriam ter sido subscritos pelos Estados Unidos e 1,300 pelo Reino Unido – “um valor mais próximo dos US\$ 5 bilhões previstos pelo Plano White do que dos US\$ 26 bilhões propostos no Plano Keynes” (EICHENGREEN, 2000, p. 136).

A segunda observação ficou implícita anteriormente na própria Agenda da Conferência, construída consensualmente, qual seja, no lugar de um *Clearing Union* (que será vista com detalhe mais à frente, com toda a sua subjacente estrutura, objetivos, diretrizes de política e moeda), proposto no Plano Keynes, foi descartada em função do Plano White, também sedimentado e ajustado através das Declarações Conjuntas entre os dois principais países em disputa (Estados Unidos e Reino Unido), na institucionalização de um Fundo, o Fundo Monetário Internacional.

Nesse sentido, logo a seguir, é interessante apresentarmos, analisarmos e especularmos a respeito da proposta keynesiana – que, de fato (e no geral), não saiu do papel – de criação do *International Clearing Union* (Câmara de Compensação Internacional).

5.5 O Plano Keynes e a *International Clearing Union*

Faremos, nesta subseção, uma análise do Apêndice 4 do volume 2, *International Clearing Union: Text of a Paper Containing Proposal by British Experts for an International Clearing Union*, em que é apresentada a proposta dos especialistas britânicos para criação da União de Compensação Internacional (uma espécie de Câmara de Compensação Internacional). Este material foi publicado pelo Serviço de Informações Britânicas, agência do governo do Reino Unido, no dia 8 de abril de 1943.

Na apresentação do referido documento, evidenciamos a fala do chanceler britânico das finanças, ao discursar no parlamento, em fevereiro de 1943, quando argumenta sobre a necessidade de se instituir um mecanismo monetário internacional que serviria aos requisitos do comércio mundial e evitaria ações unilaterais (por parte dos países) como, por exemplo, as depreciações cambiais competitivas. Um sistema no qual os embaraços da balança de pagamentos (retenção de *superávits* nas transações correntes) e excessos de divisas (através de manipulação cambial unilateral) seriam desnecessários.

Em seu discurso, o chanceler defendeu a instalação de um método ordenado e acordado de determinação do valor das unidades monetárias nacionais. Em outras palavras, a recriação de um sistema monetário internacional liberto das influências que operavam no passado, como resultado de movimentos especulativos em larga escala de capital de curto prazo.

O governo britânico esclarece que o propósito desse documento é servir como contribuição preliminar para a solução dos problemas relacionados à necessária cooperação econômica internacional do pós-guerra. Sendo assim, quaisquer propostas de criação de um mecanismo monetário internacional apenas serão satisfatórias quando enquadradas numa moldura analítica que abarque todos os aspectos dos problemas que provocaram os profundos distúrbios nas transações do comércio internacional. Nesse sentido, o governo alimenta a expectativa de que essas propostas sejam a base para a discussão crítica e construtiva que, juntamente com projetos semelhantes, possam contribuir para a construção de um sistema que contemple todas as necessidades do comércio mundial, levando paz e prosperidade a todos.

Nesses termos, o referido documento foi apresentado para exame técnico dos especialistas do governo dos Estados Unidos. Ele foi também discutido com representantes dos países Aliados europeus e comunicado aos representantes dos outros países que integravam as Nações Unidas.

No prefácio da proposta para a criação da *International Clearing Union*, no que diz respeito à atividade nacional relacionada à produção, ao comércio e às finanças, dada a natureza do problema e da experiência do período Entreguerras, há a sugestão de quatro linhas principais de abordagens:

- (i) A questão da moeda e do câmbio;
- (ii) A sistematização de uma política comercial que regule as condições para as transações com mercadorias, tarifas, preferências, subsídios, normas de importação e áreas afins;
- (iii) Realização ordenada da produção, distribuição e preço de produtos primários, de modo a proteger os produtores e consumidores tanto de perdas quanto dos riscos de flutuações nas condições de mercado; e, por fim,
- (iv) Auxílio ao investimento, de médio e de longo prazo, para os países cujo desenvolvimento econômico precisa de ajuda externa (UNITED STATES, 1948).

Sendo assim, ainda conforme o documento, se os princípios dessas medidas e a forma das instituições que as levarão a cabo podem ser estabelecidos com antecedência (no sentido de que eles possam estar em operação quando se fizerem necessários) é possível que, tomadas conjuntamente, possam ajudar o mundo a controlar os fluxos e refluxos das atividades econômicas, que, no passado, destruíram os meios de subsistência e colocou em perigo a paz mundial. Portanto, foi recomendado o seguinte conjunto de sugestões e propostas relacionadas aos instrumentos de manipulação da moeda e do comércio internacional de mercadorias:

- (a) Não deveria haver interferência nas políticas internas dos países, por menor que seja, e o plano não deve se afastar da arena internacional. Desde que essas políticas possam ter repercussões importantes nas relações internacionais, elas não podem ser negligenciadas. No entanto, na esfera da política interna, a autoridade do Conselho Administrativo da instituição (União de Compensação Internacional), aqui proposta, deveria se limitar a fazer recomendações, ou, no máximo, impor condições mais amplas para apreciação das facilidades que a instituição oferece;

- (b) A sistemática técnica do plano deve ser suscetível de aplicação independentemente do tipo e forma de gestão governamental, e da economia política existente para os futuros países membros;
- (c) O gerenciamento da União de Compensação Internacional deve ser especificadamente internacional, sem permitir a preponderância do poder de veto ou tergiversações na relação com qualquer país ou grupo de países e os direitos e privilégios de pequenos países devem ser salvaguardados;
- (d) Deve ser garantido algum tipo de direito de liberdade de ação para os países membros, pois é essa a condição mínima necessária para se estabelecer qualquer acordo ou tratado entre nações. Todavia, para que tais entendimentos possam ser completamente voluntários, eles devem não apenas ser duráveis, mas também revogáveis, quando se tornarem inócuos ou malévolos aos interesses do país. Se a maioria dos países membros se submetesse a isso, certamente o plano seria fracassado, mas quando eles são livres para escolher, podem estar mais dispostos a aceitá-los;
- (e) O plano deve operar não só para garantir vantagem geral para todos, mas também para o benefício individual de cada nação participante, e não deve exigir sacrifício econômico ou financeiro especial para nenhum país. Ou seja, nenhum país participante deve ser solicitado a fazer ou deixar de fazer qualquer coisa que não seja de seu próprio interesse (UNITED STATES, 1948).

Sendo assim, o documento indica que a *International Clearing Union* não deve assumir o encargo de fazer empréstimos de longo prazo – isso deve ser tarefa específica de alguma outra instituição e deve criar algum mecanismo para conter os mutuários (devedores) imprevidentes. Adicionalmente, orienta também que a União de Compensação deve ter como tarefa relevante desencorajar os países credores a não fazerem uso de grandes saldos líquidos (não acumularem grandes reservas internacionais), pois estas deveriam ser consagradas a algum outro tipo de finalidade, uma vez que saldos credores excessivos, necessariamente, geram saldos devedores problemáticos e inesperados como contrapartida em algum outro setor. Assim, deveria ser normatizado que o credor, bem como o devedor, pode ser igualmente responsabilizado por algum tipo de desequilíbrio.

No que se refere às principais sugestões para o aperfeiçoamento de um sistema de moeda internacional que deveria ser mais eficiente e adequado às necessidades do comércio mundial (sistema monetário internacional), o mesmo documento aponta para a formatação de um arcabouço de propostas que deveriam ser consensuais, dentre as quais, primeiramente, a proposta de criação de uma moeda internacional (*international currency*) que tenha aceitação

geral entre as nações, de modo que os saldos bloqueados e as compensações bilaterais fossem desnecessários. O significado disso é que se teria uma moeda internacional que seria utilizada por cada nação em suas transações com outros países. Essa moeda internamente seria gerenciada pelo órgão nacional competente, como, por exemplo, o Tesouro Nacional ou o Banco Central de cada país, enquanto que os indivíduos, as instituições públicas, as empresas privadas e os outros bancos continuariam a usar a própria moeda nacional como sempre a usaram (UNITED STATES, 1948).

O documento aponta, ainda, para o estabelecimento de um mecanismo de ordenamento e coordenação no sentido de determinar os valores relativos de troca das unidades monetárias nacionais, de modo que ação unilateral e depreciações cambiais competitivas fossem desestimuladas e proibidas de alguma forma.

Quanto à tendência de variações dos preços domésticos resultante das transações comerciais, o documento apresenta a proposta de criação de uma cesta de moedas internacionais, que não fosse determinada de forma imprevisível (como, por exemplo, o progresso tecnológico na extração de ouro das empresas mineradoras) nem sujeita a grandes variações, por conta das políticas de reserva de ouro de cada país. Mas, ao contrário, que fosse governada pelas exigências reais da dinâmica do comércio mundial, e também capaz de possibilitar, em cada caso, ou expansão ou contração, uma forma racionalmente controlada para compensar as tendências deflacionárias e inflacionárias, por conta da pressão da demanda mundial.

No que se refere aos desequilíbrios de balança de pagamentos dos países, o documento defende a proposta de criação de um sistema dotado de um mecanismo de estabilização interna (porque pressão desestabilizadora sempre surge em qualquer país) para evitar que um determinado país, no que se refere ao saldo na sua balança de pagamentos (em relação ao resto do mundo), busque o equilíbrio a qualquer custo – criando movimentos que provocam, em seus vizinhos, uma carência igual e oposta àquele mesmo *quantum* equilibrador.

Propõe, também, a criação de um plano que seja consensual para alavancar economicamente cada país, após o termino da guerra, possibilitando um estoque de reservas adequado à sua importância no comércio mundial, de modo que, evitando ansiedade e precipitações, possa colocar sua casa em ordem, durante o período transitório até alcançar as condições ideais para períodos de plena paz. Isso pode ser materializado através da criação de uma instituição central, de caráter puramente técnico e não político, para ajudar e apoiar outras organizações e instituições internacionais envolvidas com o planejamento e regulação da vida econômica mundial.

Por fim, o documento aponta para o estabelecimento de um mecanismo completo que garanta e proteja o mundo dos transtornos de toda ordem, no sentido de que todo e qualquer país (sem grandes pressões e ansiedades, com maestria e devida prudência – mesmo no contexto de problemas que não são de suas próprias autorias) possa utilizar sua capacidade para cumprir com suas obrigações internacionais, tornando desnecessários os métodos de restrição e discriminação que os países adotaram até hoje, não por seus méritos, mas como medidas de autoproteção contra forças externas perturbadoras.

Tem-se, sumariamente, de acordo com Keynes, que a proposta é criar uma União Monetária (*Currency Union*), aqui designada como *International Clearing Union* (União de Compensação Internacional), tendo como balizador uma moeda bancária internacional, chamada *bancor*, fixada (mas que pode ser ajustada) em termo de ouro e aceita como equivalente ao ouro pelo Reino Unido e pelos Estados Unidos e todos os outros países membro das Nações Unidas para o propósito de configuração (restituição do equilíbrio) das balanças de pagamentos dos países que atuam no comércio internacional. Os bancos centrais de todos os países membros e não membros manteriam contas na Câmara de Compensação Internacional, através da qual eles teriam direito de regularizar seus saldos cambiais (resolver seus desequilíbrios cambiais), um em relação ao outro, pelo seu valor nominal definido em termos de *bancor*.

Os países que se encontrassem na condição de ter uma balança de pagamentos favorável (superavitária) em relação ao resto do mundo (como um todo), se achariam na condição de terem uma conta de crédito na *International Clearing Union*, enquanto que aqueles países que por acaso estivessem na condição de um saldo desfavorável (deficitário) teriam uma conta de débito. Entretanto, medidas poderiam ser necessárias para evitar acumulação de saldos deficitários ou superavitários sem limites, pois o sistema entraria em pânico (com grandes distúrbios), no longo prazo, se não possuir suficiente capacidade para assegurar o autoequilíbrio em casos como estes.

Ainda de acordo com o documento acima citado, a ideia subjacente à configuração da União de Compensação Internacional é muito simples, pois segue o generalizado princípio de todo sistema bancário regido em qualquer sistema privado. Esse princípio, conhecido como princípio das Partidas Dobras, ou de Lucas Pacioli, diz que o somatório de todos os débitos deve ser igual ao somatório de todos os créditos. Se nenhum crédito pode ser removido fora do sistema de compensação, mas apenas transferido dentro dele, a União de Compensação Internacional nunca pode encontrar qualquer dificuldade no que se refere ao cumprimento (liquidação) dos cheques sacados sobre ela. Essa instituição monetária pode trazer benefícios

para qualquer um de seus membros com a garantia de que as receitas só podem ser transferidas para a conta de compensação de outro membro. Sua tarefa única é fazer com que os seus membros mantenham as regras e que os avanços feitos para cada um deles sejam prudentes e aconselháveis para a União Monetária como um todo.

Portanto, de forma clara e simples, o Plano Keynes alinhou um conjunto de caracterizações necessárias e práticas para a criação e funcionamento da moeda internacional, o *bancor*, avançando para o estabelecimento de um sistema mundial de União Monetária, através de uma instituição a que Keynes chamou de *International Clearing Union*. Tal instituição funcionaria dentro dos princípios da contabilidade mundial bancária e teria como principal função o controle dos fluxos internacionais de capital (restrito ao *bancor*) e a organização das atividades do comércio mundial que, no passado, por falta destas, destruiu os fatores de produção e colocou em perigo a paz mundial.

Segue abaixo as principais disposições normativas, organizacionais e da dinâmica de funcionamento do que seria na prática o Plano Keynes, caso este houvesse sido aprovado.

5.5.1 As disposições do plano

Nesta subsecção daremos continuidade à apresentação e análise do Apêndice 4 do volume 2, a partir do documento *The provisions of the plan* (As disposições do plano), apresentado na Conferência com proposições e sugestões para servir como base para as discussões sobre a criação da Câmara de Compensação Internacional (UNITED STATES, 1948). Embora contenha inúmeros itens, analisaremos apenas os mais relevantes, pois acreditamos que nos permitirão compreender qual era a ideia original que Keynes (e sua equipe de especialistas) concebia sobre a União de Compensação Internacional.

Sendo assim, do ponto de vista da estrutura de gestação e execução da União de Compensação Internacional, o item (2) nos mostra que ela contaria com um Conselho Administrativo que seria indicado pelos governos dos Estados membros⁴⁷ (e um Fundo de

⁴⁷O Conselho Administrativo deverá ser indicado pelos Governos dos Estados membros, aqueles com as maiores quotas terão o direito de nomear um membro individualmente e aqueles com menores quotas serão eleitos em convenções políticas, de modo que os membros não devem exceder a quantidade de 12 ou de 15 pessoas. Cada representante no Conselho Administrativo dispõe de um voto na proporção das quotas do Estado (ou Estados); exceto quando, em uma proposta para aumentar a quota particular, o poder de voto do representante deve ser medida pelas quotas dos Estados membros – aumentando seu saldo de crédito ou diminuindo seu saldo devedor, em média, em cada caso, ao longo dos últimos dois anos.

Reserva), sendo que suas atividades diárias com a União de Compensação e as disposições técnicas seriam realizadas através dos bancos centrais dos Estados membros ou outras autoridades competentes.

Os Estados membros acertariam entre si o valor inicial de suas próprias moedas em termos de *bancor*; conforme item (3), um Estado membro não poderia alterar o valor de sua moeda em termos de *bancor* sem a autorização do Conselho Administrativo, exceto em condições muito especiais. Assim, durante os primeiros cinco anos após o início do sistema, o Conselho Administrativo estudaria com a devida atenção as solicitações para um ajuste no valor do câmbio da unidade monetária nacional, quando justificada por circunstâncias imprevistas.

O valor do *bancor* em termos de ouro seria fixado pelo Conselho Administrativo, de acordo com o item (4), e os Estados membros não poderiam vender (nem adquirir) ouro, direta ou indiretamente, a um preço em termos de suas próprias moedas nacionais, acima da paridade, que corresponderia ao valor da sua moeda, em termos de *bancor*, e para o valor do *bancor* em termos de ouro. Suas compras e vendas de ouro não deveriam ter quaisquer restrições em outras situações. Cada Estado membro deveria atribuir a si mesmo uma *cota*, pois esta lhe daria a medida de sua responsabilidade na gestão da União e do seu direito de desfrutar das facilidades de crédito oferecidas pela União. As cotas iniciais deveriam ser fixadas por referência ao montante das exportações e importações de cada país em torno da média dos três anos anteriores à guerra, e poderia ser de 75% (setenta e cinco por cento) desse montante. Entretanto, tal montante poderia ser revisto, por meio de uma avaliação especial, nos casos em que a fórmula se mostrasse, por qualquer razão, inapropriada.

Os Estados membros concordariam em aceitar o pagamento de saldos em moeda (devido a eles a partir de outros membros) por uma transferência de *bancor* para seu crédito nos livros da União de Compensação, conforme o item (6). Eles (os Estados membros) teriam o direito de fazer transferências de *bancor* entre eles mesmos. A União poderia, a seu critério, cobrar uma pequena comissão (ou taxa de transferência) em relação às transações em seus livros, com objetivo de custear suas despesas correntes ou quaisquer outras despesas aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Estado membro pagaria ao Fundo de Reserva da União de Compensação uma taxa de 1% a.a (um por cento ao ano) sobre o montante do seu saldo médio em *bancor* superior a um quarto da sua quota (estando o saldo a crédito ou a débito) e uma comissão adicional de 1% (um por cento) no seu saldo médio, seja a crédito ou a débito, superior a uma metade de sua cota, como está determinado no item (7).

Sendo assim, apenas quando um país mantivesse, na medida do possível, um estado de equilíbrio na sua balança de pagamentos, na média do ano, conseguiria escapar dessa tributação. Qualquer Estado membro em débito poderia, após consulta ao Conselho Administrativo, tomar emprestado *bancor* dos saldos de qualquer Estado membro em crédito (superavitário), nas condições mutuamente acordadas – isso significa que cada um poderia evitar essas contribuições. O Conselho Administrativo poderia, a seu critério, remeter os encargos sobre os saldos de crédito e aumentar correspondentemente aqueles em saldos devedores, se, em sua opinião, condições excessivamente expansionistas se tornassem iminentes na economia mundial.

No que diz respeito ao saldo devedor, um Estado membro não poderia aumentar o seu saldo devedor por mais de um quarto da sua quota no período de um ano, sem a autorização do Conselho Administrativo, assim diz o item (8). Se o seu saldo devedor excedesse um quarto de sua quota, na média de pelo menos dois anos, ele teria o direito de reduzir o valor de sua moeda em termos de *bancor*, desde que a redução não excedesse 5% (cinco por cento), sem o consentimento do Conselho Administrativo, mas não poderia repetir o procedimento a menos que o Conselho autorizasse, por considerá-lo indispensável.

O Conselho Administrativo poderia exigir de um Estado membro, que se encontrasse com saldo devedor no montante da metade da sua quota, o depósito de garantia adequado para cobrir o seu saldo devedor. Tais garantias deveriam, a critério do Conselho Administrativo, tomar a forma de ouro, moeda ou títulos de governos estrangeiros (ou nacionais), nas condições da capacidade do Estado membro. O Conselho Administrativo permitiria que um Estado membro aumentasse seu saldo devedor, configurando-o superior à metade de sua quota, se fossem satisfeitas as seguintes medidas:

- (i) Uma redução indicada no valor da moeda do membro, se considerar que seria medida mais adequada;
- (ii) O controle das transações de capital estrangeiro, caso ainda não estivesse em vigor;
- (iii) A entrega de uma proporção adequada do estoque de ouro ou outra reserva líquida para a redução do seu saldo devedor.

Adicionalmente, o Conselho Administrativo poderia recomendar ao governo do Estado membro outras medidas internas que impactassem sua economia doméstica de tal maneira que seriam adequadas à restauração do equilíbrio de sua balança de pagamentos.

De acordo com o item (9), um Estado membro que se encontrasse com um saldo credor excedendo a metade de sua quota, na média de pelo menos um ano, deveria discutir

com o Conselho Administrativo (sendo que a decisão final caberia a ele) que medidas seriam apropriadas para o restabelecimento do equilíbrio de sua balança de pagamentos, incluindo:

- (a) Medidas para a expansão do crédito doméstico e da demanda doméstica;
- (b) A valorização da sua moeda local em termos de *bancor*, ou, alternativamente, o encorajamento de um aumento das taxas de lucros monetários;
- (c) A redução de tarifas e outras restrições nas importações; e
- (d) Empréstimos para o desenvolvimento internacional.

Portanto, um Estado membro teria o direito de adquirir um saldo credor, em termos de *bancor*, para pagar, em ouro, a União de Compensação para crédito da sua conta de compensação. Mas ninguém teria o direito de demandar ouro da União diante de um saldo de *bancor*, desde que tal saldo estivesse disponível apenas para transferência para outra conta de compensação. O Conselho Administrativo da União de Compensação deveria, no entanto, ter o poder discricionário para distribuir qualquer quantidade de ouro, em seu poder, entre os sócios que possuíssem saldo credor acima de uma determinada proporção de suas cotas, proporcionalmente a tais saldos, em redução de seu montante superior a essa proporção.

Ainda dentro das sugestões e recomendações, o plano coloca algumas regras (obrigatórias) para aqueles países que se encontrassem em uma situação credora em sua balança de pagamentos, mas tais obrigações não passaram integralmente na Conferência.

Especificamente, de acordo com a avaliação do plano, em seu item (7), não se chegou ao consenso com relação à condição em que determinado país, com saldo devedor ou credor em sua balança de pagamentos, poderia exceder um determinado teto, por exemplo, sua quota. No caso em que o país estivesse devedor (deficitário), este teto seria bastante rígido, e, de fato, medidas preventivas seriam adotadas para evitar que fosse atingido esse máximo. Quando, todavia, o país se encontrasse na situação de credor (superavitário), não foi proposto nenhum valor (um teto sequer) máximo mais rígido. Como forma alternativa de prevenção, poderia ser exigido um eventual cancelamento do país (da União de Compensação), ou obrigá-lo a fazer investimento para obter saldos de crédito em *bancor*, pela acumulação acima de sua quota.

Nessa linha de raciocínio, o plano vai mostrar que seria de bom alvitre que o país superavitário aceitasse um limite no saldo credor de sua balança de pagamentos a partir do qual ele deveria ter algum constrangimento, dentro das normas da União de Compensação. Com efeito, prossegue o plano, se, por outro lado, a limitação fosse tomando a forma de que o país credor não seria obrigado a aceitar *bancor*, sobre o que estaria acima de sua quota (anteriormente prescrita), isso poderia prejudicar a aceitabilidade geral do *bancor*, ao mesmo

tempo, não trazendo benefício real ao próprio país credor. Contudo, se ele escolhesse se aproveitar da limitação, ele deveria ou restringir suas exportações, ou ser conduzido a retomar de alguma forma os acordos bilaterais de pagamentos fora da União de Compensação, substituindo um ativo menos aceitável para saldos em *bancor*, baseando-se no crédito coletivo de todos os Estados membros – com disponibilidade para pagamentos a qualquer um deles – ou tentando um expediente provavelmente temporário de se recusar a negociar, exceto em uma base de ouro.

Nesse contexto, na avaliação do plano, ao contrário do que se poderia supor imediatamente, a ausência de um valor máximo estabelecido (um teto fixo) para os saldos credores não impõe, aos Estados membros nesta situação (superavitária), uma responsabilidade para além do seu próprio controle. A responsabilidade de um determinado Estado membro seria imposta, não pelas quotas de outros Estados membros, mas por sua própria política de controle sobre seu saldo favorável na sua balança de pagamentos. Essa é a razão pela qual a existência da União de Compensação não subtrai do Estado membro qualquer uma das facilidades que este possui para receber o pagamento de suas exportações.

Na ausência da União de Compensação um país credor pode empregar o resultado de suas exportações para comprar produtos, ou para obter investimentos, ou para fazer breves incursões e manter saldos temporários no exterior, ou ainda para comprar ouro. Todas essas facilidades permaneceriam à sua disposição. A diferença é que, na ausência da União de Compensação, fatores mais ou menos automáticos (muitas vezes imprevisíveis) entrariam em jogo para restringir o volume de suas exportações, após os acima nomeados meios de receber pagamentos terem sido exauridos. Alguns países se tornam incapazes de comprar; além disso, há uma tendência geral para uma automática queda no comércio internacional e, por consequência, uma redução nas exportações do país credor.

Assim, o resultado da existência da *International Clearing Union* seria colocar para o país credor a possibilidade de uma escolha entre reduzir voluntariamente suas exportações da mesma forma que teria sido involuntariamente reduzida na ausência da União de Compensação, ou, alternativamente, de permitir que suas exportações continuem acumulando excesso de recebidos, sob a forma de saldos em *bancor*. A menos da existência de algum fator que demonstre que a redução involuntária das exportações se apresente como uma desvantagem, um país credor não terá nenhum prejuízo; pelo contrário, teria vantagem, ao ser oferecida a opção adicional de receber o pagamento para as suas exportações através de acumulação de um saldo em *bancor*.

Apresenta-se, assim, a seguinte questão: qual seria a responsabilidade extrema que um Estado membro incorreria se por acaso aderisse ao sistema? A resposta é que este se encontra inteiramente dentro de seu próprio controle. Não mais é solicitado do que ele deve reservar em *bancor* o excedente de sua balança de pagamentos superavitária; enquanto ele mesmo não optar por empregar forma alternativa, durará apenas o tempo em que fizer essa escolha.

Apresentamos, a seguir, como seria a gestão diária do câmbio no âmbito do plano de Keynes, de acordo com o documento, *The daily management of exchanges under the plan*, também encontrado no Apêndice 4 do segundo volume (UNITED STATES, 1948). Assim, para a prática da boa administração e gerenciamento da União de Compensação Internacional, no que diz respeito às transações internacionais (e conversões de moedas), o plano sugere as disposições seguintes que passamos a descrever e analisar.

A União de Compensação Internacional deve fazer uso do processo de compensação multilateral, sem impor limites para os seus membros, levando em consideração as dificuldades e complicações da existência de um grande número de acordos bilaterais. Nesse sentido, deve também considerar as disposições pelas quais um país pode obter vantagens indevidas por meio de um acordo de pagamento. Se o argumento usado é que a União de Compensação Internacional não consegue disciplinar um país que tem um comportamento inapropriado, nem consegue evitar perdas por consequência desse comportamento, com muito maior força pode usar essa objeção contra uma multiplicidade de acordos bilaterais de pagamentos separados.

Assim, não se deve apenas obter as vantagens, sem as desvantagens, de uma moeda internacional de ouro, mas que pode aproveitar essas vantagens de uma forma mais ampla do que jamais seria possível praticar com o velho sistema sob o qual, em determinado momento, apenas uma minoria de países estava efetivamente praticando a liberdade de mercado. Nas condições de compensação multilateral, as transações de troca seriam realizadas mais livremente, como nos melhores dias do padrão-ouro, sem que fosse necessário pedir a nenhum país que aceitasse condições especiais ou onerosas para suas transações externas.

Sendo assim, conforme o plano (UNITED STATES, 1948), dois devem ser os princípios que regem as transações: o primeiro orienta que o Banco de Compensação Internacional esteja estruturado, não para a transação de negócios diários entre os comerciantes individuais ou bancos privados, mas para a compensação e liquidação dos saldos finais entre os Bancos Centrais (e algumas outras instituições supranacionais), semelhante ao que ocorreria no velho padrão-ouro com seu fluxo de entrada ou de saída, sem ir desnecessariamente além desse campo; e, no segundo, a União de Compensação

Internacional deve ter como objetivo aumentar a liberdade no comércio internacional, e não multiplicar interferências ou embaraços.

Entretanto, muitos bancos centrais têm visto vantagem em centralizar o controle direto da oferta e da demanda de divisas, dispensando, assim, intervenções no mercado cambial, apesar de continuarem acompanhando, mesmo que indiretamente, as transações privadas através dos bancos existentes. A nova prorrogação desses acordos estaria em consonância com os benefícios gerais de se ter uma União de Compensação Internacional, na medida em que promoveria o necessário ordenamento e a disciplina nas operações internacionais de câmbio de forma específica e geral. O mesmo é verdade para o controle de movimentos de capitais, que muitos países desejam impor aos seus próprios nacionais. Todavia, a estrutura proposta para a União de Compensação Internacional não requer tais medidas de centralização ou de controle por parte de um país membro. De fato, a União de Compensação Internacional não poderá acompanhar as participações privadas de moeda estrangeira ou transações privadas de trocas ou movimentos de capitais internacionais, se estes não tiverem sido aprovados ou autorizados pelos países membros. Nesse sentido, nenhuma transação em *bancor* ocorrerá exceto quando um país membro ou seu Banco Central estiver exercendo o direito de pagar com esta moeda.

Finalmente, o plano recomenda, no seu item (25), que os países que não pertencem a um grupo especial geográfico ou político deveriam manter seus saldos de reserva com a União de Compensação Internacional e não com outro qualquer. Por conta disso, seria estabelecido que os saldos não deveriam ser realizados em outro país, exceto com a aprovação da autoridade monetária do mesmo; e, para evitar que a libra esterlina e o dólar competissem com o *bancor* (no sentido de manter saldos de reservas), o Reino Unido e os Estados Unidos poderiam conjuntamente combinar que não aceitariam os saldos das reservas de outros países, além dos saldos normais de trabalho.

Faz-se necessário analisar as observações que o documento faz sobre o ouro e o seu papel no plano. Com efeito, embora a moeda internacional, o *bancor*, preconizada por Keynes e sua equipe de técnicos e peritos em finanças internacionais, fosse uma espécie de moeda escritural, eles de certa forma mantiveram o lastro em ouro na proposta do plano. Essa propositura será mantida e aprovada na Conferência de Bretton Woods; claro, tomando o dólar americano o lugar do *bancor*.

Sendo assim, as informações sistematizadas no referido documento – *The position of gold under the plan* (UNITED STATES, 1948) – constroem a argumentação segundo a qual o ouro tem como principal característica atrair das pessoas um estimável valor psicológico e

que, mesmo no contexto da Segunda Guerra Mundial, tal atributo não se perdeu, motivo pelo qual o desejo de possuir reservas de ouro, buscando salvaguarda das contingências presentes e futuras, provavelmente se manterá por bastante tempo. O ouro também tem o mérito de oferecer de forma precisa um incontestável padrão de valor para propósitos internacionais, por conta de que ainda não se tem encontrado um substituto tão eficiente e durável quanto ele. Além disso, o ouro fornece mecanismos automáticos para estabilidade de uma parte considerável dos saldos positivos dos países superavitários.

Nesse sentido, a produção de ouro no mundo e as remanescentes das reservas realizadas fora dos Estados membros podem ter ainda um importante papel a desempenhar. Assim, não se configura razoável pedir aos Estados Unidos para desmonetizar seus estoques de ouro, base da insuperável liquidez de sua economia. No longo prazo, o que o mundo deve fazer com o ouro é outra questão. O objetivo da União de Compensação é substituir o ouro como um fator de governança – como mecanismo de gestão das transações no comércio mundial –, mas não o descartar de uma vez por todas.

A moeda bancária internacional (moeda de referência para as transações do comércio internacional), aqui designada de *bancor*, continua o documento, é definida em termos de um peso em ouro. Desde que as moedas nacionais dos vários Estados membros sejam precificadas para um determinado valor de troca, em termos de *bancor*, segue-se que cada um desses países tem definido em sua moeda nacional o teor de ouro (a quantidade de ouro) que seria o seu preço oficial para a compra de ouro, acima do qual eles não devem pagar. O fato de que um Estado membro tem o direito de obter um crédito, em termos de *bancor*, mediante o pagamento de ouro real para o crédito da sua conta de compensação, assegura a estabilidade e o compromisso do comprador para a produção dos países produtores de ouro e para aqueles países que mantêm grande reserva de ouro. Assim, a posição de produtores e detentores de ouro não é indevidamente afetada, mas, sim, melhorada.

Os Bancos Centrais (prossegue o documento) teriam o direito de manter separadas suas reservas de ouro, negociando (comprando ou vendendo) o excesso de ouro um do outro, desde que não se pagasse um preço acima da paridade – eles poderiam cunhar moeda de ouro, colocá-la em circulação e fazer o que quisessem com ela. Haveria apenas uma limitação, por razões óbvias, qual seja: nenhum Estado membro teria o direito de exigir ouro da União de Compensação contra a sua balança de pagamentos, em *bancor*, uma vez que o *bancor* estaria disponível apenas para transferência para outra conta de compensação. Assim, entre o ouro e o próprio *bancor* haveria um único sentido de convertibilidade, como frequentemente existia,

antes da guerra, com moedas nacionais que estavam sobre as normas do antigo “padrão ouro-câmbio”.

Todavia, essa necessidade não significa que a União de Compensação somente receberia em ouro e nunca o pagaria com o mesmo. Se a União de Compensação se encontrar na posse de um estoque de ouro, o Conselho Administrativo terá poder discricionário para distribuir o excedente entre os que possuem saldos de crédito em *bancor*, proporcionalmente a tais saldos, na redução do seu montante.

A questão que tem sido levantada (ainda conforme o documento) é se essas disposições são compatíveis com a sustentação, por cada Estado membro, de um padrão ouro equipado com dois tipos de convertibilidade, de modo que, por exemplo, qualquer banco central estrangeiro, adquirindo dólares, poderia usá-los para obter ouro para exportação. Não é evidente que isso seria um bom negócio, mas não é necessário proibi-lo, e, se for o caso, o Estado membro deve preferir manter a plena convertibilidade para fins internos, o que deve protegê-lo de qualquer distorção do sistema ou das inconvenientes consequências ao prever que o ouro só poderia ser exportado sob licença.

Como já foi salientado em outra situação, o documento lembra que o valor do *bancor* em termos de ouro é fixo, mas não de forma inalterável. O poder de variar seu valor pode ser exercido se o estoque de ouro à disposição da União de Compensação estiver acima do necessário.

Buscando, agora sim, preparar as condições para a conclusão deste capítulo, queremos antes apresentar um dos importantes ingredientes que já foi bastante enfatizado nesta tese e que também foi objeto de discussão constante no Apêndice 4 do segundo volume da citada coletânea, qual seja: controle dos movimentos (fluxos) de capital (UNITED STATES, 1948).

Notadamente, nessa parte do plano, isso quer significar que não há nenhum país que pode, com segurança, no futuro, permitir a emigração de fundos (saída de capitais para o exterior) por razões de políticas ou por fraude fiscal (escapar das obrigações tributárias domésticas). Igualmente, não há nenhum país que possa receber, com segurança, a imigração de fundos (entrada de capitais estrangeiros), dentre os quais, por exemplo, aqueles que são resultado de importação indesejada de capitais e que não podem ser utilizados com segurança para investimento produtivo. Por tais razões, é amplamente difundida a noção de que o controle de movimentos de capitais, tanto interno como externo, deveria ser uma característica permanente do sistema monetário internacional do pós-guerra. Para que efetivamente o controle de capital seja eficaz, é necessário, provavelmente, algum mecanismo

de controle cambial para todas as transações, mesmo que exista permissão geral para os fluxos que resultem do comércio exterior.

Ainda conforme o documento, o controle de fluxos de capital será mais difícil de ser executados e depende das iniciativas daqueles países que não têm dinheiro e que, por conta disso, não podem prescindir do capital estrangeiro, principalmente na ausência de algum tipo de restrição externa que controle os movimentos de capital em ambas as extremidades (entrada e saída). Seria, por conseguinte, interessante se os Estados Unidos, bem como outros membros da União de Compensação, adotassem mecanismos semelhantes aos que o Reino Unido tem utilizado para o controle de seu câmbio, embora tenha ainda um longo caminho para seu aperfeiçoamento. No entanto, o estabelecimento de um controle universal dos movimentos de capital não pode ser considerado a tarefa mais importante nas operações da União de Compensação. A estratégia e o grau de tal controle devem ser deixados a cargo de cada Estado membro. A defesa de um controle dos movimentos de capitais não deve ser entendida no sentido de que as práticas dos investimentos de capital estrangeiro tenham que ser extintas. Pelo contrário, o sistema a ser construído deverá facilitar fortemente a restauração de empréstimos internacionais e créditos para fins de crescimento e geração de emprego. A ideia é ter os meios necessários para:

- (a) Distinguir os empréstimos de longo prazo por parte dos países credores, no sentido de que os ajudem a manter o equilíbrio de suas balanças de pagamentos e contribuam para aumentar os recursos produtivos em todos os rincões do mundo, a partir de movimentos de fundos para os países devedores, que não têm os meios para financiá-los; e
- (b) Controlar os movimentos especulativos de curto prazo entre países devedores e credores ou de um país credor para outro.

Sendo assim, prossegue o documento, deve-se enfatizar que o propósito dos saques a descoberto de *bancor*, permitido pela União de Compensação, é estimular a disponibilidade de créditos a serem adquiridos pelos países devedores que não dispõem deles, no sentido de que eles ganhem um tempo para fazer os devidos ajustes em suas balanças de pagamentos.

5.6 Conclusão

No clima de New Hampshire existia, certamente, um espírito de otimismo e esperança não só pelo término da guerra, mas também pelo estabelecimento de algum tipo de equilíbrio

e irmandade no que tange aos interesses dos países das Nações Unidas e Aliadas de guerra presentes na Conferência de Bretton Woods, no sentido da construção de um mundo de paz e prosperidade para todos.

Entretanto, não seria exagero afirmar que todo o processo de instalação, funcionamento e conclusão da Conferência de Bretton Woods, não obstante as controvérsias e os conflitos de interesses, se deram de certa forma como o resultado de um grande pacto estabelecido entre ingleses e americanos, cristalizado oficialmente nas “Declarações Conjuntas dos especialistas britânicos e norte-americanos”. Com efeito, os documentos acima descritos e analisados sinalizavam que, no cenário de Bretton Woods, o país da Rainha (em estado de fragrante decadência imperial) assumiria o papel de ator secundário, a despeito do seu peso e relevância.

Na verdade, apesar dos interesses em jogo, todos concordavam com a orientação geral de que era imprescindível, a partir da criação de um arcabouço institucional de ordenamento financeiro e monetário internacional, que cada país traçasse políticas macroeconômicas que privilegiassem a crescente oferta de emprego e um alto nível de renda, assim como formas alternativas de sua distribuição.

Todavia, a maioria das delegações presente tinha consciência de que, na realidade, a Conferência era um campo de luta política, onde os dois principais atores, Estados Unidos e Grã-Bretanha, disputavam posições de domínio e poder na nova ordem mundial que surgiria com o término da guerra – cabendo ao segundo lutar pela manutenção dos seus antigos espaços e privilégios, e ao primeiro a consolidação de seu ascendente poder imperial.

Nesse sentido, ficavam cada vez mais cristalinos os interesses em jogo: de um lado, a pretensão da coroa britânica em reorganizar o mercado mundial, preservando sua estrutura econômica, sedimentada na produção, no emprego e nos privilégios comerciais conquistados durante longos anos de poder imperial; de outro, os americanos, com seus objetivos estratégicos de conquistar a hegemonia na geopolítica mundial do novo cenário que surgiria com o fim do conflito bélico (destronando os britânicos), através do seu aparato comercial/financeiro, industrial e militar – daí o porquê de sua efervescente defesa do princípio de liberdade do comércio internacional. No contexto do pós-guerra, estava explícito que a quase totalidade dos países que participaram diretamente do conflito encontrava-se parcial ou completamente destruída, e que a nação que mais teria vantagens competitivas no mercado mundial de “livre comércio” seria, de fato, os Estados Unidos da América.

Nessa conjuntura, têm-se, então, duas posições diferenciadas: enquanto para os britânicos os aspectos de emprego e renda, bem como sua distribuição, mobilizavam suas

preocupações e energias, os americanos estabeleceram como prioridade a “defesa do livre comércio”, sem deixar margem para nenhum tipo de flexibilidade, mesmo para os países Aliados europeus que estavam na situação em que suas economias se encontravam, parcial ou totalmente, arruinadas pela guerra. Alegava-se que os mecanismos do mercado internacional eram suficientes, não apenas para a obtenção da recuperação dos estragos causados pela guerra, mas também para criar as condições de financiamento que conduziriam as economias ocidentais em direção ao crescimento sustentado.

Entrementes, a Conferência de Bretton Woods configurou-se não apenas como um evento exclusivamente econômico, mas essencialmente político, uma vez que o objetivo perseguido (mas não declarado) pelos americanos era na verdade a legitimidade, entre as nações participantes, para um acordo pactuado previamente entre americanos e britânicos – um acordo fictício, uma vez que foi uma negociação entre desiguais, pois era nítida a superioridade do poder de barganha americano. Assim, seria institucionalizada, aos olhos do mundo, a hegemonia política, econômica e militar do novo império ascendente, os Estados Unidos da América. Contudo, isso não impossibilitou, por conta dos conflitos de interesses e acidentes de percursos, concessões e conquistas pontuais obtidas pelos demais países coadjuvantes na Conferência.

Sendo assim, podemos inferir da estrutura, das normas e das regras sugeridas, bem como das propostas e reflexões produzidas pelo governo britânico, através de seus especialistas e peritos em economia e finanças internacionais, dentre os quais o próprio John Maynard Keynes, expressas pelos documentos analisados anteriormente, que a preocupação da Inglaterra era obter posição de destaque no novo arranjo institucional internacional que emergiria do pós-guerra. Apesar de comungar com os americanos na defesa do livre comércio mundial, suas expectativas estavam voltadas mais para um tipo de orientação macroeconômica em que fossem garantidos, pelo menos para os países participantes da Conferência, ou os futuros países que viessem a se incorporarem aos Acordos de Bretton Woods, o pleno emprego, a canalização de investimentos produtivos intermediada pelo Estado e a construção da paz e bem-estar entre as nações.

No lugar do *International Clearing Union*, foi criado o Fundo Monetário Internacional, o FMI, cujos propósitos fundamentais eram, por um lado, examinar as condições econômicas dos países membros, no sentido de avaliar se e quando as taxas de câmbio deveriam ser ajustadas, de maneira que, se o país demonstrasse que havia de fato uma necessidade do ajustamento por conta de problemas estruturais em sua economia, tal ajuste seria autorizado. Por outro, financiar (através de empréstimos) os ajustes de curto prazo para o

país que se encontrasse com problemas na balança de pagamentos, o que evitaria pressões correntes sobre as taxas de câmbio.

O plano original de Keynes, como acima apresentado, foi vencido (pouco ou quase nada de suas propostas foi incorporado) não só nas resoluções da Plenária Final da Conferência, mas muito antes, nas Declarações Conjuntas e nos Artigos e Acordos do Fundo Monetário Internacional. Entre as incorporadas estava a proposição keynesiana de que a responsabilização do ajuste da balança de pagamentos deveria ser compartilhada, solidariamente, entre países credores e devedores, ou seja, os mecanismos de ajuste conduzidos pelo FMI seriam impostos também a países superavitários com moeda escassa no mercado internacional.

Essa era a chamada cláusula de escassez de divisas (incorporada aos estatutos do FMI), uma vez que permitia controlar as importações das nações que frequentemente obtinham *superávit* em suas balanças de pagamentos, pois suas moedas se tornavam escassas nas contas do FMI. Claro que isso se configurou como uma vitória para o país da Rainha, uma vez que constava o nome da Inglaterra na lista das nações endividadadas durante a guerra. Contudo, na prática, isso nunca foi levado a cabo, dado o predominante poder americano nas duas instituições que resultaram da Conferência de *Bretton Woods*: o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

Uma segunda proposição keynesiana que foi incorporada aos Acordos de Bretton Woods foi o controle dos fluxos de capital entre as nações, ou seja, foi acordado o controle para restringir os fluxos de capitais de curto prazo. Com efeito, até a década de 1970, este foi, na prática, o único artigo da Conferência que funcionou mais ou menos nos termos em que foi estabelecido, uma vez que, nesse período, as autoridades monetárias nacionais dos países que participavam do comércio mundial efetivaram amplas intervenções em suas economias e em seus mercados financeiros para inibir a entrada e saída de capitais voláteis de curto prazo – canalizando estes últimos para setores estratégicos.

Quanto ao padrão monetário, foi estabelecido o ouro como reserva internacional (de acordo com o que era preconizado pelo plano White), instituindo, no entanto, o princípio da convertibilidade, na qual era exigida a paridade entre as moedas dos países, dada a um valor fixo precificado em ouro, ou em uma moeda conversível em ouro. Isso se deu devido ao fato de que a disponibilidade deste metal era globalmente escassa e, portanto, insuficiente para as necessidades das transações do comércio mundial, razão pela qual foi acordado que toda moeda nacional funcionaria como meio de pagamento internacional, desde que atendesse às condições de que deveria ser conversível em ouro. Sendo assim, o FMI deveria ter uma

quantidade razoável de ouro, mas o que deveria predominar era o montante dessas moedas conversíveis em ouro. Acontece que, no cenário do pós-guerra, como dito anteriormente, os Estados Unidos detinham uma quantidade de ouro superior a todas as outras nações (2/3 das reservas mundiais de ouro existentes à época encontravam-se sob domínio americano) e seu comércio exterior encontrava-se fortemente aquecido. Nesse contexto (que não ficou explícito na Conferência), os Estados Unidos eram o único país que poderia manter a convertibilidade de sua moeda em ouro – transformando, na prática, o dólar em moeda de reserva obrigatória e de referência para as transações no mercado internacional, assumindo de fato o papel e o lugar que caberia ao *bancor*.

Diferentemente do que acabou prevalecendo com a vigência da moeda americana no mercado internacional, o *bancor*, no sistema montado a partir do Plano Keynes, não seria uma moeda de um determinado país – que a custodiaria através de sua própria jurisdição (como ocorreu de fato com o dólar, administrado e gerenciado por meio das políticas fiscais e monetárias americanas) –, mas uma moeda nominal, que funcionaria como meio de troca e reserva de valor internacional, na qual os países fariam suas transações externas, e seria custodiada e gerenciada pelo *Clearing International Union* (União Internacional de Compensação).

Nessas condições, uma das questões apontadas por Keynes – e que seria sanada com a criação do *bancor* e sua *Clearing International Union* –, qual seja, o monitoramento da liquidez internacional, foi deixada de lado, uma vez que o Fundo Monetário Internacional não tinha instrumentalmente como criar liquidez e nenhuma capacidade de proporcionar algum tipo de ajuste expansionista no mercado internacional, pois não tinha nenhum controle sobre as reservas internacionais dos países membros. Sendo assim, o FMI não tinha nem as condições nem a competência de obrigar os países superavitários a alargar suas demandas. Ou seja, a liquidez internacional ficaria na dependência dos países membros, através de suas políticas monetárias, quando estes emitissem suas moedas internacionalmente conversíveis.

De fato, como analisado anteriormente, a questão da liquidez internacional foi um dos fatores que corroborou para o colapso de Bretton Woods, na década de 1970, o que provavelmente seria evitado se a proposta de Keynes, com o seu *bancor*, fosse vitoriosa.

Quanto ao câmbio fixo (mas ajustado), acordou-se que qualquer moeda nacional poderia ter sua paridade movida do valor convencionado entre as nações em até 1% (um por cento), sem que com isso sofresse qualquer tipo de censura ou retaliação por parte do FMI ou das outras nações. Nesse sentido, todos concordaram que nenhuma forma de restrição poderia

ser imposta ao comércio internacional e às suas formas de pagamento, ou seja, as práticas cambiais discriminatórias foram repudiadas por ambos os planos, o de Keynes e o de White.

Nesses termos, se alguma nação transgredisse as normas acordadas no novo sistema, não poderia o país prejudicado retaliar o transgressor, tarefa esta que seria cumprida pelo órgão de controle, no caso, o FMI. Dessa forma, quaisquer projeções de alteração acima de 1% (um por cento) deveriam ser justificadas, e, se a expectativa de alterações estivesse acima de 10% (dez por cento) do valor fixado, seria preciso a consulta prévia àquele órgão de controle que faria uma investigação das condições econômicas e financeiras do país, no sentido de autorizar ou não tais alterações.

Finalmente, podemos conjecturar que a institucionalização da União Internacional de Compensação e da criação da moeda internacional, o *bancor*, calcificados nas estruturas de ordenamento normativos e diretrizes de funcionamento das transações do comércio internacional, propostas no Plano Keynes, muito provavelmente evitariam a reprodução e repetição de ocorrências historicamente consagradas ao sistema monetário inglês. Logo, o colapso de Bretton Woods na década de 1970 e suas reverberações (institucionalização do regime de câmbio flutuante e desregulamentação dos fluxos internacionais de capital), que criaram as condições para a eclosão da crise do *subprime*, em 2008, muito provavelmente poderiam ter sido evitados.

6. A CRIAÇÃO DE UMA MOEDA ÚNICA COMO FATOR CRUCIAL PARA INTEGRAÇÃO REGIONAL: OS CASOS DA UNIÃO EUROPEIA E DO MERCOSUL

Neste capítulo, procurarei retratar e analisar as experiências de criação de uma moeda única regional, como condição necessária e indispensável ao processo de instituição e consolidação de um conjunto de países localizados em uma determinada área geográfica (integração regional), a fim de compreender tal fenômeno. Considerarei também, por um lado, as justificativas que respaldam e, por outro, as ponderações que levantam contrapontos e discordâncias em relação às teorias sobre a integração econômica, dentre as quais a teoria da área monetária ótima, focando nas experiências de constituição e consolidação da União Europeia e, no caso da América Latina, do MERCOSUL. De forma análoga, analisarei as ações dos países latino-americanos e caribenhos no que diz respeito à cooperação financeira e monetária, e, em particular, examinarei as gestões coletivas desses países para criarem as condições para a formação de uma Nova Arquitetura Monetária Regional, por meio da institucionalização de um Banco de Desenvolvimento Regional e do estabelecimento de uma Unidade Monetária Comum para a região.

Adicionalmente, apresentarei e analisarei as movimentações dos países de mercados emergentes, particularmente aqueles que compõem os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e suas articulações, no sentido de reconfigurar as instituições do sistema financeiro e monetário internacional, reivindicando poder de intervenção nos processos de decisões de cúpula das instituições multilaterais, bem como suas ações para a criação de uma unidade monetária internacional, que funcionaria como moeda de reserva mundial, em substituição ao dólar americano.

6.1 Integração econômica e a teoria da área monetária ótima

A integração econômica é um processo que ocorre quando dois ou mais países estabelecem entre si um conjunto de normas, convenções e acordos que podem ter lugar desde um simples acerto para compra e venda de mercadorias, até tratados mais complexos de união econômica, financeira e monetária. Do ponto de vista teórico, a tipificação de algumas experiências de integração econômica pode ser classificada da seguinte forma: Área de Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum, União Econômica e União Econômica e Monetária.

A partir das abordagens existentes e de uma forma um tanto quanto técnica, pode-se caracterizar uma Área de Livre Comércio de acordo com a liberdade que é estabelecida para os fluxos de bens e serviços entre os países-membros e pela existência de uma política comercial específica de cada país-membro em relação aos países não membros. No caso da União Aduaneira, além da livre circulação de mercadorias, é definida uma política comercial comum para as relações comerciais acordadas entre países-membros e não membros. Nesse caso, é estipulado um elenco comum de bens e serviços importados do exterior (países não membros), traduzido a partir da fixação de uma Tarifa Externa Comum (TEC), de acordo com a qual os países-membros devem cobrar em suas importações dos países não membros. Uma característica adicional dessa forma de integração é a negociação conjunta de acordos, tratados e convenções comerciais com países não membros.

A terceira possibilidade de integração é o Mercado Comum, que seria um passo adicional, em que é instituída a liberdade de circulação de pessoas, serviços e capitais, para além daquelas tipificadas na União Aduaneira.

Uma quarta possibilidade de integração econômica é a União Econômica (a partir da condição de Mercado Comum), na qual se tem a incorporação de legislações econômicas e financeiras que devem ser harmonizadas entre os países-membros, mas também deve existir uma coordenação dessas políticas, ou seja, devem ser substituídas determinadas políticas econômicas nacionais por políticas comuns a todos os países-membros, como, por exemplo, a política industrial.

Tem-se, ainda, uma quinta possibilidade de integração econômica, a União Monetária (com um grau de complexidade um pouco maior em relação às anteriores), de maneira que ocorre a substituição das moedas dos países-membros por uma moeda comum a todos eles, a exemplo do que ocorre na zona do euro, contida na União Europeia, onde o euro é a moeda única que circula entre os países-membros.

Por fim, temos a União Econômica e Monetária, também de alto grau de complexidade, caracterizada pela existência de uma moeda única para os estados-membros, em que estes se comprometem com as políticas macroeconômicas estabelecidas e coordenadas pelas autoridades econômicas, financeiras e monetárias do Bloco. Nesse último caso, a autoridade monetária do Bloco seria o Banco Central Regional, que deteria o monopólio de emissão da moeda única – no exemplo da União Monetária Europeia, tem-se o Banco Central Europeu como autoridade monetária.

No campo da integração econômica e de criação de blocos regionais, a abordagem teórica dominante e certamente a mais polêmica, *vis-à-vis* às teorias do comércio

internacional, é a teoria da área monetária ótima (*theory optimum currency area*), desenvolvida no início dos anos de 1960, pelo economista canadense Robert Alexander Mundell (prêmio Nobel de economia, em 1999). No campo acadêmico, a abordagem teórica de Mundell tem servido como uma espécie de quadro analítico para as inúmeras controvérsias e debates sobre a adoção ou não de uma moeda única, numa região onde foi estabelecido o processo de integração econômica, em sua fase de União Econômica.

Mundell, em um artigo publicado na *American Economic Review*, em 1961, levanta uma questão não muito convencional para a época: quais critérios devem ser estabelecidos para que uma determinada região possa decidir (através dos seus países-membros) adotar uma moeda comum?

A resposta dada pelo próprio Mundell (1961) foi que a região que persegue semelhante *status*, antes de tomar sua decisão, deve desenvolver uma análise técnica sobre a relação custo/benefício. Notadamente, os benefícios do acolhimento de uma moeda única entre dois ou mais países (numa determinada área) se materializam na redução de vários custos de transações, que são de fato gerados quando se tem uma quantidade grande e diferenciada de moedas circulando dentro dela. Adicionalmente, existe um ganho de liquidez da moeda comum, devido principalmente à expansão de sua área de operações, a partir da qual todos os mercados financeiros seriam também beneficiados.

Recorde-se que os economistas mais antigos do século XIX eram internacionalistas e, geralmente, a favor de *uma moeda mundial* [...]. John Stuart Mill, como Bagehot e outros, estava preocupado com os custos de avaliação e variação do dinheiro, não da política de estabilização, e é facilmente percebido que estes custos tendem a aumentar com o número de moedas. Qualquer dinheiro (numerário, unidade de conta) cumpre essa função menos adequadamente se os preços de produtos estrangeiros são expressos em termos de moeda estrangeira e deve, então, ser traduzido em preços em moeda nacional. Da mesma forma, o dinheiro no seu papel de meio de troca é menos útil se houver muitas moedas; embora os custos de conversão de moeda estejam sempre presentes, eles serão excepcionalmente grandes sob inconvertibilidade ou taxas de câmbio flexíveis. (De fato, em um mundo hipotético em que o número de moedas se igualou ao número de mercadorias, a utilidade do dinheiro em seus papéis de unidade de conta e meio de troca iria desaparecer, e o comércio poderia muito bem ser realizado em termos de troca pura). O dinheiro é uma conveniência e isso restringe o número ideal de moedas. Em termos desse argumento, área monetária ótima sozinha já é o mundo, independentemente do número de regiões das quais ela é composta. (MUNDELL, 1961, p. 662, grifo nosso, tradução nossa⁴⁸).

⁴⁸It will be recalled that the older economists of the nineteenth century were internationalists and generally favored a world currency [...]. John Stuart Mill, like Bagehot and others, was concerned with the costs of valuation and money-changing, not stabilization policy, and it is readily seen that these costs tend to increase with the number of currencies. Any given money qua numeraire or unit of account fulfills this function less adequately if the prices of foreign goods are expressed in terms of foreign currency and must then be translated into domestic currency prices. Similarly, money in its role of medium of exchange is less useful if there are many currencies; although the costs of currency conversion are always present, they loom exceptionally large under inconvertibility or flexible exchange rates. (Indeed, in a hypothetical world in which the number of currencies equaled the number of commodities, the usefulness of money in its roles of unit of account and

Quanto às potenciais desvantagens, tem-se bem explícito a perda da administração da taxa de câmbio (política cambial) por parte dos países-membros que compõem a região monetária – tais aspectos negativos serão apresentados como elementos que fundamentam as críticas direcionadas à teoria da área monetária ótima, pois, quando colocados em prática, se tornam inviáveis, como veremos mais à frente. Nesse sentido, não mais seria possível um país-membro utilizar a taxa de câmbio para absorver os choques que afetam de forma assimétrica todos aqueles que compõem a União Monetária. Outra desvantagem, politicamente restritiva, é que o governo de qualquer país-membro perde a capacidade de fazer políticas monetárias, por exemplo, aumentar ou diminuir as taxas de juros, uma vez que estas são determinadas pela oferta de moeda e, nesse caso, quem determina a oferta de moeda é a autoridade monetária da região.

De acordo com Frankel e Rose (1997), o primeiro a desenvolver o conceito de área monetária ótima foi, de fato, Mundell (1961); desde então, passou a existir uma extensiva literatura sobre o assunto, incluindo as contribuições de McKinnon (1963 apud FRANKEL; ROSE, 1997) e Kenen (1969 apud FRANKEL; ROSE, 1997). Dentre as pesquisas mais recentes, têm-se as que foram divulgadas por Tavlas e Bayoumi (1992 apud FRANKEL; ROSE, 1997) e Eichengreen (1996 apud FRANKEL; ROSE, 1997), de tal maneira que boa parte dessa literatura pode ser sistematizada em quatro elementos característicos para as interações dos países de uma potencial área monetária ótima. São elas:

i) a extensão do comércio; ii) a similaridade dos choques e ciclos; iii) o grau de mobilidade dos trabalhadores; e iv) o sistema de partilha de riscos, geralmente através de transferências fiscais. Quanto maior as quatro ligações entre os países, mais apropriada é a moeda comum. (FRANKEL; ROSE, 1997, p. 3).

Sendo assim, podemos apresentar, sinteticamente, as principais características que tipificam uma determinada região como “área monetária ótima” (com sua correspondente moeda comum), porém de uma forma um pouco mais abrangente do que as apresentadas acima por Frankel e Rose (1997), através dos seguintes tópicos:

- (i) Grande mobilidade de fatores de produção (capital e trabalho) entre os países-membros da área.
- (ii) Flexibilidade do mercado de capitais e produtos, em que os preços dos bens (e serviços) e dos salários não sejam rígidos.

medium of exchange would disappear, and trade might just as well be conducted in terms of pure barter.) Money is a convenience and this restricts the optimum number of currencies. In terms of this argument alone the optimum currency area is the world, regardless of the number of regions of which it is composed.

- (iii) Existência de um sistema de transferências fiscais (sistema de partilha de riscos) para estabilizar problemas de distúrbios da balança de pagamentos de países-membros.
- (iv) Alto grau de diversificação da economia dos países-membros.
- (v) Similaridade dos choques e ciclos de negócios.

Esse conjunto de características, quando colocado de fato em prática dentro de uma região (ou Bloco Econômico), produz dificuldades monumentais, com graus de liberdades continuamente restritos, a exemplo do que ocorre hoje em dia com a União Europeia. Com efeito, a formatação de um processo de integração econômica em seu estágio mais adiantado, qual seja, União Econômica e Monetária, cria dificuldades estruturalmente complexas, cujos equacionamentos não tem sido teoricamente previstos (e, empiricamente, sem quaisquer expectativas de soluções), a menos que medidas democraticamente deliberadas sejam tomadas no sentido de transformar a região em uma nação única de novo tipo, uma espécie de República Federativa Unificada.

Nesse sentido, tal elenco de restrições (conjunto de problemas cruciais) pode ser primeiramente expresso pelo fato de que o país que adere a uma região unificada monetariamente (ou mesmo aquele que já a compõe) perde completamente sua capacidade de traçar políticas macroeconômicas, especificadamente às monetárias e cambiais. Sendo assim, nenhum país-membro pode estabelecer sua taxa de juros e controle inflacionário (políticas de metas de inflação, por exemplo). No caso concreto da União Europeia, o Banco Central Europeu é quem detém o domínio absoluto sobre decisões de políticas cambiais e monetárias, tornando reféns e impotentes os países que atualmente se encontram com complexos problemas estruturais, a exemplo da Grécia.

Um segundo problema, fortemente sensível do ponto de vista social, é a assimetria em relação à população economicamente ativa de cada país-membro, de maneira que seus níveis de emprego e renda (que implicam aceitação de um dado nível de inflação) estão diretamente relacionados com sua estrutura produtiva (capacidades produtivas instaladas), a qual, por sua vez, é determinada por questões históricas, culturais e políticas. Além disso, no que se refere à mobilidade dos trabalhadores e do livre fluxo de capital, existe uma propensão (econômica e social) de deslocamento desses fatores produtivos de um país-membro menos desenvolvido para aqueles mais desenvolvidos e com melhores oportunidades de ganhos de salários e lucros financeiros, acentuando ainda mais as assimetrias e as desigualdades na região.

Veremos de forma mais concreta esse conjunto de problemas que ocorrem no processo de interação entre os países-membros da virtual União Econômica e Monetária, como é o exemplo da União Europeia com sua Zona do Euro.

6.2 Emergência da União Europeia

O ideário de integração identitária do território europeu, que remonta ao final da Idade Média, materializou-se, no transcorrer de um longo período de tempo, na formatação da União Europeia, tal como é conhecida nos dias de hoje. Com efeito, de acordo Klingl (2014), esse corpo de ideias em processo de reificação de muitas das caracterizações socioculturais e políticas de origem pode ser encontrado na obra de Erasmo de Rotterdam, *Lamento da paz*, de 1517, na qual o teólogo e humanista neerlandês expõe sua crença de que o mais alto ideal a ser alcançado pela humanidade seria a paz e a reconciliação entre povos, e que, por conta disso, dever-se-ia construir uma república europeia dos sábios. Imbuído dessa ideia de uma república europeia, cerca de dois séculos depois, ainda segundo o autor, Charles-Irénée Castel, o abade de Saint-Pierre propôs, em 1713, a criação de uma Confederação Europeia, com o estabelecimento de um Conselho Arbitral.

Todavia, mais recentemente, já no século XIX, no Congresso Internacional da Paz, ocorrido em Paris, 1848, Victor Hugo profere seu célebre discurso que lança os fundamentos da criação dos “Estados Unidos da Europa”:

Um dia virá em que exporemos uma arma nos museus, como lá hoje é exposto um instrumento de tortura, ficando o visitante a indagar do que se trataria! Um dia virá em que veremos esses dois gigantes, os Estados Unidos da América e os Estados Unidos da Europa, colocados frente a frente, vindos dos longínquos mares, para comercializar seus produtos, seus negócios, suas indústrias, suas artes, suas genialidades. Desbravando o mundo, colonizando desertos, melhorando a criação sob os olhos do Criador, e combinando juntos para fazer o bem-estar de todos, com estas duas forças infinitas, a fraternidade do homem e do poder de Deus! (VICTOR HUGO, 1848 apud KLINGL, 2014, p. 31).

Desde então, longos anos e muitos acontecimentos se seguiram até a chegada do século XX, quando ocorreu a eclosão da Primeira Grande Guerra Mundial, de maneira que, segundo Klingl (2014), esse conflito de extensa proporção bélica mostrou a fragilidade à qual estavam expostos os países e povos europeus. Com o término da hostilidade internacional, foram criados inúmeros projetos que estabeleciam as condições para a construção de uma Europa harmônica e sem guerras, inclusive foi apresentado um plano elaborado pelo então presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, no qual estava incorporada a ideia de criação de uma Federação dos Povos Europeus. Entretanto, tais projetos foram politicamente marginalizados e a tão sonhada paz europeia foi instituída com base nos artigos do Tratado de Versalhes de 1919.

No período que se seguiu, outros tantos projetos em linha com o estabelecimento da paz entre as nações europeias continuaram a germinar, corroborando o ideal de integração e unificação europeia. Nesse sentido,

Talvez a contribuição individual de natureza intelectual mais importante foi a do político e filósofo austríaco Richard Coudenhove-Calergi, que, em seu livro *Pan-Europa*, propôs a construção de uma Europa unida sob a égide de uma constituição federal. Essa proposta foi motivada por sua percepção de que a Europa seria uma “entidade natural”, que, unida, se tornaria uma potência global. Para ele, caso os países europeus não se organizassem politicamente, o continente estaria fadado a se consumir em conflitos nacionalistas [...]. É provável que *Pan-Europa* tenha influenciado o então Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Aristide Briand, na concepção de seu *Memorando sobre a Organização de um Regime de União Federal Europeia*, cuja relevância decorre do fato de ser a primeira proposta política do século XX de um governo europeu para uma Europa unida. Seu texto preservava a soberania nacional de cada estado, ao mesmo tempo em que enfatizava a necessidade de uma estreita cooperação entre os vizinhos como forma de superar o clima de tensão e a disposição de luta acumulada durante séculos (KLINGL, 2014, p. 32).

A Segunda Guerra Mundial, semelhante à que a antecedeu, provocou a destruição e a desconfiguração do território europeu, com o desmantelamento estrutural dos países envolvidos no conflito, alguns com maior e outros com menor grau de devastação, conforme Klingl (2014), de maneira que, depois de seis longos anos de hostilidades, “o conflito teve termo após a intervenção dos EUA e da então URSS, que se firmaram como grandes potências” (KLINGL, 2014, p. 32). Portanto, somente no contexto de pacificação (a partir do término desta que foi a segunda maior tragédia humana do século XX) foi que as propostas e os projetos de integração europeia foram novamente colocados, agora com maior frequência e intensidade, com a convicção amadurecida das experiências do Entreguerras de que era urgentemente necessário criar alternativas institucionais que fossem capazes de garantir prioridade para a cooperação coletiva, em detrimento dos interesses nacionais, no sentido da construção da paz, da união e da prosperidade dos países do continente europeu.

De acordo com Klingl (2014), a partir do cenário que se desenhava no pós-guerra, “consolidou-se a percepção de que os sucessivos conflitos em solo europeu indicavam o esgotamento da capacidade das principais potências do continente de corrigirem os desequilíbrios de poder entre si” (KLINGL, 2014, p. 33). Assim, somente através da constituição de uma efetiva integração europeia (motivada pelo velho ideal da paz e harmonização entre seus países), poder-se-ia de fato evitar a decadência do continente e conferir à sociedade europeia maior influência em uma nova ordem mundial, agora já dominada pela bipolarização entre as duas potências rivais: Estados Unidos e a União Soviética.

Nesse sentido, prossegue Klingl (2014), foi realizada, em junho de 1950, na cidade de Paris, uma conferência que, além da França e da Alemanha (principais atores), teve a participação da Bélgica, dos Países Baixos, de Luxemburgo e da Itália – a Inglaterra que fora convidada não participou, uma vez que “seu governo trabalhista, defensor da nacionalização do segmento de carvão e aço, recusou-se a tomar parte da construção de um organismo a ser fundado com bases supranacionais” (KLINGL, 2014, p. 43).

Nessa conferência, os países partícipes decidiram celebrar instrumento constituindo uma organização com as competências apontadas na Declaração Schuman. A negociação sobre o texto foi concluída em menos de um ano e, em 18 de abril de 1951, foi aprovado o *Tratado Constitutivo da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço*. Em 24 de junho de 1952, concluiu-se o seu processo de ratificação, e, em 10 de agosto do mesmo ano, a Ceca deu início às suas operações. A celebração desse Tratado assentou a pedra fundamental da integração europeia. Abria-se nova página em uma história marcada, por um lado, por notáveis avanços, que contribuíram para a formação de uma identidade comum e, por outro, por desgastes sucessivos decorrentes de conflitos, cada vez mais devastadores, e que paulatinamente afastaram as principais potências do continente do centro de gravidade da política internacional. (KLINGL, 2014, p. 44, grifo nosso).

Entrementes, por volta do ano de 1967, a partir da CECA, outras tantas comunidades de perfil semelhante, ao se unificarem, constituíram-se na Comunidade Econômica Europeia (CEE). Antes disso, porém, a partir do novo cenário traçado pelos países vencedores da Segunda Guerra Mundial, foi configurado, ainda em 1944, o assim chamado Acordo de Bretton Woods, de modo que, dentro do foco de análise de Mueller (2013), o Sistema Bretton Woods ofereceu uma relevante contribuição para o mecanismo de integração do continente europeu, posto que o processo de integração que foi construído entre o período que transcorreu dos anos 1950 a 1960 não teria avançado sem a existência de uma moeda comum – no caso, o dólar americano cumpriu de forma surpreendente essa tarefa, pois funcionou como moeda de referência para as transações no mercado mundial e de reserva internacional.

O processo de integração econômica não pode ter lugar sem acordos cambiais estáveis, conforme as análises de Mueller (2013), de maneira que o desmantelamento do sistema Bretton Woods, no início de 1970 (que gerou grandes expectativas e incertezas quanto ao futuro do sistema monetário internacional), apresentou-se simultaneamente como enorme desafio e estímulo para a unificação europeia. A resposta dos europeus veio através de um projeto de uma moeda comum, conhecido como Plano de Werner, que consistia em uma proposta de estabilidade cambial (fixando as taxas de câmbio entre as moedas de cada país) alcançável em um prazo preestabelecido, segundo o qual a unificação econômica e monetária seria atingida até o final dos anos de 1980. Todavia, o plano não vingou por conta de vários fatores: por um lado, os distúrbios econômicos ocorridos na década de 1970 (estagnação

econômica e inflação); por outro, a expansão da Comunidade Europeia e a flutuação das moedas internacionais, como consequência do próprio colapso do sistema Bretton Woods.

Sendo assim, o Mercado Comum Europeu buscou outros mecanismos de escape para mitigar esses distúrbios, motivo pelo qual foi instituída uma área monetária, na qual funcionava o sistema que passou a ser conhecido como “serpente europeia”, acordado pelos países-membros de tal maneira que a taxa de câmbio destes poderia flutuar apenas dentro de limitados intervalos (bandas), mas as taxas de câmbio de todas as moedas incorporadas à área monetária teriam a liberdade de flutuar sem nenhuma restrição em relação à moeda americana.

Na longa trajetória histórica de integração econômica do território europeu, já em 1978, ocorreu a criação do Sistema Monetário Europeu (SME), cujo objetivo era dar maior estabilidade monetária à CEE e desembaraçar o processo de convergência que facilitaria o desenvolvimento econômico dos países-membros. Ainda nesse contexto, foi também criada a Unidade Monetária Europeia (UME) e o Mecanismo de Taxas Cambiais (MTC). A primeira era um simulacro de moeda, na verdade uma moeda escritural que preparou as condições para o nascimento da atual moeda da União Europeia, o euro (lançado em 2002); o segundo era uma cesta de moedas comunitárias – o peso de cada uma delas era institucionalizado de forma proporcional ao tamanho da economia de cada país-membro (o ajustamento se dava a cada cinco anos ou, antes do prazo, caso houvesse desequilíbrio no peso de cada moeda, por conta do crescimento diferenciando dos países-membros). O MTC foi muito utilizado como unidade de conta e unidade de reservas nas operações da CEE, inclusive para controlar as variações cambiais entre as moedas comunitárias – as cotações de cada moeda eram fixadas em UME.

Ocorreu ainda, na referida trajetória, a criação do Ato Único Europeu (*Single European Act*), em 1986, articulado por Jacques Delors (político francês, ex-presidente da Comissão Europeia entre os anos de 1985 e 1995), pelo qual cada país-membro da CEE se comprometeria com a finalização do processo de mercado integrado, no qual seria garantida a livre mobilidade de bens e serviços (e dos fatores de produção). O Relatório Delors tinha um viés monetarista, pois, de forma gradualista, recomendava estágios para a convergência das estruturas econômicas e das políticas orçamentárias e monetárias para os países-membros. Sendo assim, no primeiro estágio, estabelecia um período maior para a convergência de desempenho econômico dos países-membros com a eliminação de todos os entraves aos movimentos de capitais (e também a criação de um Fundo de Reserva Europeu – FRE). No segundo, seriam estabelecidas as estruturas fundamentais para a União Monetária com a criação do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), no sentido de estipular um leque de

políticas monetárias comuns para todos os países-membros. Por fim, no terceiro, se daria a conclusão final do regime de taxas de câmbio decididamente fixas com a transferência dos poderes de execução da política monetária e cambial dos governos dos países-membros para as instituições comunitárias.

A conjunção entre a pressão pela abertura das economias ao capital estrangeiro, a reunificação da Alemanha e o desmantelamento da URSS, no início dos anos de 1990, fizeram com que o processo de reintegração econômica se tornasse mais célere, culminando com o estabelecimento do Tratado de Maastricht (antiga cidade Holandesa, onde foi assinado o referido Tratado pela Comunidade Europeia), em 1992. Este Tratado alterou (e reestruturou) os processos de integração econômica que estavam sendo acionados através dos mecanismos e normas de funcionamento da Comunidade Econômica Europeia para um novo arcabouço econômico, jurídico e político que fez nascer a União Europeia – o elemento diferenciador deu-se com a mudança de prioridade, que passou a ser o capital, em detrimento das questões envolvendo o desenvolvimento econômico e social. Assim, ficou delineada a intenção de transformar o Mercado Comum Europeu em um Mercado Único, com a institucionalização de uma moeda comum para o Bloco.

De acordo com Mueller (2013), foi ainda em Maastricht que se estabeleceram as regras de convergências para que os países-membros da União Europeia decidissem adotar (ou não) a moeda comum. Critérios foram fixados, dentre os quais a estabilidade fiscal, que teria que ser garantida prioritariamente; nesse sentido, nenhum país-membro poderia ter *déficit* superior a 3% do PIB e nem sustentar um quociente Dívida Pública/PIB superior a 60% do Produto Nacional Bruto (PNB).

O pacto fiscal é mais uma tentativa de trazer as políticas fiscais dos Estados-membros do euro de acordo com as exigências da estabilidade financeira. O Tratado de Maastricht, que estabeleceu as regras de convergência para os países que estavam a aderir à moeda comum, postulou a regra para a estabilidade fiscal pelos critérios de um *déficit* não superior a três por cento e um quociente da dívida pública e o produto interno bruto de não mais do que 60 por cento (MUELLER, 2013, p. 184, tradução nossa⁴⁹).

O interessante foi que, ainda de acordo com Mueller (2013), mesmo durante o processo de convergência, as regras foram, por assim dizer, diluídas e, “ironicamente”, a

⁴⁹The fiscal compact is one more tentative to bring the fiscal policies of the euro member states in line with the requirements of financial stability. The Maastricht Treaty, which established the rules of convergence for the countries that were to join the common currency, postulated the rule for fiscal stability by the criteria of a deficit of no more than three per cent and a ratio of public debt to gross domestic product of no more than 60 per cent.

Alemanha e a França foram os primeiros países-membros a se postarem na linha de frente para violar os critérios estabelecidos em Maastricht, após o lançamento do euro, em 2002.

Sendo assim, a atual crise da União Europeia (e, nomeadamente, da zona do euro) pode ser compreendida se tivermos como base para inspeção e análise o entrelaçamento de dois movimentos contínuos e fortemente interconectados. O primeiro tem relação com as análises que estamos desenvolvendo aqui neste trabalho: a crise do sistema financeiro e monetário internacional americano, desde sua origem, a partir da repactuação do mundo após a Segunda Guerra Mundial, que estabeleceu a hegemonia dos Estados Unidos frente às outras nações, até seu esgotamento e reconfiguração na década de 1970, chegando, por fim, ao atual *état de choses*, nascido da trama proporcionada pelos distúrbios do mercado imobiliário americano, *subprime*, em 2008, exaustivamente retratado e analisado aqui neste trabalho.

O outro movimento está intimamente relacionado com a própria formatação e existência do Bloco Europeu, com os critérios e normas estabelecidos em Maastricht (tanto quanto suas formas, intensidades e velocidades de convergências) e, complementarmente, como o processo de lançamento da moeda única europeia em 1999 (o euro). Com efeito, o euro, inicialmente, ficou restrito às transações entre bancos centrais, com o recurso de conversão da moeda nacional de um país-membro na moeda do outro (através do mecanismo de regime de taxa de câmbio fixa com bandas) e, dois anos mais tarde, em 2002, passou a circular entre doze dos países-membros: Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Itália, Luxemburgo, Holanda e Portugal. Não é razoável, não apenas sob a ótica econômica, mas sociocultural e política, acordar critérios similares a serem impostos aos países (pretendentes a se incorporarem ao Bloco) num espaço tão curto de tempo, e com assimetrias tão abissais. Eis a razão pela qual a heterogeneidade das estruturas geopolíticas, históricas e culturais (mas também econômicas e financeiras) desses países conduziria necessariamente, como de fato ainda conduz, aos problemas cruciais existentes nos dias de hoje. A título de ilustração, vamos analisar os casos extremos da Grécia e da Alemanha.

A Grécia é um país com uma população de aproximadamente 11 milhões de pessoas vivendo em uma área geográfica de 132 milhões de quilômetros quadrados; sob a perspectiva econômica, sua economia está posicionada na quinquagésima primeira posição, entre as maiores potências econômicas do mundo (usando o critério de PIB em paridade do poder de compra). Por sua vez, a República Federal da Alemanha tem uma população de aproximadamente 80 milhões de pessoas vivendo em uma área geográfica de 357 milhões de quilômetros quadrados; sua economia se coloca na posição de número cinco entre as 10

maiores potências econômicas do planeta, atrás apenas da China, dos Estados Unidos, da Índia, e do Japão.

Se tomarmos o Produto Interno Bruto (e sua respectiva taxa de crescimento anual) como parâmetro macroeconômico para comparar a economia desses dois países-membros da União Europeia, conforme Tabela 1 (abaixo), é fácil ver que a Grécia vinha desenhando uma trajetória de crescimento invejável, de 2000 até 2008 (obtendo um pico máximo na sua curva de crescimento, em 2003, na ordem de 31,1%), superando a Alemanha, que também traça o mesmo sentido na sua trajetória de crescimento (com pico máximo de 20,3%, nesse mesmo ano). O ponto de inflexão para os dois países ocorre justamente no ano de 2008 (quando explode a crise do *subprime*), mas de forma diferenciada. Com efeito, embora tanto a economia grega, quanto a alemã, ambas despenquem ladeira abaixo, tecnicamente caracterizada como recessão econômica, a recessão grega é indubitavelmente mais dramática do que a alemã: a queda drástica do Produto Interno Bruto da Grécia fixa-se em algo em torno de 19 pontos percentuais (saindo de 11,8% positivo para 7,1% negativo, na virada de 2008/2009), enquanto que a recessão alemã se fixa em um patamar em torno de 18,6 pontos percentuais (saindo de 9,5% positivo para 9,1% negativo, na virada de 2008/2009).

Tabela 1 – Produto Interno Bruto e Taxa de Crescimento Anual (2000-2015)

ANO	ALEMANHA (Trilhões/US\$)	Taxa de Crescimento %	GRÉCIA (Bilhões/US\$)	Taxa de Crescimento %
2000	1,955	1,0	132,197	1,0
2001	1,952	-0,2	136,308	3,1
2002	2,086	6,9	154,376	13,3
2003	2,510	20,3	202,311	31,1
2004	2,823	12,5	240,848	19,0
2005	2,866	1,5	248,206	3,1
2006	3,005	4,8	273,558	10,2
2007	3,444	14,6	318,490	16,4
2008	3,770	9,5	356,142	11,8
2009	3,426	-9,1	330,837	-7,1
2010	3,423	-0,1	299,919	-9,3
2011	3,761	9,9	288,065	-4,0
2012	3,541	-5,8	245,807	-14,7
2013	3,746	5,8	239,595	-2,5
2014	3,874	3,4	235,948	-1,5
2015	3,357	-13,3	195,320	-17,2

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da countryeconomy.com. Disponível em:
 <<http://countryeconomy.com/countries/compare/germany/greece?sector=GDP+at+market+prices&sc=XE33#tbl>>.
 Acesso em: 10 jan. 2015.

A situação fica mais complicada para a Grécia em relação à Alemanha quando comparamos os patamares de desemprego desses países. De fato (conforme Tabela 2, abaixo), em 2000, a taxa de desemprego na Grécia, que já era bastante elevada, estava em torno de 11,3% da população economicamente ativa, enquanto que a taxa de desemprego na Alemanha se encontrava em um patamar de 7,9% (também bastante elevada para os padrões das economias centrais). Todavia, tomando todo o período (2000 a 2015), vê-se que, enquanto a taxa de desemprego passa a cair na Alemanha, a partir de 2005 (11,5%), terminando o período no desejável patamar de 4,7%, a taxa de desemprego grega continuava sua trajetória

crescentemente elevada, alcançando um pico dramático de 27,3% (em 2013), mas termina o período no patamar de 24,6% (uma verdadeira catástrofe para a sociedade grega).

Tabela 2 – Taxa de desemprego (Alemanha e Grécia: 2000-2015)

ANO	ALEMANHA (%)	GRÉCIA (%)
2000	7,9	11,3
2001	7,8	10,5
2002	8,5	10,0
2003	9,8	9,4
2004	10,7	10,3
2005	11,3	9,8
2006	10,2	8,9
2007	8,6	8,2
2008	7,8	7,3
2009	7,8	9,1
2010	7,0	12,0
2011	5,8	16,5
2012	5,3	23,8
2013	5,2	27,3
2014	4,9	26,6
2015	4,7	24,6

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da countryeconomy.com. Disponível em: <<http://countryeconomy.com/countries/compare/germany/greece?sector=GDP+at+market+prices&sc=XE33#tbl>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Um dos aspectos mais debatidos e controversos na atual crise da Zona do Euro, envolvendo, principalmente, os países tidos como problemáticos, os PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha), diz respeito a questões relacionadas com o *déficit* público orçamentário, ou, mais precisamente, com a relação Dívida Pública/PIB. No caso da Grécia, é notório que, no período compreendido entre os anos 2000 e 2008, sua relação Dívida Pública/PIB (na média) se manteve em torno de 107% (portanto, muito acima dos 60% estabelecido no Tratado de Maastricht, como regra de convergência); enquanto que a Alemanha, no mesmo período, conseguiu manter a sua em torno de 71% (embora acima da regra de convergência, mas bem mais próximo dela), conforme Tabela 3 (abaixo).

Nos anos posteriores a 2008, ambos os países perdem o controle sobre suas relações orçamentárias (quociente Dívida Pública/PIB), distanciando-se do patamar estabelecido em

Maastricht, em que a Grécia alcança um patamar de 180 pontos percentuais, em 2014, e a Alemanha chega a 81 pontos percentuais, em 2010.

Tabela 3 – Relação Dívida Pública/PIB (Alemanha e Grécia: 2000-2015)

ANO	ALEMANHA (%)	GRÉCIA (%)
2000	58,8	104,9
2001	57,6	107,1
2002	59,6	104,9
2003	62,9	101,1
2004	64,7	102,9
2005	66,9	107,4
2006	66,3	103,6
2007	63,5	103,1
2008	64,9	109,4
2009	72,4	126,7
2010	81,0	146,9
2011	78,3	172,2
2012	79,6	159,6
2013	77,2	177,7
2014	74,7	180,1
2015	71,2	176,9

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da countryeconomy.com. Disponível em:
<<http://countryeconomy.com/countries/compare/germany/greece?sector=GDP+at+market+prices&sc=XE33#tbl>>.
Acesso em: 10 jan. 2015.

A origem desse explosivo processo de descontrole da dívida pública na Grécia está intimamente relacionada à sua opção em aderir à União Monetária Europeia em 2001, passando o euro a circular em sua economia em 2002. O endividamento grego não se apresentou como um grande problema entre os anos de 2000 e 2008, uma vez que, nesse período, havia uma enorme liquidez internacional. Tal se deu por causa do desenvolvimento e da integração do sistema financeiro internacional, pois a ele foram incorporados os países asiáticos, formatando um novo polo econômico/financeiro mundial, principalmente a partir da China. Dessa forma, ao sistema financeiro internacional foi sinalizada a disponibilidade de enormes recursos para empréstimos internacionais com “juros extremamente baixos”.

O período de juros extremamente baixos juntamente com a convicção de que os bancos centrais teriam de resgatar o sistema, em caso de um descarrilamento, levou à procura de rendimentos mais elevados, em detrimento da consciência do risco. Internamente, a moeda americana inundava o mercado imobiliário, enquanto

externamente a avalanche de liquidez global encharcava os mercados emergentes. (MUELLER, 2013, p. 179, tradução nossa⁵⁰).

Além disso, a chegada da moeda única mitigava os riscos cambiais e diminuía os custos de transação. Faz-se necessário lembrar que os recursos externos absorvidos pela Grécia foram canalizados, em sua maior parte, para o campo privado, relativos aos setores de serviços (bancos e instituições financeiras), principalmente para o turismo e para a indústria naval grega, mas também tiveram os vultosos recursos absorvidos pelas autoridades públicas para a organização dos Jogos Olímpicos da Grécia, em 2004.

A crise financeira internacional de 2008 trouxe com ela a recessão econômica mundial que atingiu fortemente a Grécia. Para minimizar a crise, o governo grego adotou políticas econômicas anticíclicas, expandindo ainda mais seus gastos e diminuindo impostos, o que fez com que sua dívida pública explodisse. Nesse contexto, a Grécia teve que recorrer ao FMI.

Em 23 de abril de 2010, o Primeiro Ministro Papandréu solicitou oficialmente US\$56 bilhões da UE e do Fundo Monetário Internacional (FMI), mas depois de rebaixamentos ainda maiores pelas agências de classificação de risco e mercados financeiros nervosos, ficou claro que esse número não foi suficiente [...]. A Comissão Europeia, juntamente com o FMI, acordou um pacote de ajuda de US\$140 bilhões para a Grécia. A resposta inicial foi um acentuado aperto nos spreads e uma agitação nas bolsas europeias. No entanto, esse otimismo abriu caminho para uma crescente dúvida sobre se o socorro financeiro não teria sido nada mais que um conserto temporário [...]. Alguns analistas sugerem que isso é um desestímulo para o governo grego colocar efetivamente suas finanças em ordem. De fato, depois da euforia inicial do pacote de US\$140 bilhões para a Grécia, os mercados europeus começaram a cair. Alguns investidores temiam que esse contágio abrangente estivesse a caminho. Depois de um final de semana totalmente dedicado às negociações, a Comissão Europeia anunciou, no início do dia 10 de maio, que tinha conseguido montar um pacote de resgate de cerca de US\$957 bilhões para os governos europeus em perigo. Desse valor, US\$76 bilhões seriam disponibilizados por meio de um fundo da UE originalmente usado para proporcionar estabilidade aos países que sofriam com problemas na balança de pagamentos durante a crise financeira. No entanto, o maior compromisso era de US\$560 bilhões de um “veículo de finalidade específica” operado pela área do euro. (FEDERAL RESERVE BANK OF ATLANTA, 2010)⁵¹.

O principal objetivo da administração e controle da crise da União Europeia, de acordo com Mueller (2013), era impedir que o estouro da Grécia se espalhasse para os outros parceiros em situação de risco, a exemplo da Espanha e de Portugal. Dessa forma, a crise da dívida europeia levou a uma série de iniciativas por parte da então constituída “Troika”,

⁵⁰The extremely low interest period along with the conviction that central banks would have to recover the system in case of a derailment led to the search for higher yields at the expense of risk awareness. Internally, the US currency flooding the real estate market, while externally the flood of global liquidity soaked emerging markets.

⁵¹Disponível em: <<https://www.frbatlanta.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

formada pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu e pelo FMI. Como não poderia deixar de ser, a Grécia foi o país com a maior necessidade de ajuda emergencial; sendo assim, em dezembro de 2012, o Banco Central Europeu obteve grande quantidade de títulos soberanos gregos no valor de 30,8 bilhões de dólares.

Entretanto, outras medidas foram tomadas: por exemplo, em maio de 2010 foi criado o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF), contando com a participação de todos os 27 estados-membros da União Europeia. Segundo Mueller (2013), o EFSF (sigla em inglês, *European Financial Stability Facility*) tinha como objetivo prestar assistência financeira aos países-membros da Zona do Euro cuja situação orçamentária (e financeira) encontrava-se desequilibrada e, portanto, precisando de socorro financeiro de curto prazo. O EFSF tem o direito de levantar fundos, a fim de recapitalizar os bancos pertencentes à União Europeia, através de aquisição da dívida soberana dos países-membros, juntamente com recursos da linha de crédito do FMI no valor de 250 bilhões de euros, podendo alcançar um montante, para a rede de segurança financeira, em torno de 750 bilhões de euros.

As instituições e os instrumentos foram totalmente substituídos pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), criado em setembro de 2012. Ainda de acordo com Mueller (2013), o objetivo do MEE é fornecer um mecanismo de segurança financeira permanente para os países-membros, fornecendo acesso instantâneo aos seus programas de socorro financeiros. O MEE tem uma capacidade de empréstimo de 500 bilhões de euros.

A fim de obter ajuda do Sistema Monetário Europeu (EMS), o país requisitante deve aceitar que suas finanças sejam analisadas por uma comissão de avaliação da Troika, a qual elabora um “plano de resgate”, no sentido de ajudar a equilibrar as contas do requerente. O primeiro empréstimo através do mecanismo de apoio financeiro da EMS foi feito em abril de 2013, no montante de 100 bilhões de euros para o setor bancário espanhol.

O grande problema da União Europeia não são as crises das dívidas de alguns poucos países como Grécia, Irlanda, Espanha, Itália e Portugal, mas “os planos de resgate” impostos pela Troika como única forma de retomada da estabilidade destes. O caso da Grécia continua sendo emblemático: durante os últimos seis anos (de 2009 a 2015), o país, apesar da resistência do povo grego e de seus trabalhadores, vem executando com fidelidade as severas recomendações de políticas macroeconômicas da Troika: privatizou grande parte de suas empresas estatais; cortou verbas para as políticas públicas na área de educação, saúde, assistência social, pensões e aposentadorias; dilapidou seu parque produtivo, reduzindo empregos e salários, ao comprometer quase 60% do seu orçamento anual para os compromissos da dívida pública (juros e amortizações canalizados para o sistema financeiro,

bancário e não bancário). Todavia, a economia e o povo grego estão em situações piores do que se encontravam antes de 2010, quando se recorreu pela primeira vez ao FMI.

Encerramos estas análises com a pergunta e resposta dada pelo professor Mueller (2013) no texto aqui tomado como referência, *Is the Euro a Failure?*, no qual ele critica os pessimistas que conjecturam sobre a inevitabilidade do desmantelamento da Zona do Euro e do colapso total da União Europeia, ao afirmar que estão equivocados, seja em suas análises, seja em seus vaticínios fatalistas, de uma forma tal que

Como muitas vezes antes, na crise do euro, tanto quanto, o curso real dos acontecimentos provou que os pessimistas estão errados. Claro, criação e manutenção de uma moeda comum, que une um grande número de diversos países, não tem sido e nunca será uma moleza. Para o futuro, haverá muitos desafios pela frente. O que importa no final é o *trade-off*, o tamanho da margem pela qual os benefícios do euro compensam os seus custos. A esse respeito, o cálculo deixa pouco espaço para dúvida. Em termos de paz e prosperidade, a integração europeia trouxe imensos benefícios para o continente. (MUELLER, 2013, p. 187, tradução nossa⁵²).

A União Europeia, juntamente com sua unidade monetária, o euro, é uma realidade que vem sendo tecida e nutrida durante longuíssimos períodos de tempo, há séculos atrás. Se tomarmos as utopias dos seus primeiros idealizadores, pode-se creditar à União Europeia uma das mais grandiosas conquistas sociais e humanas: o fim das antigas hostilidades e guerras fratricidas que ocorreram durante os séculos passados em seu território. Todavia, as populações dos países-membros devem se mobilizar politicamente para retirar das mãos dos rentistas, incrustados no sistema financeiro e nas instituições governamentais, o poder de decisão sobre os rumos das políticas fiscal e monetária, no sentido de barrar as diretrizes de austeridades neoliberais, causadoras de tantos desconfortos e sofrimentos para a população dos países mais vulneráveis deste Bloco. Que se resgate a utopia esquecida dos antigos idealizadores: paz, prosperidade e solidariedade para os povos e nações do velho continente.

6.3 As reações dos países latino-americanos e emergentes frente ao dólar

Durante o último período de crise da moeda de referência para as transações internacionais (2000 a 2015), vários países fora do núcleo duro dos centros dominantes do

⁵²As many times before, in the euro crisis as well, the real course of events proved the doomsayers wrong. Of course, creating and maintaining a common currency, which binds together a large group of highly diverse countries, has been no and never will be a cakewalk. For the future, many more challenges lie ahead. What matters in the end is the trade-off, the size of the margin by which the benefits of the euro outweigh its costs. In this respect, the calculus leaves little room for doubt. In terms of peace and prosperity, European integration has brought immense benefits for the continent.

capital financeiro internacional (Estados Unidos, Japão, França e Alemanha), dentre eles os países emergentes, têm buscado criar, através de seus dirigentes políticos e especialistas financeiros, alguns dispositivos que possibilitem driblar a crise ou mesmo substituir suas moedas nacionais, ameaçadas pela guerra cambial até então vigente no comércio mundial. Embora com diferentes técnicas e enfoques, a grande maioria desses mecanismos é orientada pelo viés econômico e ideológico das diretrizes e práticas monetaristas ortodoxas, de recortes neoliberais. No entanto, algumas propostas de cunho mais estruturais e heterodoxas têm surgido no transcorrer dos últimos 16 anos, como veremos a seguir.

Muitos países buscam operacionalizar suas transações comerciais através de acordos mútuos, ou de algum mecanismo artificial (ou inda por meio da criação de alguma moeda alternativa), frente à crise cambial ocorrida no mercado internacional e do protecionismo praticado por algumas nações. A China, por exemplo, deu seus primeiros passos para promoção do uso de sua própria moeda, o *yuan*, nas transações comerciais e como reserva de valor, principalmente na Ásia, ainda nos primeiros anos deste novo século (voltaremos a falar, no próximo capítulo, mais devidamente sobre a China). Por sua vez, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, defendeu, em entrevista pública, em 2009, quando esteve em Londres, na reunião de cúpula do G8, a necessidade de buscar alternativas ao dólar. Na ocasião, ele propôs ao presidente da China, Hu Jintao, que as trocas comerciais entre os dois países fossem feitas em moedas locais. Nas transações comerciais entre os países latino-americanos, esses mecanismos começaram a tomar corpo mais fortemente quando foi iniciada a crise financeira e econômica internacional que arrastou a grande maioria das economias do mundo, no final de 2008, a partir da quebra do Lehman Brothers.

No Brasil, por exemplo, as discussões sobre alternativas à moeda americana embarcaram na ascendente trajetória de valorização do câmbio nacional (que reiteradamente prejudicava as exportações brasileiras), buscando substituir a moeda americana nas relações comerciais bilaterais, de 2008 a 2012. A consolidação dessas ideias e práticas ocorreu quando da utilização de um mecanismo de pagamento diferenciado com um dos principais parceiros comerciais do Brasil, a Argentina. Os dois países adotaram o Sistema de Pagamentos em Moedas Locais (SML) desde outubro de 2008. Tal mecanismo possibilita o uso do real e do peso argentino nas operações do comércio exterior de bens e serviços, sem a necessidade de fazer *swap*⁵³ para o dólar americano. Assim, tanto os importadores quanto os exportadores

⁵³*Swap* (troca): é uma espécie de contrato para trocar posições entre investidores no mercado financeiro e pode ser de ganho ou de risco de perda. O *swap cambial* é uma operação em que se faz a troca de taxa de variação cambial, ou seja, variação no preço das divisas, normalmente expresso em dólar.

conseguem, por via desse artifício, minimizar seus custos e aperfeiçoar o processo de proteção contra os riscos de variação cambial.

Entrementes, essas iniciativas ainda eram dispersas e assistemáticas. Na América Latina, por exemplo, o caso do Equador pode ser tomado como exemplo ilustrativo: o presidente Rafael Correa, que tomou posse em 2007, em seu primeiro mandato, herdou de seus antecessores a dolarização completa do país (fato também ocorrido na Argentina de Carlos Menem, quando implantou a “Lei de Conversibilidade” criada por Domingos Cavallo, em abril de 1991 – a referida Lei anexou o peso argentino ao dólar americano), uma vez que a moeda nacional equatoriana, o sucre, que existia desde 1884, foi extinta logo no início de 2000 e o dólar passou à condição de moeda nacional. Os críticos da dolarização, à época, entre os quais o próprio Correa, condenaram a medida, denunciando que o Equador vivenciaria um processo de crônica estagnação econômica que provocaria, entre outras coisas, a dilapidação da identidade nacional e cultural do povo equatoriano.

Uma das alternativas sugeridas foi a criação de uma moeda regional, ou algum artifício que evitasse o uso do dólar nas transações comerciais entre os países da região. Correa defende que deve ser criada uma moeda eletrônica desvinculada do dólar e do euro, com valor lastreado em uma cesta de moedas latino-americanas. Nessa conjuntura, o comércio se faria com base na moeda contábil e os países participantes receberiam em sua própria moeda, a depender da cotação do câmbio entre as moedas da cesta. Essa moeda eletrônica permitiria que os países da América Latina deixassem de pagar pelo direito de usar o dólar e o euro e não precisariam mais se submeter às determinações do FMI e do Banco Mundial.

Essas discussões e eventuais tentativas de se buscar alternativas ao dólar tiveram repercussão formal no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), como veremos a seguir.

6.4 Articulações alternativas ocorridas no MERCOSUL

Antes de adentrarmos as questões relacionadas às articulações alternativas à moeda americana e ao seu sistema financeiro e monetário internacional que se apresentou durante os últimos 60 anos na América Latina e, mais recentemente, no MERCOSUL, bem como as tentativas de construção de um processo de unificação financeira e monetária para a região

(intimamente relacionada à integração dos países latino-americanos), vamos fazer uma breve apresentação histórica do MERCOSUL, sua criação, seus objetivos e princípios.

Depois de muitas articulações, encontros e desencontros, principalmente entre Brasil e Argentina, o MERCOSUL nasceu em 1991, através do Tratado de Assunção (Paraguai), que foi assinado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O objetivo do MERCOSUL é a consolidação do processo de integração política, econômica e social entre os países que o compõem, fortalecendo os vínculos socioculturais dos povos latino-americanos e buscando melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos.

O MERCOSUL é regido pelos princípios estabelecidos no Art. 1º do Tratado de Assunção, no qual está dito literalmente que este Mercado Comum implica:

- (i) A livre circulação de bens e serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e de restrições não tarifárias à circulação de mercado de qualquer outra medida de efeito equivalente;
- (ii) O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;
- (iii) A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes – de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem –, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes; e
- (iv) O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

O MERCOSUL se encontra presentemente numa fase de União Aduaneira – além de ser uma Área de Livre Comércio, compartilha de um conjunto de políticas comerciais e tem uma tarifa externa comum (TEC). Nessa fase do processo de integração econômica, existe a livre circulação de mercadorias entre os Estados Partes com tarifa zero, enquanto que, para os países que não pertencem ao Bloco, são aplicadas tarifas de importação. De acordo com os princípios fundantes do MERCOSUL, sua meta principal é se transformar em uma União Econômica; para tanto, precisa, segundo as experiências internacionais, alcançar a condição de Mercado Comum – nesse caso, além da livre circulação de mercadorias (bens e serviços), é agregada a circulação de serviços de fatores (capitais e pessoas), em que os Estados Partes devem coordenar suas políticas macroeconômicas, definindo parâmetros semelhantes de políticas monetárias, cambiais e fiscais.

Durante os últimos 40 anos, a crise financeira e monetária internacional, gestada desde a década de 1970 com o desmantelamento dos Acordos de Bretton Woods e a implementação do regime de câmbio flutuante, assim como a liberalização dos fluxos internacionais de capital, tem conduzido os países da região latino-americana a um processo de integração regional não só econômica, mas também monetária e financeira, notadamente perseguindo o objetivo de buscar alternativas ao dólar americano, que seria conseguido através da criação de uma moeda única para a região.

Nesse sentido, a partir da primeira década do século XXI, com a chegada dos novos governantes dos países da região (grande parte deles de ideologia marcadamente contrária às diretrizes do neoliberalismo), os quais vivenciaram as consequências econômicas e políticas das diversas crises cambiais que castigaram a região durante a década de 1990, o tema da integração monetária entra mais fortemente em cena, provocado principalmente pelos presidentes da Argentina e do Brasil.

Contudo, se fizermos uma retrospectiva histórica, veremos que a questão da integração monetária tem povoado desde as origens todas as tentativas de integração na América Latina. Com efeito, segundo Cunha et al. (2008), desde os acordos firmados pela Aliança Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), criada em 1960, ou mesmo no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), da década de 1980, que a substituiu, podemos encontrar as ideias seminais sobre o processo de unificação financeira e monetária para a região.

Foi no âmbito da Alalc que se deram os primeiros passos em direção à cooperação monetária e financeira entre os países membros do acordo, entre os quais estavam os países que hoje conformam o Mercosul. Na época foi criado o Conselho de Política Financeira e Macroeconômica, com o intuito de aproximar as autoridades econômicas dos países. Essa instituição segue existindo na Aladi, sob a denominação de Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários, sendo formada pelos presidentes dos Bancos Centrais, realizando funções consultivas e troca de informações. A decisão mais importante já tomada por esse órgão foi o estabelecimento do Acordo de Pagamentos de Créditos Recíprocos entre os países da Alalc, no que também ficou conhecido como Acordo do México. Ele foi firmado em setembro de 1965 e ratificado pela Aladi em 1982. Estabelece um mecanismo de compensação de pagamentos em moedas conversíveis e livremente transferíveis. Esse acordo é muito importante porque permite a criação de um fundo de reservas, com o objetivo de dar sustentação aos balanços de pagamentos (BPs) dos países membros, outorgando créditos, garantido empréstimos de terceiros e melhorando as condições de investimento das reservas oficiais dos Bancos Centrais. (CUNHA et al., 2008, p. 14).

Todavia, no que se refere especificamente à discussão sobre o processo de integração monetária da região, na análise de Cunha et al. (2008), ela é retomada mais vigorosamente pelos principais países que articularam a criação do MERCOSUL, Argentina e Brasil, em

1986, com a assinatura do Protocolo nº 10 de Estudos Econômicos, no qual rezava que, inicialmente, era necessário tomar medidas que possibilitassem sintonizar as políticas macroeconômicas dos dois países, e, mais tarde, em 1987, com a assinatura do “Protocolo nº 20, no qual se estabeleceu a necessidade de se iniciar um processo visando à criação de uma unidade monetária comum” (CUNHA et al., 2008, p. 15), o “Gaúcho”, de acordo com o qual essa moeda deveria ser emitida e amparada através de um Fundo de Reserva Binacional – esse fundo seria mantido pelos recursos oriundos do Acordo de Pagamentos e Créditos Recíprocos.

Mesmo na estrutura normativa do Tratado de Assunção (que criou o MERCOSUL), a questão da integração monetária foi em parte contemplada, no Anexo V dos Subgrupos de Trabalho do Grupo Mercado Comum, Subgrupo nº 10 – Coordenação de Políticas Macroeconômicas. Com efeito, segundo Cunha et al. (2008), como consequência do referido anexo, “estabeleceu-se a estrutura institucional do Subgrupo de Trabalho (SGT) nº 10, sobre a coordenação de políticas macroeconômicas, vinculado ao Grupo do Mercado Comum (GMC)” (CUNHA et al., 2008, p. 15). Segundo os autores, dentre as principais reuniões do Conselho do MERCOSUL para tratar do tema da integração monetária, em 1999,

Na XVI Reunião Ordinária do Conselho do Mercosul (CMC), foram criados dois grupos de trabalho para aprofundar o tema da integração monetária: o Grupo de Trabalho de Alto Nível de Coordenação de Políticas Macroeconômicas, com o objetivo de analisar as políticas econômicas dos países, com ênfase na questão da sustentabilidade intertemporal das contas públicas e externas, e propor alternativas e métodos de coordenação de políticas macroeconômicas, junto a um programa de trabalho que envolve, por exemplo, a harmonização das estatísticas econômicas e financeiras; e o Grupo *Ad-Hoc* de Acompanhamento da Conjuntura Econômica e Comercial, para analisar a conjuntura econômica dos países membros e a evolução do comércio intra e extra-regional. Esses grupos de trabalho não produziram nenhuma recomendação importante. Ainda assim, em junho de 2000, na XVIII Reunião do CMC, se revoga a Decisão nº 6/99, que havia criado o Grupo de Trabalho de Alto Nível de Coordenação de Políticas Macroeconômicas e, em seu lugar, cria-se um conjunto de mecanismos voltados à viabilização da integração monetária no Mercosul com os seguintes objetivos:

- a) elaborar estatísticas harmonizadas, especialmente na área fiscal, que deveriam ser publicadas regularmente;
- b) estabelecer, a partir de 2001, metas fiscais de endividamento do setor público e de preços com o respectivo padrão de convergência;
- c) realizar levantamento, com vista à harmonização de práticas e normas, das regulações vigentes nos mercados financeiros e de capitais – no limite com a intenção de integrar tais mercados;
- d) criar o Grupo de Monitoramento Macroeconômico. (CUNHA et al., 2012, p.15-16).

A trajetória desenhada durante todo esse período histórico para se estabelecer um tratamento jurídico-político para o processo de cooperação e integração financeira e monetária para os países da América Latina, notadamente os países do MERCOSUL, segundo os autores

acima citados, “revela que, apesar das intenções formais de se harmonizar as políticas macroeconômicas e cambiais no Mercosul, nunca se chegou a aplicar, plenamente, as normas sugeridas” (CUNHA et al., 2008, p. 16). Os motivos pelos fracassos são atribuídos pelos autores em dois sentidos: de um lado, por conta das diferentes matizes e objetivos de políticas econômicas; por outro, por causa dos distúrbios macroeconômicos que são recorrentes na região, principalmente aqueles relacionados com as políticas cambiais e monetárias dos dois principais países envolvidos no processo, Brasil e Argentina.

Todavia, Cunha et al. (2008) mostram-se confiantes com os novos acontecimentos geopolíticos na região na primeira década do século XXI, dentre os quais destacam-se a entrada da Venezuela no MERCOSUL (que obteve o *status* de Estado Parte), a criação do Fundo de Convergência Estrutural (2006) e a institucionalização do Banco do Sul (2007). Segundo os autores, tais novidades constituem fatores sinalizadores da retomada do processo de cooperação e integração financeira e monetária da região.

De fato, o desenvolvimento institucional do MERCOSUL tem avançado muito nos últimos 10 anos com a criação do Tribunal Permanente de Revisão, em 2002, e a institucionalização do Parlamento do MERCOSUL, em 2005. Tivemos também a criação do Instituto Social do MERCOSUL, em 2007, do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos, em 2009, e o estabelecimento do cargo de Alto Representante-Geral do MERCOSUL em 2010. Neste mesmo ano, os Estados Partes concluíram a formatação do Código Aduaneiro do MERCOSUL; de acordo com a página brasileira do MERCOSUL, houve, de fato, no citado período, grandes avanços no bloco:

Com a incorporação da Venezuela, o MERCOSUL passou a contar com uma população de 270 milhões de habitantes (70% da população da América do Sul); PIB de US\$ 3,2 trilhões (80% do PIB sul-americano); e território de 12,7 milhões de km² (72% da área da América do Sul) [...]. Além da importante produção agrícola dos demais Estados Partes, o MERCOSUL passa a ser o quarto produtor mundial de petróleo bruto, depois de Arábia Saudita, Rússia e Estados Unidos. (MERCOSUL, 2016⁵⁴).

Nesse sentido, as gestões político/administrativas dos governos de esquerda na América Latina, num primeiro momento (2000 a 2014), por conta da trajetória virtuosa do aumento dos preços das *commodities*, permitiram o crescimento econômico e o incremento de recursos que foram canalizados para as políticas de inclusão social, possibilitando conquistas e avanços antes nunca vistos na América Latina, principalmente aqueles relacionados ao processo de integração socioeconômica e monetária na região. Todavia, no segundo

⁵⁴ Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

momento, nomeadamente a partir de 2012, ponto de inflexão da referida trajetória dos preços das *commodities*, as economias desses países começaram a acumular grandes *déficits* públicos, principalmente por causa dos compromissos com os serviços e juros de suas dívidas internas e externas.

Sendo assim, a crise política que se instalou nos principais países da América Latina (em especial Venezuela, Brasil e Argentina), criou todas as condições políticas e ideológicas para o retorno dos partidos de direita, capitaneados pela mídia, saudosista das políticas abertamente liberalizantes e antidemocráticas, reféns dos capitais financeiros internacionais. Muito provavelmente, como já denunciavam as ações de políticas externas dos governos da Argentina e do Brasil (este último ainda interino), as instituições criadas nos últimos 20 anos na região (sobre as quais falaremos na secção seguinte) serão esvaziadas e condenadas à extinção, por falta de interesse, de investimento e dos recorrentes cortes de verbas.

As diretrizes para as políticas externas de boa parte dos países da região, por meio de acordos bilaterais, serão novamente influenciadas pelas nações dominantes, articuladas e orientadas pelas políticas das instituições internacionais multilaterais, como OMC, FMI e BIRD, de tal maneira que o comércio internacional da região latino-americana será novamente canalizado para atender aos interesses dos Estados Unidos e da Europa, como serão mostrados na secção seguinte.

6.5 Da integração à nova arquitetura monetária regional

O esgotamento e a deslegitimação das políticas neoliberais nos países da América Latina e Caribe fizeram emergir, nos finais dos anos de 1990, o ideal libertador de Simon Bolívar, que conclamava as nações da região para a criação de uma Comunidade Americana de Nações. No transcurso temporal de mais de dois séculos, esse ideal alimentou no povo latino-americano as lutas para a conquista da utopia republicana da democracia e da expectativa de construir definitivamente a integração regional. Sendo assim, ocorreu que, depois de quase três séculos de intercâmbio preferencial com os países europeus e americanos, a América Latina deu um revertério no seu processo de independência, integração regional e reconfiguração de suas relações internacionais, com a chegada dos governos de esquerda na região nos finais da década de 1990 (inicialmente, com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela, em 1998 – e, logo em seguida, em 2002, no Brasil, é eleito Luiz

Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores⁵⁵ – ao voltar seus horizontes, por um lado, para as nações irmãs; por outro, para o continente asiático, em especial para China.

Dentre os mecanismos mais consistentes e de longo prazo instituídos para fazer frente ao monopólio americano na região, tivemos a criação da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), na qual foram criadas as condições políticas e organizacionais que possibilitaram a criação de duas instituições regionais de caráter econômico, financeiro/monetário e social: de um lado, *El Banco Del Sul* – uma espécie de fundo monetário e de organização de empréstimo, com sua própria moeda, o sucre (um Banco de Desenvolvimento Regional); de outro, *El Banco Del ALBA*, uma instituição de direito internacional pública cujo objetivo é financiar o desenvolvimento socioeconômico e fortalecer a integração regional. A ALBA foi primeiramente proposta pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez (em 2001), quando da realização da Terceira Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Associação de Estados Caribenhos, ocorrida na própria Venezuela.

No entanto, a ALBA só foi efetivamente firmada em dezembro de 2004, em Havana, capital de Cuba, quando foi assinada uma Declaração Conjunta pelos governos de Hugo Chávez, da Venezuela, e Fidel Castro, de Cuba, para sua criação. O principal objetivo da ALBA é a integração dos países da América Latina e do Caribe na forma de cooperação, no sentimento de solidariedade e no desejo compartilhado de que todos os países da região alcancem o desenvolvimento comum, no sentido de satisfazer suas necessidades e seus anseios, garantindo a cada qual sua identidade, independência e soberania.

No lapso de tempo de mais de uma década foram sendo incorporadas à ALBA várias outras nações da região latino-americana (Antígua e Barbuda, Bolívia, Equador, Granada, Nicarágua, Santa Lúcia, São Vicente e República Dominicana). Na verdade, a ALBA é uma organização internacional construída através de uma aliança multilateral, razão pela qual sua estrutura político-organizacional é composta por Conselho de Presidentes, Conselho de Ministros, Conselho de Movimentos Sociais e várias comissões internacionais. A ALBA agrega ainda as instituições transnacionais, como é o exemplo das companhias gran-nacionais

⁵⁵Pouco depois vieram as eleições do peronista Néstor Kirchner, na Argentina, pelo Partido Justicialista, em 2003; Tabaré Vázquez, no Uruguai, pelo Partido Frente Ampla, em 2005; Michele Bachelet, no Chile, pelo Partido Socialista do Chile, em 2006; Evo Morales, na Bolívia, pelo Movimento para o Socialismo, em 2006; Daniel Ortega, na Nicarágua, pela Frente Sandinista de Libertação Nacional, em 2006; Rafael Correa, no Equador, pelo Movimento Alianza PAIS (Pátria Ativa de Soberana), em 2007; e, por fim, Fernando Lugo, no Paraguai, pela Frente Guasú, em 2008.

(cooperativas de empresas oriundas de países membros da própria ALBA, cujas finalidades são facilitar o comércio dentro do bloco).

Nesse sentido, a ALBA estabelece acordos e convênios, tanto bilaterais quanto multilaterais, entre os países-membros e não membros, criando e estimulando projetos macroeconômicos que estabeleçam as condições infraestruturais que possam gerar o bem-estar social e a integração regional. Com o propósito de pôr em curso uma rede de solidariedade no setor de petróleo, foi estabelecido um acordo segundo o qual a Venezuela exportaria petróleo para Cuba e cerca de 30 países caribenhos em condições favoráveis, sendo que estes últimos com desconto de até 40% do valor de mercado – a Argentina (que não faz parte da ALBA) e a Bolívia comprariam o petróleo venezuelano e pagariam em espécie ou com soja e algodão.

Foi pensando em uma forma de facilitar as transações na área petrolífera (e uma maior integração energética das Américas) que o governo venezuelano levou a cabo a proposta de criação na ALBA de uma mega empresa que recebeu o nome de PETROAMERICA, composta pela Petrocaribe, Petroandina e Petrosul.

Alternativas outras de integração ocorreram com a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, que deu origem à União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), também em 2008, que contou com a presença de 12 países do continente, protocolando variados projetos de cooperação regional, no sentido de, coletivamente, suplantar grande parte dos embaraços que travavam o desenvolvimento da região. Nessa perspectiva, buscando contemplar todos os países da América Latina e do Caribe, foi também criada a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em 2010, no México.

De um modo geral, a partir de 2007, foram estabelecidas as principais normas para a Aliança Bolivariana relacionadas às questões ligadas a educação, saúde, cultura, comércio, indústria, finanças, transportes, recursos minerais e energéticos. Porém, somente em 2008 foi sedimentado o acordo (com a participação da Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela) para a formatação do Banco do Sul e da criação de uma moeda alternativa ao dólar americano, o *sucre*.

De fato, após o colapso da bolsa das empresas de tecnologia nos anos de 2000 e 2001, a economia mundial começou a redesenhar uma trajetória de crescimento econômico, puxada não só pela China, mas também pelos Estados Unidos e países europeus, razão pela qual a demanda internacional por produtos primários, *commodities*, alavancou o crescimento tanto dos países emergentes como de muitos países do continente americano (que são exportadores desses produtos). Adicionalmente, de acordo com Carcanholo (2011), a confluência da alta

liquidez internacional e da queda das taxas internacionais de juros possibilitou a entrada de enormes quantidades de capitais externos para os países latino-americanos, motivo pelo qual as reservas internacionais desses países cresceram de forma acelerada.

Esses dois componentes do cenário externo permitiram a elevada acumulação de reservas internacionais nessas economias. O estoque de reservas internacionais dos sete países signatários do Banco do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela) saiu de US\$ 80 bilhões em 2000 para US\$ 89 bilhões em 2003 - sofrendo uma pequena baixa em 2001-2002 por causa de alguns resquícios das crises cambiais que caracterizaram a década anterior – e a partir daí acelerou o seu crescimento. Em 2007 ele chegou a US\$ 275 bilhões, e em 2009 a US\$ 345 bilhões, mesmo com a economia mundial já sofrendo os efeitos da crise de 2007-2008, quando aquele quadro do cenário externo favorável começa a se reverter. (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2010 apud CARCANHOLO, 2011, p. 19).

Quadro 4 – Banco do Sul: composição do capital aportado (países fundadores)

Grupo	País	Aporte por país (US\$ milhões)	Prazo de capitalização
1	Argentina	2.000	5 anos
	Brasil		
	Venezuela		
3	Equador	400	10 anos
	Uruguai		
4	Bolívia	100	
	Paraguai		
Demais países da Unasul			
2	Colômbia	970	5 anos
	Chile		
	Peru		
5	Guiana	45	10 anos
	Suriname		
Total (subscrito)		3.000	
Total Capital Autorizado		20.000	

Fonte: Calixtre e Barros (2010), com base em CTP/NAFR (2010)(apud CARCANHOLO, 2011).

O Banco do Sul, em seu nascedouro, segundo Carcanholo (2011), foi instituído a partir de um capital autorizado de US\$ 20 bilhões e deveria traçar a logística de seu uso, estabelecendo os princípios e objetivos gerais que regeriam a dinâmica dessa instituição de

fomento e desenvolvimento regional. Quanto ao capital subscrito, seu valor alcançaria o montante de US\$ 7 bilhões e seria compartilhado entre os países membros de acordo com o Quadro 4 (acima), construída pelo autor.

Como vimos antes, concomitantemente à criação do Banco do Sul foi sendo gestada a ideia de criação de uma moeda alternativa, cujo principal mentor, à época, foi o presidente Hugo Chávez, que procurava encontrar algum mecanismo viável de proteção à soberania monetária dos países membros, livrando-os da ditadura do dólar imposta de forma compulsória pelos Estados Unidos desde o fim da Segunda Guerra Mundial. De fato, o que estava implícito na iniciativa chavista era a criação de instituições alternativas às estabelecidas nos Acordos de Bretton Woods, em 1944, como o FMI e o Banco Mundial, de tal maneira que se pretendia formatar uma Nova Arquitetura Financeira Regional.

Nessa perspectiva, Carcanholo incorpora a criação do Banco do Sul em seu segundo pilar (de um total de três) dessa Nova Arquitetura Financeira Regional – que surge a partir das discussões ocorridas no âmbito da UNASUL, no mesmo momento em que o terremoto da crise do sistema financeiro e monetário internacional alcança seu ápice (2007/2008), no sentido de buscar minimizar “a dependência da região dos fluxos financeiros internacionais, reduzir os custos e facilitar a obtenção de divisas para o comércio e financiar de maneira autônoma o desenvolvimento da região” (CARCANHOLO, 2011, p. 15).

O pilar a que se refere Carcanholo (2011), no qual se assenta a Nova Arquitetura Financeira Regional, diz-nos que esta não prescindiria de um Banco de Desenvolvimento Regional, complementar ao Fundo Comum de Reserva, de maneira que ao Banco caberia o financiamento de projetos de investimentos de médio e longíssimo prazo, que permitiria alavancar, potencializar e desenvolver a capacidade produtiva dos países do continente, levando em consideração suas diretrizes, “estratégicas de desenvolvimento e da integração regional alternativas que lhe dão sentido” (CARCANHOLO, 2011, p. 16). Assim, esses deveriam ser os princípios estruturantes do Banco de Desenvolvimento Regional, o Banco do Sul, razão pela qual seus objetivos norteadores seriam o desenvolvimento socioeconômico e a redução das enormes assimetrias e da histórica pobreza na região.

Adicionalmente, o autor nos apresenta um terceiro pilar da Nova Arquitetura Financeira Regional, uma espécie de espaço monetário regional no qual seria constituído um sistema de pagamentos regional, minimizando a dependência no processo de conversão de sua moeda em moedas estrangeiras, a exemplo do dólar americano, quando fossem feitas as transações comerciais entre os países da região (CARCANHOLO, 2011). Nesse sentido, o SUCRE (Sistema Único de Compensação Regional de Pagamentos), criado pelo Banco da

ALBA (a partir de 2009), atenderia bem ao propósito de registrar e compensar as transações comerciais entre os países que a compõe.

Sendo assim, o *sucre* assumiria uma das características que toda moeda teria que ter, qual seja, a função de meio de pagamentos. Todavia, o *sucre* não era uma moeda comum; na verdade, tratava-se de uma moeda virtual que não circularia através dos bancos comerciais e instituições financeiras não bancárias, mas apenas através dos bancos centrais dos países membros para os registros das transações comerciais formatadas pelos acordos estabelecidos dentro do Bloco. Assim, de acordo com Carcanholo (2011, p. 17), na prática, através do *sucre*, “simplesmente será feita uma compensação das compras e vendas entre os países e só a diferença é paga em dólares”.

Dentro da complexa heterogeneidade da região, tanto do ponto de vista da extensão territorial quanto das assimetrias econômicas e de interesses políticos nacionais, seus governos têm produzido diversos mecanismos financeiros e às vezes justapostos quanto aos objetivos e funcionamento, como seria o caso, por exemplo, da institucionalização do Banco da ALBA, em 26 de janeiro de 2008, pela Venezuela, Bolívia, Nicarágua e Cuba. De acordo com Carcanholo (2011, p. 22), “a ideia é de um capital subscrito (parcela a ser aportada pelos membros) de US\$ 2 bilhões” – portanto, muito inferior ao do Banco do Sul, mas com critérios de uso completamente diferentes.

Não obstante todas essas iniciativas perpetradas até agora pela maioria dos países latino-americanos e caribenhos, Carcanholo (2011) acredita que elas não conseguiram fugir à lógica dominante de apropriação do capital. Nesse sentido, ele propõe um conjunto de políticas macroeconômicas que inverteriam o curso traçado pela atual trajetória de acumulação, de maneira a minimizar “a acumulação financeiro-fictícia” e permitir o favorecimento da “apropriação do capital produtivo”. Dever-se-ia alterar o ajustamento da taxa de juros das economias dependentes, “em função até da alta vulnerabilidade externa, que requer forte financiamento externo das contas dessas economias”, uma vez que se observa “uma grande diferença entre a taxa de juros doméstica e a taxa de lucro do capital produtivo” (CARCANHOLO, 2011, p. 6). Temos, portanto, o motivo pelo qual se configura uma tendência a estimular o capital em geral para uma “apropriação financeiro-fictícia”, de modo que tal estado de coisas impossibilita qualquer iniciativa pela apropriação produtiva.

Sendo assim, o autor propõe a redução da taxa de juros doméstica para patamares compatíveis com uma maior taxa de crescimento econômico: taxa de juros menores impactam positivamente na redução dos serviços da dívida pública (interna e externa), ajudando na recuperação da capacidade dos gastos públicos e dos investimentos em infraestrutura do país,

resultando no crescimento econômico que gera empregos, rendas e possibilidades de bem-estar social.

6.6 Os emergentes e ação dos BRICS

Um fato relevante ocorrido no contexto da crise do sistema financeiro e monetário internacional foi configurado quando um grupo de países subdesenvolvidos, chamados de países de mercados emergentes (ou simplesmente “emergentes”), formado pelo Brasil, Rússia, Índia e China resolveu criar, em 2009, a primeira cúpula daquilo que passou a ser conhecida como BRIC (uma vez que a África do Sul só foi incorporada ao grupo dois anos mais tarde, em 2011). Os BRICS configuram-se como uma espécie de aliança política e econômica, cuja razão de ser é a luta pela transformação e reestruturação da geopolítica mundial, pondo em xeque o poder econômico global do G7, capitalizado pelos Estados Unidos. Os acordos estabelecidos entre os países dos BRICS têm se sedimentado por meios de princípios de independência, solidariedade, equidade e ajuda mútua.

Sendo assim, os BRICS podem ser definidos como um agrupamento de países cujo objetivo principal é promover reformas nas instituições do sistema financeiro e monetário internacional, no sentido de colocá-las em sintonia com as novas dinâmicas da economia mundial, posto que os Estados Unidos e a Europa se encontram em uma situação de queda em suas economias, por conta da crise de 2008, enquanto que os países emergentes acumulam crescimento econômico desde o início do século, tendo a China como locomotiva econômica do mundo. De fato, uma das reivindicações do grupo é conseguir maior representatividade de seus países nas decisões de cúpulas dessas instituições (FMI, BIRD, BIS etc.), assim como busca, internamente, criar alternativas efetivas à moeda americana.

Os dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em seu informe MERCOSUL nº 20 (segundo semestre de 2014 e primeiro semestre de 2015), nos dão conta de que, se pensarmos os BRICS como uma grande nação, ela teria uma população de três bilhões de pessoas vivendo em um território que cobriria mais de um quarto (26%) da superfície do planeta. Seu Produto Interno Bruto equivaleria a 20% da economia mundial, sendo que a China, sozinha, teria o dobro da soma dos PIB dos demais países que compõem o grupo. No que se refere às reservas de moedas estrangeiras (divisas), os BRICS possuem um montante de US\$ 4 trilhões.

De fato, segundo dados do IPEA⁵⁶, enquanto a economia mundial patinava, os quatro países que faziam parte dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), entre os anos de 2003 a 2007, configuravam-se como responsáveis pela expansão do Produto Interno Bruto Mundial em torno de 65%. Sendo que, em paridade do poder de compra, em 2014, o PIB dos BRICS superava o dos EUA (ou o da União Europeia).

Recentemente, cerca de dois anos atrás, um novo passo foi dado na construção de uma moeda alternativa para os países emergentes, com a instalação da VI Cúpula de Chefes de Estado e de Governos dos BRICS, cuja reunião ocorreu em julho de 2014 no Brasil, na cidade de Fortaleza. Na oportunidade, foi consolidada a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), com o estabelecimento de um fundo de reservas contingentes, no sentido de financiar os projetos de infraestrutura e desenvolvimento dos países membros e ajudar àqueles que sofrerem ataques especulativos provocados por fugas de capitais, mas também auxiliar os países pobres e em desenvolvimento com aportes de empréstimos financeiros alternativos às instituições do sistema financeiro internacional, como o FMI e o Banco Mundial.

O valor desse fundo será inicialmente de US\$ 100 bilhões, sendo US\$ 41 bilhões bancados pela China, US\$ 54 bilhões bancados igualmente por Brasil, Rússia e Índia, e os US\$ 5 bilhões restantes são bancados pela África do Sul. Todavia, ele começa com um fundo de US\$ 50 bilhões subscrito em partes iguais pelos cinco integrantes dos BRICS⁵⁷.

Nesse novo contexto, as perspectivas de uso de moedas locais para os países dos BRICS são muito promissoras, e a moeda chinesa, o *yuan*, em relação às do Brasil, Rússia, Índia e África do Sul, é a que mais oferece chance de funcionar como moeda de reserva internacional. Todavia, outras ações estratégicas estão sendo construídas para desbancar o dólar americano do pódio; em particular, a Rússia e a China tomaram a dianteira, utilizando como arma letal o velho actante dourado, o ouro, como veremos no capítulo seguinte.

6.7 Conclusão

A longa trajetória de construção da União Europeia e sua moeda única, o euro, desde os *primos tempores*, quando a integração europeia era apenas uma ideia (ou nada mais do que uma simples utopia) gestada nas mentes e nos corações dos poetas, dos sonhadores ou das

⁵⁶Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

⁵⁷Dados da Carta Maior. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Especial-Carta-Maior-BRICS-e-o-parlamentarismo-de-mercado/7/33251>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

lideranças políticas com visões prospectivas da unidade, do equilíbrio e da solidariedade entre os povos da região, tem muito que ensinar para os outros países que estão em processo de integração regional (como, por exemplo, o MERCOSUL), mas também tem ainda muito que aprender com suas últimas experiências de acertos e crises.

O fato é que essa longa trajetória histórica de construção, desenvolvimento e aperfeiçoamento da integração dos países da Europa mostra que a União Europeia é, hoje, uma realidade incontestável. Incontestável não no sentido de que não existe mais espaço para críticas, conflitos de interesses e mudanças (avanços e retrocessos), principalmente nas etapas futuras necessárias para sua consolidação, mas no sentido de que existe pouca ou nenhuma chance de retorno para o que era antes. Sendo assim, o papel jogado pela moeda internacional foi decisivo para sua formatação: num primeiro momento, o dólar cumpriu esse papel; no momento posterior e atual, em associação com suas instituições, o euro, principal diligente das crises atuais, funcionou e permanece funcionando complementarmente como principal agenciador da consolidação do processo da União Europeia.

Alimentados pelo ideal republicano de Simon Bolívar, que convocava todas as nações da América Latina no sentido da libertação, da soberania e da construção de uma Comunidade Americana de Nações, o processo de integração da região tem sido configurado durante todo o século XX e início do século XXI, dentro dos mais adversos contextos (guerras mundiais, conflitos regionais e crises econômicas), através de projetos e propostas das mais diferenciadas possíveis.

Nesse sentido, em 1960 foi forjado, através de um tratado que passou a se denominar de Aliança Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), um dos mais consistentes e amplos acordo em que se buscava a integração comercial entre países da América Latina. Tal acordo foi firmado por países como Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai (pode-se afirmar que foi a primeira tentativa de construir uma área de livre comércio). Entretanto, a partir da década de 1970, depois de muitos debates e propostas, a ALALC sofreu muitas alterações de conteúdo estratégico, econômico e político, de maneira que veio a incorporar outros países, a exemplo da Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela, passando, então, na década de 1980, a se chamar Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

Nos anais dessas duas instituições, além dos vários projetos e propostas interessantes sobre o processo de configuração e integração regional, podem ser encontradas as ideias seminais sobre o processo de unificação financeira e de integração monetária para a região. Por exemplo, o Conselho de Política Financeira e Macroeconômica, criado pela ALALC (e

que continuou a existir na ALADI com o nome de Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários), estabeleceu um Acordo de Pagamentos de Créditos Recíprocos entre os países da ALALC em 1965 e ratificado pela ALADI em 1982. Na prática, esse Acordo estabeleceu um mecanismo de compensação de pagamentos em moedas conversíveis e livremente transferíveis, permitindo a criação de um fundo de reservas para os países membros.

As experiências acumuladas e as propostas já amadurecidas alcançaram as primeiras reuniões e protocolos para a criação do MERCOSUL, ainda na década de 1980, quando se defendia a necessidade da integração monetária regional e a criação de uma unidade monetária comum, o “Gaúcho”. Dessa maneira, o MERCOSUL só vai nascer efetivamente em 1991, no Tratado de Assunção; todavia, o avanço do neoliberalismo na região durante toda a década de 1990, de certa forma, criará restrições ao processo de cooperação e integração financeira e monetária para os países da América Latina.

Entrementes, as políticas neoliberais nos países da América Latina e do Caribe tiveram curta duração, pois suas diretrizes produziram destruição das economias locais, altas taxas de desemprego, concentração de rendas e recessão econômica. Diante disso, as reações dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais conduziram-nas a uma fragorosa derrota na região nos finais dos anos de 1990. Com efeito, a chegada dos partidos de esquerda ao poder nos países latino-americanos, entre 1989 e 2010, trouxe uma reviravolta nas políticas de integração financeira, monetária e social da região.

Frente aos acumulados problemas cambiais (custos e riscos) provocados pela moeda americana, Brasil e Argentina foram os primeiros países na região a adotar mecanismos alternativos à moeda de reserva internacional. De fato, criaram o assim chamado Sistema de Pagamentos em Moedas Locais (SML), desde outubro de 2008. Tal artifício permite o uso do real e do peso argentino nas operações do comércio exterior de bens e serviços, sem a necessidade da intermediação do dólar americano.

Entre as instituições criadas nesse período está a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), firmada em 2001. Através dela foram sedimentadas as condições políticas e organizacionais que possibilitaram a criação de duas outras instituições regionais de caráter econômico, financeiro/monetário e social: de um lado, o Banco do Sul – uma espécie de fundo monetário e de organização de empréstimo, com sua própria moeda, o *sucre*; de outro, o Banco da ALBA, uma instituição de direito internacional pública cujo objetivo é financiar o desenvolvimento socioeconômico e fortalecer a integração regional.

Nessa linha de integração, foi também criada a Comunidade Sul-Americana de Nações, que deu origem à União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008,

protocolando uma gama muito rica de projetos de cooperação regional, no sentido de, coletivamente, suplantando grande parte dos embaraços que travavam o desenvolvimento da região. Nessa perspectiva, buscando contemplar todos os países da América Latina e do Caribe, foi também criada a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), ocorrida em 2010, no México.

Por fim, embora não necessariamente pertencente às iniciativas dos países latino-americanos, dentro do contexto da crise do sistema financeiro e monetário internacional foi configurada, por um grupo de países subdesenvolvidos (os países de mercados emergentes), dentre os quais Brasil, Rússia, Índia e China, em 2009, a primeira cúpula do que passou a ser conhecido como BRICS. Os BRICS se constituem como uma espécie de aliança política e econômica, cuja razão de ser é a luta pela transformação e reestruturação da geopolítica mundial, questionando o poder econômico global dos países dominantes liderados pelos Estados Unidos.

Em 2011, foi incorporada aos BRICS a África do Sul, de sorte que os acordos estabelecidos entre os países dos BRICS têm se sedimentado por meios de princípios de independência, solidariedade, equidade e ajuda mútua. Conforme veremos a seguir, os BRICS têm avançado em seus propósitos de buscar o estabelecimento de uma moeda alternativa ao dólar americano, fechando acordos em moeda local com muitos países no mundo, tendo a China como liderança desse processo e sua moeda, o *yuan*, como forte candidata a moeda de reserva internacional, substituindo o dólar americano.

7. DECADÊNCIA E DESLEGITIMAÇÃO DA MOEDA AMERICANA

O que se pretende neste capítulo é apresentar e analisar o longo e intermitente processo de desgaste e deslegitimação da moeda de reserva internacional, o dólar americano. Antes, porém, faz-se necessário analisar uma formulação teórica proposta pela Escola de Regulação Francesa: trata-se do conceito de Regime de Acumulação, vital para nossa temática e compreensão da atual crise do mercado financeiro e monetário internacional, mas que não foi contemplado no segundo capítulo desta tese, no qual foram discutidas a concepção de crise e as estratégias de solução.

7.1 A conjunção triádica da erística monetária

As três últimas décadas do século XX e as duas primeiras do século XXI têm produzido grandes transformações que concorreram para a conjunção de três fenômenos que, juntos, caracterizam a atual erística financeira e monetária internacional: o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a globalização econômica e financeira mundial. Os dois primeiros serão focos das análises desta seção, o último será abordado na próxima, tendo como temática o conceito de Regime de Acumulação Financeirizado.

Para uma melhor compreensão do fenômeno político/ideológico comumente rotulado de neoliberalismo, é necessário, primeiramente, fazer uma retrospectiva histórica sobre o liberalismo, do qual ele se originou. Com efeito, o liberalismo econômico surgiu e ganhou fôlego na sociedade europeia do século XVIII, no contexto de desenvolvimento e consolidação do modo de produção capitalista burguês, refutando e desestruturando o Estado Absolutista. De acordo com Filgueiras (2000), “esse tipo de Estado, que fora, nos primórdios desse modo de produção, uma alavanca decisiva para a Revolução Comercial e a chamada acumulação primitiva, passou a se constituir em um entrave à ‘liberdade do capital’” (FILGUEIRAS, 2000, p. 43). Nesse sentido, dentro do contexto de consolidação da propriedade privada dos meios de produção essencialmente capitalista, com o desmantelamento da produção comunal e artesanal, o aparecimento da manufatura e, um pouco mais tarde, o desenvolvimento da grande indústria, as ações e intervenções do Estado, regulamentando e normatizando o que e como deveria ser produzido, o que e como deveria

ser importado e exportado (restrição ao comércio internacional), configuravam-se como barreiras à liberdade de produção, ao comércio e à contratação e mundialização do capital.

Segundo Filgueiras (2000), no liberalismo, a reação e o combate aos entraves colocados pelo regime absolutista têm uma caracterização e praticidade de “ataque à intervenção do Estado no geral” que se configura no seu axioma primordial, qual seja, o de que

[...] o indivíduo se caracteriza por ser a célula elementar de constituição da sociedade, cuja iniciativa e ação não podem ser contrariadas pelo Estado, tendo aquele, portanto, direito à total liberdade econômica e política. Na primeira instância, o mercado (a “mão invisível”) se incube de compatibilizar e harmonizar as ações e os comportamentos individuais, alicerçados no egoísmo e no interesse particular, a partir da “livre concorrência” entre todos, tendo como resultado final a preservação do interesse geral. Na segunda instância, o pensamento liberal se expressa nas revoluções burguesas, com a retirada do poder absoluto das mãos do “Príncipe”, através da criação do Parlamento e do Judiciário (o princípio da “separação dos poderes”), com a instituição do direito à livre associação e com o acesso à livre informação. (FILGUEIRAS, 2000, p. 44).

Como veremos logo a seguir, fica claro que o liberalismo, do ponto de vista político e ideológico, dentro do contexto do regime absolutista e da consolidação política e econômica da sociedade capitalista, afigurava-se como um avanço para a sociedade como um todo. Todavia, de acordo com Castelo (2013), o neoliberalismo, sedimentado a partir da década de 1970, caracteriza-se como uma doutrina política, econômica e ideológica que, por um lado, serve aos preceitos da facção dos rentistas e do capital fictício, em detrimento do capital produtivo, e, por outro, configura-se como um desserviço à sociedade humana, pois produz o Estado de mal-estar social. Esse Estado de novo tipo formata, em sua estrutura produtiva, volumes assimétricos de riquezas, pois, sob o prisma da distribuição, ergue dois polos extremamente opostos: o polo da opulência e o da miséria social.

Na verdade, o neoliberalismo teve suas primeiras sementes lançadas no tumultuado solo da Segunda Guerra Mundial e surgiu declaradamente como uma ideologia orquestrada por parte de uma intelectualidade predominantemente elitista e burguesa. Com efeito, a primeira grande obra deste segmento de classe, que deu as bases do neoliberalismo, foi o livro de Friedrich Hayek (2010), publicado em 1944, ano da Conferência de Bretton Woods. Nessa obra, desde o prefácio, Hayek declara abertamente que se trata de um livro político, “Quando um estudioso das questões sociais escreve um livro político, seu primeiro dever é declará-lo francamente. Este é um livro político” (HAYEK, 2010, p. 9), de tal forma que sua pretensão, derivada de determinados “valores fundamentais”, é combater o planejamento econômico perpetrado pelo Estado e suas ações na vida econômica (intervencionismo), posto que essas

iniciativas estatais, de acordo com ele, ameaçam as instituições e os valores de uma sociedade que se pretende verdadeiramente livre.

Esclarecendo ao seu leitor sobre a tese central defendida nesse seu trabalho, Hayek, no final do terceiro capítulo, afirma que

[...] é de extrema importância ter em mente que a nossa crítica visa exclusivamente ao planejamento contrário à concorrência – o planejamento que pretende substituir a concorrência. Isso é tanto mais importante por não podermos, dentro dos limites desta obra, discutir o outro tipo de planejamento, imprescindível para tornar a concorrência tão eficaz e benéfica quanto possível. Mas como, no uso corrente, “planejamento” tornou-se quase sinônimo de planificação contra a concorrência, será algumas vezes inevitável, por razões de concisão, designá-lo apenas como planejamento, embora isso importe deixar aos nossos adversários um excelente termo que mereceria melhor aplicação. (HAYEK, 2010, p. 63).

Hayek denuncia que existe uma tendência histórica ao socialismo, regime autoritário que utiliza o Estado para intervir na dinâmica natural da economia e da sociedade, restringindo a liberdade das pessoas, de forma coercitiva e arbitrária. Sendo assim, afirma ele, muita gente não enxerga que nazismo, fascismo e comunismo são tendências históricas complementares, de cunho totalitário, as quais as pessoas conscientes deveriam combatê-las. Nesse sentido, Castelo (2013) nos diz que o “ultraliberal austríaco” Friedrich Hayek, na obra citada, alerta que, se os verdadeiros liberais não tomassem ciência do rápido crescimento da ideologia socialista, a qual já teria contaminado boa parte da nata da *intelligentsia* de muitos países, inclusive da nação que é o berço da liberdade, os Estados Unidos da América, “a pavimentação do caminho da servidão estaria completa em pouco tempo, e as grandes conquistas da civilização ocidental, identificadas com os valores supremos do individualismo, da liberdade e da tolerância, estariam perdidas” (CASTELO, 2013, p. 217-218).

Na verdade, o que Hayek procurava defender, à época, era um conjunto de princípios que se estabelecia dentro das dinâmicas próprias do comércio e da produção capitalistas, de forma que, de acordo com ele, apenas a concorrência de mercado é a mais eficiente para a alocação dos recursos produtivos e da distribuição dos resultados da produção social (bens e serviços). Nesse sentido, ainda segundo Hayek, o planejamento estatal é sempre eivado de ineficiência, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista sociopolítico.

De acordo com Anderson (1995), foi nos anos imediatamente posteriores ao término da Segunda Grande Guerra Mundial, em 1947, “enquanto as bases do Estado de bem-estar na Europa do pós-guerra efetivamente se construíam, não somente na Inglaterra, mas também em outros países” (ANDERSON, 1995, p. 9), que um grupo de intelectuais, liderados pelo próprio Hayek – dentre os quais se encontravam não somente declarados adversários do

Estado de bem-estar europeu, mas também ferrenhos inimigos do *New Deal* norte-americano –, reuniu-se nos Alpes suíços para fundar a Sociedade de Mont Pèlerin com o propósito de criar uma organização comprometida com os princípios do capitalismo. Na seleta reunião encontravam-se Karl Popper, Ludwig Von Mises, Lionel Robbins, Milton Friedman, Walter Eupken, Michael Polanyi, entre outros. Essa organização teria como principal incumbência produzir e divulgar um conjunto de ideias contrárias às marxistas e que contraporiam as teorias keynesianas sobre a necessidade de intervenção do Estado, de forma a resgatar, atualizar e aperfeiçoar “os fundamentos do liberalismo clássico para a nova fase do capitalismo” (CASTELO, 2013, p. 218).

Dessa reunião, ainda de acordo com Castelo (2013), foi produzido um documento, a declaração de fundação da Sociedade de Mont Pèlerin, na qual se diz que o mundo que acaba de surgir do pós-guerra está envolto em “uma grande crise moral e ética”, em que os valores civilizatórios, conquistados pela sociedade humana (dentre os quais a propriedade privada e a livre iniciativa) estariam sofrendo grandes ameaças e correndo sérios riscos, por conta dos avanços do poder tirânico e totalitário das ideologias socialistas e intervencionistas. Reafirmando o caráter do grupo como “um movimento essencialmente ideológico e que deve ser pautado por argumento intelectual na reafirmação dos ideais válidos”⁵⁸, concluem que, apesar de terem feito uma exploração preliminar da situação atual, é necessário que um estudo mais aprofundado deva ser realizado, nomeadamente, no que se refere aos seguintes tópicos:

- (1) A análise e exploração da natureza da crise atual, investigando essencialmente suas origens morais e econômicas.
- (2) A redefinição das funções do Estado, de modo a distinguir mais claramente o liberalismo do totalitarismo.
- (3) Restabelecer o Estado de direito e assegurar o seu desenvolvimento, de tal maneira que indivíduos e grupos não possam usurpar a liberdade e os direitos privados.
- (4) A possibilidade de estabelecer padrões mínimos por meios não hostis à livre iniciativa e ao funcionamento do mercado.
- (5) Lutar contra as interpretações ideológicas da história que conduzem à criação de doutrinas hostis à liberdade.
- (6) A criação de uma ordem internacional favorável à manutenção da paz e da liberdade, que permita o estabelecimento de relações econômicas internacionais harmoniosas.

⁵⁸Disponível em: <<https://www.montpelerin.org/statement-of-aims/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

Num contexto abertamente adverso ao liberalismo, pois todos os povos e nações clamavam por ações do Estado e dos governos para reconstrução de cidades e países completamente destruídos pela guerra (além do combate à situação de extrema miséria e fome), para criação e geração de emprego e estabelecimento de condições mínimas de convivência civilizatória, os intelectuais liberais que assinaram esse manifesto estavam, de fato, nadando contra a maré. Segundo Castelo (2013), eles foram ousados, uma vez que, “à época, a hegemonia era dirigida, nas margens da social-democracia, pelo keynesianismo e, no extremo mais à esquerda, pelo marxismo” (CASTELO, 2013, p. 219). Tratava-se, na verdade, de um manifesto contra o Estado de bem-estar social que começava a ser implantado na Europa e contra o *New Deal* norte-americano. Os neoliberais constroem toda sua argumentação a partir da defesa de um princípio basilar, a liberdade individual, todavia:

Esta liberdade é vista como um atributo humano herdado do estado de natureza que deve ser preservado após a assinatura do Contrato Social pela soberania limitada do Estado, responsável pela garantia dos direitos básicos do cidadão. No período da sua emergência, o liberalismo defendeu a liberdade do cidadão frente à servidão, que prendia o indivíduo ao senhor feudal e seu respectivo território, assim como impedia qualquer tipo de mobilidade na pirâmide social – na prática, sabe-se que o que ocorreu foi a “dupla liberdade” do cidadão, tanto da servidão quanto dos seus meios de produção, expropriados e privatizados diante um processo violento e sanguinário. (CASTELO, 2013, p. 219-220).

O neoliberalismo se coloca contra e se recusa em aceitar o exercício de políticas ativas por parte do Estado, notadamente aquelas relacionadas com as políticas macroeconômicas que têm como objetivo estimular as atividades produtivas, de geração de emprego e renda. Mesmo porque, na visão dos neoliberais, o resultado de tais políticas é sempre desastroso, uma vez que, quando se busca impulsionar a economia com políticas fiscais ou monetárias, o que se consegue é produz mais inflação, sem alcançar o objetivo original de redução do desemprego. Segundo Filgueiras (2000, p. 45), para os neoliberais, “o objetivo maior, e quase que único, de política econômica deve ser o de defender a moeda assegurando a estabilidade dos preços”, mantendo os compromissos contratuais e da livre concorrência.

Os fundamentos do neoliberalismo contam com toda uma tradição da literatura especializada, uma vez que o arcabouço mais rigoroso do liberalismo econômico, que lhe dá sustentação científica, nasceu da sistematização teórica de Adam Smith, o qual defendia a tese de que o mercado, por si só, é autorregulado. Assim, a ação das forças de mercado (oferta e demanda) teleguiada pelos mecanismos de preços, “mão invisível”, conduz a economia ao equilíbrio de pleno emprego.

Entrementes, as condições políticas, sociais e econômicas contrariavam os prognósticos e receituários neoliberais, uma vez que, durante quase todo o período áureo do capitalismo (dos anos imediatos do pós Segunda Guerra Mundial, até os finais dos anos 60 do século XX), o neoliberalismo se restringia a uma doutrina ideológica e academicista, esquecidas nas gavetas dos gabinetes e estantes bibliotecárias, sem poder substancial para ganhar as ruas nem influenciar as cabeças de milhares de milhões de pessoas, transformando suas vidas e ações práticas nas esferas econômicas, financeiras e sociais. Todavia, a partir da crise estrutural dos anos de 1970, numa profunda recessão que compatibilizava baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, são criadas as condições objetivas para o seu florescimento, mesmo porque os neoliberais denunciavam que essa crise teria evidenciado a ineficiência do Estado no que diz respeito à melhor alocação dos fatores produtivos, motivo pelo qual

Desemprego estrutural, inflação, perda do poder de compra dos salários formaram o quadro no período de decadência do *welfare state*. Conforme os neoliberais haviam avaliado, não seria possível promover o bem-estar através de mecanismos de intervenção direta do Estado, sempre suscetível à corrupção e à ingerência das classes dominadas nos interesses privados. (CASTELO, 2013, p. 224).

Portanto, as condições objetivas finalmente estavam presentes para que o neoliberalismo fosse de fato implantado. Faltavam somente as condições políticas, e elas foram truculentamente construídas. Com efeito, suas diretrizes foram implantadas a partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980, quando os discursos e as práticas neoliberais se personificaram nas figuras de Margaret Thatcher – ex-primeira ministra britânica de 1979 a 1990, a “Dama de Ferro” –, do ex-presidente e ditador chileno, Augusto Pinochet, entre 1973 e 1990, e do ex-presidente dos EUA, Ronald Reagan, entre 1980 e 1989, do Partido Republicano. Segundo Anderson (1995), a Inglaterra serviu de modelo, uma vez que

Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. (ANDERSON, 1995, p. 11).

Apesar de contar com um conjunto bem definido de princípios econômicos e monetários, o neoliberalismo que fora executado a partir dos três países supracitados tem características específicas e diferenciadas. Por exemplo, o governo Thatcher restringiu a emissão de moeda, elevou as taxas de juros, baixou os impostos dos ricos e reprimiu o movimento sindical (colocou em curso um processo de privatização e restrição dos gastos

públicos), enquanto que nos Estados Unidos, Reagan, por conta do combate ao seu inimigo externo, a União Soviética, aumentou os gastos públicos, principalmente aqueles relacionados aos gastos militares.

O receituário neoliberal, executado pela maioria dos países europeus e pelos americanos, passou a ser imposto pelas agências de concessão de créditos internacionais, em especial o FMI e o BIRD, incluindo-se aí os países das regiões subdesenvolvidas e periféricas do sistema. Aliás, para encerrar essa análise do neoliberalismo, é bom lembrar que, no final da década de 1980, suas diretrizes políticas foram sistematizadas através do Consenso de Washington – encontro de diversos especialistas em finanças e economistas liberais dos países subdesenvolvidos com os representantes do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e funcionários do FMI e BIRD, ocorrido em 1988, na capital americana. Esse encontro tinha como objetivo avaliar as reformas econômicas que estavam ocorrendo na América Latina. John Williamson, economista inglês do *Institute for International Economics*, foi quem perfilou os principais pontos do encontro, dentre os quais destacamos: disciplina fiscal e estabilidade monetária; privatização das empresas estatais; abertura da economia (com a liberalização financeira e dos fluxos internacionais de capital); reforma tributária; regime de câmbio flutuante; e desregulamentação dos mercados.

O segundo elemento da tríade que compõe a tríade financeira e monetária internacional é o processo de reestruturação produtiva. Ficará cada vez mais evidenciado que esses três elementos não são independentes, mas superpostos (interconectados), formando um só elemento da dinâmica contemporânea da reprodução, valorização e internacionalização do capital. Todavia, como será também mostrado na próxima seção, o elemento mais dinâmico e explosivo da tríade é a valorização na esfera especulativa do capital fictício, o qual estaremos chamando, à moda de François Chesnais, de Regime de Acumulação Financeirizado.

Nesse sentido, a reestruturação produtiva também tem início nos anos de 1970 e é fortemente influenciada pelo processo de globalização econômica, pois nasce como resposta ao esgotamento do modo de acumulação fordista. Não é demasiadamente repetitivo dizer que tal esgotamento se deu pela conjunção de fatores externos e internos a cada país, de acordo com Filgueiras (2000), tanto nas dimensões macro como microeconômicas, em suas esferas produtiva, comercial e financeira.

Sendo assim, a reestruturação produtiva está diretamente relacionada às mudanças e transformações estruturais ocorridas no domínio da produção e do processo de trabalho, tanto no ambiente microeconômico, interno às empresas, quanto no conjunto mais amplo do

contexto macroeconômico. De acordo com Filgueiras (2000), esse fenômeno pode ser considerado sob dois aspectos:

No primeiro, a partir de uma ótica setorial, ela se expressa na reorganização e reconversão de setores industriais, que se caracterizam pela realização de grandes investimentos nos setores de ponta (informática, química fina, novos materiais, biotecnologia, telecomunicações), pela modernização de setores dinâmicos (automobilístico, máquinas e equipamentos, petroquímica) e pelo declínio de setores tradicionais – como o siderúrgico e o têxtil (Mattoso e Oliveira, 1990). E no segundo, tendo por referência o processo de trabalho, ela se concretiza na adoção de um novo paradigma tecnológico e organizacional, com a introdução, por um lado, de novas tecnologias de base microeletrônica (automação informatizada) e, por outro, de novos padrões de gestão/organização do trabalho (o “modelo japonês”), acompanhados por um processo de individualização das relações estabelecidas entre capital/trabalho, com o consequente enfraquecimento dos sindicatos. (FILGUEIRAS, 2000, p. 53-54).

O novo paradigma que surge nesse contexto de reestruturação produtiva pode ser caracterizado pela busca permanente da flexibilização dos processos produtivos e das formas técnicas de trabalho, da forma de contratação do trabalhador no mercado de trabalho, da comercialização dos bens e serviços e da financeirização do financiamento da produção. Essas transformações têm seguido as diretrizes da valorização do capital, que desbaratou todas as formas de rigidez do antigo regime de acumulação, o fordista.

De acordo com Harvey (1996), a acumulação flexível (novo paradigma de acumulação de capital) se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo,

Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (HARVEY, 1996, p. 140).

No mercado de trabalho isso pode ser traduzido, na prática, pela busca incessante de flexibilidade que exige contratação livre entre capital e trabalho, no sentido de que não deve haver qualquer proteção e regulação por parte do Estado. Nasce, dessa forma, uma infinidade de subcontratações e terceirizações, cujo fim último é a redução dos custos de mão de obra, favorecendo os lucros patronais.

De forma mais sistemática, diferentemente do padrão fordista/taylorista, o regime de acumulação flexível desencadeia um conjunto de elementos que se expressam de forma contínua e descontínua, simultaneamente, configurando um padrão produtivo organizacional e

tecnologicamente avançado que combina técnicas de gestão da força de trabalho dos paradigmas anteriores, informal e precarizado, com o uso intenso de computadores no processo produtivo e de serviços.

Sendo assim, ao incorporar novas técnicas de gestão da força de trabalho, estimulando o trabalho em equipe (nas chamadas células de produção, ou times de trabalho), enfatizando os grupos semiautônomos e requisitando o compromisso participativo, o regime de acumulação desenvolve, na verdade, uma forma de ideologização dos processos produtivos, vendendo a ilusão de que a empresa e os trabalhadores são uma mesma família, manipulando a consciência dos trabalhadores de tal forma que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado.

7.2 Regime de acumulação financeirizado

Antes de prosseguir com as análises e justificativas a respeito da posição defendida aqui sobre o processo de gradativa depreciação e deslegitimação do dólar americano, vamos acessar um aspecto fundamental da atual crise do mercado financeiro e monetário internacional – trata-se daquilo que Chesnais (1996), em sua obra *A mundialização do capital*, chamou de “regime de acumulação financeirizado”.

Sendo assim, primeiramente devemos resgatar o conceito de “regime de acumulação” da Escola de Regulação Francesa, ou Teoria da Regulação, nascida da tese de doutoramento de Michel Aglietta, publicada em 1976, segundo a qual o sistema capitalista consegue sair incólume das crises sistêmicas e continuar se reproduzindo devido à conveniente institucionalização de equipamentos regulatórios que, uma vez criados, funcionam como verdadeiros mecanismos anticíclicos. Esses artefatos regulatórios conformam uma gama de processos produtivos, jurídicos normativos e institucionais estabelecidos por políticas de ação estatal que conduzem, no âmbito econômico, a adequação (ou reparo das “falhas de mercado”) entre oferta e demanda agregada, driblando as crises por meios de tais artifícios durante um longo período de tempo.

Desse modo, o conceito de regime de acumulação, sendo uma “construção social”, está intimamente relacionado às formas de valorização do capital, ou, em outras palavras, às configurações sob as quais se apresentam o processo de desenvolvimento econômico no capitalismo. Nesse sentido, deve haver, dentro da dinâmica de distribuição e realocação da produção social, certa conformação entre as transformações que ocorrem nas condições de

produção (inversão de capital e sua alocação entre os diversos ramos, formas de gestão da produção etc.) e nas condições de consumo do produto final.

Dentro dessa linha de pesquisa, o problema que os regulacionistas buscaram investigar foi: que condições socioeconômicas, políticas e institucionais poderiam ser estabelecidas para a continuidade dos investimentos de capital que assegurariam retornos lucrativos para seus proprietários (em um intervalo de longo prazo), em um contexto de incertezas radicais prognosticadas pela teoria keynesiana?

Genericamente, regimes de acumulação podem ser pensados como um corpo de leis, normas, valores e costumes estruturalmente articulados e historicamente datados, de tal forma que possibilitam a integração e manutenção do equipamento de exploração capitalista, configurando as condições necessárias para a valorização do capital e o crescimento econômico. Na perspectiva marxista, de acordo com Chesnais (2002), a conformação desse regime se estabelece dentro do quadro de acirramentos das contradições imantes ao modo de produção capitalista que lhe garante certo grau de sobrevivência, de tal maneira que

A “superação dos limites imanes” que se materializam sob a forma particular de “construção social” que é um regime de acumulação, jamais poderá levar a outra coisa senão alguma estabilização temporária das condições de acumulação, bem como da reprodução social dominante baseada na propriedade privada. As condições fundamentais e os limites imanes da produção capitalista serão reafirmados mais cedo ou mais tarde, e a eles se adicionarão as contradições próprias de um dado regime de acumulação. (CHESNAIS, 2002, p. 14).

Podem ser catalogados, dentre outros, os seguintes elementos constitutivos de um regime de acumulação: a forma de Estado; o corpo jurídico/político que regulamenta os mercados e as relações entre capital e trabalho; o horizonte temporal de valorização do capital; a apropriação e distribuição da riqueza social; o padrão monetário e sua incorporação ao sistema de transações do comércio internacional.

No nosso caso, a título de ilustração, antes de nos debruçarmos sobre o regime de acumulação dominado pelo sistema financeiro, vamos assinalar e analisar o regime de acumulação vigente até o final da década de 1970, o fordista.

O fordismo é caracterizado pelos regulacionistas como um regime de acumulação construído a partir da organização administrativa e gestacional da produção automobilística americana do início do século XX, o que possibilitou a formatação de métodos específicos da produção capitalista e normas de consumo social. A logística do fordismo pode ser regimentada, por um lado, pela separação, no processo de trabalho, das atividades de elaboração e execução; por outro, pelo processo de fragmentação das funções e do

parcelamento das unidades dentro do processo produtivo fabril. Adicionalmente, na linha de montagem (que foi uma invenção fordista) produz-se em massa um único produto (produto homogêneo). Essa forma de estruturar a produção fez crescer a produtividade do trabalho, diminuindo os custos de produção e aumentando os lucros do patronato, mas também baixou os preços dos bens de consumo da cesta do trabalhador, trazendo melhoria nas condições de vida dessa classe explorada.

Alguns anos mais tarde, logo pós a Segunda Guerra Mundial, esse regime de acumulação se transformou em um verdadeiro sistema de produção, explorando a força de trabalho através de jornadas alongadas, com trabalhos repetitivos e estafantes e poucos direitos trabalhistas. Todavia, do final da década de 1945 ao final dos anos de 1970, houve um avançado acirramento do processo da luta de classes, com a intensificação dos conflitos e ameaças à ordem vigente, de tal maneira que foram criadas as legislações trabalhistas, a regulamentação do mercado de trabalho e legalização dos sindicatos. Nesse contexto, a classe operária conquistou vários direitos, entre os quais as negociações coletivas de trabalho, a melhoria de sua condição de vida através da previdência e assistência social.

De fato, o fordismo, segundo Chesnais (2002), configurou-se como um conjunto de relações políticas, empresariais e estatais que foram impostas ao capital e não uma sua opção. O processo de regularização e a forma de intervenção estatal keynesiana fizeram nascer o Estado de bem-estar social, primeiramente no Japão, espalhando-se pelos países centrais europeus e, mais tarde, para outras nações. Todavia, as políticas de emprego e renda e melhoria das condições de vida da classe operária, sincronizadas com a produtividade e o lucro das empresas capitalistas, conduziram os trabalhadores à ilusão do pacto social, pois a ideia dominante era de que tal acordo traria benefícios igualmente compartilhados por ambas as classes.

O esgotamento do regime de acumulação fordista, que vinha se desenhando desde o final dos anos 1960, convergiu para seu total colapso após o desmantelamento dos Acordos de Bretton Woods, em 1971, e a instalação da crise energética, que foi um dos principais elementos dos distúrbios econômicos ocorridos durante quase toda a década de 1970, conhecido como estagflação (inflação com recessão econômica), conforme vimos anteriormente. Nesse contexto, o velho processo de internacionalização financeira do capital, constrangido desde os anos de 1930 (mas nunca interrompido), começou a retomar, com a criação do regime de acumulação financeirizado, o espaço até então perdido. De acordo com Chesnais (1997), os elementos que convergiram para isso foram: o ressurgimento do capital portador de juros, o fortalecimento do mercado financeiro – que já vinha se dando desde a

criação dos mercados de eurodólares e petrodólares – e, finalmente, a criação das instituições não bancárias, como os fundos mútuos de investimentos, as companhias seguradoras e os fundos de pensão por capitalização, entre outras.

Adicionalmente, a emergência do regime de acumulação financeirizado se deu entre os fins dos anos de 1970 e o início dos anos de 1980. Sendo assim, o conjunto de mudanças e transformações políticas e institucionais que prepararam o terreno para o seu surgimento ocorreu justamente nesse período: por um lado, tais mudanças procuravam resolver o problema causado pela superacumulação de capital, criado durante o período dourado de vigência do regime fordista, desde a Segunda Guerra Mundial; por outro, pretendiam dismantelar todos os entraves e constrangimentos causados pelo excesso de regulamentação dos mercados, principalmente o de trabalho, que era o principal obstáculo aos lucros do capital.

Entrementes, fatores políticos de grandes envergaduras, que são relevantes para a compreensão da estratégica da classe burguesa para retomada do seu império lucrativo, fizeram-se presentes a partir dos anos de 1980, dentre os quais destacamos a vitória eleitoral de Margaret Thatcher na Inglaterra, do partido Conservador, em 1979, e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, em 1982, do partido Republicano. Essas duas figuras construíram, do ponto de vista político e prático/ideológico, a estrutura sobre a qual foram erguidas as bases do neoliberalismo econômico e do regime de acumulação financeirizado – ambos tiveram, nas duas últimas décadas do século XX, uma matriz estruturante comum, que passou a ser conhecida como globalização econômica.

Na prática, o significado disso foi que se implantou um conjunto de medidas que tinha como objetivo desestruturar o Estado de bem-estar social, assim como demolir todas as barreiras institucionais de regulamentação dos mercados, que durante tanto tempo restringiram a liberdade dos capitais, especificadamente, durante todo o período transcorrido entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos de 1980. Por exemplo: flexibilização da legislação trabalhista, implantação do regime de câmbio flexível, liberalização dos juros e dos fluxos internacionais de capital.

De acordo com Castelo (2013), o conjunto dessas medidas formatou uma verdadeira revolução conservadora que pode ser apreendida como uma estratégia das classes dominantes no sentido de retirar do povo no geral e dos trabalhadores no particular suas conquistas sociais (como previdência e proteção social, pensão por morte, aposentadoria etc.) e avanços políticos como o direito à organização sindical e popular, tudo isso com o exclusivo objetivo de devolver aos capitalistas os ganhos represados e os lucros retidos durante tanto tempo.

Na verdade, ainda segundo o autor citado, no processo de implantação do regime de acumulação financeirizado ocorreu um verdadeiro “golpe de Estado”, ou seja,

Um movimento político pelo qual uma nova fração da classe burguesa – os rentistas – instituiu o domínio do capital portador de juros, inaugurando a era da ditadura dos credores. Esta fração de classe, apoiada pelo poder econômico, político e militar de seus respectivos Estados-nação, estabeleceria uma hegemonia frente aos outros grupos e classes dominantes, como a burguesia industrial, e submeteria, por meio de coerção, setores das classes subalternas que não se adequassem ao novo regime da acumulação. (CASTELO, 2013, p. 208).

Esse processo, ainda em curso, teve frenéticas consequências para todos os países e povos, cujo horizonte temporal que aponte para o seu término é impossível prever, de sorte que, de acordo com Chesnais (2002), o regime de acumulação financeirizado notabilizou-se como contundente resposta dada pela classe empresarial capitalista frente ao estado de sobreacumulação de capitais e as recorrentes quedas na taxa de lucro. A classe burguesa reagiu agressivamente contra todos os entraves e restrições aos seus apetites lucrativos, mesmo tendo que recorrer à forma de valorização, até então temerária, que é a valorização obtida na esfera financeira, sem passar pelo processo produtivo: dinheiro que faz novos dinheiros a partir do dinheiro.

No sentido de fundamentar as argumentações acima expressas, Chesnais (2012), compartilhando das análises marxianas (em uma passagem do Livro II de O Capital), nos diz que Marx, em relação à “vertigem” (desejar produzir dinheiro a partir de dinheiro, sem passar pelo processo produtivo), deixa extremamente claro que:

Por mais estranho que possa parecer em pleno triunfo do capital industrial, “o processo de produção capitalista aparece somente como um mal necessário para fazer dinheiro”, de maneira que “todas as nações entregues ao modo de produção capitalista são presas periodicamente da vertigem de querer fazer dinheiro sem o intermediário do processo de produção”. A partir dos anos 1980, nos países capitalistas centrais – os Estados Unidos liderando – a “vertigem” começou a ter um caráter estrutural. A finança deu a essa vertigem, fruto do fetichismo do dinheiro, bases político-institucionais muito fortes. Conseguiu fazer repousar o “poder da finança” e as crenças fetichistas que ele acarreta sobre um grau de mundialização (especialmente financeiro) inédito na história do capitalismo. (CHESNAIS, 2012).

Sendo assim, no mercado financeiro, desde a década de 80 do século XX (até os dias de hoje) foi sendo construído um complexo aparato de inovações e especulações de novo tipo. Esse aparato foi balizado em torno dos mecanismos de inovações financeiras e da reengenharia dos títulos das dívidas públicas e privadas (tanto dos países da OCDE como das dívidas do Terceiro Mundo e dos países avançados), mas também com as ações das empresas privadas de capital aberto, por meio de derivativos e securitizações. A partir de então,

consagrou-se nas relações internacionais um fenômeno que era, até então, quase inexistente: os sistemáticos ataques especulativos às moedas dos países mais fragilizados economicamente (conhecido como arbitragem de moeda).

Nessa conjuntura sociopolítica e econômica, a valorização financeira se impõe de forma imperial, cujas diretrizes gerais são dadas pela fração burguesa dos rentistas, como visto acima, formatando uma logística neoestruturante frente a todo e qualquer processo de acumulação e reprodução do capital, dentro dos contornos do sistema de exploração, inclusive marginalizando sua esfera produtiva.

Essa perversa logística, sistematizada no regime de acumulação financeirizado, mobiliza um batalhão de actantes (sistema financeiro e monetário internacional) para a obtenção de ganhos fáceis, navegando nas águas turvas da liquidez de mercado, distanciados dos sacrifícios (de tempo e recursos) e incertezas das atividades produtivas. Esse regime de acumulação de predominância financeira, por um lado, desestimula os investimentos produtivos de longo prazo, destruindo empregos e rendas para uma parcela considerável da população (os trabalhadores); por outro, estimula e amplifica as atividades especulativas de curto prazo, à base do capital fictício, que se espalha em várias esferas da produção e reprodução do sistema.

Nesse contexto pós-fordista, a esfera produtiva das indústrias e firmas assumiu diferenciadas estratégias competitivas (um paradigma produtivo ao qual, como vimos anteriormente, Harvey (1996) chamou de regime de acumulação flexível), tais como flexibilidade do trabalho, minimização de estoques, terceirização de atividades, *just-in-time* etc., seguindo a lógica imperial do mercado financeiro, qual seja, transferir e compartilhar seus próprios riscos e custos com trabalhadores e consumidores, com o único objetivo de maximizar retornos lucrativos extraordinários.

Na sua investigação e análise do processo de gênese e desenvolvimento do regime de acumulação financeirizado, Chesnais (2002) faz um relato histórico para mostrar como se deu esse fenômeno e sua trajetória durante todo o século XX. Com efeito, de acordo com ele, no começo do século passado, no contexto ao qual Lênin chamou de imperialismo, configurou-se o ambiente propício para o surgimento dos grandes grupos monopolísticos e oligopolísticos locais e mundiais, isso por conta da tendência do sistema capitalista de concentração e centralização do capital.

A formação desses grupos se deu, do ponto de vista das relações internacionais, pela dominação da oligarquia financeira (junção entre o capital industrial e o capital financeiro bancário) por meio do acirramento dos processos de disputa de matérias primas e de mercado,

configurando um verdadeiro processo neocolonial de partilha do mundo entre as grandes potências, bem como, internamente, da concorrência destrutiva de mercado: formação de conluíus, trustes e cartéis. O paradoxal e relativamente benefício desse fenômeno se dava por conta de que os investimentos financeiros eram feitos diretamente através de empréstimos dos grandes bancos para as indústrias (ou indiretamente através das bolsas de valores, onde eram negociadas suas ações), portanto, efetivamente produtivos (geravam empregos e rendas).

Esse estado de coisa, de acordo com Castelo (2013), esgotou-se com o estrangulamento do fordismo, pois houve todo um processo de mudanças na estrutura de organização e gestão dos grandes oligopólios, bem como em suas composições acionárias, estabelecendo-se “um novo padrão de interconexão entre as esferas econômicas da produção e da finança” (CASTELO, 2013, p. 210).

Ainda de acordo com o citado autor, diferentemente das ações das antigas empresas monopolistas e oligopolistas do início do século XX, os investimentos financeiros das transnacionais dos dias de hoje estão mais concentrados e distanciados da produção de bens materiais, motivo pelo qual os “elementos fictícios da acumulação do capital” (CASTELO, 2013, p. 209) são mais rebuscados do que antes, enquanto que a natureza desses investimentos é de curto prazo e as expectativas dos seus operadores são de retornos maiores e mais rápidos. Adicionalmente, os mercados são mais complexos e tecnologicamente mais sofisticados, exibindo alto grau de volatilidade e risco, muitas vezes por conta da voracidade irracional dos seus actantes.

Sendo assim, diferentemente das inovações que eram resultados da “destruição criativa (ou destruição criadora)”, teorizada pelo economista austríaco, Joseph Schumpeter, em sua obra *Capitalismo, socialismo e democracia*, de 1942, as inovações implantadas no setor financeiro, como os derivativos e as securitizações de dívidas, constroem peças de ficções que criam e recriam dinheiro (principal actante do sistema), em detrimento da riqueza que resulta do mundo real do trabalho e da produção humana.

Contemporaneamente, os oligopólios são “estruturados na forma de *holdings*, controlando os mais distintos setores de operação do grupo, que iriam desde as cadeias produtivas e comerciais até o controle de bancos e instituições financeiras” (CASTELO, 2013, p. 210). Isso não necessariamente significa que as operações industriais deixaram de existir dentro dos oligopólios transnacionais, muito pelo contrário, são sua base estruturante; todavia, não é menos verdadeiro que as operações financeiras assumiram posições cada vez mais privilegiadas nos seus balanços patrimoniais. Além dos *holdings*, esclarece Castelo (2013), surge também, no atual contexto, as “empresas redes”, de sorte que

Os grupos oligopolistas terceirizariam e subcontratariam uma vasta rede de pequenas e médias empresas que operariam a produção material de mercadorias, enquanto as grandes empresas de *holding* ficariam responsáveis pelas operações de finanças, planejamento, *design*, comercialização etc. Grande parte dos satélites das empresas-redes estaria localizada na periferia do mercado mundial, onde os salários e os custos ambientais são mais baixos e a sindicalização dos trabalhadores locais é menor do que nos países centrais. Estes são fatores sociais, econômicos e políticos que permitem uma taxa de exploração grande o suficiente para repartir a mais-valia entre a burguesia local e a internacional. (CASTELO, 2013, p. 211).

Faz-se necessário, a título de exemplo, citar pelo menos algumas dessas megaestruturas que mandam no mundo: Barclays PLC – Instituição Inglesa prestadora de serviços financeiros com atuação em mais de 50 países do mundo; Capital Group Companies Inc (americana) – Conglomerado de empresas de administração de investimentos, dentre os quais a Bayer (companhia química e farmacêutica alemã), Volkswagen (fabricante alemã de carros), Telekom Austria Group (provedor austríaco de internet e telefonia fixa e celular) e BYD (fabricante chinesa de carros e baterias recarregáveis); FMR Corporation (americana) – A Fidelity Investments é uma instituição financeira que atua como administradora de fundos familiares e fundos mútuos; JPMorgan Chase & Co (americana) – uma das maiores instituições bancárias dos EUA (considerada pela *Forbes* a quinta maior empresa do mundo); Itaú Unibanco Holding (considerada pela *Forbes* a sexagésima terceira maior empresa do mundo); Banco Bradesco (considerado pela *Forbes* a septuagésima oitava maior empresa do mundo); e, por fim, a AXA (empresa francesa) – atua como seguradora e administradora de investimentos, considerada pela *Forbes* a vigésima sexta maior multinacional do mundo.

Portanto, conclui Castelo (2013), existe uma combinação de setores mais avançados dentro da estrutura global dos oligopólios capitalistas, mas também setores extremamente atrasados. Na verdade, atualmente, no cerne do regime de acumulação financeirizado, os bancos têm perdido terreno para as instituições financeiras não bancárias, apesar de ainda manter o *status* de instituição de certa relevância, concentrando muitas riquezas e poder. De fato, os bancos perderam o papel de protagonistas das ações e articulações do capital financeiro internacional, tanto do ponto de vista político como do ponto de vista do montante das transações financeiras e do volume da poupança acumulada.

Sendo assim, está em curso um processo de redimensionamento do poder no mercado financeiro, canalizado pelas instituições não bancárias, o que pode ser constatado através do controle acionário das grandes oligarquias financeiras nas bolsas de valores. Nesse sentido, segundo Castelo (2013), os magnatas das finanças influenciam indiretamente, por meio dos mercados, as políticas macroeconômicas, nomeadamente as políticas monetárias dos países centrais, pois fazem pressão para que tais políticas sejam voltadas para criarem as condições

benéficas aos retornos massivos de capital dos grandes oligopólios nacionais e transnacionais, provocando fortes depreciações nas balanças de pagamentos. Além disso, os referidos magnatas controlam e estabelecem essas políticas diretamente, por meio da participação de seus antigos *Chief-Executive-Officers* (CEOS) em postos-chave da gestão governamental desses países, como Ministro da Fazenda, presidente do Banco Central e do Tesouro Nacional.

A título de ilustração, temos que a atual presidente do *Federal Reserve Bank*, Janet Yelle, foi presidente e CEOS da *Twelfth Federal Reserve Bank District* em São Francisco. No Brasil, tivemos Pedro Malan como Ministro da Fazenda de Fernando Henrique Cardoso (foi vice-presidente do Conselho de Administração do Itaú Unibanco e também participou do Conselho Administrativo da Globex, *holding* que controla o Ponto Frio, e da Alcoa Alumínios) e o atual Ministro da Fazenda (do governo interino de Michel Temer), Henrique Meirelles, foi executivo do setor financeiro brasileiro e internacional, ex-presidente do Banco Central do Brasil entre 2003 a 2011. O atual presidente do BACEN (também nomeado pelo governo interino Temer), Ilan Goldfajn, foi economista-chefe e sócio do Itaú Unibanco.

A ideologia monetarista, em sua versão financeirizada, tem sido instilada através das inumeráveis artérias do tecido que compõe o sistema financeiro e monetário internacional, tecendo conexões e, horizontalmente, ramificando-se tal qual a já citada rede de Indra, onde (nesse caso particular) cada joia brilhante (os nós) é representada pelos bancos centrais dos países, com suas respectivas unidades monetárias, motivo pelo qual a hegemonia dos rentistas (com suas influências e poderes políticos/financeiros) impera cada vez mais fortemente, impondo sua lógica de ação como lógica de conexão existencial para a sociedade como um todo.

Nesse sentido, de acordo com Castelo (2013), “os investimentos produtivos”, no contexto do capitalismo dominado pelas finanças, “com perspectivas de maturação e retorno de longo prazo passariam a se adequar cada vez mais à lógica do retorno imediato que prevalece nos mercados financeiros” (CASTELO, 2013, p. 212). Adicionalmente,

Os administradores adotariam critérios idênticos no cotidiano da gestão das empresas, buscando sempre a maximização e otimização do uso dos recursos produtivos, particularmente o da força de trabalho. Por último, os próprios trabalhadores, por intermédio de seus fundos de pensão, introjetariam em sua consciência de classe o modo de operação dos agentes financeiros, adotando a acumulação financeira como um meio de aumentar seus provimentos, antes derivados basicamente da venda de sua capacidade de trabalho (CASTELO, 2013, p. 212).

No arcabouço teórico metodológico marxista, as contradições e suas conseqüentes crises, imanentes ao próprio sistema regido pelo capital, impõem a tal estrutura de organização da produção social, de forma objetiva, limites à intermitente expansão da reprodução ampliada do capital, dentre os quais aqueles relacionados às crises econômicas. Assim, a classe burguesa dominante e seus representantes aprenderam, ao longo da história, a administrar e conviver com elas. Entrementes, a dinâmica entre estabilidade macroeconômica perseguida pela burguesia e os efetivos distúrbios econômicos e sociais demonstra que é cada vez menos provável construir politicamente ciclos longos de estabilidade, principalmente no campo econômico e financeiro. Nessa linha de raciocínio, Chesnais (2012), ao explicitar as fontes da acumulação capitalista, nos diz que:

A amplitude e os traços específicos das grandes crises resultam dos meios que o capital (nele incluídos os governos dos mais importantes países capitalistas) teria recorrido no período precedente para “ultrapassar os limites que lhe são imanentes”, antes de ver “essas mesmas barreiras se erigirem diante dele a uma escala ainda mais imponente”. As crises explodem no momento em que o capital está de novo “preso” por essas contradições, confrontando às barreiras que ele mesmo criou. Quanto mais importantes terão sido esses meios, quanto mais o período terá sido longo (no curso do qual os meios de ultrapassagem terão atingido seu objetivo), quanto mais a revelação da superacumulação terá sido diferida, tanto mais a crise será importante e tanto mais longa e difícil será a busca de novos meios para “ultrapassar os limites imanentes”. (CHESNAIS, 2012).

Assim, de acordo com Castelo (2013), diferentemente das configurações econômicas e sociais do fordismo, o regime de acumulação financeirizado é fiel depositário, em seu DNA, do gene da instabilidade econômica e das perturbações sistêmicas, expressando um caráter de novo tipo às crises do sistema capitalista de exploração. Portanto, se em períodos históricos anteriores essas crises se apresentavam como avassaladoras e periódicas perturbações econômicas e sociais (com intervalos temporais cada vez mais curtos), o modo de ser e existir do capitalismo é seu estado de perpétua crise. Nos dias atuais, se quisermos definir o sistema capitalista, diríamos que ele é o modo de produção que é caracterizado por sua natureza de intermitentes crises.

Ainda segundo Castelo (2013), inumeráveis fatores concorreram para a atual configuração caótica desse sistema de acumulação: em primeiro lugar, ao contrário do que ocorreu no fordismo, o sistema de acumulação financeirizado não foi constituído por meio de um “pacto classista”, construído a duras penas, entre trabalhadores e empresários. Longe disso, ele foi estabelecido a partir de “um golpe classista dos grupos dominantes realizado por meio da força dos Estados imperiais” (CASTELO, 2013, p. 214), de modo que excluam as

classes trabalhadoras, os setores da classe média e os demais países emergentes e subdesenvolvidos.

Sendo assim, no vigente regime de acumulação financeirizado (ancorado no processo de globalização neoliberal) as possibilidades de crescimento econômico são cada vez mais acidentais e, quando este ocorre, é de curto fôlego. Sua dinâmica volátil e de extrema vulnerabilidade (ambas iminentes ao sistema) tem contribuído fortemente para a instalação e manutenção da atual crise do sistema financeiro e monetário internacional, de tal forma que tem reverberado seus tentáculos de consequências no mundo da produção real, gerando conflitos internacionais, distúrbios políticos e aumentando as desigualdades entre os países das diversas regiões do planeta, muito embora as apologéticas fontes midiáticas, nacionais e internacionais, maculando as informações, tenham tergiversado a realidade, propagandeando aos quatro cantos do planeta, de forma ideológica, os benefícios da globalização mundial.

7.3 A estranheza nas transações internacionais

Agregar um conjunto de argumentos para a defesa da proposição de que está em curso o declínio da hegemonia americana, em conexão com a perda da confiança e legitimidade do seu principal actante, o dólar, no cenário da geopolítica internacional desde o início da década de 1970, parece expressar, do ponto de vista econômico, a mais estranha das aporias. Com efeito, põe em xeque as explicações teóricas do *mainstream* (corrente dominante nas abordagens econômicas) sobre o mercado mundial e a lógica que rege o comércio internacional.

De fato, quando a moeda de um determinado país declina (depreciação cambial) em relação às principais moedas estrangeiras, existe forte tendência de crescimento de suas exportações, razão pela qual, *ceteris paribus*⁵⁹, ocorre *superávit* em suas transações correntes. Sendo assim, existe uma correlação positiva entre o movimento das taxas de câmbio e o das transações correntes. Todavia, com os Estados Unidos a coisa parece que não funciona bem assim, pois, ao longo de uma extensa e oscilante trajetória de declínio da moeda americana (depreciação cambial), que abrange o período que vai de 1970 a 2016, como mostraremos

⁵⁹Famoso jargão economês que significa “tudo o mais constante”.

graficamente mais adiante, pode-se constatar todo um itinerário de *déficit* nas transações correntes, apesar das flutuações de curtos e médios períodos.

A explicação desse impasse pode ser obtida, em parte, referindo-se ao fato de que os Estados Unidos, ao pretenderem manter sua hegemonia na geopolítica internacional, têm sido eficientes em suas movimentações estratégicas, fazendo uso de todos os artifícios possíveis e disponíveis, entre os quais aqueles relacionados à política monetária e cambial (manipulação do mercado internacional de petróleo e de ouro – como teremos a oportunidade de ver mais à frente), notadamente a partir da década de 1970, após o colapso de Bretton Woods e o estabelecimento do regime de câmbio flutuante. Nesse sentido, um dos mecanismos mais vigorosos e imperativos desses instrumentos tem sido a manipulação política da taxa de juros, razão pela qual vem sendo sistematicamente utilizada pelos americanos para, entre outras coisas, equilibrar a balança de pagamentos e sanar o histórico *déficit* de suas transações correntes.

Sendo assim, observamos que o movimento da balança de transações correntes dos Estados Unidos (Gráficos 2 e 3) tem desenhado uma trajetória descendente, com algumas oscilações em torno de um estado de equilíbrio, desde o fim da década de 1960, intercalando um período de grande oscilação que tem início nos anos de 1970, com maior baixa em torno do ano de 1986 e maior alta em 1991. A partir daí, despenca em prolongada queda livre para somente atingir o solo em 2008, no contexto da crise do mercado imobiliário americano, *subprime*, quando volta a subir de forma sinuosa até o final de 2013, para só assim, então, retomar sua trajetória oscilatoriamente declinante.

Gráfico 2 – Balança das transações correntes dos EUA (1969 a 2013)

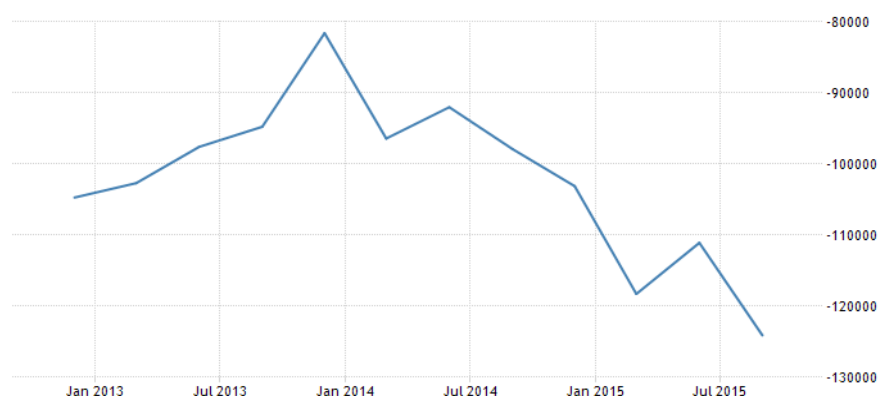


Fonte: Trading Economics. Disponível em: <<http://pt.tradingeconomics.com/united-states/current-account>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Faz-se necessário lembrar que, durante a década de 1980, ocorreram grandes impactos na economia mundial, começando com o choque dos juros internacionais, puxado pela taxa de juros americana (como política estratégica, foi unilateralmente determinada pelo *Federal Reserve*); houve também a liberalização dos fluxos internacionais de capitais e a desregulamentação dos mercados, sobretudo o financeiro. Nessa mesma década, foi instituída a securitização da dívida pública dos países do Terceiro Mundo, a criação do mercado de bônus da dívida e o estabelecimento de políticas de juros crescentes voltados para obtenção de ganhos financeiros.

Complementarmente, nessa década ocorreu toda uma gama de distúrbios e transformações no cenário internacional (como a crise das dívidas externas dos países subdesenvolvidos e a queda do Muro de Berlin) e a incorporação dos assim chamados mercados emergentes (dentre outros, países como Brasil, Rússia, Índia e China), sendo que foi na mesma década que se deu os primeiros passos na gestação de um “novo polo geopolítico”, com a entrada da China no tabuleiro da política mundial e nos mercados das transações do comércio internacional (teremos a oportunidade de analisar, mais à frente, tal fenômeno).

Gráfico 3 – Balança das transações correntes dos EUA (2013 a 2015)

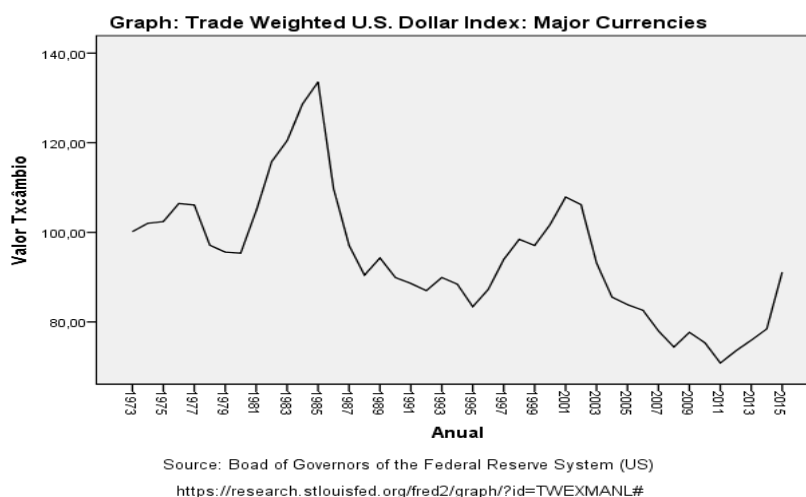


Fonte: Trading Economics. Disponível em: <<http://pt.tradingeconomics.com/united-states/current-account>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Se acompanharmos a trajetória das transações correntes e a trajetória da taxa de câmbio efetiva dos Estados Unidos (em relação às principais moedas dos outros países) é possível constatar que, desde 1973 (normatizada em 100), seu itinerário vinha num processo oscilatório e lento de queda, até 1979, quando passa para uma trajetória crescentemente rápida, alcançando, em 1985, o patamar superior a 130 (Gráfico 4). Como visto acima, isso se deu por conta das agressivas políticas monetárias do *Federal Reserve* que acelerou a subida da taxa de juros (Paul Volcker e sua “política do dólar forte”), saindo de cinco pontos

percentuais, em 1976, para alcançar um patamar altíssimo de vinte pontos percentuais em 1985.

Gráfico 4 – Taxa de câmbio efetiva dos EUA(1973 a 2015)



Antes de buscarmos uma explicação sociopolítica para esse fenômeno, vamos novamente acompanhar o comportamento do dólar e da balança das transações correntes americanas, tomando todo o longo período que tem início na década de 1970, ou mais especificadamente, o ano de 1973, até o ano de 2015. Observamos (Gráfico 4) que, apesar dos três picos de máximo – o primeiro fixado em 1976, com 106,44 pontos, o segundo em 1985, com 130 pontos, e o terceiro em 2001, com 107,87 pontos –, a moeda americana desenhou, ao longo dessa extensa jornada de mais de 40 anos, uma trajetória declinante (o que demonstra nossa hipótese de depreciação do dólar americano no longo período de 1973 a 2015), embora tivesse desenhado alguns itinerários sinuosos de crescimento, ocorridos, respectivamente, nos períodos de 1973/1976, 1979/1985, 1995/2001 e 2011/2015, conforme argumentamos anteriormente.

O curioso é que, mesmo em 2008, num patamar de 74,40 pontos, embora o *Federal Reserve* tivesse mantido os juros congelados em um índice de cinco pontos percentuais desde 2006 (Gráfico 5), o dólar sinalizou uma recuperação em 2009, alcançando um índice de 77,67 pontos percentuais, mas caiu para o menor patamar do período em 2011, com 70,00 pontos percentuais⁶⁰.

⁶⁰Ver gráfico da taxa de câmbio efetiva dos Estados Unidos, em seu formato interativo e detalhado no seguinte endereço eletrônico: <<https://research.stlouisfed.org/fred2/graph/?id=TWEXMANL#>>.

Complementarmente, é forçoso constatar que, se tomarmos como padronização temporal o ano de 2000, atribuindo ao dólar americano (em relação ao euro) um valor igual à unidade, pode-se constatar que, apesar da relativa valorização (entre 2000 e 2008), a moeda americana tem mantido uma tendência sinuosa de queda (depreciação cambial), com fortes oscilações em torno de 1,1 durante o ano de 2015 (Gráfico 5). A partir daí, vem ensaiando uma tímida retomada de crescimento – uma vez que existe a expectativa, no mercado internacional, de aumento das taxas de juros americanos, já algumas vezes sinalizada pelo *Federal Reserve*.

Gráfico 5 – Taxas de juros americanos (1970 a 2016)



Fonte: Trading Economics. Disponível em: <<http://pt.tradingeconomics.com/united-states/interest-rate>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Na verdade, o comportamento estranho das transações correntes em relação à taxa de câmbio efetiva dos EUA se dá, de fato, durante todo o período que vai de 1991 até 2008, pois ambos se movimentam na mesma direção. Nesse caso, ambos desenharam trajetórias decrescentes; com a depreciação cambial, no entanto, deveria ocorrer, tudo o mais permanecendo igual, *superávit* nas transações correntes e não *déficit* – embora tenha ocorrido uma retomada do *superávit* americano de 2008 a 2014, com algumas pequenas oscilações, voltando à velha trajetória deficitária a partir desta última data.

Gráfico 6 – US dollar / Euro exchange rate (2000 a 2016)

Fonte: European Central Bank. Disponível em: <<http://sdw.ecb.int/home.do?chart=t1.9>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Fica, assim, objetivamente ilustrada, do ponto de vista das transações internacionais, a estratégia monetária americana: quando é de seu interesse criar as condições para mitigar seu *déficit* nas transações correntes, manipula sua taxa de juros para salvaguardar o dólar.

A questão que se coloca é: até quando os Estados Unidos terão força para manter esse estado de coisa? Até quando conseguirão manter a hegemonia do dólar? As respostas dessas perguntas podem em parte ser respondidas na próxima seção, quando analisaremos as estratégias dos BRICS, em especial a da Rússia e mais fortemente a da China, para escapar dos grilhões que lhes são impostos pelo dólar.

7.4 A gaiola dourada, resposta da Rússia e da China aos EUA

No Capítulo 4 foi realizada uma rigorosa (mas não exaustiva) análise descritiva sobre a origem, o desenvolvimento e o estabelecimento do padrão-ouro clássico, que culminou com a criação do sistema monetário internacional inglês (padrão ouro-libra esterlina), em 1870, e este, por sua vez, mais tarde, foi substituído pelo sistema monetário americano, com os Acordos de Bretton Woods, em 1944, a partir do qual foi definido o dólar como moeda de referência para as transações do comércio internacional (moeda de reserva mundial). Todavia, o ouro não caiu no ostracismo, muito pelo contrário (apesar de assumir a posição de mediador coadjuvante): era ele que dava a base material (o lastro) para o valor da nova moeda internacional (o dólar americano) até os anos de 1970 e, presentemente, como veremos nesta seção, muito provavelmente como consequência da geopolítica mundial, tem, qual a Fênix,

renascido das cinzas, ao se configurar como mais um ingrediente explosivo deste estocástico caos conhecido como globalização financeira neoliberal.

De fato, a partir da revolução soviética de 1917 – na qual se implantou um novo paradigma de produção e governança, diferente do padrão clássico capitalista até então vigente no mundo –, começou a ocorrer um processo de polarização econômico e geopolítico no cenário internacional, manifestadamente, após a Segunda Guerra Mundial, com a instalação da Guerra Fria. Nesse contexto, os Estados Unidos e a União Soviética disputavam perenemente a hegemonia econômica, política e militar no mundo. Através de posições estratégicas e conflitos indiretos, essas duas potências buscavam transferir para outras nações seus paradigmas políticos, filosóficos, econômicos e monetários.

A década de 1960, como anteriormente analisada, foi recheada de perturbações políticas, econômicas e financeiras nos Estados Unidos. Sendo assim, para se esquivar dos problemas, Lyndon Johnson, presidente americano (1963 a 1969), tomou um conjunto de medidas, dentre as quais a persuasão do Congresso Americano para redução de impostos, aumento dos gastos orçamentários em programas sociais e majoração dos gastos militares a serem canalizados para a Guerra do Vietnã. Nesse cenário de crescentes *déficits* orçamentários americanos, ocorreu imediatamente a expansão das reservas monetárias mundiais (aumento da liquidez internacional), levando à depreciação do dólar e ao aumento geral dos preços domésticos (inflação) dos Estados Unidos, resultando na queda da produção nacional, diminuição do emprego e da renda, o que direcionou o país ao caminho da recessão econômica.

Esse contexto conduzirá o presidente que assume o lugar de Lyndon Johnson em 1969, Richard Nixon, a promover várias medidas para tirar os Estados Unidos da recessão (com perda de competitividade e acumulados *déficits* em suas transações correntes), dentre as quais o histórico e já anteriormente mencionado fechamento das comportas do Tesouro Americano, em 1971, não mais permitindo a conversão do dólar em ouro. Além disso, mudou o regime cambial, que passou a ser flutuante (seguindo as regras do mercado) e taxou suas importações.

Os Estados Unidos passaram a não ter mais nenhuma restrição em suas políticas monetárias e cambiais. Portanto, acabaram as restrições que lhes eram impostas pelos Acordos de Bretton Woods, de maneira que poderiam livremente manipular o câmbio, os preços do ouro e as taxas de juros de acordo com suas conveniências. Entretanto, como já analisado anteriormente, durante toda a década de 1970 ocorreram diferentes distúrbios na esfera econômica, dentre as quais as crises energéticas que fizeram com que os Estados Unidos vivenciassem períodos de fortes recessões, com queda do PIB, inflação e desemprego.

Essa herança recessiva é transmitida para a década de 1980, razão pela qual a administração de Ronald Reagan (1981 a 1989), objetivando aquecer a economia americana e derrotar a União Soviética, aumentou os gastos públicos orçamentários, em especial aqueles relacionados à indústria bélica (época da corrida armamentista). Adicionalmente, manipulou os preços das principais *commodities* (sobretudo do petróleo e do gás), bem como o câmbio e a taxa de juros, conseguindo, dessa forma, reerguer a economia americana e colocar seu grande rival, a URSS, na berlinda. De fato, o sistema soviético cai justamente no final da década de 1980 e início da década de 1990, devido, internamente, à acumulação de fatores políticos, econômicos e sociais e, externamente, pelas ações deliberadas do seu principal inimigo, os Estados Unidos.

O interessante foi que, no período da “guerra ao terror”, ainda na administração Reagan, foram os japoneses e chineses que sustentaram as despesas dos excessos de emissões de títulos e de dólares por parte do *Federal Reserve Bank*, adquirindo-os com o objetivo de não permitir a apreciação de suas moedas, pois perderiam competitividade no mercado internacional, aliviando demasiadamente os custos do Tesouro Nacional Americano.

Sendo assim, o que explica, em parte, o comportamento estranho das trajetórias do balanço das transações correntes americanas (resultados deficitários, com câmbio depreciado), levantado na seção precedente, é o fato real e exclusivo de os Estados Unidos possuírem o monopólio sobre a emissão da moeda de referência mundial. Voltaremos a falar sobre isso ainda neste capítulo.

As crises são processos inerentes ao modo de produção capitalista, como já foi antes enfatizado. Todavia, sob o leme do poder estadunidense, depois de cada grande crise do sistema em vigor (ou durante seu percurso), a exemplo da atual crise iniciada mais fortemente em 2008, surgiram, tanto na academia como na mídia especializada (ou não), uma gama de análises a respeito da inevitável derrocada do império americano e a ascensão de um novo império, comandado por outro país (no período da Guerra Fria, o candidato era a URSS), hoje a vaga é assumida pela China – se bem que, abertamente, o grande rival americano com certo peso na geopolítica atual é a Rússia, enquanto que, aparentemente, a China não passa de um grande parceiro econômico dos Estados Unidos (veremos o porquê disso mais à frente).

Nesse caso, segundo as análises fatalistas, a atual crise do sistema financeiro e monetário internacional (centrado nos Estados Unidos), intimamente relacionado à sua moeda, o dólar, conduziria o sistema monetário americano inexoravelmente ao colapso, sendo substituído por um novo sistema monetário, o chinês. Nessa conjuntura, o dólar seria

substituído por uma moeda internacional (ou uma cesta de moeda composta pelas moedas das principais nações do mundo), ou mesmo pela própria moeda chinesa, o *yuan*.

Contrariando esses prognósticos fatalistas, a crise não chegou ao fim (tampouco o capitalismo), e o mundo, estarrecido, sofre suas piores consequências: os milhares de refugiados (da guerra na Líbia) que, em sua grande maioria, afluem para o território europeu, estando à própria Europa mergulhada no conjunto de medidas de austeridades neoliberais (que aprofunda a recessão, levando-a a um beco sem saída); a América Latina subterrada novamente em processos de estagnação econômica; os países africanos, com poucas e raras exceções, excluídos da dinâmica do mercado mundial; e, por fim, boa parte dos países do Oriente Médio sendo destruído por históricas, novas e intermináveis guerras. Apesar de tudo isso, os Estados Unidos permanecem (de certa forma) incólumes.

Na realidade, os governos imperiais americanos, desde a Guerra Fria, de acordo com Bertonha (2016), têm mostrado cada vez mais capacidade e astúcia para fazer uso das vantagens de quem está no comando geral do sistema financeiro e monetário internacional e detém, além do poderio político e militar, o principal combustível que alimenta o sistema, a moeda de inserção internacional (moeda de reserva mundial), o dólar. No atual regime de acumulação financeirizado (visto acima), o sistema financeiro e o dólar formataram-se como núcleo duro da centralidade do poder americano; nesse sentido, tal regime configura-se como arma letal a golpear seus adversários, pois os Estados Unidos podem negar acesso ao sistema ou manipular sua moeda (e outros ativos no mercado internacional), como, de fato, tem manipulado nas últimas três décadas, a exemplo dos já citados preços do petróleo e do ouro.

Por conta de possuir o privilégio de imprimir a moeda de referência das relações internacionais (monopólio da emissão da moeda de reserva mundial), apesar de o epicentro do furacão econômico e financeiro, cujo ápice se deu em 2008, se encontrar no seu território, os Estados Unidos conseguiram compartilhar todos os custos da crise com os outros países,

Já em 2008, o FED começou a comprar títulos de Estado e a inundar o mercado de dólares, imprimindo dinheiro num total de cerca de 3,5 trilhões de dólares. Tal injeção de dinheiro estimulou a demanda interna, diminuiu os juros e enfraqueceu a moeda americana, estimulando as exportações. Em teoria, isso deveria gerar inflação, mas o fato de o dólar ser a moeda de reserva mundial permitiu ao FED transferir o ônus dessa maciça emissão de moeda aos outros. Com efeito, à medida que a moeda americana se depreciava, a China, o Japão e inúmeros outros países começaram a comprar grandes quantidades de dólares, de forma a impedir que suas moedas se valorizassem em excesso. A quantidade adquirida mais ou menos se equivale à emitida pelo Banco Central dos EUA, o que significa que esse pôde conter os estragos da crise internamente sem gastar, no fim das contas, um centavo próprio. (BERTONHA, 2016).

Assim, de acordo com o que foi dito antes, os Estados Unidos detêm o privilégio e a capacidade de manipular não só a moeda de reserva mundial, mas também a taxa de juros no mercado internacional e os preços das principais *commodities*, estrategicamente, os preços do ouro e do petróleo para se safar das crises, rechaçar seus rivais, manter seu domínio imperial e recuperar sua hegemonia, tão fortemente contestada nas últimas quatro décadas.

De acordo com Bertonha (2016), o contraditório disso tudo se expressa no fato de que quem sustenta a economia americana são, por um lado, os países aliados (e ao mesmo tempo vítimas, como os países europeus), e, por outro, seus não declaradamente rivais, como o Brasil e a China. No caso deste último (falaremos um pouco mais à frente sobre a provável emergência do sistema monetário chinês e do *yuan* como unidade monetária de reserva internacional), a parceria é forçada (compulsória), a China é obrigada a comprar os dólares através da aquisição dos títulos americanos, pois precisa evitar a depreciação do dólar (ou seja, a apreciação do *yuan*), caso contrário perderia competitividade no comércio internacional.

Adicionalmente, a China detém as maiores reservas de divisas estrangeiras do mundo (maior parte em ouro, dólares e títulos do Tesouro Americano, os *T Bonds*); sendo assim, ela não pode deixar que suas reservas se desvalorizem.

O Banco central chinês também não pode permitir que ela perca seu valor e, portanto, as aquisições continuam para evitar a depreciação do dólar e para manter as reservas chinesas ancoradas no asset mais seguro do mundo, os *T Bonds*. O mesmo se repete no Japão, no Brasil e em outros países. Se o mundo sustenta os EUA, eles também sustentam o vício do mundo em dólares (BERTONHA, 2016).

Nesse sentido, segundo Bertonha (2016), mesmo em 2013, quando o *Federal Reserve* sinalizou pela primeira vez, depois da crise de 2008, que iria reduzir a liquidez e aumentar sua taxa de juros, um montante considerável de unidades monetárias que estavam investidas nas bolsas dos países emergentes afluiu para os Estados Unidos, provocando a depreciação cambial das moedas de muitas nações. Aliás, diga-se de passagem, até a presente data (setembro de 2016), os países emergentes vivem o terror da expectativa de um aumento na taxa de juros americana.

Um caso ilustrativo para demonstrar como os Estados Unidos usam de todos os artifícios para manipular estrategicamente o mercado em seu favor pode ser visto com o conflito bélico entre Rússia e Ucrânia. Assim, como se fosse uma reedição da Guerra Fria, os países ocidentais, liderados pelos Estados Unidos (OTAN), envolvidos direta ou indiretamente nos conflitos entre Ucrânia e Rússia, após assistir seus fracassos em relação as

suas ações para resolver a questão, partiram para retaliar a Rússia, de maneira que buscaram prejudicar sua economia.

Perseguindo esse propósito, os Estados Unidos, mais uma vez, manipularam os preços internacionais do petróleo e do gás – principais *commodities* de exportação russa e fonte de recursos para manter o equilíbrio de sua balança de pagamentos e recomposição de suas reservas de ouro. Houve uma articulação entre o Tesouro dos Estados Unidos e *Wall Street* para derrubar o rublo (através da queda do preço do petróleo) que contou com a ajuda da Arábia Saudita (maior produtora mundial de petróleo e aliada histórica dos americanos). O resultado desse conluio foi a avassaladora queda do preço mundial de petróleo, que tem prejudicado não só a Rússia, mas todos os países emergentes, inclusive os da América Latina, nomeadamente Venezuela e Brasil.

Tabela 4 – Preços do petróleo bruto no mercado internacional (2000-2016)

Ano	Preço (em dólar)
2000	\$27.06
2001	\$23.12
2002	\$24.36
2003	\$28.10
2004	\$36.05
2005	\$50.59
2006	\$61.00
2007	\$69.04
2008	\$94.10
2009	\$60.86
2010	\$77.38
2011	\$107.46
2012	\$109.45
2013	\$105.87
2014	\$96.29
2015	\$49.49
2016*	\$29.96

Fonte: The Statistics Portal – Statistics and Studies from more than 18,000 Sources. Disponível em: <<http://www.statista.com/statistics/262858/change-in-opec-crude-oil-prices-since-1960>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

*projeção para o ano de 2016

De fato, como pode ser constatado na Tabela 4 (logo acima), o preço médio do barril de óleo bruto da OPEP, que esteve em torno de US\$ 27,00 em 2000, veio desenhando uma trajetória ascendente desde essa data e alcançou um valor convidativamente alto (benéfico para os exportadores), na casa dos US\$ 109,45, em 2012 (muito também por conta da onda revolucionária de manifestações ocorridas no Oriente Médio e Norte da África, que teve seu início em dezembro de 2010, conhecida como Primavera Árabe); a partir de então, houve uma inflexão (mudança de concavidade da curva), motivo pelo qual o preço alcançou o valor mais baixo, próximo de US\$ 50,00, em agosto de 2015, com projeção para US\$ 30,00 em 2016.

Tabela 5 – Preços do ouro⁶¹ no mercado americano (2008-2016)

Mês/Ano	Preço (em dólar)
Jan/2008	\$952.92
Jun/2008	\$916.06
Dez/2008	\$870.73
Jan/2010	\$1,081.18
Jun/2010	\$1,209.44
Dez/2010	\$1,347.57
Jan/2011	\$1,337.70
Jun/2011	\$1,597.53
Dez/2011	\$1,817.88
Jan/2012	\$1,722.49
Jun/2012	\$1,600.80
Dez/2012	\$1,679.73
Jan/2013	\$1656.23
Jun/2013	\$1,235.75
Dez/2013	\$1,206.32
Jan/2014	\$1,242.33
Jun/2014	\$1,314.21
Dez/2014	\$1,216.73
Jan/2015	\$1,285.34
Jun/2015	\$1,166.21
Dez/2015	\$1,064.74
Jan/2016	\$1,110.90

Fonte: Trading Economics – Gold/US. Dollar, M, FXCM. Disponível em: <<http://www.tradingeconomics.com/commodity/gold>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

A estratégia americana de manipulação do mercado como arma contra países considerados inimigos dos Estados Unidos também ocorreu com o ouro, forçando a subida do metal precioso, conforme pode ser observado na Tabela 5 (acima), de maneira que este alcançou seu preço mais alto em dezembro de 2011 (US\$ 1.817,88 a onça troy), e, a partir de então, passou a desenhar uma lenta e oscilante trajetória descendente, com queda um pouco mais acentuada a partir de junho de 2013.

⁶¹Atualmente (maio de 2015) os maiores produtores de ouro são: China, Austrália, Estados Unidos, África do Sul, Rússia, Peru e Indonésia. Metade do consumo de ouro no mundo é em joias, 40% dos investimentos e 10% na indústria. No entanto, o ouro é não só um metal precioso, mas também um bem vital para muitas indústrias. O ouro é um excelente condutor de eletricidade, é extremamente resistente à corrosão, e é um dos elementos mais quimicamente estáveis, tornando-se essencialmente importante em eletrônica e outras aplicações de alta tecnologia. Fonte:<<http://www.tradingeconomics.com/commodity/gold>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

De acordo com uma lei da física clássica, a terceira Lei de Newton, para toda ação existe sempre uma reação contrária e de igual intensidade, razão pela qual Vladimir Putin, atual presidente da Rússia, em resposta às ações de retaliações executadas pelos aliados ucranianos, desde 2014, tem buscado reabrir as comportas do ouro, fechadas de forma unilateral em 1971 pelo então presidente americano, Richard Nixon, pondo fim à livre conversão do dólar ao ouro que era, à época, garantida pelos Estados Unidos desde os Acordos de Bretton Woods, em 1944. Essa iniciativa, que tem parceria com o gigante chinês, tem colocado os americanos encarcerados em uma gaiola dourada.

De fato, a Rússia, sem fazer alarde e atuando mineiramente, passou a vender seus recursos energéticos (petróleo, gás e urânio) somente aos países ocidentais que se dispusessem a pagar em espécie de ouro (ouro físico). Todavia, continua aceitando os dólares americanos como meio de pagamentos intermediários, pois, assim que os recebe pelo pagamento de suas *commodities*, imediatamente converte os dólares recebidos por suas vendas em ouro físico.

Na verdade, o fato é que a Europa precisa do petróleo e do gás da Rússia (é importante lembrar que a Rússia é o terceiro maior produtor de petróleo do mundo, atrás apenas da Arábia Saudita e dos Estados Unidos). Assim, no caso específico, desde que o preço do ouro tem sido artificialmente deprimido por diversas vezes pelo *Federal Reserve* e pelo Fundo de Estabilização de Câmbio (FEC), contra o poder de compra dissimuladamente majorado do dólar, também através da manipulação dos mercados, conforme artigo publicado pelo *investcafe*⁶² assinado pelo jornalista russo Dmitry Kalinichenko, a jogada de mestre de Putin pode ser simplesmente resumida desta forma: com os dólares artificialmente inflados pelos Estados Unidos, a Rússia adquire quantidades cada vez mais vultosas de ouro, a preços também artificialmente deprimidos, ou seja, retira o ouro do Ocidente e o acumula em seu Банк России (Banco Central da Rússia), aumentando suas reservas do precioso metal.

A ideia é concentrar em seu poder a maior quantidade possível de todo o ouro existente no mundo, no sentido de sufocar o dólar, tornando-o inviável do ponto de vista das transações internacionais. Sabe-se que as reservas mundiais de ouro são fisicamente limitadas (tanto do ponto de vista das minas existentes quanto da tecnologia até então utilizada para a exploração das mesmas), de maneira que, quando acabar o estoque existente de ouro, o sistema monetário internacional entrará em colapso – eis a estratégia e o desejo de Putin.

⁶² Disponível em: <<http://investcafe.ru>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

Tabela 6 – Reserva de ouro da Rússia (2013-2016)

Mês/ano	Quantidade/toneladas
Jan/2013	981,62
Abr/2013	996,42
Jul/2013	1.015,12
Jan/2014	1.035,21
Fev/2014	1.040,71
Mar/2014	1.094,73
Jul/2014	1.149,78
Jan/2015	1.208,19
Fev/2015	1.238,25
Mar/2015	1.275,05
Jul/2015	1.352,21
Jan/2016	1.414,54

Fonte: Trading Economics – Russia Gold Reserve. Disponível em: <<http://www.tradingeconomics.com/russia/gold-reserves>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

De fato, conforme pode ser observado na Tabela 6 (logo acima), as reservas de ouro da Rússia têm desenhado uma trajetória ascendente; embora o aumento das reservas de ouro venha de longa data, desde 2000, fica explícito o crescimento mais acelerado a partir de 2014, uma vez que sai de um patamar com pouco mais de 981,62 toneladas, em janeiro de 2013, para 1.149,78 toneladas em julho de 2014, alcançando o incrível patamar de 1.414,54 toneladas em janeiro de 2016. Dessa forma, de janeiro de 2013 a janeiro de 2016, portanto, em apenas três anos, efetivamente, houve um aumento 432,92 toneladas (ou seja, um crescimento de 44,10%). Todavia, a Rússia não está sozinha nessa empreitada; a China também vem aumentando suas reservas internacionais em uma quantidade proporcionalmente maior de ouro, saindo de um patamar de pouco menos de 1.054,09 toneladas, em 2013 (permanecendo com esse montante sem nenhuma alteração até janeiro de 2015), para uma quantidade que alcança aproximadamente 1.762,32 toneladas, conforme Tabela 7 (abaixo), adiante.

Tabela 7 – Reserva de ouro da China (2013-2016)

Mês/ano	Quantidade/toneladas
Jan/2013	1.054,09
Jul/2013	1.054,09
Jan/2014	1.054,09
Jul/2014	1.054,09
Jan/2015	1.658,42
Jul/2015	1.708,50
Jul/2016	1.762,32

Fonte: Trading Economics – China Gold Reserve. Disponível em: <<http://www.tradingeconomics.com/china/gold-reserves>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

Na verdade, essa não parece ser a estratégica dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), uma vez que, não por mera coincidência, nem todos os países membros têm aumentado notadamente seus estoques de ouro. Nos casos do Brasil e da Índia, observa-se que os mesmos têm conservado o quantitativo de ouro em suas reservas internacionais, desde 2013, em um montante de 67,20 e 557,74 toneladas, respectivamente. Particularmente, o montante das reservas internacionais do Brasil, hoje (27 de maio de 2016), é de US\$ 374,7 bilhões⁶³, sendo que sua maior parte está sob a forma de divisas e títulos do tesouro nacional de outros países. Contudo, a África do Sul tem aumentado muito vagarosamente seu quantitativo, conforme Tabela 8 (abaixo). Sendo assim, o que os BRICS efetivamente demonstram estar fazendo é alterar o papel do dólar como reserva mundial no sistema financeiro e monetário internacional, abrindo caminho para a substituição da moeda americana por uma moeda alternativa, ou o próprio ouro (o que representaria um retorno ao padrão-ouro clássico, mas em outro contexto sociocultural e tecnológico), ou o que é mais provável, pelo *yuan* (*renminbi*)⁶⁴ chinês, como procuraremos mostrar na próxima seção.

⁶³Fonte: <<http://www.bcb.gov.br/?rp20160525>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

⁶⁴*Renminbi*, significa “moeda do povo”, sendo o *yuan* sua unidade básica.

Tabela 8 – Reserva de ouro da África do Sul (2013-2016)

Mês/ano	Quantidade/toneladas
Jan/2013	125,10
Jul/2013	125,10
Jan/2014	125,13
Jul/2014	125,13
Jan/2015	125,16
Jul/2015	125,16
Jul/2016	125,22

Fonte: Trading Economics – Africa Gold Reserve. Disponível em: <<http://www.tradingeconomics.com/south-africa/gold-reserves>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

7.5 A ascensão do padrão monetário chinês

Que a China é um gigante todo mundo sabe, que já foi um dos maiores impérios da antiguidade (a partir das águas correntes do vale do Huang He, rio amarelo, onde nasceu) alguns sabem ou já ouviram falar, mas o que poucos sabem é que a China se prepara (está criando as condições necessárias) para conquistar a hegemonia global e tornar-se o maior império da contemporaneidade, sobrepujando os Estados Unidos da América.

Desde as reformas de Deng Xiaoping, em 1978, em plena Guerra Fria, por um lado, a China, por meio de uma estratégia militar, de forma gradual e contundente, decidiu afastar-se da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ao tempo em que se aproximava dos Estados Unidos; por outro, fizera um planejamento econômico que se expressou no programa das “quatro modernizações” (agricultura, indústria, comércio e exército), tecendo e articulando, através de sucessivos planos quinquenais, o seu crescimento e desenvolvimento socioeconômico, de sorte que buscava, simultaneamente, a unificação do país e a centralização (e o fortalecimento) do seu Estado socialista.

Sendo assim, diferentemente dos países capitalistas liberais (ou neoliberais), onde o Estado é reduzido à condição de mínimo necessário e o dinheiro (lucro) no único e fundamental princípio estimulador das ações dos indivíduos (acalentado pelas leis eternas do mercado), o Estado e o Partido Comunista Chinês assumem um papel primordial na estruturação política, econômica e social da nação, de modo que:

Os interesses privados (ou capitalistas) não devem ser poderosos o suficiente para ameaçar a supremacia do Estado, que mantém um amplo conjunto de empresas públicas e regula rigorosamente diversas esferas econômicas e as relações com o exterior. Por conseguinte, os mecanismos de mercado – a taxa de juros, a taxa de

câmbio, a tributação, os preços – são um instrumento e não um fim em si mesmo. (CINTRA; SILVA FILHO; PINTO, 2015, p. 16).

Nesse sentido, de acordo com Cintra, Silva Filho e Pinto (2015), a China tem navegado nas cristas das ondas da expansão da economia global, liderada pelos Estados Unidos, e se transformou na segunda maior economia do mundo. Ela possui a mais fortemente orquestrada cadeia de transações do comércio internacional desde a segunda década do século XXI, com seu avançado parque industrial, e tornou-se a “fábrica do mundo”, capaz de retirar mais de 600 milhões de pessoas da situação de pobreza em seu território. Adicionalmente, possui uma das maiores reservas de divisas internacionais do mundo, sendo a segunda nação que mais investe na indústria bélica do planeta, atrás apenas dos Estados Unidos.

Nas últimas quatro décadas, comparativamente, o produto interno bruto chinês tem crescido de forma rápida e consistente. De fato, em termos de paridade do poder de compra, alcançou US\$ 18,9 trilhões (US\$ 11,2 trilhões a preços correntes), em 2014. Nesse patamar, “superou os Estados Unidos, de US\$ 18,1 trilhões (em termos de paridade do poder de compra e de preços correntes), segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2015)” (CINTRA; SILVA FILHO; PINTO, 2015, p. 15).

A China, à moda Confúcio, vem reconstruindo, no longo prazo, seu império, tão fortemente acalentado pelos sonhos dos imperadores de novo tipo, os dirigentes do Partido Comunista Chinês. No longínquo traçado desse desenho estratégico, tem feito uma gama de gestões no sentido de absorver e criar tecnologias para expansão e desenvolvimento de sua economia e do seu aparato militar. Sendo assim, o mundo financeiro afigura-se como um campo de poder político, razão pela qual a China procura magistralmente atuar, no sentido de alavancar e proteger sua economia, de forma a garantir o suprimento das *commodities* (insumos agrícolas, minerais e energéticos) e ter o domínio dos novos instrumentais que surgem das novas tecnologias desse campo.

Nesse aspecto, a China procura assegurar a imunidade de sua moeda e do seu sistema financeiro por conta da volatilidade e das instabilidades do sistema financeiro e monetário internacional, razão pelo qual tem mobilizado um conjunto de ações no sentido de internacionalizar sua moeda, o *renminbi*, notadamente através de sua utilização em várias operações de investimentos e do comércio externo.

Segundo a plataforma de pagamento global, Sociedade para Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais (*Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication* – Swift), o *renminbi* se tornou a quinta moeda mais utilizada em

dezembro de 2014. A moeda chinesa respondeu por 2,17% das operações de pagamento internacionais; antecedida pelo iene japonês, que foi usado em 2,69% das transações; pela libra esterlina, em 7,92%; pelo euro, em 28,30%; e pelo dólar, em 44,64% (Noble, 2015). Entre outras ações de cooperação financeira em favor da internacionalização do *renminbi*, destaca-se o que segue:

- 1) Acordos de troca direta de *renminbi* por dez outras moedas.
- 2) Tratados de compensação de operações internacionais de *renminbi* com onze centros financeiros – Londres, Frankfurt, Paris, Luxemburgo, Toronto, Doha, Sydney, Seul, Macau, Taiwan e Cingapura.
- 3) Autorização de sete contas específicas de Investidor Institucional Estrangeiro Qualificado em *Renminbi* (RMB *Qualified Foreign Institutional Investor* – RQFII), que permite investidores institucionais estrangeiros utilizarem os fundos *offshore* de *renminbi* para investir no mercado de capitais chinês e no mercado interbancário de títulos.
- 4) Acordos de troca (*swap*) de moedas com 26 bancos centrais.
- 5) Um sistema de pagamento independente para as operações em *renminbi* – *China International Payment System* (Cips) –, uma alternativa à plataforma Swift. Por este sistema, bancos fora da China poderão realizar compensação em *renminbi* diretamente com o Banco Central da China (*People's Bank of China* – PBC). (CINTRA; SILVA FILHO; PINTO, 2015, p. 19).

No plano de metas elaborado em 2010 (plano quinquenal), de acordo com o HSBC (2015), os dirigentes do PCC incluíram como um dos elementos de suas metas econômicas a plena conversibilidade do *renminbi*, a ser alcançado neste ano de 2016. Dessa maneira, a China vem estimulando seus parceiros comerciais a utilizarem o *renminbi* – não é por acaso que nos dias de hoje, mensalmente, mais de 160 países negociam em *renminbi* e 20% do comércio exterior chinês é liquidado nessa moeda. O objetivo é transformar a Praça de Xangai em um centro financeiro internacional; para tanto, é possível constatar, nessa praça, além do mercado de ações, a existência de operações de mercados futuros nas quais são negociadas algumas das principais *commodities*, como petróleo, gás natural e produtos petroquímicos, além da existência de uma plataforma de negociação de ouro.

Um dos antigos pleitos do governo chinês hoje (maio de 2016) já é realidade. Na verdade, a China reivindicava que o *renminbi* se incorpore à cesta de moedas que compõem os Direitos Especiais de Saque (*Special Drawing Rights* – SDR) e que constitui um ativo cambial criado e mantido pelo FMI desde final da década de 1960. Decerto, notícias veiculadas no jornal *O Globo*⁶⁵, de 30 de novembro de 2015, dão conta de que

O Conselho Executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) decidiu nesta segunda-feira incluir o *yuan* em sua cesta de moedas. A divisa chinesa, a quinta a compor o chamado Direito Especial de Saque (SDR, na sigla em inglês), representará, a partir de 1º de outubro do ano que vem, 10,92% da cesta, estreando à frente do iene japonês (com 8,33% do total) e da libra esterlina (8,09%). O dólar

⁶⁵Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/fmi-anuncia-inclusao-do-yuan-em-sua-cesta-de-moedas-18181916#ixzz41xyERTtz>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

(41,73%) e o euro (30,93%) continuarão como moedas de maiores pesos no SDR. A moeda chinesa fez cair mais fortemente a posição do euro na cesta, que até então é de 37% do total. (O GLOBO, 2015).

Esse acontecimento, de fato, reflete todo um conjunto de esforços diplomáticos, econômicos e financeiros feitos pelo PCC, de maneira que tem financiado projetos de setores de transportes e outros ramos infraestruturais em várias nações, o que lhe redeu o efetivo apoio de 57 países, dentre os quais alguns aliados próximos dos Estados Unidos. Tal conquista tem simbolicamente um grande significado, pois representa a consolidação do *renminbi* como uma moeda de reserva internacional.

Sendo assim, o governo chinês tem agido de forma metódica e gradualista, costurando as necessárias conexões entre o sistema financeiro doméstico e o sistema financeiro internacional, no sentido de levar a cabo as reformas que é preciso fazer, incorporando a precificação dos instrumentos financeiros e de gestão de risco. Tais práticas possibilitam que as suas instituições se tornem mais competitivas dentro das regras do mercado internacional, de sorte que seus investidores institucionais, nessa nova conjuntura, consigam administrar seus complexos e diversificados portfólios, capacitando-se para a exportação de capitais e driblando as pressões por acumulação de reservas em dólar. Assim, a abertura da conta capital, dentro das reformas do mercado financeiro chinês, conduz às mudanças estruturais que irão tecendo a nova ordem econômica e financeira mundial.

De acordo com as previsões do HSBC (2015), as transações comerciais estrangeiras liquidadas diretamente com a moeda chinesas podem atingir o montante de 12,5 trilhões de *yuan*s – em termos de dólares isso equivale a dois trilhões (US\$ 2 trilhões). Além disso, as negociações de títulos de renda fixa no mercado internacional que pagam juros aos investidores, denominados na moeda chinesa, alcançaram a expressiva cifra de US\$ 1 trilhão de *yuan*s. Dentro dessa trajetória, a previsão do banco britânico é a de que o *renminbi* ocupará o terceiro lugar no ranking das moedas mais importantes em matéria de transações comerciais do mundo, ficando através apenas da moeda americana e do euro.

7.6 Conclusão

A atual crise do sistema financeiro e monetário internacional, em associação com seu principal actante, o dólar americano, cuja dinâmica no mercado mundial vem causado um conjunto de transformações políticas, econômicas, financeiras e sociais sem precedente na

história do modo de produção capitalista, desde a grande depressão dos anos de 1930, vem condenando boa parte da população mundial ao desemprego estrutural, à falta de moradia, de saúde, de assistência social e de perspectiva de vida.

A configuração histórica dos regimes de acumulação, desde a gestação do modo de produção capitalista, tem como elemento factual a sincronização da simultânea existência de um sistema financeiro e monetário internacional, balizada em sua correspondente unidade monetária. Nesse sentido, o desenvolvimento do regime de acumulação primitiva construiu o primeiro sistema financeiro e monetário internacional, o inglês, que durou mais de um século de existência, produzindo as revoluções industriais, fazendo avançar o capitalismo e consolidando a hegemonia do império britânico, juntamente com sua correspondente unidade monetária, a libra esterlina, realçado simbolicamente através do padrão libra-ouro.

O sistema de acumulação taylorista/fordista, sedimentado através de um pacto classista e de reconstrução do mundo que sobreviveu após duas grandes guerras mundiais, foi regido pelo sistema financeiro e monetário americano desde os Acordos de Bretton Woods, de 1944. A partir de então, o leme da geopolítica da economia mundial passou a ser dirigido pelo império ianque. Dessa maneira, escorrendo pelos quatro continentes, o padrão dólar-ouro possibilitou os tempos áureos do capitalismo moderno, com a criação do Estado de bem-estar social e as conquistas no campo da educação, saúde e tecnologia, produzindo e compartimentando riquezas com boa parte da população do planeta. Todavia, a partir do colapso ocorrido na década de 1970, tal padrão se esgotou, fragmentando-se em um novo regime de acumulação.

Sendo assim, o regime de acumulação financeirizado, sedimentado em um contexto de globalização neoliberal do modo de produção capitalista, tem provocado a desestruturação sistêmica da produção mundial real, canalizando todos os esforços da valorização do capital para a esfera fictícia do mercado financeiro mundial, materializando um antigo sonho do empresário fantasmagórico que, ao toque magistral, semelhante ao de Midas, é capaz de gerar lucro sem passar pela produção (vertigem do capital). Os efeitos desse regime, com sua moeda fiduciária e seu regime de câmbio flutuante, são deletérios para a sociedade, pois destroem a economia real (seus empregos e rendas), provocando todo um conjunto de mazelas e violências para a sociedade humana.

A reação a semelhante estado de coisas tem se estendido pelos quatro cantos do globo, em todos os continentes. Países e blocos de países têm se organizado no sentido de buscarem construir uma nova ordem financeira e monetária mundial, estabelecendo uma moeda

verdadeiramente internacional, deslocando o centro econômico financeiro mundial (que já estivera na Europa e nos Estados Unidos) para a Ásia, centrado na China.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese apresentou algumas questões a respeito do fenômeno por mim denominado *erística monetária*, notadamente aquelas relacionadas à natureza e à forma do dinheiro, sua origem, suas funções etc., mas também aquelas conectadas à dinâmica e ao desenvolvimento do modo de produção capitalista nas circunstâncias da crise do sistema financeiro e monetário internacional dos últimos 16 anos (2000 a 2015) e sua unidade monetária dominante, o dólar americano.

Nesse sentido, foram explicitadas algumas questões mais gerais, por exemplo: moeda é a mesma coisa que dinheiro? Qual a diferença entre moeda e dinheiro? Na atualidade, é possível uma sociedade sem dinheiro? Será no futuro? O que se compreende por moeda? Que papel a moeda exerce na economia e qual é sua importância na contemporaneidade? A moeda é uma relação social ou um simples objeto facilitador das trocas de mercadorias? A moeda é imanente às trocas ou consequência delas? A atual crise do sistema financeiro e monetário internacional fará nascer um novo sistema (centrado em um país que impõe sua moeda como referência internacional) ou resultará em um novo sistema pactuado no concerto das nações, com sua correspondente moeda internacional?

Entretanto, esta investigação se concentrou em uma forma bem particular da *erística monetária*, pautada no seguinte problema: como a crise do sistema financeiro e monetário internacional, nos últimos 16 anos (2000 a 2015), tem fomentado as controvérsias sobre a moeda e trazido para o centro do debate a antiga tese keynesiana de criação de uma moeda internacional?

Após explicitar a problemática, busquei construir um instrumental teórico que me permitisse refletir sobre a pergunta e respondê-la dentro do nível de complexidade que o contexto exige. Assim, no que se refere à moeda internacional, foram analisadas algumas das principais abordagens socioeconômicas do dinheiro e alguns conceitos da economia política relacionados ao dinheiro, como, por exemplo, as categorias crise, valor, mercado e Estado. A partir disso, busquei o aprofundamento conceitual a respeito do dinheiro, remontando um pouco sobre seu surgimento, sua natureza e suas funções.

A concepção de dinheiro que é relevante para a reflexão sobre a gravidade da crise da sociedade capitalista contemporânea é aquela que o apreende como expressão das relações socioeconômicas e de poder político, forjado com e nos processos de troca, algo que está além das transações meramente econômicas.

Nesse entrelaçamento de abordagens, ficou explicitado que a estrutura estatal e suas instituições, na modernidade, encontram no dinheiro uma das formas mais eficazes para a produção, reprodução e manutenção das relações capitalistas de exploração, materializadas na concentração e centralização da riqueza e do poder político e simbólico. Com efeito, viu-se que, por um lado, o Estado faz uso da violência física, aberta e direta, estruturada e juridicamente legalizada; por outro, faz uso da violência econômico/financeira, através das políticas monetárias fortemente restritivas para a população no geral e benéficas para os segmentos financeiros especulativos, nomeadamente os rentistas.

O Estado também faz uso da violência simbólica, dissimulada na abstração do princípio universal de que todos podem acessar e se apropriar das riquezas produzidas pelo sistema, motivo pelo qual qualquer um consegue obter bastante dinheiro, desde que trabalhe e se esforce, uma vez que existe a igualdade de oportunidade para todos que assim o desejarem.

Sendo assim, na sociedade capitalista, constata-se que o dinheiro (enquanto expectativa de riqueza) é plasmado ideologicamente; portanto, expressão material e simbólica dos processos de acumulação de capital e ocultação das relações de exploração e poder da classe burguesa dominante.

Destarte, é forçoso concluir que o dinheiro, enquanto artefato não humano (actante), tal qual a forma jurídica da propriedade burguesa (e do Estado burguês), da mesma forma que surgiu no passado longínquo, será gradual e socialmente extinto (em um futuro ainda incerto), razão pela qual é possível uma sociedade sem a existência do dinheiro.

O século XXI é donatário de toda uma herança de distúrbios sociopolíticos, econômicos, financeiros e monetários ocorridos nas três últimas décadas do século anterior. Em virtude disso, foi consolidada, nesse contexto, a tríade composta pela reestruturação produtiva, pelo neoliberalismo e pela globalização financeira, moldando, dessa forma, a nova fase da geopolítica mundial. Esta, por sua vez, gestou a primeira, inacabada e monumental crise do modo de produção capitalista deste terceiro milênio, inicialmente gestada no mercado imobiliário americano (mercado de *subprime*), em 2008.

Por sua própria natureza e dinâmica, motivada mesmo pela necessidade de encontrar ferramentas alternativas para amenizá-los, a explicitação dos distúrbios provocados pela crise ocorreu mais fortemente na macroesfera do sistema financeiro e monetário internacional, principalmente no período de maior agudeza dessas perturbações, 2007 a 2010, reverberados nos discursos de muitas das lideranças políticas de projeções internacionais que questionavam tanto a moeda de referência mundial como os privilégios dos Estados Unidos por possuírem o monopólio de sua emissão.

Nesse contexto, foi possível concluir que, de fato, as circunstâncias da atual crise, concomitante à busca de soluções, ergueram e alimentaram calorosos debates econômico/financeiros, políticos e teóricos sobre as controvérsias em relação ao dólar americano, motivando ricas e controversas discussões não somente nas universidades, através de artigos, teses e livros sobre o assunto, mas também na grande mídia, de modo que a antiga tese keynesiana de criação de uma moeda internacional emergiu como uma entre muitas alternativas possíveis, pautando, adicionalmente, outras tantas controvertidas questões, entre as quais podem ser elencadas: a bancarrota do sistema financeiro e monetário internacional americano e a institucionalização de um novo sistema monetário, possivelmente centrado na China e na sua unidade monetária (o *renminbi*); a consolidação ou desestruturação dos blocos econômicos, a exemplo do europeu; a atrativa e apaixonante demanda dos investidores financeiros internacionais pelo ouro, buscando protegerem-se dos riscos; o papel desse precioso metal nas relações do comércio mundial e um provável retorno ao clássico sistema padrão-ouro.

De acordo com o que argumentamos em diversas oportunidades neste trabalho, fica patente a hipótese aqui defendida de que as causas fundamentais da atual crise do sistema financeiro e monetário internacional foram: a liberalização dos fluxos internacionais de capitais e a desregulamentação dos mercados, principalmente o mercado financeiro mundial. Tais fenômenos resultaram da crescente instabilidade macroeconômica provocada pelo desmantelamento do sistema Bretton Woods, no início dos anos de 1970. Este, por sua vez, em parceria com os processos de globalização econômica e financeira mundial e com a destruição improdutiva, produziu os elementos necessários para a formação de políticas neoliberais que, cinergeticamente, retroalimentam a própria crise.

Apesar de ter conseguido manter, até os dias de hoje, com toda maestria, a existência e a fluidez do padrão monetário internacional, sob a dinastia do dólar americano, a crise de 2008 segue seu curso avassalador, assumindo outras formações, adentrando e desestruturando tudo o que resta de regularidade, organicidade e produtividade das macroestruturas sociais e civilizatórias, a exemplo da Europa, com o potencial desmantelamento dos países da Zona do Euro, e da América Latina, com a desarticulação dos países do MERCOSUL.

No que diz respeito à Conferência de Bretton Woods, de 1944, cheguei ao entendimento de que todo seu processo de instalação, funcionamento e encerramento (não obstante as controvérsias e os conflitos de interesses) deram-se por conta de um grande acerto estabelecido entre ingleses e americanos, oficialmente sedimentado nas “Declarações

Conjuntas”. Sendo assim, os documentos descritos e analisados neste trabalho deram conta de que a Grã-Bretanha cumpriria um papel secundário no novo cenário mundial, prevalecendo os objetivos estratégicos dos Estados Unidos, que buscavam consolidar sua hegemonia geopolítica mundial a partir do fim do conflito bélico e da vigência do princípio de total liberdade para o comércio internacional.

Dos dois projetos em disputa (o de Keynes e o de White), prevaleceu o projeto americano. Assim, no lugar do *International Clearing Union*, foi criado o Fundo Monetário Internacional, cuja missão operacional era examinar as condições econômicas dos países membros, no sentido de averiguar se e quando as taxas de câmbio deveriam ou não ser ajustadas: na medida em que o país demonstrasse que havia de fato necessidade de ajustamento, por conta de problemas estruturais em seu sistema econômico, o ajuste seria autorizado. Outra missão do Fundo seria financiar, com seus empréstimos, os ajustes de curto prazo quando o país se encontrasse em dificuldades na manutenção de equilíbrio em sua balança de pagamentos, o que evitaria pressões correntes sobre as taxas de câmbio.

Entre as propostas keynesianas incorporadas ao plano White, constava a de que a responsabilização do ajuste da balança de pagamentos seria solidariamente compartilhada entre países credores e devedores, razão pela qual os mecanismos de ajuste conduzidos pelo Fundo seriam também de responsabilidade dos países superavitários com moeda escassa no mercado internacional. Na prática, porém, isso não ocorreu, uma vez que prevaleceu o poder americano nas duas instituições que resultaram da Conferência de Bretton Woods: o Fundo Monetário Internacional e o Banco para Reconstrução e Desenvolvimento Mundial.

Outra proposição keynesiana incluída no arcabouço do sistema Bretton Woods foi o controle dos fluxos de capital entre os Estados membros; com efeito, foi criado um mecanismo para obstruir os fluxos de capitais de curto prazo. Este foi, na prática, o único artigo da Conferência que funcionou relativamente bem em termos do que foi acertado, até a década de 1970, uma vez que, nesse período, as autoridades monetárias nacionais dos países que participavam do comércio mundial efetivaram amplas intervenções em suas economias e em seus mercados financeiros para controlar a entrada e saída de capitais voláteis de curto prazo, alocando-os para setores produtivos e estratégicos.

Quanto ao padrão monetário, foi acertado que o ouro funcionaria como reserva internacional. Entretanto, instituiu-se o princípio da convertibilidade, com a instauração da paridade entre as moedas dos países membros, combinando um valor fixo precificado em ouro. Uma vez que a quantidade de ouro existente até então era efetivamente escassa e, portanto, insuficiente para as necessidades das transações internacionais, foi acordado que

toda moeda nacional funcionaria como meio de pagamento internacional, desde que pudesse ser conversível em ouro.

O FMI deveria ter uma quantidade razoável de ouro, mas o que deveria predominar era o montante dessas moedas conversíveis em ouro. Ocorre que, no cenário do pós-guerra, os americanos detinham uma quantidade de ouro superior a todas as outras nações e seu comércio exterior encontrava-se fortemente aquecido. Nessas condições, os Estados Unidos eram o único país que poderia manter a convertibilidade de sua moeda em ouro – transformando, na prática, o dólar em moeda de reserva compulsória e de referência para as transações no mercado internacional, assumindo, de fato, o papel e o lugar que caberia ao *bancor*.

Entretanto, diferentemente ao que ocorreria com a vigência da moeda americana no mercado internacional, o *bancor* não seria uma moeda de um determinado país – que a protegeria através de seu próprio arcabouço jurídico (como ocorreu de fato com o dólar, administrado e gerenciado por meio das políticas monetárias e cambiais americanas) –, mas uma moeda efetivamente internacional, que funcionaria como intermediário das trocas no comércio mundial e reserva de valor internacional, com a qual os países fariam suas transações externas, e seria custodiada e gerenciada pela *Clearing International Union*.

Dentre as principais preocupações do projeto keynesiano em Bretton Woods estava o problema da liquidez internacional, uma vez que seu controle se configurava como crucial para o bom funcionamento do comércio mundial, de sorte que a criação do *bancor* e da *Clearing International Union* seriam instituições fundamentais para sua administração. Contudo, como mostramos nesta tese, ambos foram rejeitados pelo sistema Bretton Woods. Uma vez que o FMI não possuía nenhum mecanismo para criar liquidez e nem capacidade de proporcionar algum tipo de ajuste expansionista no mercado mundial, a liquidez internacional acabou ficando à mercê das reservas internacionais dos países membros e, nesse caso, o Fundo não podia fazer qualquer tipo de gestão no sentido de controlá-la.

Sob tais circunstâncias, o resultado não poderia ser diferente: a liquidez internacional ficou na dependência das políticas monetárias dos países membros, quando estes emitissem suas moedas, internacionalmente conversíveis, o que acabou provocando toda uma série de problemas de liquidez no mercado mundial. Entre outros elementos, esse fato contribuiu para o colapso total do sistema Bretton Woods, na década de 1970, e provavelmente seria contornado se a proposta de Keynes (com o seu *bancor* e com o seu *Clearing International Union*) tivesse sido levada a cabo.

Portanto, deve-se concluir que a institucionalização da *Clearing International Union* e a criação da moeda internacional, o *bancor*, calcificados nas estruturas de ordenamento normativas e nas diretrizes de funcionamento das transações do comércio internacional, propostas no Plano Keynes, muito provavelmente teriam evitado a reprodução e repetição de ocorrências historicamente consagradas ao sistema monetário inglês. Além disso, o colapso de Bretton Woods na década de 1970 e suas posteriores reverberações, como a institucionalização do regime de câmbio flutuante e a desregulamentação dos fluxos internacionais de capital, teriam sido muito provavelmente contornados.

Ainda dentro do contexto da crise do sistema financeiro e monetário internacional, muitos países têm articulado ações de políticas na esfera global, no sentido de criar alternativas à crise, a exemplo dos países que compõem os BRICS. Estes se constituíram como uma espécie de aliança político/econômica internacional, objetivando a transformação e a reestruturação da geopolítica mundial, pondo na berlinda o poder econômico e financeiro globalizado das nações dominantes (lideradas pelos Estados Unidos), ao combater os efeitos nocivos do império de sua moeda. Sendo assim, países como China, Brasil, Rússia, Índia e África do Sul têm avançado em seus propósitos de buscar o estabelecimento de uma moeda alternativa, fechando acordos em moeda local com vários países no mundo, tendo a China como condutora desse processo e sua moeda se apresentando como forte candidata a assumir o lugar do dólar americano.

Desde os tempos da Guerra Fria, os Estados Unidos vêm mostrando, a cada contexto, maior expertise e eficácia para fazer uso das vantagens de quem estão no comando geral do sistema financeiro e monetário internacional, uma vez que, além do poderio político, econômico e militar, é titular do principal actante não humano que alimenta todo o sistema, a moeda de inserção internacional. Sendo assim, é forçoso concluir que o sistema financeiro americano e sua moeda configuram-se como núcleo duro da centralidade do poder estadunidense, no atual regime de acumulação financeirizado, transformando-se em arma terrível a golpear os países adversários, pois os americanos têm a opção de restringir ou negar acesso ao sistema, manipulando tanto sua moeda como outros ativos no mercado mundial, em detrimento dos seus rivais.

Com efeito, pelo fato de possuir o monopólio da emissão da moeda chave das relações internacionais, mesmo no auge da crise do sistema financeiro e monetário internacional, em 2008, os americanos têm conseguido transferir o ônus da crise para os países do resto do mundo. O agravante disso tudo é que os Estados Unidos são, além de donatários dos privilégios de operacionalizar a moeda de reserva mundial (e a taxa internacional de juros),

detentores da capacidade de manipular os preços das principais *commodities* do mercado mundial. Por conta disso, têm manuseado, ao longo dos anos, estrategicamente, os preços do ouro e do petróleo, no sentido de arruinar seus rivais, manterem seu domínio imperial e recuperar sua hegemonia, tão fortemente contestada e arranhada pelos distúrbios das últimas quatro décadas.

O inusitado disso é o fato de que os países que alimentam e dão suporte à economia dos Estados Unidos são, por um lado, os seus próprios aliados europeus, algumas vezes vítimas; por outro, aqueles países implicitamente adversários, dentre eles o Brasil e a China. Ambos movidos pela necessidade de manterem a depreciação de suas moedas e permanecerem competitivos no comércio internacional. No caso da China, a parceria é compulsoriamente amigável, uma vez que ela é obrigada a desfazer-se de seus dólares excedentes, através da aquisição de títulos americanos, pois precisa evitar a depreciação do dólar americano e, por vias de consequência, a apreciação do *renminbi*.

Um caso mais recente, apresentado nesta tese, que ilustrou como os Estados Unidos fazem uso de mecanismos fraudulentos e imorais para manipular artificialmente o mercado mundial em benefício próprio, foi o conflito entre a Rússia e a Ucrânia. No caso, alguns países ocidentais, liderados pelos americanos, através da OTAN, levantaram represarias econômicas contra a Rússia. De sorte que houve uma articulação entre o Tesouro dos Estados Unidos e *Wall Street* no sentido de especular contra a moeda russa (o rublo), por meio da manipulação do preço internacional do petróleo, com a ajuda da Arábia Saudita.

O resultado desse conluio foi à catastrófica queda do preço internacional do petróleo, aprofundando a crise econômica mundial, a partir de 2012, que, no primeiro momento, passou a atingir os países dos BRICS, de maneira que tem prejudicado não só a Rússia, mas todos os países emergentes. No segundo, tem reverberado na Europa, mais fortemente a partir de 2014, com os conflitos e distúrbios dos países da União Europeia e a ameaça de desmantelamento da Zona do Euro. O paradoxo disso tudo é que as consequências dessas ações estratégicas americanas, que aprofundaram a recessão mundial, têm trazido dificuldades para a própria economia dos Estados Unidos.

Enquanto isso, no seio dos BRICS, a China tem buscado reconstruir seu antigo império, sonho longamente alimentado pelos dirigentes do Partido Comunista Chinês. De fato, a China tem traçado, no longo prazo, um desenho estratégico, no sentido de absorver e criar tecnologias para expansão e desenvolvimento de sua economia e do seu sofisticado sistema militar e financeiro. O significa dizer que, para os chineses, o mundo financeiro apresenta-se como um campo de poder político, cujo capital é composto por conhecimento e

inovações, razão pela qual a China procura implacavelmente atuar, no sentido de alavancar e proteger sua economia, de forma a garantir o suprimento das *commodities* (insumos agrícolas, minerais e energéticos) e ter o domínio dos novos instrumentais que surgem a partir das tecnologias de ponta.

Nesse aspecto, o processo de transformações estruturalmente radicais que estão tecendo as condições necessárias e suficientes para a ascensão da China no cenário globalizado, tem suas expressões mais dinâmicas no mercado financeiro chinês, motivo pelo qual a China tem buscado atrair o núcleo econômico e financeiro mundial para o continente asiático, com a ousada pretensão de construir uma nova arquitetura planetária para o sistema financeiro e monetário internacional, lastreado em sua unidade monetária, o *renminbi*, que se transformaria na moeda de reserva internacional. De maneira que o país conquistaria a hegemonia na geopolítica global, onde a China seria a única potência mundial, realizando, assim, o longamente acalentado sonho do retorno do império amarelo.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, Michael; ORLEAN, André. **A violência da moeda**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **A moeda soberana**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ALVES, Marco Antônio Sousa. **A argumentação filosófica: Chaïm Perelman e o auditório universal**. 2005. 206 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia)—Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

ALVIM, Valmir. Dinheiro: instituição social relevante moderna. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 1-25, ago./dez. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/download/13679/12537>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ARISTÓTELES. **Tópicos; Dos argumentos sofísticos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BARREIROS, Daniel de Pinto. Atuação da delegação brasileira na formulação do Acordo Internacional de Bretton Woods (1942-1944). **HISTÓRIA**, São Paulo, v. 28, n. 2, 2009.

BASSALO, José Maria. Copérnico: astrônomo, médico, economista e amante. **Seara da Ciência**. Disponível em <<http://www.searadaciencia.ufc.br/folclore/folclore153.htm>>. Acesso em: 23 maio 2016.

BECKER, Gary. **The economic approach to human behavior**. Chicago, IL: The University Chicago Press, 1976. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ci5OCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP6&dq=The+economic+approach+to+human+behavior+gary+becker++pdf&ots=VO7o7vZGf&sig=DdxMSwZHKXcy0EQdOafsv9ML22U#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 29 set. 2015.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O dólar e os desequilíbrios globais. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 224-232, jul./set. 2005.

BENDAÑA, Alejandro. From development assistance to development solidarity: the role of Venezuela and ALBA. In: THE CHANGING FACE OF GLOBAL DEVELOPMENT FINANCE, 1., 2008, Ottawa. **Annals...**Ottawa: Halifax Initiative, 2008. Disponível em: <http://www.networkideas.org/alt/feb2008/Venezuela_ALBA.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2016.

BERTONHA, João Fábio. Dólar e tecnologia militar: a economia política do poder americano. **Mundorama – Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**, Brasília, n. 101, jan. 2016. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/2016/01/05/dolar-e->

tecnologia-militar-a-economia-politica-do-poder-americano-por-joao-fabio-bertonha/>. Acesso em: 29 fev. 2016.

BIELSCHOWSKY, Pablo. **O capital enquanto relação de produção**. Disponível em: http://www.secep.com.br/arquivos/O_capital_enquanto_relacao_social.pdf. Acesso em: 12 mar. 2016.

BORDO, Michael. The bretton woods international monetary system: an historical overview. **NBER**, Cambridge, MA, n. 4033, mar. 1992. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w4033>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BRUNHOFF, Suzanne de. L'instabilité monétaire internationale. In: CHESNAIS, François. **La finance mondialisée**: racines sociales et politiques, configuration, consequences. Paris: La Découverte, 2004.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom**: o terceiro paradigma. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. O princípio de razão, o utilitarismo e o antiutilitarismo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.16, n.1-2, jun./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922001000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 out. 2014.

CAMPOS, Lauro. Metamorfose e crise. In: SILVA, Maria Luiza Falcão (Org.). **Moeda e produção**: teorias comparadas. Brasília: Ed. UnB, 1992. p. 21-51.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O Banco do Sul – arquitetura institucional e processo de negociação dentro de uma estratégia alternativa de desenvolvimento na América do Sul. **REGGEN**, Brasília, 2011. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B3AfeIZaij8Fc3ZqQi1HMXd1bGs/view>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

CARVALHO, Fernando José Cardim de. Bretton Woods aos 60 anos. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 70, nov. 2004.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; FARHI, Maryse. A crise financeira e o *global shadow banking system*. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 82, nov. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000300002>. Acesso em: 22 maio 2016.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; SILVA FILHO, Edison Benedito da Silva; PINTO, Eduardo Costa (Org.). **China em transformação**: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. **Praga**, São Paulo, n. 3, p. 19-46, 1997.

_____. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos.** São Paulo: Xamã, 1998.

_____. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações, **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 1-44, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V11-F1-S18/01-Chesnais.pdf?origin=publication_detail>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. As raízes da crise econômica mundial. **O Olho da História**, Salvador, n. 18, jul. 2012. Disponível em: <<http://oolhodahistoria.org/n18/artigos/chesnais.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2016.

CORAZZA, Gentil. O monetarismo ou a negação da moeda. **Economia em Revista**, Maringá, v. 5, n. 1, 1996.

CORRÊA, Alessandra. Banco dos Brics tem potencial de virar o jogo, diz economista dos EUA. **BBC Brasil**, 17 jul. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/07/140710_banco_brics_1k>. Acesso em: 17 ago. 2014.

COSTA, Fernando Nogueira. Thornton, Tooke, Mill: postulados de teoria alternativa da moeda. **Textos para Discussão. IE/UNICAMP**, Campinas, n. 163, maio 2009.

CUNHA, André Moreira et al. Moeda Única no Mercosul ampliado: avaliando riscos e perspectivas. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 1., 2008, Campinas. **Anais...** Campinas: AKB, 2008.

CURVO, Raul Murilo Chaves. **Comparação entre as grandes crises sistêmicas (1873, 1929 e 2008).** 2011. 222 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento)–Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pped/defesas/01-Raul_Murilo_Chaves_Curvo.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

DODD, Nigel. **A sociologia do dinheiro: economia, razão e a sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro: FGV, 1997.

EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional.** São Paulo: Ed. 34, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FARHI, Maryse. Os dilemas da política econômica no pós-crise. In: CINTRA, Marcos Antonio Macedo; GOMES, Keiti da Rocha. (Org.). **As transformações no sistema financeiro internacional.** Brasília: IPEA, 2012, p. 123-176.

_____. A crise e os dilemas da política econômica. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 7., 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: AKB, 2014. Disponível em: <http://www.akb.org.br/upload/130820121622301842_Maryse%20Farhi.pdf>. Acesso em: 11 maio 2015.

FERREIRA, Vanessa Capistrano. Sistema financeiro internacional: fracassos e necessidades de reestruturação macroeconômica. **Aurora**, Marília, SP, v. 5, n. 1, p. 157-168, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/viewFile/2356/1917>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

FIORI, José Luís. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

FRANKEL, Jeffrey Alexander; ROSE, Andrew. The endogeneity of the optimum currency area criteria. **REVISED DRAFT**, Berkeley, CA, sept. 1997. Disponível em: <<http://faculty.haas.berkeley.edu/arose/ocaej.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2015.

FRIEDMAN, Milton. The quantity theory of Money; a restatment. **Studies in the Quantity Theory of Money**, Chicago, IL, 1956. Disponível em: <www.luk-korbmacher.de/Schule/VWL/milton.htm>. Acesso em: 2 ago. 2015.

GALBRAITH, John Kenneth. **Moeda, de onde veio para onde foi**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

GALL, Norman. A festa do crédito e a economia mundial. **Braudel Papers**, São Paulo, n. 43, 2008. Disponível em: <<http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/43.php>>. Acesso em: 6 maio 2015.

GERMER, Claus Magno. O sistema de crédito internacional e a instabilidade financeira dos países da periferia capitalista. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 15, p. 159-178, dez. 2000.

GOODHART, Charles; JENSEN, Meinhard. Currency School versus Banking School: an ongoing confrontation. **Economic Thought**, London, v. 4, n. 2, p. 20-31, 2015.

HESÍODO. **Teogonia**: a origem dos deuses. São Paulo: Iluminuras, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Problemas de legitimación en el capitalismo tardío**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1973.

_____. **Dialética e hermenêutica**: para a crítica da hermenêutica de Gadamer. Porto Alegre: L&PM, 1987.

_____. **O discurso filosófico da modernidade**: doze lições. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Teoria do agir comunicativo, 1**: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012a.

_____. **Teoria do agir comunicativo, 2**: sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012b.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da solidão**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

HUGON, Paul. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Atlas, 1995.

HUME, David. On the balance of trade In: _____. **Essays, moral, political and literary**. Londres: Longmans, Green, 1987. v. 1. Disponível em: <<http://hermetic.com/93beast.fea.st/files/section1/hume/extras/Essays,%20Moral,%20Politica%20and%20Literary.pdfvnMME.html>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

JEVONS, William Stanley. **Money and the mechanism of exchange**. New York: D. Appleton and Co., 1875. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/YPDBooks/Jevons/jvnMME.html>>. Acesso em: 21 maio 2015.

KILSZTAJN, Samuel. O Acordo de Bretton Woods e a evidência histórica. O sistema financeiro internacional no pós-guerra. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 88-100, out./dez. 1989. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/36-6.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

KLINGL, Bernard J. L. de G. **A evolução do processo de tomada de decisão na União Europeia e sua repercussão para o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2014.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).

KINDLEBERGER, Charles. The world in depression, 1929-39. Berkeley, CA: University of California Press, 1973.

_____. **Historia financeira de Europa**. Barcelona: Editorial Crítica, 1988.

KINDLEBERGER, Charles; ALIBER, Robert Zelwin. **Manias, pânico e crises**: a história das catástrofes econômicas mundiais. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à Teoria dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 2009. (Coleção Sociologia).

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Bauru, SP: EDUSC; Salvador: EDUFBA, 2012.

MARX, Karl. **O capital, edição resumida**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969.

_____. **Teoria da mais-valia**: os fisiocratas, reflexões acerca da formação e distribuição das riquezas. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 1979.

_____. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1, t. 1.

_____. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1, t. 1.

_____. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1.

_____. **Para a crítica da economia política do capital**: o rendimento e suas fontes. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857 e 1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante, 1982.

MASON, S. F. **História da Ciência**: as principais correntes do pensamento científico. São Paulo: Globo, 1962.

MAUSS, Marcel. Les origines de la notion de monnaie. **Anthropologie**, Paris, n. 25, p. 14-19, 1914.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 21-22.

MISES, Ludwig von. **Ação humana**: um tratado de economia. 3. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MOFFITT, Michael. **O dinheiro do mundo**: de Bretton Woods à beira da insolvência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MUELLER, Antony Peter. Is the euro a failure? In: CARMO, Corival Alves do et al. (Org.). **Relações internacionais**: olhares cruzados. Brasília: FUNAG, 2013. p. 163-190.

MUNDELL, Robert. A theory of optimal currency areas. **American Economic Review**, Pittsburgh, PA, v. 51, p. 657-665, 1961.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: ICP, 2015.

OULD-AHMED, Pépita. Monnaie des économistes, argent des anthropologues: à chacun le sien? In: BAUMANN, Eveline et al. (Dir.). **L'argent des anthropologues, la monnaie des économistes**. Paris: L'Harmattan, 2008. p. 11-27.

QUESNAY, François. **Quadro econômico dos fisiocratas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de ter razão**: exposta em 38 estratégias. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Business cycles**: a theoretical, historical, and statistical analysis of the capitalist process. New York: McGraw-Hill, 1939.

_____. **História da análise econômica**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

SERRANO, Franklin. Do ouro imóvel ao dólar flexível. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 237-253, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.excedente.org/wp-content/uploads/2014/11/03-Serrano.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

_____. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível. In: FIORI, José Luís (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 179-222. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/ecopol/pdfs/32/D19.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

SILVA, Aristóteles de Almeida. **O capitalismo tardio e sua crise**: estudo das interpretações de Ernest Mandel e a de Jürgen Habermas. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000854034>>. Acesso em: 10 jan. 2015;

SILVA, Maria Luiza Falcão (Org.). **Moeda e produção**: teorias comparadas. Brasília: Ed. UnB, 1992.

SIMMEL, Georg. **The philosophy of money**. 3. ed. London: Routledge, 2004.

SIMONSEN, Mario Henrique; CYSNE, Rubens Penha. **Macroeconomia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e causas da riqueza das nações. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).

_____. **Teoria dos sentimentos morais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

STEIL, Benn. **The battle of Bretton Woods**: John Maynard Keynes, Harry Dexter White, and the Making of a New World Order. New York: Council on Foreign Relations, 2014.

SWEDBERG, Richard. **Max Weber e a ideia de sociologia econômica**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; São Paulo: Beca Produções Culturais, 2005. (Coleção Economia e Sociedade).

TAVARES, Maria da Conceição. A era das distopias. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, n. 64, jan./mar. 2014.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.

THÉRET, Bruno. Os três estados da moeda. Abordagem interdisciplinar do fato monetário. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 1-28, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v17n1/a01v17n1.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

TRIFFIN, Robert. **O sistema monetário internacional, ontem, hoje e amanhã**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

UNITED STATES. Department of State. Proceedings and Documents of the United Nations Monetary and Financial Conference, Bretton Woods, New Hampshire, July 1-22, 1944. **United State Government Printing Office**, Washington, DC, 1948. Disponível em: <<https://fraser.stlouisfed.org/title/?id=430>>. Acesso em: 2 nov. 2014.

VALLE, Rogério. **A Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas**. [S.l.]: [s.n.], 1989. Disponível em: <https://www.academia.edu/5750298/Teoria_do_Agir_Comunicativo_A_TEORIA_DO_AGIR_COMUNICATIVO_DE_J%C3%9CRGEN_HABERMAS>. Acesso em: 4 jun. 2015.

VANDENBERGHE, Frédéric. The real is relational: an epistemological analysis of Pierre Bourdieu's Generative Structuralism. **Sociological Theory**, Madison, WI, v. 17, n. 1, p. 32-67, 1999.

WACKER, Thomas. **Entenda o subprime**. São Paulo: UBS Wealth Management Research, 2008.

WEATHERFORD, Jack. **A história do dinheiro. Do arenito ao cyberspace**. São Paulo: Negócio Editora, 1999.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 2 v.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. **História geral da economia**. São Paulo: Centauros, 2006.

YEE, Robert. **Bretton Woods, old and new: an interview with Professor Richard N. Cooper**. New York: CFS, 2016. Disponível em: <http://centerforfinancialstability.org/research/Cooper_Yee_0916.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

ZELIZER, Viviana. **The social meaning of money**. New York: Basic Books, 1994.